

REVISTA

Nº 25

Academia Norte-Riograndense de Letras

Volume 37

Natal - RN - Janeiro 1996

**REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-
GRANDENSE DE LETRAS**

**Número 25 - Volume 37
Natal-RN
Janeiro de 1996**

Diretoria atual da Academia

Presidente: Diógenes da Cunha Lima

Vice-Presidente: Paulo Macêdo

1º Secretário: Veríssimo de Melo

2º Secretário: Jurandir Navarro

Tesoureiro: Enélio Lima Petrovich

Diretor de Biblioteca: Dorian Gray

Diretor da Revista: João Wilson Mendes Melo

Comissão de Contas: Sanderson Negreiros, Américo de Oliveira Costa
e Maria Eugênia Montenegro.

Comissão de Sindicância: Otto de Brito Guerra, Alvamar Furtado de
Mendonça e José Melquiades de Macêdo

A edição desta revista é determinação do Governo do Estado do R. G. do Norte, através da Assessoria de Comunicação Social e do Departamento Estadual de Imprensa, sendo

Garibaldi Alves Filho, Governador

Luiz Eduardo Carneiro - Chefe do Gabinete Civil

José Wilde de Oliveira Cabral - Assessor de Comunicação

Arlindo de Melo Freire - Diretor do Departamento Estadual de Imprensa

SUMÁRIO

I - O Pensamento Acadêmico sobre vários temas

Seminário de Ética em Brasília - Nestor dos Santos Lima	09
Uma Retomada de Posição - Enélio Lima Petrovich	17
Um pouco de Universidade - Jurandir Navarro	21
Dia do Médico - Grácio Barbalho	25

II - Novos Acadêmicos

Discurso de posse de Itamar de Souza	31
Saudação de Enélio Lima Petrovich	43
Discurso de posse de Manoel Onofre Júnior	49
Saudação de Veríssimo de Melo	55
Discurso de posse de Murilo Melo Filho	61
Saudação de Alvamar Furtado de Mendonça	77
Discurso de posse de Aluisio Alves	85
Saudação de Mário Moacyr Porto	104
Discurso de posse de João Batista Pinheiro Cabral	109
Saudação de José Melquiades	121

III - História

André de Albuquerque Maranhão e a Conspiração dos Suassuna(1801) - Olavo de Medeiros Filho	133
Natal há cem anos passados - Veríssimo de Melo	137

IV - Memória

Nova Cruz, Boa Saudade - Diógenes da Cunha Lima	147
A Minienciclopédia Caseira de Literatura - João Wilson M. Melo	149
As Vertentes da Coleção Mossoroense - Vingt-Un Rosa- do	153
Elogio de Nilo Pereira - Otto de Brito Guerra	161
De luto a cultura jurídica do Estado: Faleceu Miguel Seabra Fagundes - Nota da OAB	169
Raimundo Nonato da Silva e Jaime Hipólito Dantas-João Batista Casculo Rodrigues	171
Em memória de Raimundo Nonato da Silva - Pe. Jorge O'Grady de Paiva	177
Padre Monte - Dom Nivaldo Monte	181

V - Nossos poetas

Balada para Santa Luzia - Gilberto Avelino	185
Poemas do Envelhecer - Maria Eugênia	187
Poemas de Luís Rabelo	189
Poema áspero	189
Lendo Georg Trakl	191
Ode a Caicó	191
Poema pensando em minha amada	193
Destino	194

VI - Conto

Numa Noite de Debulha - Manoel Onofre Júnior	197
--	-----

VII - Colaboração dos amigos da Academia

Seabra Fagundes - Ministro José Dantas	201
Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico - Iapery de Brito Guerra	205
O Cinquentenário da Fundação do Colégio Santa Agueda, de Ceará- Mirim - Manoel Benício de Melo Sobrinho	211

De Machado de Assis a Austregésilo de Atayde

Apresentamos aos leitores do Rio Grande do Norte, principalmente, mais um número da Revista da Academia Norte Rio Grandense de Letras.

A produção literária dos nossos intelectuais tem determinado um esforço ingente no sentido de manter, com a periodicidade possível, a circulação do seu órgão oficial de divulgação.

Nos dias atuais, vivem as Academias do Brasil, mais do que no passado, o exemplo singular da Academia Brasileira de Letras, que a todas inspirou, desde os atos de fundação, aos métodos de funcionamento e organização.

A perda irreparável da presença física do seu último Presidente, o acadêmico Austregésilo de Atayde, somente é superada pela sua imortalidade como homem de letras, militante incansável do jornalismo e como administrador da Casa dos imortais brasileiros.

A trajetória de Machado de Assis a Austregésilo de Atayde, é orgulho para aquela Casa, é a consagração do trabalho intelectual no Brasil e exemplo para as sua congêneres de âmbito regional, nem por isso menores nos objetivos que foram, afinal, inspirados por ela.

Agora, sob a Presidência do romancista Josué Montelo o itinerário da Academia, sob uma mente brilhante e segura, terá presente e futuro igualmente valioso para o pensamento e as letras no Brasil.

A Direção da Revista

I
**O PENSAMENTO
ACADÊMICO
SOBRE VÁRIOS
TEMAS**

A PROPÓSITO DE UM SEMINÁRIO DE ÉTICA EM BRASÍLIA

Nestor dos Santos Lima

Pouco antes de deixar Natal, tentei organizar um Seminário de Ética para o qual convidei um certo número de intelectuais potiguares que nem sequer me responderam ao convite. Conclui, o que eu já sabia e queria comprovar, que no Rio Grande do Norte, como nas áreas mais subdesenvolvidas, não existe o menor interesse pela Ética, nem nos mais elevados níveis de sofisticação intelectual nem no meio do povoão, dado que ambos são as duas faces da sociedade brasileira de um modo geral. O povo sempre imitará suas elites, para o bem ou para o mal. A insensibilidade em face da corrupção, da amoralidade é a mesma, entre os moradores, por exemplo, da rua Jordanês, na Praia do Meio, que levei longo tempo a observar, ou nas vilas dos bairros de luxo, no Tirol ou em Ponta Negra. Inquieta-me, sobretudo, a falta de sentido ético da vida que no nível em que vivem os ricos quer no patamar de simples sobrevivência em que vegetam os pobres. Todos querem mais, de qualquer maneira sendo o êxito na obtenção dos fins a melhor justificativa para os meios empregados para atingi-los.

Em seis anos morando em Natal, raramente ouvi argumentos que respaldassem outros comportamentos do que aqueles em linha com a chamada Lei do Gerson, a regra moral de levar vantagem sempre, seja respaldado na ferrenha crença de que "trabalho não dá camisa a ninguém" e que, na hora do trabalho a conduta correta é faltar, apresentar um certificado médico, sempre falso, ou justificar-se com outras mentiras, sobretudo se o patrão é o Governo. Daí a ínfima produtividade do trabalhador norte-rio-grandense, e dos burocratas infiltrados, através de expedientes e favores, nos escalões do Governo estadual e municipal. E na Praia do Meio, a voga de ser "encostado" do INPS coloca em férias famílias inteiras, confirmando a desmoralização do trabalho como útil e desejável, em troca da idealização do Pedro Malasartes, velho mito português profundamente enraizado na cultura nacional e base do êxito dos trapalhões - do cinema e da televisão. Assim, teria tido uma grande surpresa se os intelectuais conterrâneos tivessem mostrado mesmo um fraco interesse pelo debate de temas éticos que, dadas as circunstâncias, faria medo a ruitos. E assim, desanimado, deixei Natal, já morto Ulisses de Góis, o último potiguar a ter preocupações éticas no nosso meio. Agora rios afundaremos mais no pântano da aeticidade.

Mas não é de estranhar. A capitania do Rio Grande, povoada de índios bárbaros e pugnazes, nunca gozou de tranqüilidade para iniciar o seu processo cultural até o início do século XVIII, tendo perdido dois séculos em guerras intergrupais e internacionais ora contra franceses, contra portugueses ou contra holandeses que só terminariam no começo do século XVIII, pela ação iluminada do Capitão-mor Bernardo Vieira de Mello, hoje justamente o nome de uma das maiores avenidas da cidade de Natal. Os gentios brabos foram corridos das férteis terras do Vale do Açu, cobiçadas pelos brancos, e finalmente distribuí-

dos pelas vilas criadas para eles, no agreste e no litoral, em Extremoz, Apodi, Mipibú, Groairas e Gramació, onde se foram fundindo, devorados pelo apelo da cultura ocidental, nos seus níveis mais baixos.

Que lições de ética se tinham dado à base da população do futuro Rio Grande do Norte, onde hoje a metade ainda é analfabeta. Até que ponto os 10 mandamentos da Bíblia foram suficientemente divulgados e aprofundados para constituir pelo menos o começo de uma ética normativa para aplicação prática entre a gente do Rio Grande? E os transmissores desses princípios, os padres, os donos de fazenda, os colonizadores, conduziram-se de acordo com os princípios que pregavam? Os índios os imitaram, de qualquer maneira, porque os povos imitam suas elites. A primeira lição foi o uso da força, o barulhento tiro de canhão ou de mosquete, sempre lembrados hoje como instrumentos de persuasão política na véspera dos entreveros eleitorais.

Sob o ponto de vista da ética do trabalho, que nos faz grande falta hoje, nada poderia de bom deduzir o índio ou o escravo, sobre quem recaia o trabalho, enquanto o proveito ia para o senhor, que falava na dignidade do trabalho mas só arrebanhava lucros nas costas da índia e da negra mais ou menos submissa, mas sempre muito observadora dos costumes dos seus donos e das contradições entre o dito e o feito.

Hoje, quando chegam por lá as canções canalhas do Rio de Janeiro ou as não menos canalhas e pornográficas canções da Bahia, todas exaltando o malandro, a irresponsabilidade, completa-se o processo subliminar de deseducação para o trabalho nas massas tropicais já inclinadas à liberdade, à farra e à indisciplina. "Trabalho não dá camisa a ninguém", hora de trabalhar ... pernas pro ar que eu não sou de ferro" são a antítese de uma ética para o trabalho que em outras culturas é aceita e tem sido a base do progresso social.

As notícias sobre um futuro seminário de ética na Universidade Nacional de Brasília que iria ter lugar entre 10 de setembro e 10 de outubro de 1991, numa promoção da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, patrocinada pela Prefeita Luiza Erundina de Souza, tendo como principal estrela a filósofa Marilena Chaui dava ânimo para pensar que nem tudo estava perdido para o Brasil pois que ainda havia gente interessada em ética, a uns 3.000 kms do pântano norte-rio-grandense. Obviamente, um tal seminário sob uma tal promoção corria sério risco de vir a ser um evento de intelectualidade petista, em busca de rever os fundamentos românticos de sua ideologia em que se misturam velhos ingredientes ultrapassados pelos eventos dos últimos anos, aos quais nem resistiram nem o muro de Berlim, nem a Europa Oriental, nem a própria União Soviética e seu caricato Partido comunista, numa gigantesca montagem das sombrias advertências pronunciadas por Charansky, lá pelos anos de 40, do fundo de um "gulag".

A totalidade, menos três dos participantes do Seminário, me eram absolutamente desconhecida, todos gente nova no horizonte filosófico e político nacional. Celso Lafer e o Embaixador Rouanet poderiam garantir alguma hignidez se o evento degenerasse para a propaganda política do "lulismo". E a competência filosófica de Marilena Chaui era fora de discussão.

Para rentabilidade máxima do investimento da Prefeitura de São Paulo o evento estava programado a ter lugar simultaneamente, com um dia de diferença, em Belo Horizonte e em Brasília e a entrada custaria 10 mil cruzeiros, pagos à Universidade. Decidi assistir o seminário e de novo sentar-me em ban-

cos universitários, apesar dos meus setenta anos bem vividos.

Para minha surpresa, às 20:00 horas os auditórios estavam cheios de estudantes e adultos não universitários. E assim permaneciam passadas às 22 horas, quando terminava a parte expositiva e começavam os debates. Esse interesse era em parte pela ética propriamente dita, mas também, pela expectativa de haver exploração petista do evento e finalmente, por quem frequentasse 80% das sessões teria direito a um crédito concedido pela Universidade para engrossar currículos.

As conferências previstas, dezenove ao todo, estavam a cargo de 9 professores da USP, dois da UNICAMP, um da UFMG, quatro da UFRJ, três professores universitários da U. Paris, e um jornalista.

Os temas eram relacionados com a história da ética e com a ética teórica, que os anglosaxônicos chamam de "Metaethics", e ficariam muito longe das minhas preocupações mais inclinadas à ética - normativa e à ética aplicada.

A minha preferência por esses aspectos da ética, normativos ou de aplicação prática se explica porque, particularmente no caso brasileiro, não temos fontes de onde haurir uma ética para os dias de hoje quando a sociedade brasileira, feita de remanescentes de índios, de africanos e de europeus, está sendo massificada por obra dos meios de comunicação social, imprensa, rádio e televisão, em regime de plena liberdade, completando a tarefa de destruição dos poucos sustentáculos absolutos como Deus, a Família, a Fé, os 10 mandamentos, que vinham sendo dissolvidos desde a chegada dos portugueses em 1500, embora apregoados, da boca para fora, como se diz em linguagem popular. O Seminário não seria, pois, do tipo que eu buscava desde a minha frustrada tentativa de Natal. Mesmo assim, paguei a entrada dos 10 mil cruzeiros e sem intenção de obter crédito pela minha presença, dediquei algumas noites aos temas mais atraentes.

Devo ainda mencionar que os seminários patrocinados pela Prefeitura de São Paulo já tem uma tradição iniciada há algum tempo, não sendo uma invenção da máquina petista de São Paulo. Outros já haviam sido realizados anteriormente intitulados: Cultura brasileira - Tradição e contradição. Os sentidos da paixão e o olhar e o desejo, cujo alcance salvo o primeiro deles, me escapou. O atual seria o quarto da série.

Os temas que assisti foram: o Bom Governo, por Renato Janine Ribeiro, a Ética de Maquiavel, por Newton Bignotto, e "Vieira, o Anti Maquiavel", por Alcir Pecora, que trouxe à baila a oposição filosófica do Padre Vieira ao pensamento corrutor de Maquiavel, o criador, dizem, da moderna ciência política, porque separou o ético do político, instituindo a razão de Estado, caminho que percorriam todas as ditaduras do século XX ora em agonia. Páginas brilhantes de Vieira contra a influência nefasta de Maquiavel no pensamento de muitos homens políticos que transformaram a atividade política numa luta de foice, sem moral e sem lei. Intensa luta de Vieira contra o germen dos piores abusos cometidos em nome da política com P grande, computados à sofistica maquiavélica.

Mas a estrela do seminário seria, sem dúvida, a filósofa Marilene Chauí, Secretária de Cultura da Prefeitura de São Paulo, cuja conferência, intitulada "O Público, o Privado e o Déspota" atraiu um público extremamente numeroso. Sentia-se que ela trazia a mensagem petista na sua cabeça ornada por vasta cabeleira negra que ela sacode para enfatizar suas afirmações mais significati-

vas, para os intelectuais lulistas que, como classe, sonhavam assumir o poder na sombra de um operário inteligente mas sem cultura.

A conferencista advertiu o público de que sua conferência era um prefácio à parte final onde ela aplicaria os conceitos explicitados teoricamente a um estudo psico-social das atitudes do Presidente Fernando Collor, o que fez o auditório permanecer até o fim do evento.

Depois de um denso repassar dos conceitos já estabelecidos sobre o Tirano, o Déspota e o Ditador, a aula chega ao poder imperial em que se conforma a privatização do poder e aí entrou a aplicar o dito sobre o governo Collor fazendo a identificação do atual presidente com a figura do Príncipe. Fez claras críticas ao liberalismo apregoado pelo atual governo, como nascido da ética protestante e pondo em dúvida o sistema de "checks and balances" da teoria democrática norte-americana e acusou finalmente o atual governo de "post moderno, exemplo de narcisismo, estilo pessoal, substituição da verdade pela credibilidade, um executivo imperial que visa transformar sociedade em um corpo místico sobre o qual reina a cabeça privilegiada do herói executor da vontade divina pela mão do campeão de karatê.

Não se podia fugir a reconhecer a adequação da crítica aferida pelo comportamento inicial do Presidente Collor, levado a tanto pelo inusitado de sua mocidade alçada à alturas da Presidência da República de um velho país de um povo jovem maioritariamente. Não deixei de aceitar o estilo da crítica e por isso mesmo, depois de muito pensar, dirigi ao Presidente uma cartinha recomendando-lhe tomar conhecimento da parte que lhe tocava na análise da filósofa paulista e por coincidência o presidente passou a adotar uma postura negociadora mais respeitosa e adequada a quebra do ímpeto de suas postulações contra a resistência férrea e pétrea do Legislativo aferrado ao sistema legal e institucional permissivo vigente no país desde longa data, a serviço das elites e dos ricos, a quem concede os mais anti-democráticos dos privilégios, inclusive o de direitos desiguais perante a lei, como a cadeia especial para quem tem curso superior. Mas daí por diante o seminário esvaziou-se indicando que a mensagem de oposição ao atual governo estava dada e não era necessário prosseguir. Exultei, entretanto, com a palestra da Senhora Chaui, por que finalmente alguém aplicava conceitos de ética à situação vigente no Brasil nos finais do século XX. Era pouco mas significava a entrada da Ética aplicada no debate universitário, o que é promissor.

Celso Lafer cancelou sua conferência e apenas ainda houve, na hora e no dia certo, a conferência do Secretário de Cultura do Governo Federal, o Embaixador Sérgio Rouanet que mostrou extrema familiaridade com temas filosóficos e descreveu a evolução da ética a partir da sistemática destruição dos absolutos que a sustentavam até chegar à moderna relativização dos conceitos, cujos remanescentes seria a eticidade. Daí portanto, é problema da sociedade contemporânea ou pós moderna onde estamos vivendo e da qual muitos ainda experimentarão todo o seu peso e responsabilidade. De onde virão as respostas?

O problema da ética aplicada ao Brasil seria inicialmente reexaminarmos a validade atual e futura dos 10 mandamentos recebidos por Moisés naquela montanha, onde estive em 1962 no deserto do Sinai, para vermos sua pertinência com a sociedade pós cristã e pós moderna para onde iremos, os que vivos forem. Mantidos os mandamentos que estimemos válidos para o presente e o

futuro, examinar novas propostas para incorporar a essa base novas contribuições ou melhor formulações normativas para uma nova ética de que necessitamos, desde que possuam um mínimo de validade para serem aceitas universalmente. Nesse particular, é lamentável, mas devemos reconhecer que a contribuição brasileira ou portuguesa para a solução do problema esbarra na nossa tradicional relutância para explorar temas filosóficos e a nossa preferência pelos temas práticos, haja vista que o primeiro ensaio de língua portuguesa foi a "Arte de Bem Cavalgar", como salientou o professor Cruz Costa naquele seu apreciado trabalho sobre as idéias filosóficas no Brasil, que eu li ainda no México, pelos anos de 50. Não virão, pois, do Brasil nem de Portugal as idéias de que tanto necessitamos.

O problema também agita a Europa, havendo de notar a respeito às contribuições de Jürgen Habermas, filósofo alemão neo-marxista, de André Glucksmann, político francês, liberal agressivo e militante, o pouco conhecido Hans Jonas que lançou o "Princípio da Responsabilidade", em livro desse nome recentemente traduzido para o francês, e a proposta científico-ecológica de James Lovelock chamada a "Hipótese da Gaia".

A temática da ética da comunicação vem sendo elaborada por Habermas em função da influência da rapidez das comunicações no mundo atual que põe todos os homens diante uns dos outros, o que permite impor como critério de eticidade a resultante da aprovação do maior número usando a instaneidade das comunicações que o homem só atingiu pelos anos finais do século XX. Pelo visto, Habermas estaria propondo a revisão de todo elenco de princípios que temos paroquialmente considerado eticamente positivos e chegar a um acordo, o mais universal possível, sobre o que deve ser aceito como ético, na era e pós a era das comunicações instantâneas.

Já Glucksmann se preocupa com outro aspecto da ética aplicada. Para ele, a experiência humana, particularmente a do século XX, tem mostrado com freqüência a facilidade com que o homem recorre a práticas inhumanas. Para ele, foi nas praias da Normandia, em Guernica, Treblinka ou Auschwitz que o século XX descobriu sua questão metafísica. Tudo o que há de inhumano nos negócios humanos, depois dessas experiências, foi aprendido. Falta assimilá-lo e tê-lo presente, permanentemente. E propõe a inclusão do décimo primeiro mandamento que implica uma severa mutação do estatuto do intelectual, "deixar a vida da mentira", tomar consciência do mal para tentar combatê-lo, guiado pelo princípio pós moderno de que "nada inhumano me é desconhecido", o que contraria frontalmente o clássico aforisma da cultura latina e grega: "Nihil humanum a me alienum puto". E assim poderemos preservarmo-nos da renascença dos integristas que já de várias partes, ameaçam a humanidade com novos cataclismos e derrapadas éticas mostruosas como sabemos que já nos aconteceram.

Hans Jonas, em recente livro traduzido para o francês, intitulado o "Princípio da Responsabilidade", mencionado na pg. 260 do "O Tempo da Responsabilidade" de Frederic Lenoir, (Fayard-Paris 1990), ventila a questão da responsabilidade de todos e de cada um pelo fenômeno humano, exatamente no sentido contrário da sabedoria tradicional inspirada na frase de Luís XIV, o grande de França "Après moi, le deluge", atrás da qual muita gente se oculta. Consciente das implicações globais dos atos humanos hoje capazes de por em perigo até a própria espécie humana e o universo conhecido, Hans Jonas formula um

princípio de ética aplicada extremamente adequado ao mundo de aqui para adiante, qual seja: Agir de maneira que subsista ainda uma humanidade depois de nós e o mais longamente possível". Em suma, de outro modo, abster-se de agir se não existe a mínima certeza de que o que se está fazendo não será contra os interesses da humanidade, quando todos nós, de hoje, já estivermos mortos. É o princípio da responsabilidade em escala planetária, já que os atos humanos podem hoje ameaçar a própria terra, como fonte de vida para todos.

Com Hans Jonas, amadurece a consciência para o drama ecológico que finalmente começa a sensibilizar toda a humanidade. A vida está em jogo, e o grande culpado é a espécie humana. A terra nunca teve vida e poderá voltar a não tê-la, em consequência dos atos da humanidade contemporânea. E aí se cruzam as teses ecológicas com as teses filosóficas, particularmente das filosofias orientais, do Taoísmo. E nesse contexto, vem inserir-se um novo elemento, a Hipótese da Gaia, inspirada no mito grego de Gaea, a terra, a mãe universal, suscitado a primeira vez em um livro intitulado "Gaia, Uma Nova Visão da Vida na Terra" de Jim Lovelock (Ox. Univ. Press 1979), no qual se propõe uma abordagem holística da ecologia em que a terra é considerada um ecossistema no qual a biosfera é tomada como um todo com seu ambiente abiótico, numa entidade capaz de manipular a ecossfera da terra a sua conveniência. A hipótese da Gaea encerra o ciclo do reducionismo físico e científico que toma a parte pelo todo, desprezando até a diferença entre um corpo e um cadáver contra toda evidência empírica e científica. Aí se encontram os caminhos do Tao com a mais sofisticada visão ocidental, finalmente. Mas essas preocupações mais atuais da ética aplicada ao nosso tempo não figuraram no corpo do Seminário de Brasília, para minha frustração. A tarefa porém continua se impondo. O mundo e o Brasil e o nordeste, todos precisam urgentemente de pelo menos um mínimo de preceitos de ética prática aplicada para dar um mínimo de previsibilidade aos comportamentos sociais que respaldam as obrigações prescritas pelos códigos sociais. Isto, sem base moral nem o respaldo da autoridade externa de entidades metafísicas que já não existem no nosso mundo pós cristão.

Entre os povos do deserto de Saara, não se toleram pessoas sem religião, porque cada religião implica um código de ética que se espera seja praticado por quem declara uma delas. Isso mostra, à evidência, o quanto estamos perdidos numa noite escura de caminhos éticos perdidos. Embora seja pretensioso assumir uma sugestão, pensamos útil avançar uma como programa para um novo seminário que poderia ainda ter lugar em Natal, em data imprevisível...

O primeiro assunto seria o estudo dos 10 mandamentos da fé cristã à luz de um mundo sem metafísica como o nosso, para salvar, por motivos empíricos os postulados válidos daquele elenco.

O segundo assunto seria o estudo das sugestões novas para respaldar uma ética de responsabilidade que se pretenderia montar.

O terceiro poderia ser a apreciação de proposições éticas passíveis de comandar o consenso geral, como,

"Os compromissos livremente contraídos devem ser respeitados.

"Não se pode tolerar o homicídio.

"O que é inhumano não pode ser ignorado".

"A cada crime deve caber uma punição".

"O critério da ação deve ser a responsabilidade total pelos seus resulta-

dos", "urbi et orbi".

E estaríamos trabalhando numa estrada sem fim mas que poderia conduzir a novos e mais elevados momentos para a vida comum.

UMA RETOMADA DE POSIÇÕES - NOVAS PERSPECTIVAS

Enélio Lima Petrovich (*)

"Há tempo de plantar e tempo de colher. Tempo de guerra e tempo de paz. Há tempo de calar e tempo de falar".

Livro do Eclesiastes.

Oh! Deus, o que fizemos para merecer tanto ! Daí, primeiro o nosso agradecimento pela honra do Paraninfado Geral das turmas concluintes desta Universidade.

É galardão que nos permite creditar ao nosso labor diuturno, sem vinculações de ordem funcional e política. Apenas advogado, da 1ª turma de Direito, em 1959, desta própria instituição de Ensino.

Mas, neste Instante, de inteligência e de cultura, num misto de alegria e de emoção, cabe-nos transmitir-lhes, afilhados, generosos e ilustres, a mensagem do compromisso gratificante.

E desde já emerge a pergunta fatal:

- O que dizer, então, num breve depoimento de paraninfo ?

Talvez palavras de revolta, denunciadoras dos escândalos nacionais; de protestos pela impunidade generalizada ? Ou, talvez, de apelo à dignidade de muitos donos do poder, expressões de otimismo, e de fé ?

Se esses segmentos nos conduzem à reflexão e à ação, paira a certeza de que nós, da elite cultural do país, em busca de novos valores éticos, somos os responsáveis pelos triunfos que visam erradicar as injustiças cotidianas, ou seremos também cúmplices se permanecermos omissos e inertes, face a tanto descalabro reinante.

Atravessamos uma fase crítica e caótica na vida brasileira contemporânea.

Por isso, em meio a este estado de coisas, impõe-se sem demora uma participação efetiva do espírito universitário, fomentador de uma sociedade de consumo mais consciente, mais justa e mais ativa.

O que não podemos é preferir o silêncio à vista dos absurdos cometidos, cada hora e a cada passo.

A indiferença e o acumplicimento jamais devem alimentar nosso modus vivendi e faciendi. O viver atual suscita uma convocação à seriedade e ao humanismo.

Seriedade que é sinônimo de credibilidade. Ninguém merece crédito sem ser sério, sem ser autêntico.

Precisamos pensar muito na seriedade dos fatos e dos homens públicos. O homem ético é um homem sério, com um ideal religioso, que se aproxima do Ser Supremo. Seriedade é fonte impulsionadora do labor profissional.

Humanismo representa o sustentáculo vital para o exercício pleno da vitalidade remunerativa. A sua falta induz ao crime, ao desamor, ao ódio e à vin-

gança.

Sem dúvida, o maior símbolo deste mundo, tão fragmentado, será o entrelaçamento das mãos que se cruzam para servir. A violência afasta as criaturas humanas, como a discriminação racial faz regredir o progresso democrático.

Reconheçamos com profunda humildade, que o homem, embora imagem e semelhança de Deus, não se basta a si mesmo. O egocentrismo provoca a sua invalidade.

Daí, oportuna a lição secular de Montaigne:

"Até no mais elevado trono do mundo, estamos sentados apenas sobre nossas nádegas".

Eis porque necessário é a conscientização das massas, hoje indefesas, mesmo sentindo a nossa grande fragilidade.

Existe, hodiernamente, uma forte ausência dos valores morais e cristãos. Especula-se sobre as crises políticas, da economia e da sociedade. Não se fala, porém, em crise de consciência, que é uma crise do Direito, da Moral e da Religião.

Evidente que não somos perfeitos. Somos perfectíveis, no dizer do filósofo Tristão de Athayde.

E à luz desses pressupostos, se nos afigura válido o ensinamento de Humberto Grande:

"A missão das elites é pôr ordem no caos contemporâneo, defender energeticamente os valores culturais e reagir contra todas as manifestações de decadência; é, enfim, reorganizar a sociedade, salvar a civilização e reconstruir o mundo".

Acrescentemos ainda:

"Um dos aspectos mais importantes da luta pela cultura é a Cultura do Povo. O que já dissemos: a conscientização das massas sem defesas. À beira do século XXI, nos preocupemos, já e já, com os critérios da educação. O povo tem sede e fome de justiça. E com fome e sem justiça, não há paz nem há educação.

"Não nos envergonhemos de ensinar o povo", proclamou, certa vez, Will Durant.

Assim, "cabe à universidade moderna proceder a compreensão da época, ao estudo do século, a análise dos tempos, e por isso, determinar a solução dos grandes problemas sociais, as diretrizes da reorganização da sociedade, garantindo, pela seleção dos valores, o culto da competência e o prestígio real das elites.

O momento requer uma Universidade ativa, militante e combatente, que tenha coragem de lutar contra a barbárie e a brutalidade contemporânea" (in "Culto da Grandeza" - Humberto Grande - págs. 36/40)

Por sua vez o jurista-filósofo Miguel Reale nos escreve para reafirmar:

"Não é sem motivo que o nosso século, tão atormentado pela tragédia de guerras universais, bem como pela subversão operada na escala dos valores morais, se preocupa tanto com o problema do homem, indagando de sua existência e de seu destino.

Tudo coopera para gerar um clima de terror e de angústia, perdendo-se a confiança nas elites pensantes e, sobretudo, na classe política, a qual parece assistir, fria e indiferente, à onda de desgraça sobre o homem e sobre a sua morada terrena".

Por isso, indagamos a nós mesmos:

"Devemos cruzar os braços e confessar nossa fraqueza perante situação tão calamitosa ? Não e não.

Ceder passivamente ante as forças destruidoras da comunidade, constituirá um crime abominável".

Mas, no momento como este, assoma o exemplo de Chico Mendes, patrono eleito e valoroso, herói que morreu para perpetuar-se na história brasileira e universal.

Tributemos, assim, o nosso preito de saudade ao defensor ímpar da natureza violentada. Da ecologia ultrajada. Valeu o ato de justiça, na lembrança da homenagem maior.

E na evocação à memória de Chico Mendes, o patrono, também nos adverte Afonso Arinos, jurista e senador da República:

"O mundo tumultuado de hoje não estimula à espera paciente, à compreensão, nem ao amor ao próximo; antes confunde, revolta, incita à desordem, ao ódio e à violência e torna o medo um sentimento universal. Os menos avisados alarmam-se com a ausência de fé e de solidariedade nas relações interna e externa dos países e nas relações dos homens entre si, e entregam-se ao desânimo, enchem-se de amargura e pessimismo.

Desertam ou simplesmente desistem, sem atentar para essa situação de sectarismo, maldade e competição insensata, que não é fruto de maldição divina nem de determinismo, mas provém do comportamento voluntário do próprio homem. E se assim é - atentemos - pelo próprio homem pode ser modificada".

Seguindo o velho mestre, "há razões para se ter esperanças, e cada um de nós deve se conscientizar disso. Os homens devem se transformar a si mesmos, num esforço de auto-aperfeiçoamento e de resistência às forças do mal".

Lamentavelmente, somos um país sem líderes, graçando sérias crises de autoridade e de poder, numa ameaçadora avalanche de analfabetos (só aqui no Estado, cerca de 50% da população - imaginem), a nos indicar, até, o grande desafio do ex-diplomata Álvaro Vale:

"É preciso que os homens honestos tenham a audácia dos canalhas".

Minhas senhoras e meu senhores, autoridades, afilhados, afilhadas, generosos e ilustres:

"Os clarins contemporâneos vibram o toque de reunir, porque solitários e dispersos seremos inutilizados pelos monstros do desespero e da angústia espirituais.

Amanhã - aceitem a imagem humaníssima - desapareceremos todos. Mas o nosso sangue e o de nossos descendentes estarão ouvindo a história de nossa geração, de nossas mágoas, de nossas vitórias".

São palavras de Luís da Câmara Cascudo, que mesmo invisível, lá do alto, aqui vem ministrar sua lição, como dignitário maior da cultura norte-riograndense e professor emérito e Honoris Causa desta Universidade.

Eis, portanto, a mensagem que transmitimos a vocês, breve e conclamadora do dever, fiel aos fatos da contemporaneidade, apontando uma nova conduta, uma retomada de posição, mais enérgica e mais corajosa, por parte de todos nós.

Sejamos, com as profissões conquistadas, sentinelas do bem e da verda-

de, em prol do povo e da nação, sob a égide da liberdade.

Falamos sem empáfia, sem dubiedades, sem temor, sem qualquer subserviência à classe política, esta que, através de inúmeros de seus partícipes, vem denegrindo o primado da Democracia.

Pugnemos, enfim, pela preservação das tradições populares e universitárias.

E, aqui, agora e sempre, deixem-nos oferecer a vocês, um celeiro inesgotável da pesquisa, patrimônio eterno de nossos preceptores maiores. Referim-nos ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

É que, ali, de braços dados com esta Universidade, o passado se irradia e se engrandece, como testemunho perene da honradez, do civismo, da erudição e da inteligência, sem paradas nem recuos.

Convocamos os mais idosos, à juventude universitária, aqui reunida, essa plêiade de idealistas que "tem diante de si a tarefa de servir, agora que o servir-se é o verbo que apassiva as consciências e faz de muitos dos nossos homens públicos, simples teleguiados dos seus próprios interesses pessoais ou grupais. É uma fatalidade histórica vivermos uma fase de transição, no dizer de Nilo Pereira, mestre querido, também Doutor Honoris Causa desta Universidade.

Que seja a atividade de cada um de vocês, a mesma caminhada dos que enobreceram este Estado, a exemplo de um Pedro Velho, Alberto Maranhão, José Augusto, Juvenal Lamartine, Tavares de Lira, Nestor Lima, Padre Monte, Castriciano, Nísia Floresta, Auta de Souza, Edgar Barbosa, Augusto Severo, Onofre Lopes. Entre tantos, primus inter pares - Luís da Câmara Cascudo.

E reconhecendo que só através do saber edifica-se um mundo de paz, de justiça e de compreensão humana, bem se pode arrematar:

Esta Universidade haverá de cumprir sempre a nobre e excelsa missão de educar o povo, para a formação de uma elite cultural consciente e até agressiva, a fim de registrar-se nos anais da história potiguar e brasileira.

Vigilante e ativa, debruçada para o futuro, que todos nós temos o dever de construir.

E à medida em que atingirmos a posteridade grandiosa da pátria, estaremos realizando uma tarefa das mais fecundas e profícuas, que não se restringe apenas às dimensões desta Universidade, mas transcende os seus próprios limites, na perspectiva de um Brasil que procura criar e recriar uma realidade sócio-econômica ao nível das civilizações avançadas e progressistas.

Esta assembléia solene e histórica traduz e sintetiza, com a outorga do título superior a cada um de vocês, filhos amigos, o melhor presente para a sociedade-povo, que deverá constituir, pelo esforço e idealismo nosso, uma nação soberana e livre.

Perene haverá de ser o exemplo desta festa de cultura, de júbilo e de emoção.

As fisionomias que emolduram este ambiente universitário confraternizam-se, na viagem longa e auspiciosa, pela vitória profissional de vocês, à procura da terra prometida. Tenhamos fé no Brasil, reconstruído por todos nós.

Esta a nossa mensagem, na melhor das intenções.

Sejam felizes, sob as bênçãos de Deus.

(*) O acadêmico e advogado Enélio Lima Petrovich pronunciou, no dia 15 de setembro de 1989, na solenidade de colação de grau da UFRN (turmas do 1º semestre), este discurso, como Paraninfo Geral, quando advertiu as classes dominantes dos regimes que atravessa a sociedade brasileira.

UM POUCO DE UNIVERSIDADE

Jurandir Navarro

Visa, a Universidade, ao aperfeiçoamento humano sob o ângulo científico em geral, através dos segmentos dos métodos dedutivo e indutivo.

Diferente dos demais representantes da escala animal, por ter sido plasmado por uma alma imortal, pelo Criador. Inteligência suprema que a tudo dirige, o homem, sendo dotado de razão para discernir o multifarismo das coisas, e não se satisfazendo, simplesmente, com as migalhas da vida vegetativa, aspira, naturalmente, pelos atributos inerentes à sua natureza racional, uma existência que realize os insopitáveis anseios do espírito.

E o homem apedeuta, sem instrução, destituído de embasamento cultural, é incapaz de realizar-se e vencer na liça da vida, no aprimorar o seu pensamento, no desenvolver a sua inteligência e no represar conhecimentos os mais diversos e especializados.

No plano da vida, precipuamente espiritual, no sentido religioso, sem o complemento da ciência indutiva, ele não vegeta, porquanto aspira ao seu desiderato supremo que é a trilha luminosa da vida eterna.

Todavia, considerado no contexto do mundo, como sistema globalizante, onde necessita do progresso civilizatório para avançar materialmente, e, às vezes, também, no nível espiritual, impossível manter-se estático na ação e no pensamento.

Personagem de Dostoievski, julgado por homicídio, apresentou como tese de sua defesa a inocuidade do conceito de crime, por não ter conhecido, na sociedade em que viveu, nem Deus, nem ética, nem moral, nem direito. Entendendo achar-se livre de qualquer coação de ordem legal, sem a existência desses valores sociais e humanos. Não distinguia, em última análise, o bem do mal.

O homem máquina sem a luz da religião que o conduza pelo caminho certo, sem o humanismo e a virtude da generosidade, não passará de um bruto animal de inteligência toldada por um materialismo grosseiro e um egoísmo hermético.

Daí, a procura incessante do homem moderno em busca do aperfeiçoamento indefinido, no esmerar-se nos domínios do intelecto. Para a consecução desse objetivo, ele teria de criar, de início, pela tenacidade intuitiva ou imaginatória, como alude Einstein, solidária e teoricamente, as condições de levantar o véu da Natureza que seria fastidioso, neste restrito ensaio, mesmo por ser digressório, em linha cronológica, enumerar as suas geniais invenções, ou melhor dizendo, descobertas. O homem nada cria. Tudo que o seu espírito atilado descobre já se encontra na Natureza ou Deus já colocou em estado de latência, no seu pensamento.

E a busca de mais luz como queria Goethe e de mais vida como ansiava Keates, ele refletiu, com o perpassar do tempo que construindo organizações, poderia, unido a outros irmãos, produzir mais e mais, na longa caminhada pela estrada pedregosa da Ciência. E caminhando com o próximo, lado a lado, numa

interação de mestres e discípulos, gerações legando conhecimentos à geração subsequente, inicialmente como filósofo e depois como sábio, ministrou ensinamentos os mais diversificados, a estilo de cada época e lugar.

Esmerando-se cada vez mais nesse mister, da escola a escola, atravessou o Rubicon das idades atraído pela conquista da Roma do saber.

Eis que, chegado ao Medieval, erigiu as primeiras Universidades. Paris, em França, foi o palco desse sopro cultural, que a Igreja Católica legou para os séculos posteriores, até o presente.

Ao vocábulo, a flexível língua românica grafa Universitas, que segundo os tradutores significa polo, foco, centro, unus e versus dirigido para uma multiplicidade de objetos e objetivos.

A sua semente germinou em solo grego, de modo incipiente, fragmentada em ginásios e academias. Todavia, a sua expressão atual originou-se ao meio dia da Idade Média. Suas disciplinas e labores norteavam-se para os estudos teológicos, sociais, filosóficos e naturais, como a Cosmologia, a Física, as Ciências Naturais, a Astronomia, o Direito Canônico e o Civil, etc.

Criaram-se as Faculdades isoladas que remanescem até hoje. Modernamente com a edificação dos Campi, vieram os Centros que abraçam os Departamentos, e estes, os Cursos. No Brasil tal reforma inaugurou-se na sua Capital política.

No orgulhoso império romano, a fibra hercúlea do Cristianismo triunfante também havia marcado a sua passagem, plantando os alicerces que afloraram as primeiras Universidades, um tanto difusas.

Depois, o Studium Generale, embora que o termo assim o designe, não abarcava todos os setores da Cultura e da Educação.

Não obstante ter a Universitas nascido estruturalmente sob o signo das Bulas Papais, já que tais templos do saber, como foi dito, foram de inspiração da Tiara romana, imperadores a imitaram, elaborando bulas impositivas para Escolas tais e quais. Em 1224, Frederico II o fez em relação a Nápoles. Exceção feita ao citado Studium Generale que fugia à jurisdição e ao talante discricionário de imperadores e reis.

Com Constantino, o Grande, convertido ao Cristianismo, as instituições educacionais obedeceram, por algum espaço de tempo, à orientação da religião do Estado. Houve, depois, um hiato. Somente mais tarde, com a invasão das tribos dos hunos, godos, visigodos e vândalos, quando a horda da barbárie ateou fogo na púrpura dos Césares, foi que, lentamente, os cristãos, pelos seus Maiores, vieram, novamente, dirigir as nascentes Universidades.

Houve um interregno em que os seguidores do Crucificado carregaram a cruz das perseguições. No permeio desse martirólogo, o mais cruento deles assinalado data de trezentos e três, com Diocleciano. Oito anos mais tarde, Galerio refreia o ímpeto das matanças com o crescendo do prestígio dos homens de Fé.

Sobrevieram os dias da derrocada das legiões romanas e o impulso das novas Universidades, tempos depois, até a reforma de Lutero, no século XVI.

Tais períodos distinguiram a alternância da tutela do Ensino confessional e do laicismo, retornando, ao religioso. Podem ser assim discriminados: períodos catecúmenico, patricio, monástico e escolástico.

Recuando à Hélade, os ensinamentos das Escolas Superiores se estratificaram em Palestras, com a Academia de Platão, nos jardins de Academus

e os ensinamentos peripatéticos do Liceu de Aristóteles. Na terra de Sófocles, as públicas eram todas isoladas, inexistindo vínculos entre elas.

Semelhante ao modelo atual, surgiu ao tempo do Papa Agapito I, em quinhentos e trinta e cinco.

Em Bolonha criou-se um centro de estudos do Direito, sob a designação de Libre Legale. Transmitem, assim, no seu nascedouro, a ciência jurídica para os pósteros.

Em Parma, em mil cento e sessenta e cinco, foi fundada a sua primeira Universidade. O mesmo sucedendo em Modena, esta com mais de cinco mil alunos. Como a de Perugia, no século XIII. Em seguida, a de Pádua, com espaço físico para abrigar quinze mil estudantes. Depois, a de Nápoles, sob a inspiração de Frederico II. Sucedendo nessa cronologia a de Siena, em mil duzentos e quarenta e um, enriquecida por diversos cursos.

Os Dominicanos, aliados a Inocêncio IV construíram a de Roma, vindo depois a de Macerota ... a de Pisa, Florência, esta última já no Renascimento, criada por Clemente IV.

Célebre por sua Escola de Direito, nasceu a de Pádua, com Carlos IV como seu Mecenas, sequecionando a de Urbino, a de Gênova, a de Messina.

Estas formam o elenco das Universidades italianas, como se depreende facilmente.

Em França iniciou-se a de Paris. Predominavam os estudantes de Teologia e Filosofia, naturais acervos culturais da época, com a de Sorbone, a mais famosa delas, criada pelo Cônego Sorbon. As unidades universitárias gaulesas albergaram-se sob o teto acolhedor de Notre Dame. O Vaticano nunca deixou de prestigiar o Ensino e a disseminação da Cultura.

Eis, em rápida sinopse, a listagem de algumas primeiras Universidades. Desnecessário seria flexionar tal relação, embora que algumas datas mereçam uma correção mais precisa.

Pouco a pouco esses templos do saber foram passando por reformas educativas, pedagógicas, metodológicas, administrativas... até chegar ao modelo dos dias presentes.

Todos exibem uma estrutura filosófica comum: difundir o Ensino. Entretanto, diferem na maneira de prepará-lo, de comunicá-lo, de transmiti-lo.

Na concepção generalizada, a Universidade foi criada pelo homem para elevá-lo acima de si mesmo, tomando de empréstimo a expressão lapidar de Taine.

Ela foi edificada para o melhorar gradual e sistemático das civilizações, através da Ciência, alçando-se no seu cume de águia, acima de todos os organismos do Ensino. É a Universidade o portal luminoso que eleva o homem, livrando-o do pisoteio da cavalaria bárbara da ignorância.

Nela são preparados os docentes que irão transmitir os ensinamentos assimilados aos diversificados campos de atividade humana. Dela defluem os pesquisadores que, especializados no labor do recesso dos laboratórios, irão, a todos os recantos, aplicar o seu aprendizado benfazejo. Por ela passaram os grandes vultos do pensamento, da política e da técnica, de cujo esforço fatigante e diuturno deve o mundo presente.

Ela, pela incessante mutação e aprimoramento do seu instrumental humano, comanda e acompanha o avanço tecnológico da humanidade. É o laboratório teórico e experimental das conquistas dos séculos. A sua finalidade

precípua não pode ser outra senão a de conceder ao homem os meios mais acessíveis para domar as energias da Natureza, represadas nas imensidões dos mares, em suas regiões pelágicas; nas entranhas magmáticas da terra; e na amplidão da atmosfera, em seus espaços ainda ignotos, como no vazio sideral.

A inteligência que Deus presenteou ao homem não deve ter outro sentido senão o de explorar todo o mundo: orgânico, inorgânico e o infinito espaço cósmico. A inteligência humana não pode ter desmaios, nem desfalecimentos, atraída que é pela luz fulgente da ciência e da verdade.

Ela, sendo o motor do pensamento, ao nosso entender, não foi toldada para ter delíquos, mas alçar-se, cada vez mais, nos alcondorados vãos e, na altura azulada do firmamento, poder distinguir o erro da verdade para, continuamente, aprimorar o seu legado científico, colocando-o à disposição da humanidade sofredora.

E somente através da Universidade, templo sagrado da inteligência e laboratório do saber, o homem poderá legislar os preceitos e as normas conducentes às grandes realizações de que o mundo precisa.

O progresso da civilização atual é devido ao trabalho realizado nas oficinas da Universidade. Como o número de pessoas inteligentes constitui um agrupamento humano restrito a dedução lógica é que a Universidade deve ser constituída por uma elite capaz. O atraso lamentável da Universidade brasileira é o fato de ter sido aberta a uma população de baixo nível intelectual. Temos o exemplo da massificação da Universidade da China imposta por Mao-Tsé-Tung, que atrasou esta Nação em relação ao concerto dos demais países.

DIA DO MÉDICO

Prof. GRÁCIO BARBALHO

“Só Lucas está comigo”. Estas são palavras contidas no capítulo 4º da 2ª Epístola dirigida a Timóteo, onde S. Paulo procura atenuar a amarga certeza de que está abandonado e perdido. Já envelhecido e enfermo, ante a violência dos soldados romanos que o perseguem, resta a presença consoladora do amigo.

E quem é esse amigo, quem é Lucas para ser lembrado, pelo santo, de modo tão comovente? Seria um fiel seguidor do apóstolo em suas pregações? Ou um confidente das horas de inerteza? Ou um coadjutor na árdua tarefa de evangelizar os gentios, ele próprio um gentio de origem? Poderia ser tudo isto mas era, sobretudo, médico.

Notável figura de médico que, no alvorecer do Cristianismo, adotou, como norma de conduta profissional, a concepção de que a assistência espiritual, a fé inculcada ao paciente é tão valiosa quanto os recursos da terapêutica, mais se acentuando a nobreza dessa conduta nos períodos negativos da evolução do mal ou na agonia final das doenças irremovíveis. Revivia, certamente, com esse preceito, velhos ensinamentos da Escola Hipocrática, a mostrar que a condição de “médico do corpo e médico da alma”, seria o mais importante atributo de um bom profissional.

Foi, realmente, S. Lucas, patrono dos médicos, uma empolgante figura do Cristianismo. Que era médico, afirma o próprio S. Paulo em uma das Epístolas. Referem remotas fontes de literatura cristã que, antes de sua conversão, era médico de bordo, dando assistência às comunidades pagãs nas embarcações que percorriam as rotas marítimas do mediterrâneo. Quando se tornou cristão e decidiu acompanhar S. Paulo, com este arrostando os perigos do penoso trabalho de evangelizar, é que sentiu avolumar-se o conteúdo de bondade e desvelo, latente em sua conduta de médico. Neste ângulo, podemos visualizar um alto exemplo de dedicação se considerarmos a afirmativa de alguns escolásticos, cronistas da Idade Média, quando referem que Lucas acompanhou S. Paulo porque este era doente e necessitava de seus serviços profissionais. E, ainda mais comovente, sua personalidade a irradiar assistência espiritual ao velho cliente e amigo, quando seguiu, de longe, o grave cortejo que transpunha os muros de Roma para o local do martírio e da morte.

Se, agora, analisarmos um outro prisma da personalidade do nosso patrono, vamos encontrar o admirável estilista do 3º Evangelho, livro em que a sua alma se debruça a serviço da forma e da estética. A autoridade de Renan, ao referir-se ao 3º Evangelho e seu autor, diz: “uma bela alma criando o mais belo livro da Cristandade”. Se buscarmos um exemplo de concisão e síntese nas páginas deste livro, vamos encontrar as corajosas alterações que fez no Padre Nosso segundo S. Mateus, de uso popular até hoje, suprimindo palavras, removendo circunlóquios, dissipando redundâncias, escrevendo, enfim, o que devia escrever, sem se intimidar.

Quanto ao “Ato dos Apóstolos”, uma narrativa criteriosa dos primórdios do

Cristianismo, contém, à feição de diário; informações pormenorizadas, como aquelas que se relacionam com o registro da história clínica de seus pacientes. Pela exatidão com que, neste livro, descreveu fatos contemporâneos, alguém já sugeriu que ele merece o título de patrono dos historiadores.

Eis, agora, um terceiro ângulo que, de modo especial, nos aproxima do nosso patrono. A S. Lucas foi atribuído o título de "Mestre da Ética". É certo que, desde os tempos hipocráticos, a frase era repetida pelos que juravam exercer a medicina dentro da nobreza que encerra: "Conservarei pura a minha vida e a minha arte". É evidente que S. Lucas absorveu os preceitos de deontologia vindos do distante mundo helênico e fez deles uma das pedras angulares de sua conduta profissional. O episódio da paciente que sofria de perdas sanguíneas é ilustrativo: enquanto os escritos de S. Mateus e S. Marcos fazem coro com a opinião popular, verberando a incúria e a avidez pecuniária dos médicos para ressaltar o milagre de Jesus, S. Lucas limita-se a repetir as palavras do Mestre quando afirma que a mulher foi curada pela fé, ressaltando - e aqui transparece o contingente ético da sua formação - que se tratava de doença "que ninguém podia curar".

Em Pádua repousam seus restos. Na pequena capela da Igreja de Santa Justina, que já foi centro de peregrinação e cenário de milagres, pode ser entrevisto o seu epitáfio. Pela sua conduta profissional mereceu, realmente, o título de Mestre da Ética.

A partir da contemporaneidade destes eventos, dois milênios rolaram até nós. A nascente civilização cristã, onde residira o mundo ambiental de Lucas, conheceu seus tropeços - mais desafios do que tropeços - antes de se expandir e firmar-se como tutora de um processo cultural em marcha - a cultura do Ocidente. Século após século, na esteira desse lento evoluir, a prática da ciência médica permaneceu entorpecida, envolta nas trevas do empirismo. Invadiu o cenário a legião dos mágicos, feitiçeiros e exorcistas que impunham seus rituais na arte de curar e suavizar.

A época do renascimento marca o instante em que o pensamento se liberta no imediatismo e retoma a investigação pura do fenômeno científico. Analisase o legado da cultura árabe; revolvem-se velhos manuscritos jazentes nos mosteiros medievais; volta-se, mais detidamente, o olhar para a essência do "helenismo". Mas, sobretudo, começa - ou recomeça - para o mundo dos nossos dias, uma nova concepção, que é a busca da razão íntima, do mistério das coisas. Com o desenvolvimento da pesquisa e o aprimoramento da técnica, persegue-se, mais e mais, a verdade definitiva, ao embate das provisórias verdades.

Quanto a nós, que constituímos uma estrutura social própria a partir do último século, tivemos, para nos guiar por muitos e muitos decênios, os ensinamentos médicos que nos vinham da Europa. Importávamos diretamente da França o modelo de medicina clínica que praticávamos. Este modelo prescrevia a prática médica como um sacerdócio. Mas não era só por emulação que fazíamos o nosso apostolado, ora sobrepondo as palavras do juramento às contingências da profissão, outras vezes revestidos na condição de conselheiro familiar e amigo. É que, nesse período de nossa formação social recebíamos o influxo de uma era de austeridade, imposta a alguns países do Ocidente Europeu e que nos atingia até mesmo através da corrente migratória para o nosso país.

Tradições e preconceitos não puderam ser erradicados nas primeiras décadas deste século e seguiram influenciando atitudes, modelando comportamentos. Nessa atmosfera, o continente moral da profissão permanecia indene e incontestado era, por sua vez, o prestígio do profissional. É interessante observar que os médicos de minha geração ou das gerações justapostas pouco ouviram falar do nosso patrono. Sabia-se, apenas, que S. Lucas era médico e que exercera a medicina com elevado sentido moral. Nada de festejos, de invocações, muito pouco de alusões à sua personalidade, um ou outro hospital lembrando o seu nome.

Eis que os tempos se transmudam. Reina, agora, o império da tecnologia, povoando a terra, tornada um mundo só, de monstros competidores do homem. As populações, multiplicadas, saturam as cidades. O homem procura fugir da terra. São realidades que impõem uma nova moral.

Não se julgue que o exercício da medicina, que já foi considerada a mais nobre das profissões, pudesse permanecer à margem dessa nova ordem. Mudou, efetivamente, a conduta do médico. Na vertigem das horas que se escoram, pouco tempo lhe resta para debruçar-se sobre a experiência acumulada. Cercado de instrumento, atento a números e símbolos, sente-se, cada vez mais, escravo de uma medicina interdependente. Nas horas que lhe sobram são tantas as solicitações que não encontra, como queria Hipócrates, lazer para a meditação e o estudo.

Quanto ao aspecto moral da profissão, se aferido pelo conteúdo humano que ele encerra, este parece estar sendo conduzido por novas formulações. E se procurarmos a essência dessas formulações vamos nos deparar com três palavras ressoantes que se confundem na mesma trilha sonora: urbanização, massificação, estatização. Sob o domínio destas, condicionantes e em terreno competitivo viu-se, de momento, instalada a máquina de receber e tratar. É certo que ao estrito ponto de vista técnico, o progresso tornou-se evidente. Com a aparelhagem de que dispõe o profissional e o arsenal terapêutico que está ao seu alcance, não se pode ajustar os benéficos resultados de hoje àqueles que eram colhidos no passado. Entretanto, a momentânea desatenção aos postulados a Ética e, em alguns casos, o sabor da meia-ciência na prática profissional é que permitem ensejar ataques como estes que ora move a imprensa de alguns países, inclusive o nosso, contra a classe dos médicos.

Devemos compreender que não há como voltar à conduta de outras épocas. A mudança dos padrões da moral tradicional é irrecusável e, no que toca à nossa profissão, só nos resta conjecturar se temos, realmente, credenciais para rebater as campanhas de vilipêndio. Do contrário, façamos coro, com a veemência que nos cabe, com esse simpático movimento que, nos dias atuais, se expande no seio da classe médica, que é o de trazer o nosso patrono do fundo do esquecimento para mostrar aos novos o exemplo de suas virtudes.

Esta a razão de estarmos aqui reunidos, lembrando que o dia de sua santificação é o nosso dia. A mensagem que se irradia deste encontro solene pode ser a antevisão de uma nova Estrada de Damasco. Para que tenhamos a bondade do nosso santo patrono a coroar o virtuosismo e a precisão dos métodos de hoje. Só então a imagem do nosso labor se aproximará do ideal.

(Discurso pronunciado em sessão da Sociedade de Medicina do Rio Grande do Norte).

II
Novos
Acadêmicos

Discurso de posse de Itamar de Souza

DEUS, A MODERNIDADE E A

ERA DO NARCISISMO

I - INTRODUÇÃO

Cada ser humano, para desenvolver as suas potencialidades, necessita do apoio, da dedicação e do carinho de certas pessoas cujas atitudes benéficas marcam, de maneira indelével, a sua trajetória existencial.

Ao penetrar nos propileus da Acrópole das letras potiguarenses assomam ao painel da minha lembrança pessoas queridas às quais, nesta hora de júbilo e emoção, quero agradecer o muito que fizeram por mim. A começar pelo meu pai, Manoel Damiano de Souza, de saudosa memória, de quem herdei o gosto pelos fatos políticos e sociais, assim como o hábito da leitura diária dos jornais; à minha querida mãe, Maria Ferreira de Souza, de quem recebi as primeiras luzes da cultura e da fé cristã. No melhor estilo jesuítico, à noite, em torno da máquina de costurar, ela reunia diariamente os filhos para ensiná-los a rezar e também para desasná-los antes de enviá-los ao grupo escolar Padre Tomás de Aquino. Ao meu tio paterno, Lindolfo Damiano de Souza, de saudosa memória, que foi o meu mecenas durante catorze anos, a quem devo a minha prolongada escolaridade e também grande parte da minha biblioteca. Agradecer igualmente ao Padre Geraldo Ribeiro de Almeida, primeiro vigário de São José de Campestre, a quem devo a minha filiação ao pensamento cristão; ao professor José Melquíades de Macedo, que me transmitiu as primeiras luzes da cultura inglesa; ao padre Manoel Barbosa de Vasconcelos, a maior cultura filosófica que o Rio Grande do Norte já possuiu, de quem recebi o gosto pelas culturas grega e francesa; e a quantos na Universidade revelaram-me os segredos do pensamento filosófico, as maravilhas da literatura e o rio sinuoso e quase infinito da História humana. A todos eles a minha eterna gratidão, na certeza de que jamais tomarei a água do rio Lete para esquecê-los.

No mundo da cultura ocidental, quase tudo traz a marca milenar da civilização grega. É de lá que nos veio a tradição acadêmica, alimentada pelo influxo do elenco multiforme das Musas, procedentes ora do Olimpo, ora do PARNASO. Com uma longevidade incomensurável, elas têm inspirado ao longo dos tempos o gênio criativo de miríades de poetas, filósofos e artistas.

O filósofo Platão, cujo nome verdadeiro é Aristócles, herdado do seu avô paterno, frustrado por não ter conseguido ser o estadista que sonhára, resolveu fundar, em 387, a sua Academia. No bosque consagrado ao herói Academos, situado ao norte de Atenas, Platão reuniu-se com os seus discípulos durante quarenta anos. Lá, inspirados pelas musas, eles discutiam com originalidade os mais variados assuntos com o intuito de encontrar a Verdade e o Bem. Na arguta observação de Henri Marrou: "a Academia não é apenas uma escola de filosofia, mas também de ciências políticas, uma fonte de conselheiros e legis-

ladores à disposição dos soberanos ou das repúblicas". (1) Por sua vez, Plutarco, um dos maiores memorialistas de todos os tempos, deixou-nos uma relação de cerca de vinte estadistas formados pela academia platônica. Segundo Albin Lesky, esta instituição fundada por Platão exerceu a sua influência durante nove séculos, até a sua extinção em 529 da nossa era cristã decretada pelo imperador Justiniano. (2) Isto nos mostra o importante papel que esta agremiação cultural, matriz de tantas outras surgidas na posteridade, desempenhou no mundo helenista.

De Platão aos nossos dias, a instituição acadêmica viveu fases de quase total esquecimento e sofreu profundas metamorfoses. Mas, é justamente nos séculos XVI e XVII que elas renasceram de maneira irreversível. Na França, a partir de 1635, ano em que o Cardeal Richelieu fundou a Academia Francesa, este tipo de agremiação cultural revigora-se, impõe-se à sociedade e dissemina-se por toda parte. Somente naquele século organizaram-se na França 71 academias, sendo 56 literárias, 9 científicas, 4 de pintura, 1 de música e de 1 de arquitetura. (3)

Aqui, no Brasil, sob o influxo preponderante da cultura francesa, surgiu na Bahia, em 1724, a Academia Brasileira dos Esquecidos. Anos depois, outras foram organizadas, alhures, denunciando a vitalidade intelectual do Brasil-Colônia. Até que, no último decênio do século passado, um grupo da elite cultural do Rio de Janeiro fundou a Academia Brasileira de Letras, cuja divisa, por sugestão de José Veríssimo, é um verso de Machado de Assis: "Esta é a glória que fica, eleva, honra e consola" (Crisálidas) (4)

Em 1936, à semelhança de outros Estados, uma plêiade de intelectuais potiguares liderados pelo inolvidável Mestre Luís da Câmara Cascudo, organizou a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, cujo primeiro presidente foi o grande poeta Henrique Castriciano de Souza;

Aliás, ao ingressar no pórtico deste prédio que abriga a nossa Academia, cujo frontispício tem a forma de livros superpostos, não podemos olvidar a figura daquele acadêmico devotado às coisas do espírito, que, durante anos a fio, envidou todos os esforços para que esta agremiação cultural tivesse o seu templo - MANOEL RODRIGUES DE MELO. Seria de bom alvitre, como já foi lembrado por outros, homenageá-lo apondo o seu nome no frontispício desta Casa.

Senhores Acadêmicos, em cumprimento às exigências regimentais, passo a falar sobre o nosso maior polígrafo. O que dizer sobre Luís da Câmara Cascudo, este extraordinário anacoreta das letras? Evocando Ortega y Gasset que afirmou ser o homem ele próprio e as suas circunstâncias ("Yo soy yo mi circunstancia"), podemos dizer que Luís da Câmara Cascudo foi o resultado da convergência, rara e magnífica, de uma constelação de circunstâncias positivas: inteligência de escol, memória de computador, personalidade carismática e ontologicamente vocacionada para as atividades intelectuais... Tudo isto foi, sem dúvida, respaldado por uma situação econômica privilegiada que lhe permitiu durante muitos anos viver de conformidade com o ócio aristotélico. Do

1 - Marrou, Henri-Irenée - História da Educação na Antiguidade, São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1975, p. 109

2 - Lesky, Albin - História de la Literatura Griega, Madrid, Editorial Gredos S.A., 1968, p. 540

3 - Viala, Alain - Naissance de L'Écrivain, Paris, Editions de Minuit, 1985, p. 29.

somatório harmonioso e criativo de todos estes valores emergiu o seu extraordinário sucesso como homem de cultura. Cada vez mais estou convicto de que Câmara Cascudo foi um fenômeno raro, de difícil repetição, não somente entre nós potiguares, mas também noutras plagas brasileiras. Por isso, nós acadêmicos temos o dever impostergável de cultivar a sua memória estudando a sua obra polifacética e divulgando o seu pensamento.

II - O PATRONO

Senhores Acadêmicos,

Por um gesto da vossa benevolência, mais do que pelos meus méritos pessoais, eis-me aqui para realizar o sonho de integrar os quadros desta honrosa Academia. No convívio com os seus pares ilustres, espero abeberar um pouco da sabedoria de cada um e, ao mesmo tempo, intercambiar o néctar da cultura tão peculiar à vida acadêmica. A todos sou gratíssimo pela minha acolhida neste templo maior das Letras potiguares.

Venho ocupar a Cadeira nº 29, cujo patrono é ARMANDO AUGUSTO SEABRA DE MELO, que nasceu em Natal aos 17 de março de 1892 e faleceu prematuramente, aos 28 anos, no dia 22 de agosto de 1920. Eram seus pais o Major Miguel Augusto Seabra de Melo e D. Ana Leonor Seabra de Melo.

Armando estudou no Colégio Santo Antonio e no Atheneu Norte-Rio-Grandense. Depois, já adulto, cursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, até o 3º ano. Logo, em seguida, transferiu-se para a da Bahia, onde fez o 4º ano. No ano seguinte, retornou à Cidade Maravilhosa onde cursou o 5º ano de Medicina. Por razões de saúde, não pôde conquistar o tão almejado diploma. Nestas metrópoles, ele praticou o jornalismo literário quando o tempo lhe permitia.

Desde jovem, ele manifestou seus pendores pela literatura, onde, em pouco tempo, notabilizou-se como crítico literário proeminente, corajoso e imparcial.

Ser crítico literário num país de caráter sentimental como o nosso, ainda hoje é um ato temerário. Imaginem, os senhores, ser crítico literário nas primeiras décadas deste século, numa Natal com cerca de quarenta mil habitantes! À província não interessam os raios purificadores da razão crítica, mas, ao contrário, agrada-lhe sobretudo a manteiga do elogio fácil, que massageia o ego e, às vezes, lança o pseudo-intelectual ao pináculo de uma falsa glória.

Armando Seabra fez do jornal - O TEMPO -, fundado por ele, o principal veículo de divulgação das suas idéias. Neste seminário, ele comentou as obras de Auta de Souza, Ferreira Itajubá, Abner de Brito e as de outros expoentes das letras potiguares. Num gesto de homenagem póstuma, vários amigos se cotizaram e publicaram os seus escritos sob o título - ENSAIOS DE CRÍTICA E LITERATURA, em 1923. (5)

Senhores Acadêmicos,

Passo agora a fazer o elogio do meu antecessor na Cadeira 29.

4 - Coutinho, Afrânio e Sousa, J. Galante - Enciclopédia de Literatura Brasileira, Rio de Janeiro, Ministério da Educação/FAE, 1990, Vol. 1, p. 149

5 - Melo, Veríssimo de - Patronos e Acadêmicos, Rio de Janeiro, Editora Pongetti, vol. I, 1972.

III - ESMERALDO HOMEM DE SIQUEIRA

Além de ser poliglota, ensaísta, professor, médico e cronista, Esmeraldo Homem de Siqueira foi, acima de tudo, um grande poeta. Nasceu no dia 16 de agosto de 1908, na cidade de Pedro Velho, em cujos campos verdejantes passou a sua primeira infância. Eram seus genitores o Desembargador Joaquim Homem de Siqueira Cavalcanti e sua mãe, Maria Joaquina de Siqueira Cavalcanti.

Em 1913, Esmeraldo veio com os pais residir na Capital, mais precisamente no sítio Galiléia, entre os bairros de Petrópolis e Tirol. Anos depois, a família mudou-se para a rua da Palha, atual Vigário Bartolomeu. Nos dias passados nesta artéria, ele viveu o trauma de perder dois irmãos pequenos e a sua querida irmã, Dula, um ano mais velha do que ele. Por conseguinte, viu de perto o desespero dos seus pais e sentiu de perto na própria alma o gosto amargo da tristeza existencial que se abateu sobre os seus familiares. (6) Este e outros fatos expliquem talvez a semelhança de alguns dos seus escritos com o pessimismo de Schopenhauer perante a vida.

Aos sete anos de idade, matriculou-se no então Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, cuja direção estava a cargo do Dr. Nestor dos Santos Lima. Após a ascensão do seu pai ao cargo de desembargador, ele foi estudar no Colégio Diocesano Santo Antonio, que reunia naquela época os jovens da elite natalense. Neste educandário, entre outros, foi seu colega Afonso de Ligório Bezerra, um dos patronos desta Academia.

A fim de se preparar para uma carreira superior, transferiu-se para o velho Atheneu Norte-Rio-Grandense.

Contrariando a vontade do pai, que gostaria de vê-lo um dia envergando a toga da magistratura, ele optou pelo curso de Medicina, feito na Faculdade do Recife. Foi nesta época, final dos anos vinte e início dos trinta, que o nosso imortal auferiu os conhecimentos necessários ao bom exercício da profissão de Hipócrates. Ao mesmo tempo, como autodidata, iniciou a sua longa viagem pelos caminhos da Filosofia, da Literatura nacional e estrangeira, particularmente, a francesa. Nesse ínterim, dedicou-se com afinco ao estudo dos idiomas Português, Italiano, Francês, Espanhol e um pouco de Alemão.

Apesar da variedade das leituras filosóficas, sua preferência recaía sobre os pensadores da corrente materialista. Assim, leu com avidez e entusiasmo juvenil o Cours de Philosophie Positive, de Augusto Comte, as obras de Tobias Barreto, de Haeckel, Nietzsche, Spencer, Darwin, Stuart Mill, Littré e a célebre Psychologie Physiologique, de Wundt, que recebeu de presente do seu genitor. Aliás, poucos filhos receberam tanta influência intelectual do pai quanto Esmeraldo.

Na literatura francesa, suas preferências iam para Saint-Beuve, Renan, Balzac, Anatole France, Victor Hugo, Taine, Baudelaire e outros. Fez da língua e da literatura francesas a sua grande paixão. Por longos anos, no Atheneu Norte-Rio-Grandense e na Faculdade de Filosofia ensinou com proeminência o idioma de Molière. Mas, ao mesmo tempo, não descurou a leitura dos clássicos gregos, latinos e portugueses.

Como positivista convicto, demonstrou durante a sua vida uma fé inabalá-

6 - Siqueira, Esmeraldo - Roteiro de uma Vida, Rio de Janeiro, Editora Pongetti, p. 9

vel na Ciência. Isto fica patente num “Discurso aos Estudantes”, quando afirmou: “Acreditamos no trabalho, amamos o estudo, confiamos na ciência. A ciência procura pelo menos arrimar o homem na terra, orientá-lo na sujeição dos elementos em seu proveito, libertá-lo de todos os erros que possam causar-lhe sofrimentos físicos ou morais”. (7)

Uma vez formado em Medicina, ele veio exercê-la em Jardim do Seridó (RN), em 1934. De lá, mandava os seus artigos e poemas para serem publicados n'A República e em outros jornais da Capital. Dois anos depois, por não adaptar-se ao ambiente, resolveu deixar o emprego no interior e veio para Natal. Aqui, mesmo conhecendo a sentença de Leopardi - “Nessuna professione è sì stèrile come quella delle lèttère” -, dedicou-se de corpo e alma ao magistério secundário e superior, bem como ao jornalismo e à sua produção literária. Na escola Normal ensinou por longos anos História Natural; no Atheneu criou fama como extraordinário professor de Francês; na Faculdade de Farmácia e Odontologia ministrava aulas de Botânica Farmacêutica; e, finalmente, ensinou, por duas ou mais décadas, Língua e Literatura Francesas, primeiro, na Faculdade de Filosofia de Natal e, depois, no Instituto de Letras e Artes da UFRN.

Como prova dos seus méritos intelectuais, em 1949, ingressou na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras mediante convite que lhe fôra dirigido, ocupando a Cadeira 29 até o seu falecimento ocorrido no dia 20 de junho de 1987, aos 79 anos de idade.

Ao fazer o seu necrológio, o acadêmico Jurandyr Navarro disse com propriedade: “Foi ele um intelectual na mais expressiva acepção da palavra. O seu cérebro não se quedava contemplativo; mas, em ebulição, no pensamento febril e exaltado, como é natural aos grandes pensadores”. (8)

Sua obra não é volumosa, mas prima pela boa qualidade do verso e da prosa. Deixou-nos, em prosa, “ROTEIRO DE UMA VIDA”, que é uma autobiografia; LETRAS DE FRANÇA, ESQUEMAS DE SINTAXE FRANCESA, UM BOÊMIO INOLVIDÁVEL, TAINE E RENAN (ensaios) PLEORAMA ?, DIÁRIO DOS MEUS SONHOS, DO MEU REDUTO PROVINCIANO, JORNADA AO CREPÚSCULO ?, VELHAS CARTAS e VARIAÇÕES EM PROSA, SUGESTÕES DA VIDA E DOS LIVROS, GREGOS E LATINOS NA LITERATURA.

Em verso, ele nos deixou as seguintes obras: CAMINHOS SONOROS, seu livro de estréia, publicado em 1941; NOVOS POEMAS, MÚSICA NO DESERTO, TROVAS DE ESMERALDO, FAUNA COTEMPORÂNEA (sátiras), PRETÉRITAS, e o seu canto de cisne - POEMAS DO BEM E DO MAL - publicado pela Fundação José Augusto, em 1984.

Além disso, muitos escritos em prosa e em versos ficaram inéditos.

Dois qualidades que caracterizam os homens de inteligência superior - a crítica e a ironia - ele as possuía em profusão. Personalidade forte, livre-pensador, fez do seu engenho poético um canal de comunicação impetuoso acima das acomodações sociais, espelho fiel do seu temperamento.

Para corroborar o que acabamos de dizer, bastam alguns versos do poema - Profissão de Fé:

“Não me torturarei à procura de rimas,
ou do metro perfeito.

7 - Siqueira, Esmeraldo - Do Meu Reduto Provinciano, Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 1969, pp. 57-9

Flua livre o meu verso e, desenvolto,
Quer rimado, quer não,
Vá traduzindo fielmente
Meu enredo emocional.
Nada de modelos antigos nem modernos”.

“Quem, entretanto, ler meus versos,
Quando me negue outras virtudes,
Há de fazer-me esta justiça
De ver que eu fui como sou mesmo”. (9)

Apesar desta proclamação de liberdade, Esmeraldo Siqueira subordinou a sua inspiração poética às eclusas do parnasianismo. Ao lado de Otoniel Meneses, ele foi um dos grandes mestres do parnasianismo entre os poetas norte-rio-grandenses.

Entre os numerosos poemas que escreveu, - DA MUSICALIDADE DO VERSO - e, sem dúvida, um dos mais bonitos e mais característicos da sua lavra:

“Meus versos têm mais compasso
Que o meu velho coração,
Onde da vida o cansaço,
É que marca o diapasão.

Quero a musicalidade
Na base da singeleza,
Cadência, sonoridade,
Nenhum sinal de aspereza”. (10)

O poeta cantou com elegância e sentimento d'alma os amores que possuiu, a beleza feminina, os valores superiores da vida, tais como a justiça, a Verdade e o Bem, as angústias existenciais e as indagações metafísicas perante o destino do homem. De vez em quando, nas horas de depressão, exercitava o seu estro para verrinar, com sátiras inolvidáveis, os seus desafetos da Província.

À semelhança de Nietzsche, fez da sua pena um aríete iconoclasta lançado contra certos valores, por ele, considerados mazelas da humanidade. Coerente com suas idéias, autêntico na sua maneira de ser e de pensar, ele sempre criticou a “áurea mediocritas” existente na sociedade do seu tempo. A Verdade e a Justiça são valores basilares que ele utilizou constantemente ao analisar pessoas, situações e obras de arte. Por isso, detestava o elogio fácil tão peculiar aos bajuladores de plantão.

Senhores Acadêmicos,

Todos os seus contemporâneos sabem que o problema religioso atormentou o poeta até os seus últimos dias. Quem se der ao trabalho de analisar, com minudência, a sua obra, inferirá que grande parte dos seus poemas está impregnado de termos religiosos. Aliás, quem estuda a psicologia dos ateus sabe

8 - Costa, Jurandyr Navarro da - “Discurso no Necrológio do Acadêmico Esmeraldo Siqueira” in Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Natal, Vol. 34, novembro de 1990, nº 22, p. 100

que todos eles são almas inquietas, em permanente busca de Deus. Neste aspecto, místicos e ateus se identificam. Por outro lado, é importante salientar que ninguém prova mais a existência de Deus do que os ateus, pois, quanto mais tentam negá-lo, tanto mais confirmam a sua existência pela via negativa e paradoxal da dialética.

No fundo, cada ateu gostaria de poder repetir as comoventes palavras de Agostinho de Hipona: "Tarde Vos amei, ó Beleza tão antiga e tão nova, tarde Vos amei". (11)

A inquietação religiosa de Esmeraldo Siqueira encontra-se consignada em vários dos seus poemas. Senão, vejamos:

"Quando bebo uma garrafa de vinho bom,
Mergulho em pleno sonho místico.
Tenho vontade de ir à Igreja
Fazer as pazes com Jesus Cristo..."

(Poema - "In Vino Veritas" - livro Música no Deserto, p. 96)

No último livro de versos que ele publicou, em 1984, intitulado - POEMAS DO BEM E DO MAL -, o poeta descreveu um sonho no qual fôra recebido, no céu, por São Pedro.

"Relatemos, porém, o estranho pesadelo,
Que neste instante ainda eriça o meu cabelo

Imaginem: sonhei que morria esmagado
Num terrível fragor de trem descarrilhado.

Apesar de eu ter sido a vida inteira incrêtu,
Minha alma não tardou em achar-se no Céu.

Recebeu-me São Pedro, um velho venerando
Pus-me a tremer, ouvindo estas duras verdades,

- Não há nada que Deus não saiba ou não preveja.
Tu viveste tão só para negar a igreja

Nunca rezaste um dia. A santa comunhão
Sempre te parecia uma pura ilusão.

Os dogmas atacaste, insultaste o Evangelho
No Novo Testamento, igualmente no Velho.

"Blasfemaste a valer numa acerba ironia,
Jogando até baldões contra a Virgem Maria.

Pus-me a tremer, ouvindo estas duras verdades,

9 - Siqueira, Esmeraldo - Música no Deserto, Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 1968, p. 7

Certo de não obter perdão de tais maldades.

Ao notar meu estado, o efetivo chaveiro
Das portas celestiais prosseguiu conselheiro:

- Não temas, filho meu. Deus pesa o bem e o mal,
E pode até perdoar um pecado mortal.

Pecaste muito, sim, mas o teu coração
Era na essência bom, cheio de compaixão

Confia em Deus, meu filho: estás salvo do inferno
Viverás entre nós num paraíso eterno”.

Em seguida, o poeta descreve a visão que teve do céu. Mas, quando descobre lá um grupo de desafetos seus, diz a São Pedro que prefere as profundas do inferno a ter de conviver eternamente com aquela gente. (12)

No poema - “Reflexões de um Incréu” - ele, volta a manifestar a mesma angústia:

“Quisera para me consolar,
Ter a fé dos humildes, a esperança,
Ou, então, a certeza de encontrar
A prometida bem-aventurança.

Somente essa certeza me daria
A paz que busco tanto com ansiedade,
O porto da razão que abrigaria
A minh'alma sedenta de verdade”. (13)

Todavia, no restante do poema, ele continua questionando a idéia de Deus. Por isso, não devemos vislumbrar nos versos citados a sua palinódia, mas tão somente a sístole e a diástole da dúvida recalcitrante, que ora impulsionava-o para os píncaros da certeza desejada, e ora o mantinha preso aos grilhões das idéias preconceituosas.

Creio que sofrimento igual a este, só conhecemos o de Sísitos no reino de Hades.

IV - A TRAJETÓRIA DA MODERNIDADE

O poeta Esmeraldo Siqueira, que tenho a honra de suceder nesta Acrópole das letras potiguaras, foi, do ponto de vista filosófico, um legítimo representante da modernidade. Para compreendê-la na amplitude da sua significação, pre-

10 - Siqueira, Esmeraldo - Poemas do Bem e do Mal, Natal, Fundação José Augusto, 1984, p. 259.

11 - Agostinho, Santo - Confissões, São Paulo, Editora Abril, Coleção “Os Pensadores”, Vol. VI, 1ª Edição, 1973, p. 214.

cisamos lançar um olhar retrospectivo aos séculos XVI e XVII.

Até então, sob o impulso do Imperador Constantino e do zelo ardente dos sucessores dos Apóstolos, o cristianismo sobreviveu à queda do Império Romano, conquistou os bárbaros e expandiu-se por todos os povos até então conhecidos. Entre os seus grandes feitos sócio-culturais, não podemos olvidar a abolição da escravatura e a unidade espiritual da Europa. Além disso, edificou uma sociedade, cujos fundamentos filosóficos se encontram na objetividade do ser e no caráter transcendental do sentido da vida humana. O símbolo mais característico desta civilização manifesta-se no perfil das velhas catedrais europeias, principalmente, nas de estilo gótico. À semelhança de uma pessoa de mãos postas para o alto, elas sinalizam a busca de Deus, enquanto Inteligência Primeira, Criadora do cosmos, Ser transcendental por excelência, meta-histórico, sem ser alheio à peregrinação dos homens na pista da temporalidade. E no seu Filho, que irmanou-se aos homens. Ele indicou o caminho da plena realização humana.

Entretanto, a partir do século XVI, uma constelação de fatores abalou os alicerces desta *Weleltanschaung*. Como observou o filósofo cristão, Teilhard de Chardin, - "Entre Deus e o homem antigamente imediatos e contíguos, veio intercalar-se um "astro novo", o mundo, que drena as potências religiosas da humanidade. Este mundo não é só realidade física. É também valor espiritual. E mais do que realidade atual, é um objeto a realizar". (14)

O primeiro a ser atraído pelo "Astro Novo" foi o Cônego Nicolau Copérnico. Do alto da torre da catedral de Frauenburg, ele elaborou a teoria do heliocentrismo que revolucionou a Astronomia. Há quase dois milênios que o geocentrismo reinava na cultura ocidental. Com o apoio e os aperfeiçoamentos trazidos por Galileu, Kepler e Bruno, o heliocentrismo tornou-se irreversível. De estático, o Universo passou a ser visto como uma realidade dinâmica, a ter uma gênese como tudo o que nasce nos braços da História. A partir de então, cresceu sem cessar a curiosidade do homem moderno para conhecer a estrutura do Universo. Munido das mais sofisticadas parafernálias eletrônicas, o homem contemporâneo decola do nosso pequenino planeta à procura de outras galáxias na esperança de, um dia, chegar às últimas dobras deste Universo maravilhoso. Não resta dúvida de que o telescópio de Hubble, navegando nos espaços sem fim, tem permitido ao homem de hoje ver mais longe do que todos os seus ancestrais.

É também no século XVI que Lutero, ao rebelar-se contra a Igreja e proclamar a livre interpretação das Sagradas Escrituras, colocou mais uma pedra no edifício desta modernidade. Supervalorizando o indivíduo contra as instituições, ele quebrou a unidade espiritual e política da Europa, cuja construção demandou quase um milênio.

No século seguinte, palmilhando o mesmo caminho, René Descartes, com o seu - "Cogito, ergo sum", revolucionou a filosofia ocidental. A partir de então, em lugar do objeto, o fundamento da realidade será o pensamento pensando em si mesmo. Assim nasceu o racionalismo moderno.

Por sua vez, Emanuel kant aprofundou a intuição cartesiana e submeteu toda a realidade objetiva aos caprichos do "Eu Categórico". Uma mangureira

12 - idem - Poemas do Bem e do Mal, pp. 22-24

13 - idem - Op. cit. p. 183

existe, não porque ela tenha uma realidade objetiva, fora de mim; ao contrário, ela existe na medida em que eu passo a pensar na sua existência. Por conseguinte, para o filósofo de Königsberg, o conhecimento deixa de ser uma adequação da inteligência à coisa, para ser a sua própria construção. Todo o edifício ontológico do ser objetivo desmorona e se metamorfoseia de conformidade com os imperativos do “Eu Categórico”. Esta vertente do racionalismo moderno atingiu o seu auge com o idealismo subjetivista de Fichte, teórico radical do “Eu Absoluto”.

Outra corrente desta modernidade filosófica é representada pelo empirismo inglês idealizado por Hobbes, sistematizado por Locke e levado ao extremo por Augusto Comte. Para eles, o homem só pode conhecer a realidade sensível, o dado imediato. Nada pode ser admitido como verdadeiro, se, antes, não passou pelo crivo da experimentação. Portanto, nada de idéias dedutivas. Toda especulação metafísica não passa de mera futilidade. A razão experimental tornou-se a senhora do mundo e a crença demiúrgica da Ciência adquiriu status de nova religião da humanidade. A ideologia do progresso dominou todas as mentes. As teorias de Charles Darwin sobre a seleção natural reforçaram o otimismo desta visão. Por outro lado, a Revolução Industrial consubstanciou, em bens econômicos, o sonho do progresso. Tudo isto, agindo quase comitantemente, mudou o ethos da civilização ocidental: as catedrais do consumo substituíram as catedrais de oração; e a busca desenfreada para acumular bens terrenos sucedeu à acumulação de graças no céu. Deus e a religião ficaram restritos à dimensão subjetiva de cada um. Mesmo assim, “vocatus atque non vocatus aderit Deus”.

Por sua vez, o empirismo aguçou a curiosidade do homem moderno que procura desvendar todos os mistérios do universo. Assim, com o intuito de explicar a origem do cosmos, os físicos contemporâneos empreenderam uma viagem no tempo, conseguindo retroagir até os 10 segundos iniciais. Chegando aí, depararam-se com o “Muro de Planck”, além do qual só resta o mistério. É que, naquele momento inicial do Universo, a gravidade totalmente voltada sobre si mesma, ergue uma barreira intransponível a toda investigação experimental. Por isso, ao sentir a impotência da Física para descobrir o que se esconde por trás do “Muro de Planck”, o cientista é obrigado a navegar nas asas da velha Metafísica. Percebe que o abismo que separa o homem do infinitamente pequeno é tão profundo quanto o que o distancia do infinitamente grande. Somente através da Metafísica é que o homem pode compreender de onde veio este “oceano de energia” que provocou a explosão do Big-Bang e pôs o Universo em movimento. É curioso como a Física contemporânea confirma a intuição genial de Henri Bergson, segundo o qual “o mundo que conhecemos hoje é uma simetria quebrada”. (15)

No final do século XIX, o terreno estava devidamente preparado para Nietzsche e Marx colocarem a última pedra no edifício desta modernidade, que diviniza o homem e suas obras em detrimento de Deus. Com eles, a laicização da cultura ocidental atingiu o seu ponto culminante.

Rebelando-se contra tudo e contra todos, Nietzsche anunciou a “morte de Deus” e colocou em seu lugar a idéia do Super-Homem. Na boca de Zaratustra,

14 - Rideau, Émile - O Pensamento de Teilhard de Chardin, Lisboa, Livraria Moraes Editora, 1965, p. 36.

ele pôs esta confissão: "Quero abrir-vos inteiramente meu coração, amigos: se existissem deuses como suportaria eu não ser Deus ! Logo não há deuses". Adiante, acrescenta: "Agora Deus está morto ! Homens superiores, este Deus foi o vosso maior perigo. Não ressuscitastes senão depois que ele jaz na tumba. Só agora volta o esplêndido dia, agora o homem superior torna-se soberano... Deus é morto; agora nós queremos - que o Super-Homem viva !" (16)

Como observou Leonel França, - "o novo herói não é o homem de ciência, nem o moralista, nem o religioso - não será o sábio ou o santo; será o dominador. Seu ideal será um ideal de força. Vontade de Poder, Leben ist Wille zur Macht" (17).

A "morte de Deus" abriu espaço para uma total reviravolta de todos os valores humanos e sociais. Uma vez sepultado o Criador de todas as coisas, será lícito praticar todo tipo de crime, desde o frio assassinato de um cidadão até o genocídio.

Na prática, em que resultou o exílio de Deus da terra dos homens ? A idéia do Super-Homem de Nietzsche concretizou-se nas "teocracias totalitárias" implantadas no nosso século, conforme a observação de Albert Camus. (18) A sociedade contemporânea ainda está ouvindo o eco do fragor dos canhões e sentindo o fedor da terra encharcada com o sangue de milhões de seres humanos que tombaram na II Guerra Mundial. Além disso, Mussolini, Hitler e Stálin, pretensos "Jeovás de Botas", organizaram com tal intensidade o ódio político no nosso século, que, mesmo após o seu desaparecimento, o mundo mergulhou numa corrida armamentista que, por pouco, não extinguiu a espécie humana com as armas nucleares.

Marx, por sua vez, arquitetou a mais ousada utopia desta modernidade: implantar o paraíso na terra. O proletariado, qual novo Cristo, redimirá a humanidade de todas as formas de exploração e alienação, e implantará o reino da igualdade social e econômica. Como um novo Demiurgo, ele é o senhor absoluto da História e em suas mãos detém as rédeas do futuro da humanidade. Todos os senhores conhecem o resultado prático das idéias de Marx encarnadas no Estado Soviético e nos seus satélites, desde outubro de 1917.

Além de ter proclamado a "morte de Deus", a civilização contemporânea reconhece agora "a morte do planeta terra", vítima do modo de produção capitalista industrial, que fez da acumulação do capital o valor supremo da sua razão de ser.

Após o fracasso de vários ismos neste século - cientificismo, nacionalismo, fascismo, nazismo e o socialismo totalitário -, verdadeiras religiões civis, a humanidade vive hoje em estado de coma político e de grande vazio espiritual. A porção mais rica da humanidade vive mergulhada na cultura do narcisismo. Mas, outra parte bem significativa, composta de judeus, muçulmanos e de cristãos carismáticos, já iniciou a revanche de Deus.

Sem um reencontro com Deus e os princípios da Metafísica, a civilização contemporânea não construirá a união de que necessita, e nem se livrará de muitos dos males que a atormentam.

Não se trata de regredir à Idade Média, até porque Deus e a religião não são entes exclusivos de uma determinada época histórica. Por outro lado, longe de mim a idéia de achar que tudo foi negativo nestes séculos de modernida-

15 - Guilton, Jean - Bogdanov, Grichka e Igor - DIEU ET LA SCIENCE, Paris, Grasset, 1991, p. 56

de. Negar os seus pontos positivos implica em não reconhecer ao homem o direito de pensar, de sonhar e de criar livremente coisas novas. Ao criticá-la, quero tão somente dizer que o homem não se realiza, nem como indivíduo nem como coletividade ficando preso na campânula do imanentismo. Sem abrir-se para a Transcedência vertical e meta-histórica, ele será sempre um projeto malogrado.

Na viagem de regresso à Deus e aos princípios metafísicos, nada melhor do que a companhia de Teilhard de Chardin para quem não há oposição entre a fé em Deus e a fé no mundo, a criação e a evolução do cosmos, a ciência e a religião, a imanência do homem e a transcedência do seu destino.

Segundo este pensador cristão, todo o processo evolutivo do mundo e da sociedade está impregnado na Cristogênese. Em tudo isto, Cristo "é o alfa e o ômega, o princípio e o fim, a pedra de base e o fecho da abóbada, a Plenitude e o Plenificante. É o que consuma e o que dá consistência a tudo. Para ele e por ele, Vida e Luz interiores do Mundo, se faz, no lamento e no esforço, a convergência universal de todo o espírito criado. Ele é o Centro único, precioso e consistente, que brilha no cimo futuro do mundo..." (19)

A todos, muito obrigado pela paciência com que me ouviram.

Prof. ITAMAR DE SOUZA

Oração acadêmica proferida ao tomar posse na Cadeira nº 29, da
Academia Norte-Rio-Grandense, no dia 06 de agosto de 1992

16 - França, Leonel - A Crise do Mundo Moderno, Rio, Editora José Olympio, 1942, pp. 118-119

17 - Idem, Op. cit. pp. 124-125

18 - Camus, Albert - O Homem Revoltado, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1951, p. 241

19 - Chardin, Pierre Teilhard de - Science et Christ, Paris, Éditions du Seuil, 1965, pp. 60-61

SAUDAÇÃO DE ENÉLIO LIMA PETROVICH A ITAMAR DE SOUZA

Mobilize as rápidas alegrias cotidianas
e some.

Junte, em ramalhete, suas felicidades
miúdas.

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

(Fundador e Patrono desta Academia).

Na apoteose e serenidade desta hora noturna, quando se empossa, na cadeira nº 29, Itamar de Souza, escritor e sociólogo, cabe-nos, atendendo ao seu convite, o privilégio de saudá-lo, em nome da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

E se aceitamos tão honrosa incumbência, emerge, desde logo, a palavra da gratidão. Respeito lhe temos. Amizade sobra, sem quaisquer arranhões nem interesses outros, senão o de valorizar o seu trabalho sério e reconhecido, no plano intelectual, aqui e alhures.

Eis-nos, pois, desta tribuna, infenso à conduta louvaminheira e cortejadora, para proferir, modestamente, a saudação protocolar, na certeza de que havermos de traduzir os sentimentos da estima e da admiração dos que integram este templo, sob a égide da cultura literária.

Convenhamos, penetrar nos umbrais desta Academia é uma glória, não conforme Gustavo Flaubert, de que "a glória quer dizer tolice, por sua conta", mas, "a recompensa da virtude", na lição de Sêneca.

Esta Casa nasceu em 1936, e lhe deu guarida o venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, quase centenário.

Sua longa caminhada, de triunfos e derrotas, subidas e descidas, otimismo e pessimismo, não deixa de promover a cultura norte-rio-grandense.

Cultura que representa e consolida os fundamentos basilares do progresso social e econômico da nação e do povo. Em síntese, do homem, porque já nos disse, certa vez, Miguel Reale, jurista e filósofo, da Academia Brasileira de Letras, que é "em razão do homem que devem se conjugar os filósofos, os sacerdotes, os literatos, os cientistas, os artistas..., todos como expressão do homem comum, empenhados em preservar os bens que a ciência e a técnica nos legaram e que constituem uma dívida perene para com as gerações vindouras".

Sabemos todos que as Academias de Letras são organismos que congregam escritores, poetas, filósofos, homens dedicados aos estudos multiformes, espargindo a cultura, na plenitude dos seus conhecimentos e pela sensibilidade do espírito.

E aqui vai uma lembrança.

Já se foram 13 anos, e participávamos da inauguração do Centro Cultural do Brasil, no Rio, em 20 de julho de 1979, e o jovem nonagenário Alceu de Amoroso Lima, ali, declarava:

"O 1º dever de uma Academia de Letras é defender o passado, a dignida-

de das letras, da cultura como um todo; é a defesa dos valores sem preço, da liberdade criativa e através dela a distribuição da Justiça”.

E acrescenta, agora, indagando, Josué Montello, também imortal, cuja amizade nos gratifica:

“Num mundo vertiginoso, que se transforma a cada minuto, as instituições tradicionais do tipo das Academias parecem pecar pelo anacronismo. Como conciliar o seu fardão, a sua espada e o seu chapéu de plumas com a ânsia de renovação que caracteriza esta última etapa do século XX ?

A Igreja Católica que se apegava ao passado, decidiu acompanhar as mutações modernas, atualizando-se também” (In “Anedotário Geral da Academia Brasileira” - págs. 7 e 8).

Ah, igualmente quanta sabedoria e humanismo continua transmitindo o mestre Cascudo que, lá do alto, nos guia e nos abençoa !

Saudando-nos, desta mesma tribuna, em 7 de dezembro de 1973, quando da nossa posse na vaga do Poeta Virgílio Trindade, assim proclamou:

“A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras devia, incontestavelmente, preparar-se para o futuro.

Não ter a mentalidade imóvel das sensações pretéritas de só saber elogiar o que passou a ter perpetuidade da saudade do passado.

Esta Casa preparou-se, com todos os diagramas de percurso. Todas as cordas emocionais da melodia cultural para resistir ao tempo”.

Por isso, presente e grandiosa é a nossa responsabilidade. Meta essencial em descobrir e dignificar os valores étnicos e culturais, na atual conjuntura, crítica e caótica, erradicando o analfabetismo de nosso povo, já perplexo e sofrido.

Daí ter razão Gilberto de Melo Kujawsky, em seu livro “A Pátria descoberta”:

“Chegou mesmo a hora de colocar às claras nosso lugar e nosso papel na história. Nunca se demonstrou tão evidente a conexão de nosso destino individual com o destino da sociedade em que vivemos inseridos. (omissis).

O futuro da nacionalidade - complicado com o de cada brasileiro em particular - está no centro da preocupação dos políticos dignos desse nome, dos professores e dos intelectuais, dos economistas, dos artistas, da mídia e do homem comum - a grande maioria silenciosa e sofredora, que guarda o devido resgate do estado de exaustão a que chegou. Não perguntemos o que o Governo pode fazer em nosso favor e sim o que podemos nós fazer para que o país e os governos dêem certo” (pág. 19).

À luz dos conceitos de Kujawsky, a nossa maior preocupação, é quando, numa hora solene, a Academia acolhe um escritor e, sobretudo, um sociólogo, filho desta terra dadivosa.

Mas, senhoras e senhores, autoridades, acadêmicos, vamos dar uma pausa, um interregno, a estas digressões, em que pesem a sua real valia e oportunidade, como norma de conduta, exemplos vivenciais e, até, de advertência, para todos nós, efêmeras criaturas humanas, à imagem e semelhança de Deus.

Sem dúvida, nos olhares e pela atenção participativa dos que emolduram este salão nobre e acolhedor, solidário, já se sente uma expectativa: a de conhecer mais e melhor o novo acadêmico, centro convergente desta festa jubilosa e consagradora.

Por isso, as nossas palavras devem ser mesmo breves. Curvamo-nos a

essa exigência salutar, até mesmo porque sempre nos recordamos do epigrama de Giovanni Giraud:

"Sobre as muitas obrigações desta vida,
Falou três longas horas Frei Romão
E deixou a assistência convencida
De que a pior desgraça era o sermão"

Sendo assim como saudação deste matiz exige o realce do recipiendário, compenetrado com a sua imortalidade acadêmica, agora, eis Itamar de Souza, quase de corpo e alma, "inteirinho da cabeça aos pés", conforme Mário de Andrade referindo-se ao Mestre Cascudo.

Nascido há 51 anos, em São José de Campestre, neste Estado, cursou o primário naquele município e o ginásio e clássico, no Seminário São Pedro, demonstrando logo interesse incomum pelos livros, de temas diversos, além dos didáticos.

Mais tarde, de 1961 a 1967, realizou estudos superiores, bacharelando-se em Filosofia Pura pelo Seminário Menor de Fortaleza e Teologia Católica, no Instituto de Teologia, em Salvador. Ainda em 1967, escolheu Natal para fixar sua morada. Aqui, com a inteligência e erudição peculiares, introduziu o pensamento filosófico de Teilhard de Chardin, lecionando nos colégios Marista e Nossa Senhora das Neves.

Sacerdote em dezembro do mesmo ano, até 1975, foi Capelão da Marinha de Guerra e dos Colégios Marista e Imaculada Conceição, nesta Capital.

Da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor e coordenador do Mestrado em Ciências Sociais. Editou a Revista *Vivência*, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Mas, as horas voam e os anos correm céleres. Implacáveis.

Do "Livros Eclesiastes" emana esta grande lição de vida, como dádiva dos céus:

"Há tempo de nascer e tempo de morrer;
Há tempo de plantar e tempo de colher;
Há tempo de calar e tempo de falar;
Há tempo de guerra e tempo de paz;
Há tempo de chorar e tempo de rir".

E como há tanto tempo para tudo, o acadêmico Itamar de Souza, que, possui, como nós, mente, coração e alma, encontrou também o seu tempo de amar, palmilhando outros caminhos à procura de outro destino, de sua maior afeição.

Dessa forma, no 1º mês de 1974, em São Paulo, já de formação universitária, secularizou-se, para entregar-se aos braços de Roseli Augusta Bressân de Souza, que, com a graça de Deus, lhe presenteou Paula Maria, João Henrique e Marília Aparecida.

Acreditamos, meu caro Itamar, que nos instantes supremos de sua decisão, tenha se lembrado das palavras de São Paulo, a Timóteo, e com ele repetiu:

"Combati o bom combate,

Terminei a minha carreira
Mas guardei a fé”.

Vamos mais além, afluindo os méritos do novo acadêmico. De 1974 ao ano de seu casamento, defende tese na Universidade de São Paulo e é mestre em Sociologia.

Migrações Urbanas no Brasil alcançou a nota máxima. Livro editado em 1980, pela “Vozes”.

Como Diretor do Centro de Pesquisa “Juvenal Lamartine”, da Fundação “José Augusto”, de 1979 a 1986, instituiu o projeto História de seu município, ressurgindo do esquecimento a memória sobre pessoas, fatos e tradições, no tempo e no espaço. Um trabalho de equipe, do qual resultaram 10 monografias.

E o que dizer mais acerca do Prof. Itamar de Souza, mesmo sem fardão, espada e plumas, mas, de capelo, imortal ?

Por Deus, também não nos interroguem, a exemplo de Cícero, embora no bom sentido:

“Quóusque tandem abutere, Catilina, patientia nostra ? - Até quando abusarás, Catilina, de nossa paciência ?

Mais paciência queiram nos permitir...

Assim, de sua autoria, inúmeros são os livros, afora alguns artigos esparsos, em jornais e revistas.

Enumerar todos, torna-se-á enfadonho, porque maior mesmo é a nossa ansiedade em ouvi-lo.

Vejamos, tão somente, alguns:

1 - Migrações para Natal - 1976.

Era Itamar de Souza menino do interior, observando os seus conterrâneos partirem da terra-berço rumo à cidade grande, à capital decantada, em busca de uma sobrevivência melhor.

2 - O Compadrio: da política ao sexo - 1981 - Ed. Vozes.

É trabalho pioneiro. Nos arquivos eclesiásticos, da Catedral e das Igrejas da Ribeira e do Alecrim, provou que o compadrio não ocorre apenas nas zonas rurais, divergindo, então, dos antropólogos estrangeiros. Nas cidades maiores ele se multiplica como uma estratégia de promoção social para as camadas mais pobres, e nas médias, se intensifica pelos laços familiares.

3 - Em outro livro, de 1982 - A Luta da Igreja contra os coronéis (também Editora Vozes), aborda sobre a participação ativa da Igreja Católica, em se preocupando com o sindicalismo rural no Rio Grande do Norte, sob a orientação de Dom Eugênio de Araújo Sales, na época, Bispo Auxiliar de Natal.

Decerto, sem maiores alusões, fomos nós testemunhos vivos, presenciais, desse movimento, até janeiro de 1964, chefiando o Departamento Jurídico da Federação dos Trabalhadores Rurais. As Ligas Camponesas, de Chico Julião, representavam uma ameaça constante aos nossos propósitos.

“Degredados Filhos da Seca” - edição de 1983, outra publicação de Itamar de Souza, obteve considerável repercussão, entre os críticos nacionais. Evidencia a problemática da seca e é fonte de debates na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no Colégio Santo Inácio, no Rio. Essa obra fora escrita juntamente com o Padre João Medeiros Filho.

Mas não parou aí Itamar de Souza. Escreveu “A Seca do Nordeste: um falso problema”, em 1988. Estudo sobre o combate às secas, antes e depois da

SUDENE.

Bem, jocosamente, se o sermão do Frei Romão, aqui referido, durou três longas horas, esta advertência nos é positiva. Fiquem tranqüilos que, em alguns minutos, chegar-se-á ao fim desta saudação, despreziosa, singela, amiga e gratificante.

Entretanto, o que não podemos olvidar é o livro, talvez o mais polêmico e discutido, resultado de 7 anos de pesquisa, abrangendo cerca de 40 anos de história.

Referimo-nos: "A República Velha do Rio Grande do Norte", editado em 1989. De cunho histórico-sociológico e crítico, refaz o pedestal de certos personagens da vida potiguar que jazem no esquecimento.

Reconhecemo-lo uma das obras fundamentais da cultura norte-riograndense. E confirma Alvarar Furtado, um dos nossos, "ser o primeiro trabalho a nos dar um completo estudo sobre nossa vivência republicana em sua elaboração inicial..."

Hélio Galvão, saudoso historiador e sociólogo, desta Casa, já na eternidade, define Itamar de Souza:

"O inaugurador das modernas técnicas de pesquisa entre nós".

Autoridades, acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores:

Esta a nossa mensagem-saudação, dirigida ao Escritor e imortal Itamar de Souza, com voz uníssona e coração ao alto. Confrade e vice-presidente de nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - a mais antiga Casa de Cultura do Estado. Integra outras instituições nacionais e fora do país. Um nome que já ultrapassou fronteiras. Suas obras já foram consultadas e citadas por cientistas sociais de Angola, Inglaterra e Canadá.

É, atualmente, assessor do Exmo. Sr. Senador Lavoisier Maia, desde 1989.

A sua entrada, justa, merecida, e por isso triunfal, na Academia Norte-riograndense de Letras, tem o sentido de valorizá-la. Mas, pari passu, o seu trabalho intelectual, de pesquisador sério, erudito, é a criatura humana das melhores. Isto sim, traduz a reciprocidade, em outras dimensões.

Graças aos seus méritos, esta Academia se engrandece sobremaneira. Eleva-se, no aplauso da própria comunidade.

Enfim, rejubilamo-nos, de braços dados, com a sua ascensão à imortalidade acadêmica.

E hoje e sempre, a sua caminhada tem sido florida com as rosas do saber, da solidariedade, da compreensão, atirando bem distante a inveja e os recalques, as maldades inconcebíveis e os dissabores gratuitos. As calúnias preconcebidas.

Se pudéssemos colher algo mais a seu respeito, Itamar de Souza, para ressaltar desta tribuna, livre e democrática, a noite seria longa demais.

Porém, não nos deixem calar agora, minhas senhoras e meus senhores. O depoimento de seu professor, nos idos de 1958, hoje ao seu lado, Acadêmico José Melquíades de Macedo, bem sintetiza a sua personalidade, homenageando-o no instante de sua coroação intelectual.

Ouçamo-lo:

"Foi meu aluno de Inglês, no Seminário de São Pedro. Era ainda seminaria menor, predestinado ao Sacerdócio. Inteligente, lúcido e lépido. Sempre

imprimiu seriedade aos seus escritos e sempre exerceu as funções a ele confiadas com muita dedicação, muita compostura no pleno senso de suas responsabilidades. Nunca lhe perdi a visão de adolescente, vestido na batina roçagante e enclausurado no velho Seminário da Av. Campos Sales, onde eu vivi igualmente ensacado na mesma batina, alguns anos antes dele.

Esta é a imagem que tenho do menino de ontem e do homem de hoje, vitorioso e imortal".

Acadêmico Itamar de Souza:

Vendo-o e admirando-o, cremos haver cumprido a nossa tarefa, emocional e telúrica. Protocolar e espontânea.

E a exemplo do poema "Irene" de Manoel Bandeira, "entre, não precisa pedir licença".

Esta casa é sua. Nós somos seus irmãos de ideais, enaltecendo e consolidando a Cultura Literária Potiguar.

Com obstinação, inteligência e conhecimentos, saiba projetá-la, ainda mais e sempre, como mensageiro do bem-querer e dignitário da erudição e do humanismo.

E na evocação do tribuno José do Patrocínio, dele ouvia Viriato Correia, ambos imortais, este conselho:

"Ande de cabeça erquida. E erga-a mais que puder, até esbarrar com o céu. Se ficar com um galo na testa, não se maldiga.

Esse galo cantará a sua vitória".

Seja assim, Itamar de Souza, ad perpetuam rei memoriam.

As lições aprendidas no correr de sua existência; os seus deveres cumpridos e a cumprir, no cotidiano, e a sua permanente convivência entre nós, somente engrandecem a Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Afinal, que o Onipotente, convergência de todas as divergências, ilumine o seu espírito e a sua mente, espargindo a sua cultura multiforme; proteja a sua esposa e filhos, seres do seu próprio ser; e na escalada vitoriosa do presente em busca do porvir venturoso, nos faça, sem mágoas nem rancores, alma limpa e coração ao alto, mais fraternos e mais felizes, sob as bênçãos do mesmo Deus.

Acadêmico Itamar de Souza:

Deixe-nos proclamar e aplaudir: Presente, nesta festa votiva, sua mãe, já nonagenária, Maria Ferreira de Souza, como que reza por sua felicidade e seus triunfos.

Talvez com os olhos marejados pela emoção.

Seja bem vindo.

A imortalidade é galardão que o consagra.

Um prêmio maior. Um direito irrenunciável.

A recompensa meritória de sua própria vida.

(Saudação proferida na magna sessão de 6 de agosto de 1992 -
Academia Norte-rio-grandense de Letras)

DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO MANOEL ONOFRE JR.

Desprovido de eloquência, devo ser breve, para não cansar os presentes. Mas, peço encarecidamente que não tomem o meu laconismo como desapeço a este evento, que reputo de alto significado.

Na verdade, a acolhida desta Academia constitui para mim uma grande honra - principalmente porque representa implícito reconhecimento ao meu trabalho literário.

Assim, honrado e grato, entro nesta Casa, juntando-me, prazerosamente, a todos os acadêmicos, que tanto a dignificam e ilustram, sob a presidência de Diógenes da Cunha Lima.

— 0 —

Há algum tempo, num artigo de jornal, referindo-me a Academia - e não especificamente a esta - afirmava eu, de modo enfático: a Academia é o panteão dos vivos. Ironizava, com a irreverência própria dos jovens, o que então me parecia ser Academia, e que hoje se me afigura apenas o lado caricato da instituição: seu conservadorismo e sua ligação com o Sistema.

No mesmo artigo a que me referi, eu citava o escritor e acadêmico R. Magalhães Jr., que, numa entrevista, deu este conselho aos jovens: "Atacar a Academia, já que a juventude deve ser rebelde contra o medalhão e a glorificação fácil". Mas, concluindo, disse o mestre: "Depois de gritar bastante, entra para a Academia e tenta melhorá-la".

Meu conceito de Academia, hoje, é outro, inteiramente diverso daquele da minha juventude. Eu mudei. Mudou a Academia. Não mais a vejo como um misto de Olimpo e feira de vaidades. Considero-a, tão-somente, simples agremiação literária ou casa de cultura, que deve dinamizar a vida cultural, sempre sob o signo da renovação.

É essa a Academia que abraço.

Ditas estas palavras, passo aos elogios de praxe, cumprindo disposições regimentais. Aliás, é com satisfação que me proponho a fazê-los, dada a grandeza das figuras homenageadas.

Inicialmente, o mestre Luís da Câmara Cascudo, cuja cadeira, como acertadamente se decidiu, permanecerá vaga para sempre.

Reporto-me, em primeiro lugar, ao lado humano do filho do Cel. Francisco Cascudo e de D. Anna. A este respeito, existem numerosos depoimentos. Um deles, de autoria do escritor e acadêmico Veríssimo de Melo, publicado no Jornal do Comércio, do Recife, e posteriormente em livro, constitui interessante perfil, do qual destaco o seguinte trecho:

"Em Cascudo, o que mais me impressionava era a sua permanente alegria de viver. Dentro ou fora de casa, nas reuniões de intelectuais ou gente do povo em geral, Cascudo demonstrava sempre uma alegria esfuziante. Ninguém poderia comparar-se a ele nesse particular. Criava coisas muito mais próprias de meninos danados do que de gente grande e austera".

Eu conheci Cascudo, fui seu aluno na Faculdade de Direito, fiz várias

visitas ao Mestre, em sua casa da Junqueira Aires, e um dos aspectos de sua personalidade, que maior impressão me causava, era justamente esse ressaltado por Veríssimo.

A primeira vez em que o vi, era eu ainda menino de calças curtas. Acompanhando meu pai, eu ia passando defronte ao Palácio Potengi, quando vi aquele senhor bem vestido, que fazia mesuras, gaiatamente exageradas, para um seu companheiro, nas escadarias do palácio. A cena me chamou atenção. Papai disse-me: "Aquele senhor é Câmara Cascudo, o homem mais culto do Estado".

Não mais o esqueci e, quando já estudante na velha Faculdade da Ribeira, reencontrei-o como meu professor de Direito Internacional Público, passei a admirá-lo e a estimá-lo cada vez mais.

Chamava-me, afetuosamente, "Cruviana".

Em seu livro "Na Ronda do Tempo", sub-intitulado "Diário de 1969", ele fez referência a mim e ao meu avô materno, ao relacionar as visitas que recebeu no dia 30 de outubro daquele ano. Diz: "Vêm (...) o Des. João Vicente da Costa, que não envelhece, o escritor Manuel Onofre de Souza Junior, meu ex-aluno e que apelidei "Cruviana".

Cruviana - esclareço - por causa do conto de minha autoria, assim denominado. Conto de inspiração folclórica, parece ter causado viva impressão ao Mestre.

Grande figura humana, Cascudo era bem "o sábio jovial", uma alma boa, um tipo inesquecível.

Como escritor, homem de letras e cientista é o maior, o mais eminente dos norte-rio-grandenses em todos os tempos.

Pode-se considerar como marco primeiro de sua carreira, no plano nacional, o livro "Histórias que o Tempo Leva", editado pela Editora de Monteiro Lobato (1924). Antes publicara "Alma Patrícia", estudos literários norte-rio-grandenses. No "Histórias que o Tempo Leva" revela-se o ficcionista disfarçado no pesquisador: a História vem em feitiço de estória. Livro que se lê de um fôlego, esse. E até quem não gosta muito de estudos históricos, termina a leitura sabendo um bocado de nossa História. Apenas algumas palavras bonitas em construções idem, traem aqui e acolá o jovem literato. A este livro seguir-se-iam "Joio" - páginas de literatura e crítica - (1924), "Lopez do Paraguai" (1927), "O Conde d'Eu" (1933) e outros trabalhos no campo da Biografia e da História.

"Viajando o Sertão", pequeno livro, de 1934, já revelava o interesse do autor pela Etnografia. Mas foi com "Vaqueiros e Cantadores" (1939) que começou a afirmar-se o observador arguto da vida do povo. Ia nascendo o etnógrafo e folclorista do "Dicionário do Folclore Brasileiro" e de tantas outras obras. Sua pesquisa determina-se pelo seu amor à terra e à gente. Assim, num ensaio sobre "As Tradições Populares na Pecuária Nordestina" (1956), por exemplo, não se apresenta nenhuma frieza de coisa demasiado cerebral; tudo, ali é quente e pulsa como o coração do homem. Não falta lirismo, nem humor: "Jumento andando de lado e com os pés das orelhas suados valia como certeza de chuvada boa - Larga a orelha do jumento, menino de cotoco! - Nada não, mãe, estou vendo se vai chover!"

Cascudo descreve a vida numa fazenda de gado de antigamente. As casas rústicas - por dentro e por fora - pegadas aos currais; as horas de comer, que se sabia pelos astros; a denominação dessas horas (quebrar da barra, pino

ou pingo do meio dia, boca da noite, etc.); os animais; a missa uma vez por mês; o espetáculo da cheia, que convém ver: "Lá vem ! Lá vem! Era a cabeça do rio, a primeira onda suja, fulva, furiosa, macaréu raivoso empurrando as galhadas das árvores arrancadas, corpos de reses, flores, nódoas verdes dos roçados arrebatados no fragor da enchente, tudo confuso, enrodilhado de espuma, torvelinhando no escachôo irresistível das primeiras águas infetuosas".

Esse mundo bem que daria um romance. Mas há "o pudor religioso de não obrigá-lo a entrar para o bojo da garrafa do rei Salomão, nem achatá-lo numa página infiel às luzes e cores realmente possuídas".

Mundo diferente, mas apresentado com idêntico amor à terra e à gente - o dos jangadeiros, em "Jangada" (1964). Dividido em dois, este livro trata com calor, primeiramente, do elemento humano, depois exaure o assunto jangada.

"Canto de Muro", surgido em 1959, seria uma espécie de "romance de costumes", segundo a expressão empregada pelo autor. No romance os personagens são pequenos animais - sapo, coruja, lagartixa, etc. - e o cenário deduz-se do título.

Alguns estudiosos da obra do Mestre vêem no "Canto de Muro" a sua obra-prima, sob ponto de vista literário.

Depois do historiador ("Governo do Rio Grande do Norte" (1939), "História da Cidade do Natal" (1947), "História do Rio Grande do Norte" (1955), "Geografia do Brasil Holandês" (1956), "História da República no Rio Grande do Norte" (1965), "Movimento da Independência no Rio Grande do Norte" (1973), etc.), do folclorista e etnógrafo ("Geografia dos Mitos Brasileiros" (1947), "Anúbis e Outros Ensaios" (1951), "Meleagro" (1951), "Literatura Oral" (1952), "Cinco Livros do Povo" (1953), "Superstições e Costumes" (1958), "Rede de Dormir" (1959), "Dante Alighiere e a Tradição Popular no Brasil" (1963), "Made in Africa" (1965), "Flor dos Romances Trágicos" (1966), "Folclore do Brasil" (1967), "História da Alimentação no Brasil" (vol. I, 1967; vol. II, 1968), "Mouros, Franceses e Judeus" (1967), "Coisas que o Povo Diz" (1968), "Civilização e Cultura" (1973), "História dos Nossos Gestos" (1976), etc.). Veio o biógrafo dos nossos homens de letras e de outros potiguares eminentes. Tendo convivido com quase todos eles, pôde Cascudo oferecer à posteridade retratos em corpo inteiro de Pedro Velho ("Vida de Pedro Velho" (1956), Auta de Souza ("Vida Breve de Auta de Souza" (1961), Henrique Castriciano ("Nosso Amigo Castriciano" (1965) e tantos mais.

Da poetisa do "Horto" é o biógrafo maior. Na prosa envolvente, cheia de invenções, não se limita a contar uma vida; ensina-nos como amar a "cotovia mística das rimas".

Além destes trabalhos biográficos, a parte de sua bibliografia dedicada ao nosso Estado é imensa. Monografias sobre os municípios de Mossoró, Santana do Matos e Nova Cruz; dezenas e dezenas de notas históricas e biográficas esparsas na imprensa (parte reunida no "Livro das Velhas Figuras", 6 volumes); explicações da toponímia; estudos da Assembléia Legislativa, do Atheneu Norte-rio-grandense e das paróquias, tudo isto e muito mais, além dos dois livros-suma, já referidos, "História do Rio Grande do Norte" e "História da Cidade do Natal".

Fica a evidência: em termos de cultura, o Rio Grande do Norte deve muitíssimo a Cascudo.

Para a nossa Academia, ele figura como que na condição de patrono-mor,

pois foi quem teve a iniciativa de constituir a entidade, a qual tem sido cognominada; muito acertadamente, de Casa de Câmara Cascudo.

Senhores acadêmicos, senhoras e senhores:

A cadeira nº 5, para a qual fui eleito, tem como patrono, José Moreira Brandão Castelo Branco, por escolha do primeiro ocupante, Edgard Barbosa.

Existem três facetas a realçar na personalidade de Moreira Brandão: o jornalista, o orador e o jurista. Mas, além do campo intelectual, foi Moreira Brandão, antes de tudo, um político. Essa a sua vocação, realizada de modo brilhante: dez vezes deputado provincial, três vezes deputado geral. Sua trajetória na vida pública do Estado (então Província), ao longo da segunda metade do século XIX, projetou-o com destaque em nossa História Política.

Exerceu cargos de relevo, como os de Secretário de Governo e Diretor da Instrução Pública da Província.

Seus atributos de orador e jornalista estavam em função, principalmente, de suas atividades políticas. É o que se depreende do que escreveram, a seu respeito, Tavares de Lyra, Câmara Cascudo, Eloy de Souza, Edgard Barbosa, Veríssimo de Melo e Ascendino Almeida.

Na qualidade de advogado, deixou "impressos alguns trabalhos que lhe deram grande nomeada, escritos em defesa de causas de que foi patrono, informando Sacramento Blake (op. cit.) que publicou também, de colaboração com o seu colega Dr. A. A. de Barros, uma "Coleção de acórdãos que contém matéria legislativa, proferidos pelo Supremo Tribunal de Justiça desde a época de sua instalação" (Tavares de Lyra, ob. cit., pág. 339).

Inteligente e sensível, com apurado gosto pelas letras (poeta nas horas vagas), Moreira Brandão, no entanto, não nos legou obra literária de vulto, visto que preferiu dedicar-se de corpo e alma à política.

Edgard Barbosa, grande escritor, jornalista e magistrado, disse em seu discurso de recepção a 22 de abril de 1939, estas palavras lapidares:

"Não podemos asseverar que Moreira Brandão tenha sido um sacrificado pela política, mesmo na época em que os postos políticos exigiam sacrifícios. Mas ele foi, sem dúvida, um disciplinador dos métodos partidários, um capitão que só sabia combater com as armas da tolerância e da lealdade. Vendo-o nos estertores do antigo regime, quando a evidência do triunfo republicano se sobrepunha à marcha valetudinária da monarquia, é que compreendemos o seu desinteresse e a energia espiritual de sua autoridade". (Revista da ANL, nº 1, pág. 12).

Eis aí, em poucos traços, o aguçado perfil do patrono, a quem rendo minha homenagem.

Passo, agora, ao elogio do último ocupante da cadeira nº 5, Ascendino Henriques de Almeida Junior.

Conheci-o de vista. Guardo bem na memória a sua imagem. Sempre me pareceu um homem simples, sem afetações, sério (mas não sisudo) e dotado de uma discrição que o impedia de estadear suas melhores qualidades, inclusive seus dons intelectuais.

Pelo reconhecimento geral, que nunca buscou, distinguiu-se, porém, nos dois campos de sua vocação: a odontologia e as letras, compreendida aí a filologia, sua especialidade.

Costuma-se dizer que o gramático conhece as regras do escrever bem, todavia não sabe escrever. Se é verdade, não vale generalizar. Excetuam-se alguns gramáticos, dentre estes, sem dúvidas, Ascendino Almeida.

Ainda não tive oportunidade de ler o seu livro de crônicas "Pensamento em Férias", há muito esgotado, no qual encontra-se, com certeza, o escritor, o artista da palavra. Mas, li atentamente um texto autobiográfico e vários ensaios de sua autoria, publicados na revista da ANL, através dos quais pude constatar que Ascendino, apesar de gramático, escrevia bem. De um desses trabalhos - percuciente estudo sobre a criação literária - extraio o seguinte trecho, bastante ilustrativo do que afirmo. Ei-lo:

"Durante o processo de elaboração mental, o escritor e o poeta são essenciais; na hora, porém, em que o objeto de sua criação - a palavra escrita - se transmite pela leitura, ele o artista criador, torna-se inessencial em relação à coisa criada. A partir daí, a essencialidade incorpora-se ao leitor, que, em livre interpretação, pode manifestar as mais diversas reações, entre elas as do assentimento, dúvida ou contestação. O poeta e o escritor não existem sozinhos. Suas criações morreriam todas ao nascer, se não as esperasse o leitor, pois, da análise e interpretação deste, emerge a luz que oferece àqueles movimento e vida". (Revista da ANL, vol. 30, nº 18, págs. 111 e 112).

Prosador de bom nível, como fica aqui evidenciado, Ascendino também fez versos, mais precisamente trovas, sem que, todavia, conseguisse a mesma excelência demonstrada na prosa.

O escritor e acadêmico José Melquíades definiu muito bem o poeta Ascendino com estas palavras:

"Pelos seus conhecimentos vernaculares e sua habilidade de estilista, e também dispersa e sóbria qualidade trovadoresca, aproximei-o do cego Castilho e o distanciei do cego Aderaldo. Ascendino era mais fértil e mais espontâneo na elaboração da prosa do que nos versos improvisados em noites ou em cantorias de violas e salões. Em prosa, ele era preciso; em verso, um tanto limitado". (Discurso pronunciado no dia 11-04-91, na Academia Norte-rio-grandense de Letras. Revista da Academia, vol. 35, nº 23, pág. 89).

De qualquer modo, Ascendino deixou a sua contribuição válida para essa modalidade de poesia breve e lúdica. É possível que a encarasse como divertissement. Não sei. Mas, o fato é que a sua energia intelectual canalizava-se para a prosa e, principalmente, para a filologia.

É como filólogo que Ascendino Almeida ficará na história da inteligência em nosso Estado.

Durante anos dedicou-se ao ensino do português no Colégio Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense, passando a lecionar a matéria em outros estabelecimentos. Dos seus estudos linguísticos, resultaram dois livros indispensáveis: a "Gramática da Língua Portuguesa" e a "Gramática Funcional", esta última em colaboração com a professora Vera Lúcia Marques de Almeida, e destinada ao ensino da língua na escola primária.

Senhores acadêmicos, senhoras e senhores:

Se eu tivesse de esboçar a biografia de Ascendino Almeida, falaria com

interesse do menino sertanejo, nascido em Catolé do Rocha e criado em Patu, que, depois, já adolescente, foi estudar no tradicional Colégio Diocesano Santa Luzia de Mossoró. Teria eu motivação bastante para aprofundar-me no estudo dessa fase de sua vida, até porque nela encontro numerosos pontos de identidade com a minha própria trajetória existencial. Mas, prefiro deixar essa tarefa para depois. Agora, não quero me alongar; entendo que a brevidade é a maior virtude de qualquer discurso. Encerro, pois, estas palavras - pobres palavras de um anti-retórico convicto.

Muito obrigado.

— 0 —

Nota do autor:

No tocante à obra de Câmara Cascudo, aproveitei parte de artigo de minha autoria, publicado no livro "Salvados" (Natal, 1982, págs. 93/95).

SAUDAÇÃO DE VERÍSSIMO DE MELO A MANOEL ONOFRE JÚNIOR

Uma Academia de Letras - sabem todos - é comunidade de valores intelectuais do mais alto nível. O que não quer dizer que as pessoas aqui sejam padronizadas. Pensam e agem de modo uniforme. Ao contrário. As personalidades que integram uma Academia são extremamente diversificadas. De vários temperamentos. De múltiplas atitudes. Cada um dos acadêmicos com seus pontos-de-vista próprios, suas indiossincrasias, seus posicionamentos peculiares. Aqui parece que só existe uma uniformidade: a condição de acadêmicos. No mais somos absolutamente diferenciados. Caracteristicamente distintos.

Daríamos alguns exemplos para mostrar o cariz pessoal de certos acadêmicos.

O nosso presidente Diógenes da Cunha Lima é um espírito conciliador. Elegante no trato e fraternal no convívio quotidiano. Lá fora, na sua profissão de advogado, é um lutador persistente. Agiganta-se na defesa dos seus clientes e vai às lágrimas quando periclita a justiça que persegue. Na maior recessão do mundo, ele comprou um baobá, árvore africana centenária - por uma fortuna. Para que ? Ele afirma que foi para salvá-la das agressões anti-ecológicas. É um poeta.

Nosso Mestre Otto de Brito Guerra é a bondade personificada. Líder católico dos mais respeitáveis da nossa terra, sociólogo e ensaísta, é espírito eminentemente pacífico e reflexivo. Continua a obra monumental do seu ilustre genitor, Felipe Guerra. É uma lenda da Academia.

O poeta Gilberto Avelino - já dissemos isto noutra oportunidade - é um otimista incurável. Crê sempre na vitória do Direito, da Justiça e do bem sobre a maldade humana e o crime. Facilmente emocionável diante de um fato triste, é também capaz de dar pulos de alegria noutras ocasiões mais felizes. É um desses raros homens que, cada dia, redescobrem a vida, ainda deslumbrados, e nos comunica, por contágio, essa extraordinária revelação.

Mário Moacyr Porto - escritor bi-estadual - é jurista de altos méritos, reconhecido nacionalmente. Ensaísta de aguda penetração sociológica, é um esteta da palavra, como há pouco o classificava José Rafael de Menezes, em livro recente. Entre amigos, é insuperável narrador de tipos e figuras da cena social e política da Paraíba. Admirável couser.

Jurandyr Navarro é um grego que aportou à Academia. O bom gosto da cultura clássica, bondade, caráter retilíneo, ele é capaz de sacrificar-se para servir a um amigo ou ao seu ideal. É um gentleman no deserto.

Américo de Oliveira Costa é ensaísta consagrado por muitos títulos. É o verdadeiro habitante da biblioteca - para usarmos denominação que dá título a um dos seus mais belos livros. Leu tudo sobre a literatura francesa. Conhece a fundo o que há de mais expressivo na literatura universal. Leitor voraz, estilista, é também um esteta da palavra no que escrevem analisa, interpreta.

Luiz Rabelo é um poeta compulsivo. É capaz de passar um dia e uma noite escrevendo e burilando um bom soneto e com isto se realiza plenamente. Embora, às vezes, o soneto circule apenas entre meia dúzia de amigos fiéis. Mas, não importa. Para ele, a poesia é fundamental.

Alvamar Furtado de Mendonça é pioneiro de vários setores da nossa imprensa. Manteve a primeira coluna sobre cinema em Natal. Escreveu sobre jazz com proficiência. É ecologista bravo e destemido. Basta aparecer uma clareira de meio metro nas nossas dunas para motivá-lo a fazer um comício no Conselho de Cultura. Escritor oral, é imbatível numa roda de amigos. Sylvio Pedroza, certa vez, pediu-lhe que escrevesse uma palestra sobre música erudita. Não sendo a sua especialidade e como é modesto, deu o seguinte título ao seu trabalho: "UM CHAVANTE NO REINO DA MÚSICA". A palestra foi recusada.

João Wilson Mendes Melo é o nosso grande diretor da Revista da Academia. Historiador tranqüilo, ponderado, metuculoso. Cuida da nossa Revista como um pai amoroso cuida de seu filho. Sua contribuição ao prestígio da Academia é relevante.

Grácio Barbalho é o nosso especialista máximo em música popular brasileira - apenas no período que coleciona, isto é, a partir de 1927, as décadas de trinta e quarenta, e alguns anos da década de 50. Tem todos esses discos - pasmem ! - com os seus números memorizados. Sabe nomes de autores e intérpretes de todas essas músicas. É conhecido também como o homem que fala pouco. Filgueira Filho, saudoso médico e seu contemporâneo na Faculdade de Medicina, no Recife, discordava dessa interpretação. Dizia:

- Comigo, Grácio sempre foi muito loquaz. Quando o cumprimento, ele responde exuberantemente:

— Ó.

Nilson Patriota é o grande jornalista político da nossa geração. Ex-diretor de "A República", escreve com extrema fluência e rapidez. É elegante e generoso na sua sociabilidade. Quando se candidatou à Academia, nós o acompanhamos às visitas protocolares aos acadêmicos. Quase foi à falência com sua fazenda de gados em touros. Sempre que recebia decisivo apoio aos acadêmicos - nós repetíamos a frase que ele não esquece, ao convidá-lo às comemorações no bar mais próximo.

- Nilson, lá se vai mais um boi !...

Dorian Gray Caldas é o nosso grande artista plástico, ensaísta, crítico de arte. Trabalha de manhã, de tarde, de noite, dormindo até. É uma pessoa de trato finíssimo. Nunca se ouviu Dorian pronunciar um só palavrão. (E olhem que os palavrões, nestes tempos árdus que estamos vivendo, nos parecem cada vez mais fundamentais).

Raul Fernandes, Biógrafo e pesquisador da saga de Lampião em Mossoró e Antonio Silvino - já está entrando no folclore da cidade com suas estórias estupendas e exageros incríveis. Ao pedir-lhe para nos passar receita de novos óculos - faz uns dois anos - ele indagou:

- Veríssimo, que idade você tem ?

Respondemos, na época;

- Meia nove.

Ele concluiu, fulminante:

- Ah!, meu filho, você já morreu! Não precisa mais de óculos. A idade limite do homem é setenta anos. Eu tenho os livros de medicina todos lá em casa. Sei disso.

Indagamos:

- Raul, e você que tem oitenta e tantos anos?

Ele acrescentou:

- Ah!, isso acontece com os privilegiados!

Num jornal de Goiás, lemos há pouco interessante crônica de Brasigóis Felício sobre Raul Fernandes. Registrou um diálogo dele com um colega médico, no Hospital das Clínicas. O colega o informou:

- Raul, quem está chegando ao hospital, muito doente, é fulano de tal.

Raul perguntou:

- Ele bebia e fumava ?

- Não - respondeu o colega.

Raul concluiu:

- É por isso que ele vai morrer!

Evidentemente, não é nosso propósito lembrar, neste instante, todos os nossos ilustres confrades. Para encerramos esta listagem, apenas uma estorinha aqui dos bastidores da Academia. Nosso Mestre Edgar Barbosa, numa reunião informal, declarou, certa vez:

- Na Academia, os candidatos a acadêmicos saem sempre do bolso do colete de Veríssimo.

A resposta veio no momento:

- Não é verdade, Mestre Edgar. Como poderíamos retirar do bolso do colete nomes de candidatos, se nunca usamos colete em toda a vida?...

Toda essa digressão tem motivação concreta. É que hoje recebemos, rejubilados, mais uma figura ilustre de acadêmico, que é Manoel Onofre Júnior. Jovem que poderia, pela sua estatura de quase dois metros, ter integrado brilhantemente a nossa seleção olímpica de basquetebol. Todavia, ele preferiu entrar para a Academia, que é de fato o seu verdadeiro lugar como homem culto, que é, escritor de incontáveis virtudes, ensaísta, ficcionista e memorialista de valor já proclamado pela crítica brasileira. E igualmente figura humana excepcional.

Manoel Onofre Júnior ingressa na Academia com a mesma unanimidade com que foi eleito e empossado no cargo de desembargador do nosso egrégio Tribunal de Justiça: por mérito pessoal indiscutível. É possível que a sua timidez inata, contrastando com o seu porte atlético - nem sempre deixe transparecer suas virtudes maiores. Felizmente, a sua humildade não impediu que escrevesse e publicasse livros de valor real. Tanto na área de ficção, como exímio contista, quanto no campo da memorialística, da pesquisa e informação isenta e correta sobre a cidade do Natal.

Manoel Onofre Jr. nasceu em Santana do Matos, a 20 de julho de 1943. Todavia, viveu toda a sua infância e adolescência em Martins, onde o seu genitor era juiz da comarca.

Estudou, além da cidade de Martins, em Mossoró e Natal, ingressando na Faculdade de Direito da UFRN e concluindo seu curso em 1967.

Sua dedicação às letras vem desde a juventude. Fundou em Mossoró, o jornal "O ESTUDANTE". Em Natal, fundou e dirigiu o JORNAL DO ESTUDANTE, mantendo no "Diário de Natal" a "Coluna do Estudante". Posteriormente, foi repórter e colunista literário de "A Ordem", "Tribuna do Norte", e "Gazeta do Oeste", em Mossoró.

Teve também experiência como professor secundário e superior - ensinando História do Brasil, História Geral e História Política e Social.

Como advogado, exerceu funções de assistente e assessor jurídico da

Fundação de Habitação Popular, atual COHAB.

Ingressou na magistratura em 1970, ocupando o cargo de juiz de Direito nas comarcas de São Bento do Norte, Taipu, Pau dos Ferros, Martins, Mossoró e Natal. Em 1989 foi promovido, por merecimento, a desembargador do nosso Tribunal de Justiça. Aposentou-se em 1992.

Apesar de jovem, Manoel Onofre Jr., tem bibliografia já apreciável e extensa. Publicou os livros "MARTINS, SUA TERRA, SUA GENTE" (1966); "ESTUDOS NORTE-RIO-GRANDENSES" (1978); "BREVÍARIO DA CIDADE DO NATAL" (1979 e 2ª edição em 1984); "SALVADOS", (1982); "CHÃO DOS SIMPLES" (1983); "GUIA POÉTICO DA CIDADE DO NATAL" (1984); "O CAÇADOR DE JANDAÍRA", (1987); "OS POTIGUARES - I - CONTISTAS" (1987); "O DIABO NA GUERRA HOLANDESA" (1990); e "MPB - PRINCIPALMENTE" (1992).

Como se observa, a curiosidade intelectual de Manoel Onofre Jr. transita por várias áreas da literatura e da história. Além dos seus primeiros livros de informação histórica e geográfica, ele é contista e cronista. Na sua bibliografia "ESTUDOS NORTE-RIO-GRANDENSES" - obra laureada com o prêmio "Câmara Cascudo", 1975 - revela-se crítico meticoloso e arguto. Berilo Wanderley escreveu sobre ele: "Quem se interessa por homens, terras, costumes e coisas outras do Rio Grande do Norte vai ter, obrigatoriamente, a partir de agora, que ler um livro que a Fundação "José Augusto" acaba de editar: "Estudos Norte-Rio-Grandenses", de Manoel Onofre Jr. E depois de lido esse livro, resultado de uma colheita paciente no campo (insuspeitado, para muitos), vai se sentir impulsionado a ler outros livros básicos que a inteligência e talento de alguns norte-rio-grandenses escreveram. Verá então a virtude deste trabalho de Onofre Jr: abrir os olhos para autores como Juvenal Lamartine, Luís da Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo, Hélio Galvão, Policarpo Feitosa".

Onofre Jr. sempre teve carinho especial pela nossa cidade. Sobre o seu "BREVÍARIO DA CIDADE DO NATAL", em artigo, escrevemos: "É um livro alegre, honesto, descontraído e certamente útil ao conhecimento da velha e atual cidade do Natal". O próprio Onofre Jr. reconhece que foi, dos seus livros, o que obteve maior sucesso de público e de crítica, ao lado de "CHÃO DOS SIMPLES".

Sobre "SALVADOS", reunião de artigos e ensaios publicados anteriormente em jornais, fizemos, na época, (1983), comentário crítico, assinalando: "Os ensaios de Onofre Jr. reafirmam uma das vocações mais brilhantes de crítico literário de Natal. O ensaio que abre o livro, "Presença Norte-Rio-Grandense na Literatura Nacional", é das melhores sínteses que conhecemos sobre o movimento literário e cultural do Rio Grande do Norte. Embora com um toque polêmico nas suas palavras iniciais - existe ou não uma literatura? - indica fontes importantes da vida literária do Estado".

Sobre o contista Manoel Onofre Jr., em "CHÃO DOS SIMPLES", José César Borba, no "Jornal de Letras", do Rio, destacou: "O conto de Manoel Onofre Jr., que não é um estrepante, tem uma linha de depoimento em cenários de tradição e história, desenvolvida com equilíbrio, síntese e singeleza, no pleno domínio da linguagem". Nós também, examinamos o volume e declaramos sobre ele, na época: "Obra de arte que conquistou espaço na galeria dos bons livros de ficção de nossa terra. E que está a merecer uma edição nacional para consagrá-lo definitivamente.

A respeito do "GUIA POÉTICO DA CIDADE DO NATAL", escreveu o crítico do Diário da Manhã, do Recife: "Neste livro, Manoel Onofre Jr. descreve liricamente a cidade do Natal, e, ao longo da descrição, vai lavrando poemas, textos de poetas sobre a cidade. Onofre Jr. conta a história da cidade, segundo a impressão dos poetas".

A propósito do "O CAÇADOR DE JANDAÍRA", escreveu o mestre Ascendino Leite: "O bom dos contos no "O CAÇADOR DE JANDAÍRA", é a espontaneidade da linguagem narrativa que neles transparece. Daí, entra na gente, através da leitura, que se torna fácil e assim se impõe à retentiva de quem ame ouvir ou ler histórias curtas, reais ou imaginárias".

A prosa de Manoel Onofre Jr. é cristalina, sintética e sempre elegantemente formulada. Ele não é escritor de arrebatamentos ou excessos estilísticos. Na vida como na literatura, é contido, reflexivo, apolíneo na classificação nietzscheana. Mais do que dos outros, talvez, ele é um crítico rigoroso de si mesmo.

Daqui para a frente, todos devemos esperar de Manoel Onofre Jr. a continuação de obra ampla, diversificada e sólida. Ele possui os instrumentos indispensáveis à tarefa meritória: a extrema lucidez de sua inteligência, aliada ao bom gosto literário, ao prazer da pesquisa e à observação minuciosa dos fatos e dos homens. Sua aguda percepção psicológica é garantia igualmente de que nos dará, ademais, no campo ficcional, livros de poderosa expressão estética e encantatória imagística.

Eis, em suma, breve notícia sobre a obra literária e histórica do novo acadêmico. Jovem autor fiel às suas raízes serranas, de alta sensibilidade, é pesquisador consciente e veraz. Sua presença na Academia é indiscutivelmente uma conquista do seu talento e de sua cultura. E ele honra esta casa pelas suas virtuosidades de escritor genuíno, caráter nobre, imagem viva de homem íntegro e fraterno.

Receba, caro confrade e amigo Manoel Onofre Jr. as saudações mais efusivas de seus admiradores da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, neste instante em que se integra a todos nós para servir - estamos convictos - com exemplar fidelidade, à cultura e à inteligência de nossa terra.

DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO MURILO MELO FILHO

- * Exmo. Sr. Acadêmico Diógenes da Cunha Lima, **Presidente** da Academia Norte-Riograndense de Letras.
- * Exmo. Sr. Dr. José Agripino Maia, Governador do Estado e representante do Dr. Itamar Franco, Presidente da República.
- * Exmo. Sr. Desembargador Francisco Lima, Presidente do Tribunal de Justiça.
- * Exmo. Sr. Vice-Almirante Roberto Coimbra, Comandante do 3º Distrito Naval e representante do Almirante-de-Esquadra Ivan Serpa, Ministro da Marinha.
- * Exmo. Sr. General-de-Brigada Junqueira Alvarenga, Comandante da 7ª Brigada e representante do General-de-Exército Zenildo de Lucena, Ministro do Exército.
- * Exmo. Sr. Coronel Aviador Paulo Santa Clara, representante do Brigadeiro-do-Ar Lúcio Starling, Comandante do Catre e do Tenente-Brigadeiro Lélío Lobo, Ministro da Aeronáutica.
- * Exmo. Sr. Deputado Federal Laire Rosado, representante do Deputado Inocêncio de Oliveira, presidente da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente da República, hoje por coincidência no exercício da Presidência.
- * Exmos. Srs. Deputados Federais João Faustino, Fernando Freire e Iberê Ferreira.
- * Exmo. Sr. Professor Geraldo Queirós, Reitor da Universidade.
- * Exmos. Srs. Secretários de Estado e do Município.
- * Demais Autoridades civis e militares.
- * Excelências.
- * Senhores Acadêmicos.
- * Minhas Senhoras e meus Senhores.

Tenho a felicidade de proclamar, inicialmente, que estou transpondo os umbrais deste Teatro e desta Academia com 33 votos a favor e nenhum contra, dados pela generosa unanimidade dos acadêmicos.

Dir-se-ia que adotei o UNANIMISMO, uma escola literária fundada por John dos Passos nos Estados Unidos e por Jules Romain, na França, que se dispunha a resgatar, neste Século 20, os sentimentos unânimes de importantes grupos humanos, como é o caso desta Academia de Letras.

Mas, não foi bem por aí. Quando mantive os primeiros contatos com os acadêmicos Diógenes da Cunha Lima, Enélio Petrovich, Veríssimo de Melo, Alvamar Furtado e Paulo Macedo, sobre esta minha candidatura à vaga do saudoso Nilo Pereira, consultei-os sobre a possibilidade de o meu nome ser aceito e viabilizado dentro de uma fórmula de consenso.

Escrevi, então, uma carta-consulta a cada um dos acadêmicos e as respostas que de todos ele recebi foram tão comoventes e calorosas que me deram logo a esperança de que poderíamos atingir - como realmente atingimos - o objetivo desta carinhosa unanimidade.

Em matéria de eleições acadêmicas, estas soluções unânimes nem sem-

pre são muito comuns ou freqüentes. Pois, ainda em vida, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, com amargura, me confidenciava o seguinte:

- Murilo, eu consegui o voto de 3 milhões e 100 mil brasileiros, que me elegeram para a Presidência da República. Não consegui, entretanto, o voto de 20 acadêmicos, que não me elegeram para a Academia Brasileira de Letras.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Aqui estou chegando depois de uma longa e penosa maratona, que começou aos 12 anos de idade, quando, ainda de calças curtas, nesta querida cidade de Natal, entrei pela primeira vez na redação de um jornal, *O Diário*, ali na Rua Frei Miguelinho, para falar com Djalma Maranhão e ganhar o então rico salário de 50 mil réis por mês.

Natal era, nessa época, em, 1940, uma cidade de 50 mil habitantes, que iria enfrentar os anos duríssimos da Segunda Grande Guerra.

Mas, já era a Cidade do Sol; a pastorinha, a lapinha e a Cidade-presépio. Cidade-menina. Cidade-mulher, brejeira, dengosa, faceira quase erótica e sensual. Cidade de Mestre Cascudo. Cidade dos bairros típicos (Ribeira, Alecrim, Baldo, Lagoa Seca, Carrasco, Quintas, Rocas, Canto do Mangue, Tirol, Petrópolis). Cidades das praias lindas (Ponta Negra, Pirangi, Areia Preta, do Meio, do Forte, dos Artistas, da Redinha, de Muriú, Genipabu, Jacumã). Cidades dos pescadores corajosos, das dunas brancas e selvagens, dos coqueiros luxuriantes, dos mares de sargaços, dos cajueiros enfeitados, das mangueiras exóticas. Cidade dos lugares tradicionais (Grande Ponto, Reis Magos, Natal Clube, Majestic, Mercado, Rex, Royal, São Luís, Cova da Onça, Rua Chile, Dr. Barata, Tavares de Lira, Rio Branco, a Limpa, a Corrente, Aero-Clube, América, ABC). Cidade heróica, que resistiu aos holandeses e que iria transformar-se no Trampolim da Vitória. Cidade avançada pelo Brasil no rumo da África. Cidades da Europa, traçada e planejada pelo gênio urbanístico de Paolo Palumbo. Cidade de gente agradável e simpática.

Quem vem a Natal não a esquece jamais.

Quem sai de Natal, como eu sai, há mais de 40 anos, dela sempre se lembra.

Pois aqui ficaram as recordações de uma infância pobre e modesta, mas feliz e sonhadora: as lembranças da primeira comunhão na Igreja de Santa Teresinha, hoje confiada à dedicação e à competência do Mons. Lucas Batista; a evocação de muitos outros sacerdotes e bispos, personificados em D. Alair Villar, D. Antônio Costa e D. Nivaldo Monte, esses três grandes pastores da Igreja Católica aqui em Natal; a saudade das aulas no velho Atheneu, com Luís da Câmara Cascudo, Gentil Ferreira, Celestino Pimentel, Clementino Câmara, Alvarar Furtado, Orígenes Monte, Luís Antônio, Otto Guerra, dos Cônegos Luíz Monte e Luís Wanderley, dos Monsenhores Mata e Pegado, de Vêscio Barreto, José Gurgel, Edgar Barbosa e Esmeraldo Siqueira.

Aqui ficaram também a admiração e o respeito que devoto aos homens cultos, aos pensadores, magistrados, poetas, escritores, médicos, empresários, juristas, políticos, professores, advogados e jornalistas da minha terra.

Muitos deles passaram por esta Academia e muitos outros ainda nela se encontram, honrando-a com o brilho imortal de suas inteligências, de seus livros, de seus pensamentos e de sua bagagem literária.

A nossa grande poetisa e acadêmica Palmyra Wanderley escreveu este poema de saudação:

- Eu te saúdo, ó Natal! Terra bíblica, cheirando a incenso das oferendas de Belém, antiga e lendária dos Reis Magos, povoado simbólico de Jerônimo de Albuquerque.

- Natal, terra minha, incomparável e grandiosa !

- Terra minha, encantada e sonora!

- Terra moça e sadia, arroxeadada de morros tropicais.

SENHORES ACADÊMICOS.

Por causa da vossa ação e das vossas obras, o Rio Grande do Norte, que é um estado geograficamente pequeno transformou-se num estado intelectualmente grande.

Para todos vós, imortais, o tempo se transfigura em eternidade. Pois a imortalidade é a vida contínua e eterna. Todas as religiões nela acreditam: desde os gregos de Aristóteles, de Sócrates e de Platão, até os romanos de Marco Antônio, de Augusto e de Constantino, passando pelos judeus de Moisés, pelos cristãos de Cristo, pelos muçulmanos de Maomé, pelos budistas de Buda e pelos hindus dos Vedas e do Ramaiana.

Numa população de 3 milhões de norte-riograndenses, somos apenas 37 acadêmicos vivos - numa limitação que nos impede de termos aqui mais acadêmicos de méritos iguais ou superiores aos nossos.

Temos os nomes marcados para sempre como ocupantes dessas cadeiras. É como se estivéssemos imunizados do esquecimento. Cultivamos a ilusão de que nem tudo desaparecerá conosco e de que teremos uma sobrevivência na lembrança da posteridade, embora aconteça que não mais estaremos vivos para presenciá-la.

As Academias raramente procuram candidatos. São eles que têm de bater às suas portas, sempre abertas a todas as candidaturas justas e respeitáveis, democraticamente apresentadas.

Nós, os acadêmicos, apesar de imortais, somos efêmeros e transitórios. Só as Academias são permanentes e duradouras.

Elas têm apenas uma síndrome e um tabu: o de que, aqui dentro, não se deve falar em vagas, pelo menos enquanto elas não existirem... Como ocupante da Cadeira 19, mando desde já um aviso aos candidatos e pretendentes: não intenciono desocupá-la tão cedo... Alguns candidatos vislumbram nos acadêmicos apenas dois Vs: o V do voto e V da vaga.

Eleito pelo voto livre, soberano e abrangente de todos os acadêmicos, assumo hoje este mandato, que não tem prazo para terminar, porque é vitalício, na esperança de tudo fazer pelo somatório e para ser pelo menos um bom acadêmico.

Vamos conviver juntos e vamos nos ajudar mutuamente, pelo resto de nossas vidas.

Sinto-me feliz e realizado. Porque eu sonhei com esta Academia. Eu ambicionei esta Academia. E dizem que as coisas na vida, sonhadas e ambicionadas, quando conquistadas, têm um sabor todo especial.

Esta Casa sempre esteve nos meus planos e nos meus projetos de vida.

Lembro-me bem dos meus tempos de adolescente, aqui em Natal, quan-

do, embevecido, assistia à posse formal e cerimoniosa de novos acadêmicos, e me prometia a mim mesmo:

- Um dia, eu chegarei aqui.

E hoje cheguei, meus amigos, trazido pelo voto generoso e unânime dos acadêmicos, após uma áspera e sofrida caminhada pelo Brasil e pelo mundo inteiro - com algumas turbulências e com alguns acidentes de percurso - mas guardando sempre uma saudade imensa desta amada Cidade de Natal, de sua gente acolhedora, cativante e hospitaleira.

Durante essa jornada - em areias não raro movediças - muito andei, muito vaguei e muito peregrinei. Trago na sola dos sapatos aquilo que Manuel Bandeira chamava "a poeira das extensas estradas percorridas". Esta minha viagem, porém - com a mesma viseira, a mesma náutica e a mesma bússola - vai prosseguir ao nível de uma travessia sem retorno.

Nesta Casa, encontro caminhantes e andarilhos de outras peregrinações, reunidos nesta noite, com tantos e tão afetuosos amigos, para recepcionar o novo peregrino, que hoje está sendo entronizado neste Olimpo de deuses terrestres.

MEUS COLEGAS ACADÊMICOS.

Afinal, aqui me tendes, após uma escalada de tantos anos, concretizando agora na maturidade um antigo sonho da meninice e da juventude. Esta tribuna é uma das maiores recompensas da minha vida e um dos grandes incentivos ao meu jornalismo.

Eis-me aqui, ao vosso lado e a vosso serviço.

Elegestes um homem que foi até agora, única e exclusivamente, um jornalista profissional e participante do seu tempo, do seu povo e do seu País, envolvido com os dramas de um velho mundo e de um velho século, que se debatem nos estertores de uma agonia "in extremis", ao lado de um mundo novo e de um novo milênio, emergentes, que nascem envoltos em grandes esperanças.

Aqui, não me sinto um estranho no ninho. Estou ingressando numa confraria de fraternais colegas de infância e da adolescência, antigos mestres e professores, feições familiares, pessoas ligadas a mim por laços de uma profunda afeição.

Declino, com reverência, os nomes desses acadêmicos que são também emblemáticos e grandes eleitores, muitos dos quais aqui presentes: Otto Guerra, Seabra Fagundes, Américo de Oliveira Costa, Manoel Rodrigues de Melo, Raul Fernandes, Oswaldo de Souza, José Melquíades, Dom Nivaldo Monte, Antônio Soares Filho, Luiz de Carvalho Rabelo, Mário Moacyr Porto, Vingt-Un Rosado, Raimundo Nonato da Silva, Enélio Petrovich, Gilberto Avelino, Diógenes da Cunha Lima, Grácio Barbalho, Raimundo Nonato Fernandes, Dorian Gray, João Wilson Mendes Melo, Maria Eugênia Montenegro, Paulo Macedo, Veríssimo de Melo, Jurandyr Navarro, João Batista Cascudo Rodrigues, Alvamar Furtado, Olavo de Medeiros Filho, Sanderson Negreiros, Nestor dos Santos Lima, Nilson Patriota, Padre Jorge O'Grady, Umberto Peregrino, Itamar de Souza, Aluísio Alves, Iaperi Araújo, Manoel Onofre e Luiz Carlos Guimarães.

Eles representam quase todos os segmentos profissionais e intelectuais da nossa sociedade: o Magistério, a Medicina, Advocacia, Jornalismo, Diplo-

macia, Literatura, Poesia, Igreja, Magistratura, Pesquisa, as Artes e a Política. Esta Casa vai me aproximar ainda mais de Natal, das minhas raízes, das minhas origens e da minha família, valores aos quais empresto uma enorme importância.

No extenso itinerário e no cansativo trajeto que percorri até aqui, tive a ventura de marcar o meu caminho com as estacas indelévels da fidelidade ao meu povo e à minha terra.

Chorei, meus amigos, muitas vezes chorei o choro, as lágrimas, a saudade e o arrocho deste berço natal.

SENHOR PRESIDENTE.

Fundada há 56 anos, no dia 14 de novembro de 1936, esta Academia tem sido um desmentido vivo aos vaticínios, que prevêm vida curta a instituições culturais, pois sobrevive há mais de meio século, sempre fortalecida no respeito de todo o Estado, como guardiã das mais sagradas relíquias da inteligência e da sabedoria.

Transformada numa Casa respeitável, ela foi, é e será uma inexpugnável cidadela intelectual.

Sempre admirei as suas tradições, cerimônias, cultos e protocolos. Para mim, ela continuou sempre a mesma, indene às convulsões e aos temporais políticos, como um santuário inabalável de valores imortais.

Acima das divergências e dos passageiros anos de nossas existências fugazes, vamos aqui, pouco a pouco, sem maiores ambições, construindo o perfil da nossa própria imortalidade, que não se choca com a imortalidade dos céus, porque é humana e terrena.

Já que não podemos nos candidatar ao Panteon grego, habitado pelos mortos, fiquemos ao menos neste Olimpo ateniense, próprios dos vivos.

Estas cadeiras ostentam nomes de fundadores e ocupantes simplesmente grandiosos, entre os quais os Padres Miguelinho, João Maria e Brito Guerra, o Cônego Luís Monte, Almino Afonso, Élias Souto, Amaro Cavalcanti, Pedro Velho, Augusto Severo, Ferreira Itajubá, José da Penha, Manoel Benício de Melo Filho, Antônio Soares, Januário Cicco, Juvenal Lamartine, Antônio Fagundes, Rômulo Wanderley, Valdemar de Almeida, Deoclécio Duarte, Aderbal de França, Clementino Câmara, Francisco Ivo, José Augusto, Luís Antônio, Paulo de Viveiros, Ednor Avelino, João Medeiros, Esmeraldo Siqueira, José Tavares, Floriano Cavalcanti, Meira Pires, Antídio Azevedo, Jayme dos Guimarães Wanderley, Onofre Lopes, Gumerindo Saraiva, Ascendino de Almeida, Nilo Pereira, Newton Navarro e, finalmente, Luís da Câmara Cascudo, um dos nossos fundadores - o maior de todos - cuja cadeira vazia e cativa, que aí está, esta Academia resolveu, em boa hora, que ela nunca seria ocupada por nenhum outro sucessor.

Numa época em que a Academia Brasileira de Letras ainda não admitia a presença de mulheres no seu quadro de acadêmicos, esta Academia Norteriograndense já se orgulhava de acolher em suas cadeiras algumas poetisas e escritoras admiráveis: Isabel Gondim, Nísia Floresta, Auta de Souza, Carolina e Palmyra Wanderley, além desta atual e competente acadêmica, que é Maria Eugênia Montenegro.

A esta Casa, com o seu lema latino "Ad Lucem Versus" - "Em Busca da

Luz" - estou chegando com os olhos bem abertos da minha alma, ávidos, jejunos e sedentos de novos estímulos, que tantos talentos juntos podem oferecer.

Nela não se aperfeiçoam os escritores, os poetas e os jornalistas, que já chegam feitos, para aqui encontrarem a tranqüilidade e a contemplação da obra realizada, com a recompensa dos galardões e da glória.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES.

Como legítimas sucessoras das Arcádias do Século 18, as atuais Academias de Letras não são maniqueístas e têm objetivos que só serão atingidos daqui a quatro ou cinco gerações, quando muitos anos já terão decorrido depois de nós.

Elas estão divididas apenas e sempre em duas alas: a dos que se vão e a dos que estão chegando.

Joaquim Nabuco já dizia que, nas casas de intelectuais como esta, o outono e o inverno da vida só entrarão algum dia se usarem pseudônimos.

Charles Péguy chamava atenção para o instante em que o homem maduro, certo dia, verifica surpreso e melancólico que a juventude ficou para trás. E Goethe, no seu Fausto, tenta negociar a alma com o diabo numa troca com a imortalidade em cujo sonho encontramos a mais feliz das ilusões do outono e das antevisões do inverno.

Como diz o meu primo e também acadêmico João Wilson Mendes Melo, ao atravessarmos uma rua, devemos ter muito cuidado com o sinal do tráfego e com a disparada dos automóveis, porque, afinal de contas, somos imortais, sim, mas não tanto... Não somos imorríveis.

O meu coração e a minha cabeça ainda estão jovens, testemunhando a rápida evolução de uma Humanidade em crise permanente.

Estou entrando nesta Casa nem muito cedo, nem muito tarde, nem muito moço nem velho ainda, mas naquela idade ideal e adequada a receber, como recebo nesta noite, a recompensa acadêmica.

Ela preenche os sonhos de quem, como eu, não tem nem nunca teve pretensões políticas, nem ambições de fortuna ou de riqueza pessoais, embora reconheça em quem as tem e possui, como conquistas justas, honestas, razoáveis e legítimas.

Não tenho mais idade nem tempo para ser um homem rico. Resta-me, então, viver de alegrias e felicidades, como as que me são dadas neste momento.

Se desta terra parti, há 40 anos, em busca de novos horizontes e de novas aspirações, aqui em Natal e no Rio Grande do Norte, permanecem comigo, já agora, esta cadeira nº 19 da Academia Norte-Riograndense de Letras e a Medalha Câmara Cascudo, que dela recebi no seu Cinquentenário, como aqui já estavam anteriormente o meu sangue, os meus pais, as minhas irmãs e cunhados, os meus tios e primos, parentes e amigos, muitos, aos quais quero um bem enorme.

MEUS SENHORES.

Ao longo dos séculos, a cultura e a política sempre têm estado de mãos juntas:

- O Panteon grego representa a política de Atenas.
- As pirâmides do Egito refletem a política dos Faraós.
- Dante e a Divina Comédia são o resultado da política da Idade Medieval.
- A renovação artística, literária e científica da Renascença, que produziu os gênios italianos de Leonardo da Vinci, Miguelângelo, Fra Angélico, Ariosto, Maquiavel, Boticelli, Tintoretto, Giotto e Ticiano; o holandês Erasmo de Roterdam; o alemão Gutemberg; os espanhóis Cervantes e El Greco; os portugueses Gil Vicente e Camões; toda essa Renascença genial e brilhante nada mais foi do que o saldo da orientação dos seus protetores, os Papas Júlio Segundo e Leão Dez.
- O talento francês, que gerou o brilho de Montesquieu, Voltaire, Chateaubriand, Victor Hugo, Montaigne, Descartes, Molière, Rabelais, Racine, Sthendal, Flaubert, Balzac, Dumas, Rousseau, Diderot e Maupassant é o retrato da política dos Reis Luíses da França: o Luís 14, o 15, o 16, o 17 e o 18.

MEUS AMIGOS.

Três grandes intelectuais, de marcantes personalidades, honraram, antes de mim, esta Cadeira 19, que agora vou ocupar.

O poeta Ferreira Itajubá foi o patrono; o professor Clementino Câmara o primeiro ocupante; o jornalista Nilo Pereira o segundo. Eu agora, também jornalista, sou o terceiro ocupante e espero sê-lo, com a graça e a ajuda de Deus, por muitos anos ainda...

Esta é uma cadeira harmoniosa, unida e contínua. Justamente na harmonia da sucessão dos ocupantes de cada cadeira reside o verdadeiro segredo da perenidade das Academias e da perpetuidade dos acadêmicos.

Um poeta, um professor e dois jornalistas.

Manda a tradição que eu fale sobre cada um deles.

Começo, então, pelo poeta, que foi também o primeiro.

Segundo Veríssimo de Melo, o poeta Ferreira Itajubá, patrono da Cadeira 19 desta Academia, foi um "menestrel indígena, modinheiro inveterado, cantando em serenatas, escrevendo sonetos do mais puro sabor bocageano, alimentando-se de lua e vivendo de saudade".

E eu acrescentaria: da lua de Shakespeare e da saudade de Renan.

Sua poesia não teve o polimento, nem lapidação, porque - sem muito respeito ao vernáculo e à gramática - se compunha de quadrilhas, sextilhas e oitavas, que emanavam espontaneamente do seu imenso coração, coloridas, densas, versáteis, imaginosas, saudosistas, regionalistas, românticas, amorosas, retóricas, pessoais e carinhosas.

Manoel Virgílio Ferreira, também conhecido como Azinho, só depois, já adulto, iria incorporar o referencial e o sobrenome de Itajubá.

Boêmio, irrequieto, genioso, combativo, lírico, cético, irônico, utópico, messiânico, o nosso Patrono, além de poeta e jornalista, foi também orador popular, professor, auxiliar de escritório, esportista, escrevente de Praticagem, inspetor do Atheneu, agitador socialista, partidário de José da Penha, líder operário, pregador protestante, aprendiz de pintor, um artista de circo, onde fazia de tudo: diretor, empresário, domador de feras, acrobata.

Conseguiu ser tudo isto em apenas 35 anos de uma vida atípica. Parecia até que tinha pressa em viver e cuidou de exercer o maior número de profis-

sões, no menor espaço de tempo possível.

Existiram e conviveram vários Itajubás dentro de um só.

Pois ele foi ainda um empinador de papagaios, um fogueteiro e um fabricante de busca-pés, organizando a famosa "Divisão Branca", pela qual participou do primeiro desfile de Carnaval, realizado aqui na Cidade, com uma fantasia de romano e uma coroa de louros.

Um popular saudou-o efusivamente:

- Aí, Apolo.

E ele reagiu:

- Apolo, não. Eu sou Nero, seu burro...

Um dos enredos carnavalescos, que escreveu para três atos, não tinha o terceiro, porque todos os personagens morriam no segundo...

Certa vez, estava o poeta Ferreira Itajubá num dos últimos bancos do bonde do Alecrim, quando se sentaram ao seu lado duas senhoras muito gordas, que se queixaram da falta de espaço.

E Itajubá, muito irônico, lançou-lhes:

- Esta é a primeira vez que vejo alguém se queixar da falta de lastro por excesso de fundos...

Sua musa foi uma noiva, de nome Branca, que nunca existiu, pois era apenas uma ficção abstrata de sua prodigiosa imaginação. Cantou-a nos versos imortais do seu poema "Terra Natal", onde a amada lembra a Julieta de Shakespeare; a Evangelina de Longfellow; a Eleonora de Tasso; a Ana Karenina de Tolstoi; a Fornarina de Rafael Sanzio e a Beatriz de Dante Allighieri.

Num verso em homenagem à sua "Terra Mater", ele dizia:

"Natal é um vale branco entre coqueiros,

Logo que desce a luz das alvoradas

Vão barra a fora as velas das jangadas

Cessam no Potengi as trovas dos Barqueiros".

No seu livro, "Harmonias do Norte", revelou-se um discípulo dos trovadores da Provença e um seguidor de Frederico Mistral.

Morreu em 1912, na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Henrique Castriciano e Eloy de Souza fizeram o traslado dos seus ossos para Natal e os depositaram num ossuário da Matriz de Bom Jesus das Dores, ali na Ribeira. Tencionavam construir-lhe um mausoléu. Mas, um vigário da paróquia, o Frei André, alemão, ao remodelar a igreja, juntou todos os ossos que foi encontrando e os enterrou numa vala comum, próxima da Matriz. E nela, até hoje, descansa Ferreira Itajubá, o poeta das dunas de Natal.

Sobre o Professor Clementino Câmara, primeiro ocupante desta Cadeira, posso dizer que ainda agora tenho bem viva na minha memória a sua imagem sempre presente na Escola Normal e ali no Atheneu da Rua Junqueira Aires, com seu inseparável charuto.

A ele devo tudo o que aprendi da História do Brasil.

Começando a ensinar aos 18 anos de idade, ele foi um mestre, atento, cuidadoso e honesto, que inscreveu o seu nome na história do magistério e da Educação do Rio Grande do Norte.

Adepto fanático do estilo clássico, na forma e no conteúdo literário, era também um arquiteto das frases bem construídas, que costumava pronunciar escandindo bem as sílabas, num estilo objetivo, franco e direto.

Serralheiro, operário e jornalista, teve a coragem aqui em Natal, na década

da de 40, de ser pastor protestante e, depois, líder da maçonaria.

Certo dia, um aluno seu fez um gesto grosseiro para D. Hilda Câmara, sua mulher. E apesar de ter pedido desculpas, foi expulso da sala pelo professor Clementino.

Esse aluno, muitos anos depois, chegaria à Presidência da República. Chamava-se João Café Filho...

SENHORES ACADÊMICOS.

Quis o destino, nas suas curiosas urdiduras e coincidências, que nesta Cadeira 19, além de Ferreira Itajubá e de Clementino Câmara, eu sucedesse também a Nilo Pereira, escritor como eu, jornalista como eu, católico praticante como eu, exilado e saudoso, como eu, da terra e do povo do Rio Grande do Norte.

Pertencemos nós dois à mesma categoria dos desterrados da terra natal, mas que por isto mesmo se sentiram sempre irmanados neste exílio e neste acendrado amor pelo nosso Estado e pelo Nordeste.

Nilo foi um católico que harmonizou a Fé e a Razão, sem o menor ranço do sectarismo ou dogmatismo religioso. Amigo de Alceu de Amoroso Lima, Sobral Pinto, Jackson de Figueiredo e do Padre Leonel França, no Centro "Dom Vital", formou o seu universo na boa escola tomista, da "Suma Teológica" de São Tomás de Aquino; das "Confissões" de Santo Agostinho e do "Cântico ao Sol", de São Francisco de Assis.

Leitor apaixonado de Paul Claudel, Jacques Maritain, León Bloy, Charles Péguy, André Malraux, François Mauriac e Georges Bernanos, pertencia com eles a uma geração de líderes renovadores da moderna Igreja Católica. Deixou centenas de crônicas e 34 livros publicados.

Conviveu com uma rica geração de pernambucanos famosos:

- Agamenon Magalhães, Etelvino Lins, João Roma, Nehemias Gueiros, Barbosa Lima Sobrinho, João Cabral de Melo Neto, Gilberto Freyre, Lula Cardoso Ayres, Francisco Brennand, Nilo Coelho, Costa Porto, Mauro Mota, João Cleofas, Moura Cavalcanti, Nelson e Ascenço Ferreira, Capiba, Antônio Maria, Fernando Lobo, Aluizio Magalhães, Cícero Dias, Aníbal Fernandes, Murilo Costa Rêgo, Cid e Alde Sampaio, Neto Campelo, Jordão Emerenciano, Monsenhor Arruda Câmara, Rubens Moreira, Antiógenes Chaves, os "Coronéis" Chico Heráclito e Chico Romão, Roberto Magalhães, Marco Maciel, Abelardo e Augusto Rodrigues, Waldemar de Oliveira, Oswaldo Lima, Aderbal Jurema, Demócrito de Souza Filho, Ruy Carneiro da Cunha, Armando Monteiro, Pessoa de Queiroz, Gilberto Osório, José Ermírio de Moraes, Álvaro Lins, Marcos Vilaça e Gustavo Krause.

O Professor e acadêmico Américo de Oliveira Costa escreveu:

- Nascido no engenho de nome "Verde Nasce", onde verde nasceu e passou a infância no engenho "Guaporé", onde viveu o seu mundo submerso, renaniano, Nilo Pereira foi no Recife uma espécie de Deputado potiguar às Cortes de Pernambuco e o florão mais alto dos canaviais do Ceará-Mirim, que cantou em prosa e verso.

O nosso colega Otto Guerra diria depois que "Nilo guardava, como Joaquim Nabuco, a perene lembrança dos balouçantes canaviais da sua terra e o cheiro do mel ainda fumaçante".

Escrevendo ao nosso companheiro Enélio Petrovich, Nilo assim se definiu:

- Eu sou um canavial que pensa.

Sua evocação do vale é feita, sobretudo, na página "Manhã da Criação", toda ela voltada para a saudade de um tempo que passou, mas não morreu e que ele soube sempre reviver, numa evocação imortal:

- A manhã fria e cinzenta restituiu-me o Ceará-Mirim, numa dessas horas bíblicas da criação do mundo. Do alto das torres da igreja, o vale aparece numa visão de encantamento, como se fosse tangido por um gênio da poesia. Deus há de ter demorado Sua mão universal sobre o vale, onde podemos reconhecer, ainda hoje, vestígios do paraíso perdido.

Sempre que lhe escrevia, o mestre Câmara Cascudo endereçava no envelope:

- Ilmo. Sr. Dr. Nilo Pereira. Barão de Guaporé.

Depois de entregar-lhe a 10ª carta, o carteiro não se conteve e uma dia perguntou-lhe:

- Dr. Nilo, me diga uma coisa: o senhor é mesmo Barão ?...

Para Vitória de Oliveira Costa, que ele chama de "Doutora Ministra", assinou-se: "Nilo Pereira, um Barão decaído", na nobiliarquia cascudeana.

Grácio Barbalho, nosso acadêmico, foi seu aluno de francês e ainda hoje recorda uma frase que, de tão óbvia, nunca mais esqueceu:

- Si la porte est ferméem, nous ne pouvons pas sortir.

O nosso estimado colega Veríssimo de Melo, talvez um dos maiores confidentes de Nilo Pereira, dá o seu testemunho:

- Com a morte de Nilo, perdi um amigo sábio e humilde, cuja missão na terra foi a de fazer o bem. Se o Papa João Paulo II, algum dia, quiser escolher santos brasileiros, Nilo Pereira será um deles.

Numa das muitas cartas para Veríssimo de Melo, Nilo confessava que temia muito a morte:

- Não temo o fim biológico, mas a defrontação com Deus, o Supremo Juiz. Sei que não vou para um bom lugar, a menos que, por uma medida de cautela, o santo Prof. Ulysses de Góes ou o subsanto Dr. Otto Guerra me dêem, lá para o Céu, uma carta de apresentação...

Em sua casa no Recife, onde morou grande parte da vida, possuía sacos de areia dos engenhos "Verde Nasce" e "Guaporé" do Ceará-Mirim, sobre os quais, parafraseando D. Pedro II, queria repousar a cabeça, quando chegasse sua morte.

O grande Mallarmé sentenciou: "Não aceito que as pessoas de quem a gente mais gosta sejam mortais".

Mesmo sendo acadêmico e imortal, Nilo Pereira soube, ao contrário de Voltaire, compreender a morte, porque a sua fé católica, que lhe abria a porta da vida além da vida, apresentava este mundo como sendo o caminho e o atalho para se chegar à Eternidade.

Na sua postura modesta e no seu discurso despojado e desambicioso, Nilo poderia plagiar o saudoso Afrânio Peixoto, que deixou apenas duas linhas para serem gravadas no seu túmulo como epitáfio:

- Nada mais lhe aconteceu.
- Apenas estudou e escreveu.

SENHOR ACADÊMICO ALVAMAR FURTADO.

Nosso afeto comum nasceu nos bancos inesquecíveis do velho Atheneu e os anos transcorridos de então para cá só tem conseguido aumentá-lo cada vez mais, num painel e num intercâmbio de muito carinho, respeito e admiração.

Já sei que o seu discurso de saudação a este novo colega, seu amigo muito especial - e que será proferido por um estupendo e maravilhoso orador, de coronárias novinhas em folha o seu discurso - vai me emocionar profundamente.

É a emoção própria de um jovem modesto que, aos 18 anos, saiu daqui de Natal, para enfrentar, no Sul do País, os perigosos desafios da vida.

Hoje, eu me pergunto o que se passava na cabeça daquele rapaz de Natal que, menino ainda, e já naquele tempo decidira ser jornalista no Rio de Janeiro.

Agora, tantos anos depois, volto o meu pensamento para as angústias e sofrimentos que enfrentei na assustadora megalópole. O moço tímido das pelas nos areais do Tirol via-se de um momento para outro aterrorizado ante os estamentos e os arranha-céus da cidade grande, tendo diante de si apenas uma opção e uma alternativa: vencer ou vencer.

Relembro, então, as madrugadas nas redações dos jornais: as aulas noturnas na Faculdade de Direito (geralmente dormindo sobre as cadeiras, vencido pelo sono e pelo cansaço); o escasso dinheiro para a passagem do bonde e para a média com pão e manteiga; as penosas marchas dos domingos na Infantaria do C.P.O.R.

Certa vez, reuni os meus filhos para contar-lhes todo este mutirão. Lá para as tantas, um deles me interrompeu:

- Pai, quer dizer então que para conseguirmos o que o senhor conseguiu na vida, nós vamos ter de enfrentar tudo isto ? Nós desistimos.

E eu, que pensava estimulá-los, calei a boca.

Mas hoje vos confesso sinceramente que tudo aquilo valeu a pena. Os espinhos da juventude, como as flores de Malherbe, desabrocham agora na maturidade, quando já começamos a dar um balanço sobre o passado e vemos, felizes, que, - mesmo sem sermos nenhum Júlio César, neste nosso Rubicãozinho - nada temos para nos arrepender:

- Nem do casamento que, há 34 anos, exatamente no dia de hoje, 17 de fevereiro, celebrei com esta mesma mulher, Norma, companheira admirável até hoje, e que está aqui presente. (Todos entenderão agora por que escolhi este dia para esta posse).

Repito que de nada temos para nos arrepender:

- Nem dos três filhos que juntos tivemos;

- Nem da religião católica que abracei e que ainda agora professo com tanto fervor;

- Muito menos do jornalismo, a profissão que escolhi desde criança, e sobre a qual peço a vossa permissão e paciência para falar um pouco.

Afinal de contas, esse jornalismo me deu acesso a reis, rainhas, príncipes, ditadores, governadores, primeiros-ministros, chefes de Estado e de Governo, presidentes da República, homens todo-poderosos, que entrevistei pes-

soalmente, ao longo destes 40 anos de trabalhos jornalísticos.

O amor ao jornal, à revista e à televisão ofereceu-me tudo isto a que, a rigor, pelas minhas origens humildes, eu não teria direito na vida. Ele não me deu faustos nem opulências, mas me proporcionou uma estabilidade financeira suficiente para dar à minha família uma vida digna, com bem-estar e conforto.

Por estes motivos, nunca fui outra coisa na vida senão jornalista. E tento devolver à minha profissão, em dedicação e em trabalho, tudo quanto até hoje tenho recebido dela, uma profissão fascinante e maravilhosa, quando exercida com dignidade e correção.

A decisão de ser jornalista no Rio de Janeiro já me fizera amigo e colaborador de Carlos Lacerda na Tribuna da Imprensa; de San Thiago Dantas, Elmano Cardim e Assis Chateaubriand no Jornal do Commercio e de Júlio de Mesquita Filho no Estado de São Paulo, dos quais fui redator político.

Essa decisão me aproximaria também de Adolpho Bloch e da Revista Manchete, que ajudei a fundar no dia 26 de abril de 1952.

Ali comecei como simples repórter *free-lancer* até chegar à atual posição no quadro de diretores da Empresa, onde, aliás, sou o único com o sobrenome Melo, católico, apostólico, romano e praticante.

Minha amizade com Adolpho tem mais de 40 anos, num convívio de 12 horas diárias. Ele foi uma das pessoas que mais influência exerceram sobre mim, através dos seus ensinamentos de vida, baseados na experiência, na sabedoria e no sofrimento de mais de 5 mil anos do seu grande povo judaico.

Quando me mudei para Brasília, um mês depois recebi dele uma lancha com o seguinte bilhete:

- Murilo, aí vai essa lancha para você fazer relações públicas no Lago de Brasília. Não faça economia em matéria de relações públicas. Porque os judeus perderam o Cristo por falta de relações públicas.

E acrescentava num *post scriptum*:

- Fizeram um mau negócio. Porque um homem como aquele não se perde.

MINHAS AMIGAS E MEUS AMIGOS.

Assim como a demagogia é uma doença da democracia, o sensacionalismo é uma catarse da imprensa livre.

Ainda há pouco, o *Times* de Londres matou um inglês por engano. O homem apareceu depois na redação do jornal, solicitando um desmentido. E ouviu do diretor, Thomas Norton, a seguinte resposta: "Desmentir não podemos, jamais. Podemos, quando muito, dar a notícia do seu novo nascimento".

E há na imprensa brasileira um caso famoso e lamentável:

O *Jornal do Commercio* publicou certo dia que "O Imperador Pedro II havia passeado na Quinta da Boa Vista com apoio em duas maletas", em vez de duas muletas, evidentemente. Retificou no dia seguinte: "O Imperador Pedro II passeou na Quinta da Boa Vista com apoio em duas mulatas".

Foi a emenda pior do que o soneto. Se fosse ao menos com Pedro I, ainda bem, mas logo com Pedro II, aquele modelo de virtudes...

O jornalismo sensacionalista nasceu na imprensa americana, com a saga de William Randolph Hearst, que começou com um pequeno jornal, o *San Francisco Examiner*, deixado em herança por seu pai, um rico proprietário de minas

de ouro na Califórnia. Tornou-se pouco a pouco dono de uma cadeia de 40 jornais e 30 estações de rádio.

Inviadiu Nova Iorque com o maior sensacionalismo possível, explorando sobretudo o sexo e os grandes escândalos e expondo toda a miséria da sociedade americana.

Excitou tanto a opinião pública e pressionou de tal forma o governo, que levou os Estados Unidos à guerra contra a Espanha para, entre outras coisas, vender armamentos aos espanhóis.

Aos seus correspondentes de guerra, que lhe telegrafavam dizendo: "Aqui tudo bem. Queremos voltar", ele respondia: "Fiquem aqui. Forneçam as reportagens que eu fornecerei a guerra". Hearst foi retratado por Orson Welles no filme "Cidadão Kane".

Rui Barbosa definia o jornalista como sendo um **POLÍTICO DO POVO** e se definia a si mesmo como um **ZELADOR DA NAÇÃO** e um dos seus olhos, os seus ouvidos, a sua boca e até o seu nariz. Pois é pela imprensa que a Nação respira.

Nos meus 40 anos de profissão, cheguei à conclusão de que um jornalista não se reconhece pelos títulos pomposos que possa ostentar, ou mesmo pelo que chega a escrever, mas pela capacidade de entregar-se inteiramente à sua missão. O jornalista é, antes de mais nada, um escritor de plantão.

Na cínica definição de John Lester, um inglês muito irônico: "Jornalista é a arte de escrever, mediante salário, sobre assuntos dos quais os jornalistas geralmente entendem muito pouco".

O jornalismo data praticamente da pré-história, do momento em que o homem fez na caverna a sua primeira inscrição, ou quando Moisés escreveu as Tábuas da Lei.

Portanto, o fenômeno jornalístico é tão velho quanto o próprio homem.

MEUS SENHORES.

Sempre entendi que o jornalista e o escritor tem deveres sagrados para com a família, o País e a sociedade.

Nós, escritores e jornalistas, vivemos da palavra e para a palavra, que nos foi oferecida para que tentássemos imitar a lição de Deus, quando, no início do mundo, tirou do verbo divino todas as suas criações.

Olhando para trás, vejo com alegria que, em mim, não existe nenhuma incoerência, nenhuma ruptura, e nenhum choque entre o menino de ontem e o homem de hoje, mas apenas algumas dezenas de anos vividos com intensidade, além de um compromisso com a honestidade, a dignidade e a gratidão - pontos cardeais, um ideário e o norte que têm balizado e sinalizado a minha vida inteira.

Muitos e nós, aqui presentes, pertencemos a uma geração atormentada e aflita, que mal abria os olhos para a vida e já se deparava com a revolução tenentista de 1930; a revolução constitucionista de 32; a revolução comunista de 35; a ditadura estadonovista de 37; o golpe de mão integralista de 38; a Segunda Grande Guerra de 39 a 45; a deposição do Presidente Getúlio Vargas em 45 e o seu suicídio em 54; a derrubada dos Presidentes Carlos Luz e Café Filho em 55; a tumultuada posse do Presidente Kubitschek em 56; com as revoltas de Jacareacanga e Aragarças e a inauguração de Brasília em 1960; a

renúncia do Presicente Jânio Quadros, sete meses depois de empossado, em 61; a destituição do Presidente João Goulart em 64; os vinte anos de governos militares até 1984; o sofrimento e a morte do Presidente Tancredo Neves em 85; a megacrise e o impedimento do Presidente Collor no ano passado; e, mais recentemente ainda, a trágica morte do Presidente Ulysses Guimarães. Há mais de 60 anos, desde 19.30, o Brasil vem enfrentando e sobrevivendo a sucessivas crises políticas.

No transcurso e no espaço da nossa geração, estamos sendo contemporâneos de vários conflitos: a Segunda Grande Guerra Mundial, as guerras da Coreia, do Vietnã, do Camboja, Líbano, Irã-Iraque, Israel, das Malvinas, Golfo Pérsico, Afeganistão, Nicarágua, Iugoslávia. Não vimos o *Apocalipse* nem o *Armagedón*, mas temos estado bem perto deles.

Testemunhamos, também - com rápidos *intermêzzos* - a explosão de duas bombas atômicas, as revoluções da cibernética, dos satélites, da informática, da televisão, das telecomunicações, da ecologia e do meio ambiente, dos quais o nosso Estado é pioneiro com um fabuloso projeto de educação ambiental, em Pitanguy; as revoluções do computador, dos foguetes, das viagens interplanetárias, do passeio na Lua, da pílula, do aborto, do divórcio e da AIDS.

A rigor, esta deveria ter sido uma evolução mais lenta, menos cruel e menos perversa, ao longo de duas ou três gerações. Mas ela se processou no decurso de uma geração apenas - justamente a nossa - que foi educada na velha, rígida e pertinaz escola da disciplina, do respeito e da hierarquia, mas que teve de fazer um esforço enorme para readaptar-se e para conviver, coabitar, co-existir e aceitar a nova ordem, os novos fetiches, carismas, tótems, mitos, modismos, credos, questionamentos, as novas liberalidades, as novas *intelligentsias* e até mesmo o novo vocabulário.

SENHORES ACADÊMICOS.

Certa noite, aqui em Natal, quando eu me encaminhava para dar uma entrevista ao nosso colega e grande jornalista Paulo Macedo, na TV - Ponta Negra, o nosso Presidente Diógenes da Cunha Lima bateu carinhosamente no meu ombro e disse o seguinte:

- Vá, Murilo, vá colher os frutos do que você semeou durante todos estes anos.

Eu nem sei se ele ainda se lembra destas palavras carinhosas, que agora reproduzo aqui, com tanto prazer, e ao mesmo tempo com tanta humildade.

É que talvez esteja se encerrando realmente na minha vida - como também na vida de muitos aqui presentes - a fase dura e difícil do plantio, da adubação e da semeadura e que esteja começando a fase mais amena da safra e da colheita.

A posse desta noite é talvez um dos maiores frutos que já colhi até hoje na árvore frondosa da amizade e da gratidão.

O Deus de todos nós, Todo-Poderoso, decidiu, na Sua Suprema-Bondade, que eu vivesse até hoje. Valeu a pena, então, ter vivido e sobrevivido a todos estes anos, de tantas lutas, trabalhos, viagens, sacrifícios e batalhas, para estar presente nesta hora de tão cativantes homenagens, nascidas nas vossas mentes e nos vossos corações.

MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS.

- Em nome da memória do meu pai, MURILO MELO, de quem herdei não apenas o nome, mas também um imenso legado de honradez, caráter, trabalho, simplicidade e um edificante exemplo de vida.
- Em nome da memória de minha mãe, HERMINIA, cujo nome rima um pouco com uma leonina heroína, no seu sacrifício anônimo e diário para educar sete filhos, assaz trabalhosos.
- Em nome da minha mulher, NORMA, dos meus filhos NELSON, FÁTIMA e SÉRGIO, da neta JANAÍNA, dos irmãos HERILO, HÊNIO e EDUARDO, das irmãs ILMA, ELMA e ANA EMÍLIA, do cunhado JOSÉ DANIEL DINIZ.
- Em nome da memória do nosso tio, o Desembargador MANOEL BENÍCIO DE MELO FILHO, uma excepcional figura humana, culta, digna e honesta, patrono de uma das cadeiras desta Academia.
- Dos nossos primos, os acadêmicos VERÍSSIMO DE MELO e JOÃO WILSON MENDES MELO.
- Do nosso primo, o ex-Governador GERALDO MELO.
- Dos muitos outros primos e sobrinhos, aqui presentes, todos eles pessoas muito queridas na nossa família unida e fraterna.

Em nome deles, só me resta agradecer, sensibilizado e do fundo do coração, a honrosa presença de todos quantos aqui compareceram, para dividir conosco a alegria e a felicidade desta hora.

Deixo a todos o testemunho de uma imensa gratidão, pela paciência com que me ouviram e a certeza de que esta noite restará na nossa memória como simplesmente inesquecível e realmente imortal.

Poderia repetir Émile Zola, no seu discurso de posse na Academia Francesa, quando ele disse:

- Muito pouco fiz na vida para tanto merecer.

E eu acrescento:

- Verifico e reconheço hoje que a vida me deu muito mais do que mereço.

SAUDAÇÃO DE ALVAMAR FURTADO À MURILO MELO FILHO

Alvamar Furtado de Mendonça.

Houve quem dissesse que a melhor forma de reencontro com a própria identidade é o retorno às lembranças da infância aos sentimentos inapagáveis das primeiras surpresas, aos alumbramentos do alvorecer da vida.

A fidelidade a esses passos e a saudade de silhuetas de dias antigos, algumas esbatidas no contexto de tempo e outras bem definidas por contornos de sentida presença, marcam a memória pela existência afora.

Não haveria necessidade dessas ponderações conceituosas se não fosse o instante de **Murilo Melo Filho** nesta Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

Não esconde a sua maneira de olhar em torno de si mesmo como se procurasse sua meninice nas amplas avenidas do Tirol ou nas praias da Limpa, onde viveu tempos passados sentindo os mesmos motivos que inspiraram a poesia romântica de Cassimiro de Abreu. Largos limites para a avaliação dos sonhos de sua infância e das primeiras opções de seus caminhos na adolescência.

Como jornalista indagou com ética, obstinação, destemor e lúcida perspectiva do mundo, do homem e das coisas, as notícias na sua importância e oportunidade para informar, comentar e noticiar.

É nesse aspecto que fixamos na sua profissão, em particular, o que Assis Chateaubriand considerava a preferência de sua extraordinária atividade como jornalista - o repórter.

Por incontornável vezo dos meus distantes dias de cronista de cinema retorno às lembranças, em flash back, de **Murilo Melo Filho** nas inesquecíveis salas de aula do Atheneu Norte-Rio-Grandense. Eu, como professor, exercendo minha primeira missão e **Murilo**, como aluno, escutando os nomes das cidades do mundo que um dia percorreria no exercício de sua profissão.

Uma relação de professor e aluno numa atmosfera d'amiciãna.

Evidentemente, não poderia haver uma relação pessoal muito nítida naquele tempo e naquele difuso painel em que se mesclavam a adolescência do aluno e a juventude do professor. Principalmente no quotidiano atropelo das aulas, e nos transitórios instantes naquele átrio, em puro estilo colonial, denso de fraternidade, que a inconsciência dos valores culturais demoliu, levando para sempre uma afetuosa memória de nossas vidas.

De uma coisa há certeza, havia entre nós um patrimônio de sonhos e ideais. Eram anseios poderosos que nos estimulavam a extrapolar as humildes fronteiras de nossa província, que muito pouco nos prometia.

Mesmo considerando a quase distância de nossas gerações, éramos insubmissos diante da mediocridade de nosso dia-a-dia.

Não havia Faculdades. Nossos esforços se estiolavam no curso secundário, se não houvesse coragem para ir adiante.

Então, eu era um recém-formado em Direito, no Recife, egresso das águas-furtadas da rua da Aurora, olhando o rio Capibaribe.

O transporte se resumia nos fumacentos vagões da great-western ou apanhando um Ita do Norte, como na canção popular, que levavam nossas esperanças mal assistidas financeiramente para as cidades do Recife, Salvador ou, com mais atrevimento, para o Rio de Janeiro.

Quando chegou a vez de **Murilo Melo Filho** já havia o ronceiro Catalina da Aero Geral, sucateado pela Segunda Guerra Mundial.

Falar em Segunda Guerra Mundial, me faz evocar um episódio que nos aproximou de forma pitoresca.

Exatamente no "Dia do Armistício", em maio de 1945, a Prefeitura Municipal de Natal resolveu comemorar o grande acontecimento. Fomos escolhidos oradores oficiais da cidade no então Teatro Carlos Gomes.

A hora da solenidade estávamos de discurso no bolso e muita alegria na alma aguardando o entusiasmo popular por esse momento histórico.

A expectativa da hora me impelia, de instante a instante, a espiar pelo tradicional buraco na cortina do palco para consultar a presença do público que, inexplicavelmente, se ausentava.

Lembro-me dessa imensa cortina onde se desenhava a apoteose do retrato de Carlos Gomes, sendo consagrado por um personagem de "O Guarani", alçando uma coroa de louros sobre sua opulenta cabeleira, trabalho de um artista cujo nome se perdeu na memória do tempo.

Murilo Melo Filho, cautelosamente, já guardara seu discurso para salvá-lo da indiferença do ambiente e assumiu postura para o improviso.

Quanto ao meu texto, não poderia relegá-lo pois dele fora pinçada uma palavra que, quando pronunciada, deflagraria uma ruidosa alegoria, de gosto discutível, em que se entrelaçavam as bandeiras dos países aliados e as belas e escolhidas moças da sociedade da época.

Por sinal, a palavra chave para o automatismo apoteótico saíra do discurso de Abraham Lincoln, em Gettysburg, com que eu procurava enfatizar a vitória do "Governo do povo, pelo povo e para o povo" no curso de minhas palavras.

Tudo tão ingênuo e de conotações literárias que, hoje, não sei se consegui escapar do ridículo.

Na ocasião, não havia explicações para essa ausência de auditório, justamente no mesmo instante em que o povo dançava nas ruas de Paris, se concentrava em delírio no Time Square, em New York, ou chorava de emoção na Praça Vermelha, em Moscou.

Fomos salvos por um insignificante público mobilizado por Alcides Cicco, diretor do Teatro, que com auxílio dos poucos funcionários, recolheu estranhos na noite, mulheres de aluguel que atuavam na milenar profissão e os boêmios que começavam a habitar a noite e compareceram a uma festa que não lhes dizia respeito.

Eram personagens que frequentavam a Praça Augusto Severo, nosso belo Bois de Boulogne, em estilo Art Nouveau, posteriormente mutilada e degradada pela espessa sensibilidade de certo administrador municipal. Figuras que poderiam fazer presença nas páginas de Henry Murger em suas crônicas da boemia parisiense.

O herói da noite fora, sem dúvidas, Alcides Cicco, com sua bonomia, que se confundia com o nosso velho e belo teatro que ele tanto amava, pela solução que obtivera para salvar a nossa festa da vitória. Sua rubicunda face res-

plandecia com seus óculos de armação dourada, que lembrava um tomador de chope da Bavária.

Paradoxalmente, estávamos em dissonância com os sentimentos de nossa cidade, que vivera uma guerra diferente.

Nossa pacata comunidade sobrevivera anos e anos a uma rotina da qual participavam pouco mais de cinqüenta mil habitantes. Num certo dia dos começos dos anos quarenta, quando os acontecimentos militares iam em curso em todas as frentes de guerra, despertou o boom de uma nova vida, que se apossou de nossas mentes e de nossa maneira de viver.

Passara, verdadeiramente de repente, a ser um cenário urbano de surpresas e perplexidades.

Sua placidez fora violentada pelo rumor diário das fortalezas voadoras despejando milhares de combatentes em nossas ruas e praças na pausa do transbordo para áreas de combate na Europa e Norte da África.

As vias públicas e os bares regurgitavam, ouviam-se idiomas de todas as procedências. Máquinas de música a todo volume transmitiam as vozes de Bing Crosby, Frank Sinatra, que despontava nas paradas de sucessos, Billie Holiday e o canto rouco e inconfundível de Louis Armstrong. A altura ensurdecedora de uma polca - "Barril de Chope" invadia a Rua Dr. Barata tornando, nem sempre agradável, o fundo musical de certas horas daquela via de muitos destinos. As Big Bands ofereciam espetáculos públicos. A presença americana modificava os hábitos da cidade. As festas da United Service Organizations (USO), ruidosas e cheias de ritmo animavam as tímidas moças com Coca-Cola, que esqueciam os preconceitos da província e se transformavam, num lance de sonho, em Cinderelas esperando, suadas e felizes, os príncipes de Utah, Ohio ou Alabama. A capela de Parnamirim acolhia os vários cultos, numa exemplar lição de tolerância religiosa. Os galãs e a atmosfera de Hollywood invadiam Natal. Fumavam-se os cigarros Camel, Chesterfield e Lucky Strike.

Era como se o velho e querido Royal Cinema abrisse suas portas e libertasse nossos sonhos de infância e juventude elaborados entre suas paredes de cor vermelha e arquitetura modesta. Os garotos sobraçando uma caixa de engraxar sapatos, corriam a procura dos americanos, gritando: My friend, Shoe Shine, Shoe Shine! Um conhecido cabeleireiro se vangloriava na Tavares de Lira de ter cortado o cabelo de Frederic March, galã da época. Joel McCrea, o aplaudido Buffalo Bill dos famosos far-westers, distribuía autógrafos em plena Dr. Barata, que passara a ser trânsito de sheiks, príncipes, estadistas e leaders internacionais, heróis de guerra de volta ou a caminho do front.

La Guardia, prefeito de New York, encantou-se com a faixada do Teatro Carlos Gomes e aproveitou para cumprimentar o então Interventor Federal que assistia, na ocasião, a um espetáculo, manifestando sua admiração pela beleza da arquitetura que o impressionara.

No Aero Clube misturavam-se moças e mergetes dos hábitos da província e dançavam com os americanos ao som de "In the Mood", no ritmo de Glenn Miller, diante dos rapazes da terra, preteridos e basbaques. Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas surpreendendo os transeuntes da cidade num jeep, discutindo a participação do Brasil na guerra.

Não havia batalhas, nem bombas, nem trágicos cenários de guerra e sim a presença de personagens famosos e fatos que o povo só conhecia no cinema da Rua Ulisses Caldas, ao lado do Café Magestic, ponto obrigatório da antiga

Joemia natalense.

Chegou o armistício. Regresso a uma antiga realidade, a uma rotina que se ausentara nos anos de guerra e agora estava de volta.

Não havia razões para um grande auditório naquela noite de nossa frustração como oradores. O sonho urbano havia terminado.

Foi exatamente nesse ano de tantos acontecimentos, de sonhos locais desfeitos e esperanças que se esvaíam no ar, que Murilo Melo Filho resolveu ir embora. É verdade que a guerra nos deixara alguns saldos. Descobrimos que nosso sol era permanente nas belas praias de Natal e não se restringia aos poucos meses de fim de ano, no período convencional de veraneio.

Nossos hábitos se tornaram informais com a adoção do slack, o desprestígio da gravata e a liberdade esportiva de nosso comportamento.

Foi exatamente nessa transição de vida nos primeiros meses do após guerra, em fevereiro do ano seguinte, **Murilo** foi embora para o Sul, com a energia e a esperança dos seus dezoito anos.

Não foi uma despedida fácil de seus pais, de seus irmãos. Houve lágrimas, numa cena tipicamente mediterrânea quando os rapazes se despediam de suas famílias na Itália para fazer a América. **Murilo** não ia a tanto. Queria fazer o Rio de Janeiro. Sobrevôu Recife e Salvador e resolveu ir mais adiante.

Sua experiência jornalística se resumia nas suas resenhas esportivas publicadas na segunda ou terça-feira com o resultado dos jogos de futebol dos domingos, no "Diário" posteriormente no "Diário de Natal", já integrando os "Diários e Rádios Associados". Sua passagem pela "A Ordem", jornal católico, e as reportagens de guerra que ouvira ao pé do rádio, durante muitas horas da noite, para no dia seguinte publicá-las em "A República", assumindo ares de correspondente de guerra.

Filho mais velho de uma honrada família, cujo pai rádio-telegrafista prestara inestimáveis serviços durante a guerra, conhecido na direção de seu velho Ford, modelo 1928.

Embarcou, assim, para a então capital, levando experiência dos jornais da terra, com sua vocação e sua vontade inabalável de vencer longe de seus pagos.

Foi-se num sábado de carnaval quando o ruído das cuicas e dos pandeiros ritmavam a alegria do povo nas ruas.

Portava uma pequena mala e o coração transbordando de saudade do que ficara de sua infância e adolescência plantadas na terra para sempre.

Era um personagem a mais no fabulário os rapazes nordestinos na luta pela vida nas grandes cidades.

Completo essa gesta a peregrinação à procura de emprego nas redações dos jornais.

"O Correio da Noite" o admitiu. Começou com a reportagem marítima. Pela madrugada, metia-se numa lanterna da polícia marítima e ia em busca de entrevistas com passageiros import antes dos transatlânticos que procuravam o porto do Rio de Janeiro.

Nesse entretempo seus dedos batiam nos teclados das máquinas de escrever, como datilógrafo concursado, do Ministério da Marinha.

Quando o Presidente Dutra assumiu o governo, fez toda cobertura dos acontecimentos.

Evidentemente, não foi um começo de vida fácil, mas seu objetivo estava

adiante. Formou-se em Direito.

O "Diário da Noite" proporcionou sua primeira viagem à Europa, embarcando num cargueiro grego, tendo como companheiros de viagem Dom Avelar Brandão, Dom José Tavares e Dom Helder, para assistir ao congresso eucarístico de 1950.

As reportagens que enviou desse evento, impressionaram Carlos Lacerda, que, estava se preparando para editar a "Tribuna da Imprensa", e o convidou para integrar seu corpo redacional.

Ombreou-se com essa excepcional figura do jornalismo brasileiro durante oito anos, integrando-se na tempestuosa vida desse jornal.

Fase de conspiração, atentados, luta parlamentar. O entrevero com a "Última Hora" de Samuel Wainer. Os acontecimentos que culminaram com o suicídio de Getúlio Vargas, que chocou a Nação inteira.

Murilo Melo Filho, nessa altura, já se identificava com o nível do melhor condomínio do jornalismo político, ao lado de Carlos Castelo Branco, Vilas Boas Correa, Hermano Alves, Ledo Ivo, Odilo Costa Filho, Nilton Carlos, Nertan Macedo, Zuenir Ventura, Stefan Baciu, Araújo Neto, Amaral Neto, Luís Garcia, Aluizio Alves, Luís Lobo e outros.

Convivência continuada com Carlos Lacerda, mestre do jornalismo de combate, grande nas virtudes e nos defeitos, com quem terminou se desentendendo. Trabalhou ainda no "Jornal do Comércio" com Elmano Cardin, Santhiago Dantas e Assis Chateaubriand e no "Estado de São Paulo" com Júlio de Mesquita Filho, Rafael Correia de Oliveira e Prudente de Moraes Neto. A melhor gente da imprensa nacional.

Reativa, então, sua nova fase como free-lancer da "Manchete", mantendo por muito tempo "Posto de Escuta", onde numa grande angular focava diversificadas notícias de interesse humano e político, ao mesmo tempo que mantinha um programa na TV Rio, "Congresso em Revista", por anos e anos.

Essa revista merece um registro. Quando, em certo dia de 1952, entre a Rua Rainha Elizabeth e Nossa Senhora de Copacabana, numa banca de jornal, me deparei com uma renovação no periodismo brasileiro, uma apresentação gráfica primorosa que competia com as melhores revistas do mundo.

Murilo Melo Filho nos revela que essa revista evoluiu com a construção de Brasília. Adolfo Bloch acreditou e prestigiou essa grande aventura.

Ainda quando integrava a frente oposicionista da "Tribuna da Imprensa" ao Governo Federal, o Presidente Juscelino Kubitschek distinguiu Murilo Melo Filho com um convite para acompanhá-lo na terceira viagem à capital em construção, em 1957. Nessa oportunidade, viu, acreditou e entusiasmou-se pelo grande empreendimento. Veio a fazer a cobertura jornalística da obra de um homem público que acordou o povo para suas grandes esperanças. O pessimismo crônico cedia lugar a um otimismo dinâmico.

Murilo, sua companheira Norma e seus filhos, a maneira dos pioneiros dos filmes exaltando a epopéia do Oeste Americano, conheceram também um cenário febricitante de construções, sem conforto, onde a poeira, a lama e o cansaço caracterizavam essas condições de vida. Suas reportagens revelavam ao Brasil a fé e a verdade sobre essa iniciativa que modificou a geografia do "Gigante Adormecido" e alterou o ritmo da política nacional. Chefiou a sucursal da "Manchete" e logo tornou-se professor de jornalismo da Universidade de Brasília.

Voltou para o Rio a chamado de Adolfo Bloch e integrou-se, como diretor, nas empresas que marcavam uma nova etapa na imprensa do país.

Era um católico entre judeus.

Um belo exemplo de tolerância e respeito à liberdade religiosa.

Brasília foi assim uma fase de extraordinária experiência profissional. Assistiu ao fim do governo Kubitschek e o advento do governo Jânio Quadros e sua posterior renúncia, comprometendo a vida pública deste país por muito tempo. A posse de João Goulart. O efêmero parlamentarismo. A revolta dos sargentos. O caos disciplinar que ameaçava as instituições. A revolução de 1964. E o retorno à atual fase democrática.

Murilo Melo Filho era sempre um repórter presente, vivendo o entrecruzar dos fatos e das figuras marcantes do cenário republicano, que fecundavam a ansiedade, a amarga curiosidade, as angústias e as desesperanças do povo brasileiro.

Não faltava seu ângulo de visão sempre lúcido nesses anos turbulentos. Informava bem a um povo que passionalizava fácil, sem uma meditação crítica.

As dimensões de sua competência e o alto nível a que chegou se mede no encontro, face a face, com estadistas que protagonizaram esses surpreendentes anos de nosso século. Entrevistas com Fidel Castro, De Gaulle, Kennedy, Frondizi, Eisenhower, Golda Meir, Johnson, Peron, Moshé Dayan, Salazar, Nixon, Giscard D'Estaing, Reagan, Franco, Allende, Videla, "Che" Guevara, João XXIII, Indira Ghandi, Elizabeth II, Hiroito, Adenauer, Kruschew, Hochi-Min e El Sadat.

Seus passos de repórter percutiram nas cidades da Europa, dos Estados Unidos, da África e da Ásia. Não distinguia as main-streets dos grandes centros cosmopolitas das tortuosas ruas das áreas da geografia da fome e da miséria. Todos os caminhos eram desafios à procura da notícia de interesse humano, político ou social.

Viveu cenários de guerra no Vietnã e no Cambodja. Fez cobertura jornalística de vários presidentes do Brasil em suas viagens ao Exterior.

A sua personalidade de escritor se revela com nitidez nos livros que publicou: "O Desafio Brasileiro", com prefácio de João Paulo dos Reis Veloso, recebendo o prêmio da Academia Brasileira de Letras como melhor ensaio do ano; "O Milagre Brasileiro", apresentado pelo Ministro Delfim Neto e logo em seguida, "O Modelo Brasileiro" prefaciado pelo Ministro Mário Henrique Simonsen, merecendo o prêmio "Juca Pato".

Em co-edição com Arnaldo Niskier e Joel Silveira, publicou "Cinco Dias de Julho" sobre a guerra do Oriente Médio.

"O Assunto é Padre" em colaboração com Adonias Filho, Armando Falcão, Cassiano Ricardo, Gustavo Corção, Hélio Silva, Josué Montello, Otávio de Farias e Rachel de Queiroz, o que indica bem a sua posição em meio à intelectualidade brasileira.

Participou em "Reportagens que abalaram o Brasil", em co-autoria com Carlos Lacerda, David Nasser, Edmar Morel, Francisco de Assis Barbosa, Joel Silveira, Justino Martins, Otto Lara Resende e Samuel Wainer.

Nunca esqueceu que aqui estão suas raízes, seus melhores sentimentos que nasceram de seus pais, seus irmãos, de seus amigos que nunca deixaram de habitar seus dias.

Na procura das palavras finais, volto a pensar, com certa nostalgia, na-

queles anos do Atheneu, nos velhos e desbotados mapas nas paredes das salas de aula, quando juntos, professor e aluno, sonhávamos com as coisas e os caminhos da vida, quando repetimos os sonoros e sugestivos nomes das cidades e dos países que ilustravam nossas ilusões.

Daí a quase compulsiva evocação do personagem de James Hilton, saído das páginas de seus romances como se eu fosse um Mr. Chips, de cabelos brancos, a face marcada pelo tempo, mas o espírito sem idade, bastante sensível para viver a emoção deste momento em que nos deparamos no pórtico desta Academia.

É uma emoção sem distâncias e dela participam todos os nossos confrades. É o estado de espírito de uma comunidade que o esperava há muito tempo.

Esta Academia Norte-Rio-Grandense de Letras se valoriza com a sua presença. A nossa intimidade me fez esquecer o tratamento acadêmico.

Mas de uma forma ou de outra, nada mais poderá ser dito como motivação desta hora do que interpretá-la como uma homenagem ao seu valor intelectual, a sua existência muito especial.

Seu caráter definiu-se pela dignidade de sua profissão, que se tornou merecedora de títulos, medalhas e condecorações e permitiu uma longa e antológica história na área das comunicações.

A memória de sua infância e adolescência, as lembranças daquele austero e eficiente rádio-telegrafista com as mãos na direção do seu Ford de bigode, sua formação religiosa cuidada pela sua carinhosa mãe naquela igreja de bairro, ao lado de sua casa de tão gratas recordações, oferecem os componentes de um belo e emocionante perfil de vida.

Na sua presença nos solenes salões do mundo, em suas andanças nos quatro cantos dos continentes atrás da alma da notícia, em nenhum momento houve espaço que interrompesse as ligações afetuosas com sua terra e sua gente.

Afinal, não pude escapar a essa longa jornada de sugestões que me dificultou uma pretendida síntese.

Nada mais me resta dizer, senão: **Murilo**, pode entrar, a Casa é sua. Mas, se não cabe aqui um tratamento coloquial, não me custa repetir - Confrade **Murilo Melo Filho**, pode entrar. A Casa é de Vossa Excelência.

DISCURSO DE POSSE DE ALUÍZIO ALVES

Cheguei. Foi uma longa e silenciosa viagem que muitos supõem iniciada há 17 anos passados, com a minha eleição para a cadeira número 17, cujo patrono é o jurista Francisco de Souza Ribeiro Dantas, e ocupada, desde a fundação da Academia, até 1976, por Dioclécio Dantas Duarte.

Mas, essa viagem começou antes. Não porque tivesse eu o projeto, muito honroso, de participar desta instituição, como um dos seus membros efetivos.

Bem antes, Manoel Rodrigues, grande Presidente desta Casa, me dissera que pretendia aumentar o número de cadeiras e uma delas me seria destinada. Disse-lhe, e ele concordou, que eu não disputaria tal honra pelo menos enquanto estivesse no Governo. Não desejava que a escolha pudesse ser acoimada de qualquer influência pelo cargo que, então, exercia.

Perdoai-me a confissão: na realidade, jamais foi minha ambição pessoal chegar à Academia. Muito embora, à medida que a idade vai enbranquecendo os nossos cabelos e reduzindo as energias do corpo, seja sempre agradável a idéia da **imortalidade**, duas razões me constrangem a pleitear um lugar entre vós: não sou um escritor. Apesar de já em 1939, ter publicado um livro e, ao longo desse tempo, quase uma dúzia, sempre os escrevi, com exceção dos dois primeiros - "História da paróquia de Angicos" (1939) "Angicos" (1940) - e um, não publicado, "Padre Mestre Ibiapina", em função de problemas que estava debatendo, ou em defesa pessoal e política, e não pelas razões de pesquisa ou criação que inspiram o escritor.

Além dessa razão, lembro-me da lição belamente fixada por Renan, em seu discurso de recepção na Academia Francesa. "É função das Academias reunir os homens e promover a sua reconciliação. No mínimo, prestar ao espírito humano o mais assinalado dos serviços porquanto a obra pacífica da civilização resulta de elementos contraditórios, mantidos face à face, obrigados a tolerar-se, levado a compreender - e quase a se amar".

DESTINO DIFERENTE

Outro foi sempre o meu destino. Político posso dizer desde a infância - na fotografia da fundação do Partido Popular, no dia 11 de fevereiro de 1993, em Natal, ao lado de dezenas de homens prolectos, na primeira fila, está um único menino, calças curtas, 11 anos de idade, posando para a História. Da minha letra é a ata oficial da solenidade, ditada por Joaquim Inácio de Carvalho Filho, que, entre sério e brincalhão, me advertiu com razão, antes do ditado:

- Veja bem, meu filho. É um documento oficial. Não pode ter erros.

Nesses 60 anos de muitas lutas políticas, só tive um ato de conciliação: foi em 1978, e por ele, pago, ainda hoje, equívocos e intrigas sobre os quais, a qualquer tempo, se me dispuser, darei o testemunho de boa fé e da retidão da decisão tomada. Os outros anos foram de intensas batalhas, quase meio século do qual na oposição política, aos governos do Estado e do País.

Agora, que a idade diminui normalmente os ânimos, sinto que posso chegar aqui e dizer a todos, como previa Renan "Face a Face", "Toleremo-nos.

Compreendamo-nos”.

Reconheço que essa explicação vale até 1972, quando admiti pleitear. Ou, pelo menos, até minha eleição em 1976. Não justificaria a longa ausência de 17 anos.

Mas, houve outra razão. Em 1976, eu quis trazer de volta a esta Casa - e essa era a razão fundamental e justa - a figura inesquecível de Hélio Mamede de Freitas Galvão, jurista, escritor, jornalista dos maiores que o Rio Grande do Norte já teve, que saíra pelo veto que eu sofrera quatro anos antes.

Permiti-me a prolixidade da história, pelas suas origens e circunstâncias esclarecedoras.

COMO NASCEU A BIBLIOTECA NORTE-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA

Desde aquele acontecimento partidário de 1933, vinculei meu destino político à liderança de José Augusto Bezerra de Medeiros.

Mobilizando estudantes, participei da campanha à Constituinte de 1934. Escrevendo em “A Razão”, fui o responsável pelo seu fechamento e deportação dos Diretores. Com a vitória do Partido, que elegera 3 dos 4 deputados federais, escrevi um artigo atrevido, publicado na 1ª página, exaltando o triunfo. Condenava as violências do Governo e terminava com um julgamento injusto do interventor Bertino Dutra, a quem conheci muitos anos depois, quando eleito deputado federal. Pude retificar o juízo insolente e, certamente, eivado de mágoa de ter tido o meu pai preso, por sua ordem, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, por uma falsa conspiração que levou também à cadeia, por 30 dias, o desembargador Silvino Bezerra, o médico Aderbal de Figueiredo, o jornalista Eloy de Souza, o professor Gonzaga Galvão, os comerciantes Omar Lopes Cardoso e José Mesquita, além de sete oficiais da Polícia Militar.

Nesse artigo, chamava o interventor Federal Bertino Dutra, militar ilustre, de “apêndice podre da Marinha Brasileira”.

O Ministro da Marinha, almirante Protógenes Guimarães, amigo pessoal de José Augusto, chamou-o ao gabinete:

- O jornal de seu Partido publicou um artigo insultoso contra o comandante Bertino Dutra. A Marinha exige punição, José Augusto não sabia. Mas, exibido o exemplar, e lido, naquele momento, o meu artigo, procurou explicação atenuante.

- Ministro, o autor é um rapaz inteligente, líder estudantil. Reconheço que exagerou, naturalmente nas alegrias da vitória. Mas, não há como puni-lo. Ele é menor. Talvez não tenha completado 15 anos.

- Como ? Então, a direção do jornal é responsável. Vou ouvir o setor jurídico, e voltarei a lhe falar...

Dessa situação resultaram, no regime ainda não garantido pela Constituição de 34, o fechamento do jornal, e atos de deportação do diretor Eloy de Souza, do redator-chefe Gentil Ferreira e do proprietário Dinarte Mariz. Pela idade, fizeram a concessão de mandar o velho Eloy para Recife. Gentil foi exilado para o Rio. E Dinarte, vindo de Caicó para Natal, ao tomar conhecimento dos fatos em Jardim do Seridó, foi para Campina Grande, e de lá exilou-se no Rio, até que o interventor foi substituído pelo nosso conterrâneo Mário Leopoldo Pereira da Câmara.

Durante todo esse período, eu mantinha com José Augusto correspondência freqüente.

Com o advento do Estado Novo, em 1937, dois episódios pessoais nos aproximaram.

O primeiro: José Augusto, amigo do presidente do Instituto Nacional do Mate, ex-deputado Generoso Pontes, aproveitou a remessa de pacotes de mate para o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, dirigido por Varela Santiago, e me enviou dezenas de exemplares de um Manifesto de Otávio Mangabeira, exilado nos Estados Unidos, contra a ditadura implantada por Getúlio. Fui buscar a encomenda, e numa noite, pregava esses boletins na parede de fundo da velha Catedral, na Praça Pe. João Maria, quando a Polícia me prendeu. O problema: eu era menor de idade, tinha 16 anos. Contava ainda, com a boa vontade do Governador Rafael Fernandes.

O outro: nunca fui aluno aplicado em Matemática. O professor - o bom e severo Irmão Estevão, - português, admirador incondicional de Salazar, não me perdoava essa incompetência. E responsabilizava o meu atraso na matéria pelo fato de viver envolvido em política e em jornal, em vez de me dedicar aos estudos. Um dia, repreendeu-me por isso perante a classe, acrescentando, que o Brasil, com o recém-implantado Estado Novo, ia acabar com a politicagem e a liberdade de imprensa. Reagi:

- É porque o sr. é salazarista e fascista!

Fui expulso da classe e de todas as outras aulas de Matemática, até que o irmão Ambrósio, diretor, negociou com meu Pai minha aprovação na 3ª série e saída do Colégio.

Coincidiu que, dias depois, José Augusto me comunicava que ia assumir, em Fortaleza, a Inspetoria Regional da Companhia de Seguros "Equitativa", e me convidava para trabalhar com ele. Os dois episódios ocorridos aqui, com a Polícia e o Colégio, e o convite de José Augusto, me levaram, no começo de 1939, para Fortaleza, onde fiz a 4ª série ginásial.

A convivência de todos os dias, o relacionamento com o Instituto Histórico e a Academia de Letras do Ceará, nos levaram, a convidar Hélio Galvão, Antônio Soares Filho e Rivaldo Pinheiro, e, mais tarde, Vingt Un Rosado, a organizar a "Biblioteca Norte-Rio-Grandense de História", com dois programas iniciais: divulgação de livros de História do Estado e a publicação da História de todos os municípios. Voltei em 1940, fiz o 5º ano no Atheneu, e, dedicando-me à Editora, que imprimia os livros do Rio, criei um sistema de assinaturas, até então inédito no Brasil. O assinante se obrigava a comprar dois livros por ano, que era a previsão de nossa capacidade, e os pagava contra a entrega de cada um. Fizemos 1.500 assinaturas, assegurando, portanto, essa tiragem. Quando, anos depois, vi o Círculo do Livro, em São Paulo, anunciar o sistema como uma grande novidade, lembrei do nosso pioneirismo desconhecido. Na Biblioteca, publicamos: "Angicos", de minha autoria, "Famílias Seridoenses", de José Augusto, "Mossoró", de Vingt Un Rosado, "Natal daqui a 50 anos", reedição de Manoel Dantas, e "Nísia Floresta", de Aauto da Câmara.

Após o curso Clássico em Recife, até 1943; a minha eleição, em 1945, para deputado à Assembléia Nacional Constituinte; mudança de residência para o Rio, a necessidade de concentrar-me nos estudos da elaboração constitucional, ainda no 2º ano de Direito; o trabalho de editorialista do "Diário de Notícias", no Rio, paralizaram aquela iniciativa cultural, apesar dos esforços dos ou-

tros diretores para mantê-la. Ficou, entretanto, a história de uma idéia que poderá ser retomada, até sob o patrocínio da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, agora em condições bem mais favoráveis, e à qual darei toda a minha colaboração.

O COMPROMISSO COM JOSÉ AUGUSTO

De 1946 até 1954, tive convivência diária com José Augusto, na Câmara, e, depois do seu afastamento, até a sua morte, como amigo constante e fiel, na hora da solidão amarga. Na sua despedida da vida parlamentar, a Câmara abriu uma exceção nas normas regimentais - e realizou uma sessão especial, só permitida em memória de mortos ou de Chefes de Estado em exercício. Por sua escolha, falei pelo Rio Grande do Norte e pedi desculpas à Nação pela sua subtração, e da maneira como ocorreu e porque, da representação parlamentar.

Acompanhei sua vida, dia a dia, membro do Conselho Nacional de Economia, Presidente da Associação Comercial do Rio, assessor de empresas.

Assisti, depois, ao seu penoso declínio pessoal - agravado pela amargura da exclusão política, pelas dificuldades financeiras, e, no final, durante anos, pela cegueira total.

De sua casa, marcada por essa tristeza, foram desaparecendo os amigos, quase todos, mesmo alguns que entraram na vida política pelas suas mãos e com o seu prestígio. Além de dois ou três telefonemas diário, passávamos juntos as manhãs de domingo. Levava-o, já cego, à missa na Igreja de São Paulo Apóstolo, em Copacabana, e, depois, ficávamos até meio-dia, conversando, recordando e analisando fatos e homens da vida política brasileira.

Em certo domingo, de 1969, procurei convencê-lo a participar de um filme sobre sua vida que Ilma Melo, presidindo a Fundação José Augusto, queria patrocinar, e lamentei que se viesse a perder o precioso material de suas memórias, ao longo de 50 anos de vida pública.

Confessou-me porque não escrevia:

- Não posso escrever Memórias. Tive uma vida de lutas constantes e ásperas. Muitos episódios se tornaram polêmicos. Quase todos os seus personagens já morreram e não poderiam dar o seu depoimento, e, eventualmente, contestar as minhas interpretações.

E no tom brincalhão que escondia um pouco o seu medo de aceitar a morte ("morrerei sob protesto", dizia sempre), propôs-me este compromisso:

- "Se você morrer antes de mim, escreverei a sua biografia. Se eu morrer antes de você, **sob protesto**, você escreverá a minha biografia. E nela você dará a sua interpretação livre dos acontecimentos em que me envolvi, com base nas versões que eu lhe transmitir e nas outras que você recolha".

A partir daí, todos os domingos, fui registrando seu depoimento sobre a vida política do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Com a sua morte, em 1971, Enélio Petrovich procurou-me e sugeriu-me inscrevesse meu nome para substituí-lo nesta Academia. Pensei: é a oportunidade de cumprir o compromisso com José Augusto.

Recém-proscrito dos meus direitos políticos, lutando para sobreviver através de uma editora de livros que fundei, em 1970, no Rio, a "Editora Nosso Tempo", mesmo assim, sem as obrigações políticas absorventes, bem poderia,

através do discurso de posse, transmitir às novas gerações a mensagem de sua vida, do seu exemplo, de seus ideais democráticos.

Que títulos poderia apresentar, para cumprir a exigência regimental ?

Depois da publicação dos dois livros sobre “Angicos”, escrevera em 1958 “A recuperação do Nordeste”, propondo, já então, nova e moderna política de crédito rural para substituir a tradicional ação de frentes de emergência, contra os efeitos da seca; “A primeira campanha popular do Rio Grande do Norte”, sobre a campanha de José da Penha. Esse livro foi a ampliação da conferência que proferi no Instituto Histórico e Geográfico do Estado, e também uma tentativa de fazer voltar a atenção das novas gerações para a figura excepcional de José da Penha, que mesmo restrito às exigências da disciplina militar, não esmagou a vocação natural de liderança pessoal e política. Tentou, aqui, derrotar nas urnas o domínio da política Maranhão, numa campanha popular, estrategicamente errada. Porque não em torno de seu nome, mas, com a candidatura do capitão Leônidas Hermes, escolhido só pela condição de filho do presidente Marechal Hermes da Fonseca, o que reduziu a campanha, que nem chegou a se concluir, a um duelo entre uma oligarquia estadual e um projeto de oligarquia federal. Voltou ao Ceará, empenhou-se, como deputado estadual, na guerra civil deflagrada contra o Governo, e terminou abatido por um tiro quando procurava reconhecer posições inimigas. Mas, é um nome, homenageado nesta Casa como patrono da cadeira brilhantemente ocupada por Alvamar Furta-do, que merece ainda ser posto na galeria das lideranças de renovação de costumes políticos mais importantes do Rio Grande do Norte.

Escrevera mais três trabalhos de natureza técnica: “A Previdência Social no Brasil”; “A Previdência Social no Brasil e no Estrangeiro”; “A função social do acidente do trabalho” com a análise da Lei Orgânica da Previdência Social, de minha autoria, e que vigorou por duas décadas. Além de outro, que se perdera, depois de concluído, inclusive com prefácio de Luís da Câmara Cascudo. Aproveitara o ano de 1939, no Ceará, e de 1940 a 1942, em Natal, pesquisara a vida e a obra do grande missionário Padre-Mestre Ibiapina, escrevendo-lhe minuciosa biografia. Quando pretendia publicá-la, recebera carta de Celso Mariz, escritor paraibano, que, convidado para proferir palestra sobre o grande Missionário, e sabendo dos meus estudos, pedia-me elementos que subsidiassem o seu trabalho. Ainda não se inventara a xerox, e, por comodismo, enviara-lhe, por empréstimo, o próprio original, por ele citado e elogiado, várias vezes no livro que transformou a sua conferência. “Ibiapina - o Apóstolo do Nordeste” (1942). Apenas, ao devolver-me, não contávamos com a então desorganização dos Correios, e conseqüente extravio. A vida de Ibiapina perdera o modesto e espontâneo biógrafo e eu quatro anos de árduo trabalho.

O VETO

Anunciada a minha candidatura para substituir José Augusto, Woden Madruga, na “**Tribuna do Norte**”, de 20 de outubro de 1971, registrava: “Está armada uma guerra de vida e de morte contra a eleição de Aluísio Alves para substituir José Augusto na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, envolvendo, inclusive, setores da Universidade”.

Logo tomei conhecimento do veto militar, externo, e do veto pessoal, interno, e diante dos dois, do protesto de Hélio Galvão. Renunciou à Cadeira que,

com brilho inextinguível, ocupava nesta Casa, e, a 22 de dezembro de 1971, divulgava na **Tribuna do Norte**, longo documento: "Acadêmico Hélio Galvão renuncia à imortalidade e diz por que fez". Dele transcrevo, apenas, pequeno trecho:

"Retirei-me da Academia quando a Política lhe forçou as portas, numa violenta irrupção, desviando-a dos seus fins e conduzindo-a para rumos muito perigosos, porque orientados para o faccionismo partidário".

Do episódio, saía eu com enorme remorso: a renúncia de Hélio Galvão. Não só pela fraternidade que nos unia a vida inteira, mas, pela perda para a Academia de um dos seus maiores expoentes - jurista, jornalista, escritor, - sobretudo, exemplo de coerência e dignidade.

A VOLTA DE HÉLIO GALVÃO

Até que, em 1976, Meira Pires e Enélio Petrovich me procuraram: haviam articulado meu nome junto a vários acadêmicos, todos queriam que eu pleiteasse a cadeira 17, vaga pela morte de Dioclécio Dantas Duarte, em dezembro de 1975.

Depois de 1971, publicara mais: "Sem Ódio e sem Medo", coletânea de discursos e conferências, e "A Verdade que não é Secreta", defesa política do meu Governo.

Pelas razões antes enunciadas, a idéia não me seduzia. Desta vez, porém, três outras me induziam a examiná-la:

- Eliminar o mal estar que ficara nas minhas relações com a principal entidade intelectual do Estado; homenagear Dioclécio Duarte, meu colega de representação durante anos, embora adversários; e - esta era a principal - um meio de fazer Hélio Galvão retornar a sua Cadeira não ocupada, nesta Casa.

Fui claro na resposta aos dois amigos:

- Só pleitearei a cadeira se Hélio concordar em voltar à Academia.

Naquela obstinação conhecida, Meira Pires cercou Hélio de todos os lados e em todas as horas, Hélio me telefonou:

" - Você condicionou entrar na Academia a minha volta ?"

" - É evidente, Hélio. É decisão irrevogável. Até não tenho vontade, depois do que houve, mas, se a minha candidatura servir para trazê-lo de volta, só por isso pleitearei".

" - Pois, voltarei para reparar a injustiça que lhe foi feita. Se você se inscrever, eu retornarei para votar no seu nome".

Assim, eu me inscrevi, assim eu recebi 27 votos, contra um nulo e um em branco, o maior **quorum** até então registrado nas eleições da Casa.

HOMENAGENS

Ao transpor, 17 anos depois, estas portas, quero homenagear, comovido, a memória de Hélio Galvão, que se escolhera, inclusive, para saudar-me com a generosidade que foi sempre o traço de sua amizade; a memória de Meira Pires, amigo que se devotava sem prudência às causas que abraçava; o trabalho de Enélio Petrovich e o voto de todos quantos me honraram com o desejo de sua companhia; a insistência do presidente Diógenes Cunha Lima, Veríssimo Melo, Antônio Soares Filho e outros que, pacientemente, aguardaram por

tanto tempo, minha posse. E a saudação de Mário Moacir Porto que, pela integridade pessoal, pela autoridade intelectual, e pela reconhecida cultura, dá à sua palavra força incontestável e imperecível.

Peço também perdão pela demora em chegar, por uma certa incapacidade de escrever sem exigência do imperativo da hora, velho vício de jornal, e pelos atropelos de uma vida de lutas políticas e profissionais.

Aqui estou para sentar-me, com honra, na cadeira 17.

Perguntarão os acadêmicos e os convidados que me deram a alegria de vir, aqui, esta noite:

- "Mas, afinal, quando você falará sobre Ribeiro Dantas e Dioclécio, como é da praxe acadêmica?"

Agora. Mas, eu tinha de explicar a longa viagem de 22 anos que tentei fazer, entre a injustiça de preterição autoritária, a reparação, seis anos depois, e o dia de hoje em que me ponho, sem mágoas, à disposição para ajudar, também aqui, a cultura do Rio Grande do Norte.

O PATRONO

Falarei, primeiro, de Francisco Souza Ribeiro Dantas.

Nascido em São José de Mipibú, descendente de uma das três famílias, que no Império, dominavam a política e a economia rural da região, os Ribeiro Dantas, os Duarte e os Salles. Bom estudante de latim e francês; como era comum na elite da época, Francisco de Souza Ribeiro Dantas, concluiu o curso de Humanidades em Recife, depois o curso jurídico e de lá saiu para o Rio Grande do Sul, de onde não voltou ao Rio Grande do Norte.

O mesmo destino tiveram os conterrâneos André da Rocha, José Bernardo de Medeiros e José Lucas da Câmara.

Durante longo período, o Tribunal de Justiça daquele Estado contou com presença simultânea de três desembargadores norte-rio-grandenses.

Para que isso ocorresse, certamente, influiu o relacionamento do senador José Bernardo, velho chefe político do Seridó, com Pinheiro Machado, que abriu a esses patrícios a oportunidade de uma carreira jurídica que, certamente, não seria fácil fazer na sua pequena e pobre província, concorrendo com muitos outros colegas. Mas, certo é, também, que, mesmo sob esse patrocínio inicial, não teriam chegado aonde chegaram, se não tivessem revelado inequívocos atributos de inteligência, caráter e cultura.

Francisco Ribeiro Dantas foi Juiz de Direito de várias Comarcas no interior até chegar a de Porto Alegre.

Dali foi alçado ao Tribunal, e simultaneamente, Professor de Direito Penal, autor em companhia de André da Rocha e Armando Azambuja, do Código de Processo Penal e da Lei de Organização Judiciária do Rio Grande do Sul, revisor do Código Civil e Comercial do Estado, e do Código de Águas. Exerceu, ainda, a presidência do Conselho de Apelação da Brigada Militar e do Conselho Penitenciário.

Aposentado no cargo de Desembargador, não se recolheu ao ócio da inatividade. Associou-se ao escritório de advocacia de Pinheiro Machado e aceitou participar da vida política, elegendo-se deputado à Assembléia Legislativa, na qual integrou a Comissão de Orçamento.

Ao falecer a 25 de abril de 1931, deixou um grande nome jurídico e moral

na história do Rio Grande do Sul e uma honrosa presença de sua pequena e pobre Província. Merecia, portanto, que, mesmo daqui ausente da juventude à velhice e à morte, ao fundar-se esta Academia, dele se lembrasse Juvenal Lamartine, indicando-o para patrono da Cadeira que deveria ser ocupada por Dioclécio Duarte.

A proclamação da República encontrou o Rio Grande do Norte nas mãos de um ascendente dos dois - de Francisco Ribeiro Dantas e de Dioclécio - Antônio Basílio Ribeiro Dantas, que, por cinco vezes, ocupou, no Império, a presidência da província.

Se quisesse, teria continuado no Poder. Não faltaram apelos, inclusive de Júlio de Castilhos, chefe republicano gaúcho. Bastaria aderir ao novo regime. Não quis. Mandou chamar Pedro Velho, chefe do pequeno núcleo republicano, entregou-lhe o Governo e retirou-se para o engenho Sapé.

O FUNDADOR

Falemos, agora, de Dioclécio Dantas Duarte.

Nascimento em Natal, na rua da Palha, meninice em São José de Mipibú, curso primário no Colégio Santo Antonio, até 1905, ginásio no Atheneu até 1911, bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, em 1917, orador oficial da turma.

Ainda universitário, revelou múltiplas qualidades intelectuais. Escrevia nos jornais da época. Foi diretor da Imprensa Oficial de Pernambuco. Publicou, anos depois, seus dois primeiros livros: "Para os que ficam" (1918) e "Uma página do Brasil" (1919). Já em 1918, elegeu-se deputado estadual no Rio Grande do Norte, e daí em diante, após renovar o mandato, já em 1927 foi para a Câmara Federal até 1929. Publicou "Problemas contemporâneos" (1930), "Estudos da Economia Brasileira", "Como exerci o meu mandato" (1934), e mais tarde, 1941. "A indústria extrativa do sal e sua importância na economia brasileira".

Os cargos que exerceu também foram revelando sua capacidade: membro do Gabinete do Ministro da Marinha e da Justiça, com Ferreira Chaves, alto funcionário do Consulado Brasileiro, na Alemanha, depois novamente deputado federal, presidente do Instituto do Sal, fundador de revistas e jornais, pregador do cooperativismo, diretor da Agricultura e Secretário Geral do Estado, tendo exercido interinamente, a interventoria Federal, onde o encontrou a queda do Estado Novo, em 1945, com a restauração do regime democrático.

Conheci-o nessa época, embora adversários, eu, na UDN, ele no PSD, colegas na Constituinte de 46 e, depois, em duas legislaturas. Mantivemos sempre uma boa amizade, e às vezes, oportunidades de colaboração na defesa dos interesses do Estado.

Tínhamos situações eleitorais diferentes: enquanto eu, logo a partir do primeiro mandato, conquistei posição de liderança pessoal em vários municípios, que me garantiam a renovação do mandato, Dioclécio dependeu sempre das chefias partidárias estaduais, que, dele precisavam, pela sua experiência, relações no meio federal, capacidade intelectual, e a elas substituiriam por outros que foram revelando suas ambições. Até que chegou o momento em que lhe faltaram os colégios eleitorais necessários à renovação do mandato. E viu-se na contingência de exercer atividades na iniciativa privada, que não eram a

sua vocação, mas que atendiam à condição, não de sobrevivência, como acontecia a José Augusto e Eloy de Souza, mas à necessidade de exercitar a inteligência e a capacidade de trabalho.

Nesse período de vários anos, convivi com os dois. Com Dioclécio, através de telefonemas freqüentes, e com José Augusto, pela convivência mais íntima que se justificava pela maior identidade política e pessoal.

Dioclécio extravasando, todos os dias, as mesmas mágoas, as mesmas revoltas, que aliás, deixou registradas no seu discurso de posse nesta Casa, nestas palavras:

“Não sei porque o Rio Grande do Norte, às vezes, parece tão insensível à compreensão dos valores morais. Mas, o que presenciaremos amargamente em todos os setores desta sociedade em decomposição rápida ? O domínio do poder econômico. Arranca-se dinheiro de qualquer modo, utilizando-o para seduzir a multidão mendiga, no propósito de se alcançar a consagração de um triunfo efêmero”.

E, sem esconder o seu caso pessoal, condena:

- “E não só ai - o domínio do poder econômico, - mas, o crime. As fraudes eleitorais tão conhecidas e de tão notórios resultados na composição dos quadros políticos corrompem, distorcem, falseiam a manifestação da vontade popular, os votantes analfabetos inscritos contra o que dispõe a lei, mas, os próprios chefes das organizações políticas, correndo ao leilão dessas parcelas de consciência do povo, que são os votos marcadejados”.

CONVIVÊNCIA COM OUTRAS FIGURAS

Ao longo destas evocações, que, no relógio da minha vida, regulam - desde aquele 11 de fevereiro de 1933, 60 anos de presença, menor ou maior na vida pública, - pude conhecer e conviver com essas e outras figuras que, exercendo atividade intelectual ou política, marcaram suas vidas pela inteligência, competência, dedicação, serviços prestados, que o Rio Grande do Norte não pode esquecer.

Uns, no plano apenas intelectual, como **Luís da Câmara Cascudo**, professor, escritor, historiador, jornalista, folclorista, que, não saindo da Província, conseguiu o fato raríssimo de ser, nesses domínios, figura conhecida e respeitada no Brasil e muitos outros países.

Foi meu professor de História no Atheneu. Foi fundador da Sociedade Brasileira de Folclore, a cuja Diretoria pertenci. Foi autor de dois prefácios de livros meus: “Angicos” e “Padre-Mestre Ibiapina”.

Se me perguntarem sua principal característica, na vida cultural brasileira, não hesito em proclamar: foi a de não ter emulações invejosas, a de não temer o sucesso dos outros, a de saber estimular as vocações mais novas, orientando-as com a sua extraordinária sabedoria.

Outras, no plano de cultura geral, e predominantemente filosófica, a maior de todas, padre **Luiz Monte**, que ocupou, nesta Casa, a cadeira 22, cujo patrono é outro santo Cônego Leão Fernandes.

Autor de vários trabalhos de natureza científica, professor de múltiplas disciplinas no Atheneu e no Seminário São Pedro, jornalista inigualável nas célebres polémicas mantidas na imprensa - e parcialmente reproduzidas por Jurandir Navarro, sob o patrocínio da Fundação José Augusto, - da sua amiza-

de constante e inesquecível, lembro três episódios: chegou uma tarde em Angicos, para de lá seguir para Afonso Bezerra, onde tinha o compromisso de celebrar à meia noite a Missa de Natal. O único automóvel existente na cidade era o do meu pai. Após o jantar, uma surpresa: o motorista não podia viajar, acometido naquele dia de catapora, e era difícil, à última hora, arranjar outro. Padre Monte, que não guiava, propôs-se a ir comigo, 13 anos de idade, ele me ensinando teoricamente como movimentar o carro e, eu, perplexo e deslumbrado, a dirigi-lo. Uma viagem normalmente feita, naquela época, em uma hora, durou mais de três horas, mas, os fiéis tiveram a sua Missa de Natal.

Houve uma época em que o diretor do SERAS - Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social, e da LBA - tendo construído o Instituto Padre João Maria, para meninas pobres, muitos anos depois fechado pelo Governo Estadual e transformado em sede atual da CIPA, e do Corpo de Bombeiros, o Abrigo Juiz Melo Matos, para meninos, depois fechado, e o Abrigo Juvino Barreto, para velhos, considereei que era possível tirar das ruas menores abandonados e mendigos, e o fiz. Os viciados na vadiagem e a mendicância buscaram outras capitais do Nordeste. Os que precisavam de amparo aceitaram o internamento. O "Diário de Natal" discordou da solução, em nome dos "direitos humanos", e, dias seguidos, combateu a idéia, acusando-me até de usar "métodos nazistas".

Um dia, chegando à LBA, encontrei este bilhete carinhoso: "Alguma vez, você já viu alguém atirando pedra em ficus-benjamin ? Certamente, não. Não dá frutos. Mas, todos os dias vê alguém jogando pedras nas mangueiras que nos dão as nossas gostosas mangas. Seu trabalho está dando frutos. Continue, com as bênçãos de Deus. Padre Monte".

O último episódio me comove mais. Saiu uma tarde do Seminário onde morava e não voltou. Não avisou a ninguém o seu destino. Como tivesse levado, debaixo do braço, o livro "Damião, o leproso", avisado confidencialmente do seu desaparecimento, fui procurá-lo, por todos os lugares possíveis, a começar pelo Leprosário São Francisco. Localizei-o, afinal, através de Milton Ribeiro Dantas, no Sanatório Getúlio Vargas. Pediu-me o segredo, recomendado pelo próprio doente.

Acompanhei os dias finais de sua vida. Dele recebi o pequeno relógio de bolso como sinal de despedida. Ainda hoje lamento, com todos os óbvios motivos, por tê-lo perdido no tumulto da madrugada da deposição de Getúlio, em 29 de outubro de 1945.

Não posso esquecer a emoção com que, entre o médico Milton Ribeiro Dantas e o enfermeiro Saul, pus em suas mãos a vela acesa sob a qual se apagava a grande vida.

No plano político, evoco outras figuras com as quais convivi na mesma época:

Eloy de Souza, deputado federal e senador, antes de 1930, depois jornalista do combate partidário nas lutas de 33 e 34, elegendo-se senador pelo Partido Popular, em eleição indireta, para perder o mandato pelo golpe de 1937. Mantendo boas relações com a situação local, e amizades pessoais no plano federal, teve de exercer funções até por necessidade de sobrevivência, na sua pobreza honrada, até que, renunciando Rafael Fernandes a Interventoria, e vindo o general Fernandes Dantas, de seu Governo afastou-se para apoiar a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes e integrar-se a UDN, liderada por José Augusto.

Sonhava voltar ao Senado nas eleições de 1945. Sem poder eleitoral, mas com todas as condições políticas para o exercício competente do mandato, até para continuar a grande luta contra os efeitos das secas - sua pregação de toda a vida, a partir de 1903 - às vésperas da convenção que deveria escolher os candidatos, escreveu uma carta a José Augusto dizendo nada desejar e reconhecendo que valores mais novos deveriam ser convocados, e mudou-se para uma temporada em Nova Cruz.

Na realidade, era uma estratégia. Temia ser esquecido, pelas lideranças do Partido, apesar de sua tradição e, sobretudo sua notável participação na defesa jornalística das causas políticas, no regime constitucional de 1934.

Na véspera da Convenção, um carro foi buscá-lo. Achou que era praticamente a garantia da escolha do seu nome. Não admitia que o mandassem buscar para assistir à escolha de outros, e o seu abandono.

Chegou praticamente a hora da Convenção. E pela frieza da recepção, sentiu confirmado o seu receio. Estava afastado.

A partir desse episódio, separou-se dos antigos companheiros, assumiu atividades jornalísticas no campo adversário, onde também não teve o reconhecimento do seu valor.

Seus últimos anos de vida foram, assim, de frustração política, no ostracismo imerecido, mas representativo de uma nova realidade política, na qual à capacidade intelectual e política e à tradição de serviços prestados se devia juntar a força eleitoral própria ou o apoio de chefias prestigiosas.

Juvenal Lamartine de Faria - Deputado Federal, senador, de competente atuação nas duas Casas do Congresso, antes de 30. Governador em 1928, com o mandato interrompido pela Revolução de 1930.

Exilado por muitos anos, ausente das primeiras campanhas a partir de 1933, perdeu o poder de chefia, no interior, onde antes exercera grande influência. Nesse período, marcou-o um brutal acontecimento: o assassinato de Otávio Lamartine, seu filho, agrônomo, agricultor, valor de grande potencialidade.

Voltando ao País, na eleição de 1937, divergiu de José Augusto, com quem, antes, dividia a liderança. José Augusto apoiou a candidatura José Américo, aparentemente patrocinada por Getúlio. Lamartine apoiou Armando Sales, por antigas ligações, e pela intolerância com o governo Getúlio, responsável pela nomeação de Mário Câmara, em cujo governo perdera o filho, e, particularmente, hostil a José Américo pelos conflitos de 30 na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Não pôde exercer qualquer atuação na campanha, pois, apoiando também Armando Sales, estava Café Filho, seu inimigo pessoal e adversário político desde 29, quando fugiu do Rio Grande do Norte acusando o Governo de perseguição e até tentativa de morte.

Com o golpe de 37, dedicou-se à agricultura. Voltou à atuação política em 1945, como um dos líderes fundadores da UDN. E em 1947, na surpreendente aliança; UDN - PSP, liderada por José Augusto e Café Filho, admitiu, com muita relutância, ser candidato a Senador, ao lado de Floriano Cavalcanti, candidato a Governador. Com o constrangimento de opor-se à candidatura de seu velho amigo José Augusto Varela, que, todavia, não o acompanhara quando se decidira pela UDN, no Estado.

Voltou, então, aos afazeres de Agricultor, mas, acompanhando, com interesse, a atividade política, ajudando os amigos, principalmente as eleições de José Augusto.

JORNALISTA E POLÍTICO

Srs. Acadêmicos:

Não sei se obedeço à praxe dos discursos acadêmicos. Provavelmente, não. Até porque, se não me considero escritor, com a força e o hábito de criação literária, muito menos me suponho dentro dos estilos e da organização intelectual do acadêmico.

No campo literário, fiz uma formação auto-didata. Lendo sem planos, devorando os livros que me chegavam às mãos, fazendo com o velho amigo João Rodrigues, da livraria da av. Tavares de Lira, uma relação nova - cliente liso - comerciante generoso - : eu comprava o livro que podia, e depois de lê-lo, com todo zelo, ele concordava em trocá-lo por outro seguidamente.

Assumi, logo cedo, responsabilidades absorventes: Presidente da Companhia de Assistência aos Flagelados, na seca de 1942, fundador e diretor do SERAS - Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social -, simultaneamente com a direção da Legião Brasileira de Assistência; - deputado federal, com a responsabilidade de Constituinte, ainda no 2º ano de direito, e, depois legislador durante 14 anos até disputar e exercer o Governo do Estado: novamente deputado federal até ser proscrito pela violência e pelas intrigas do movimento militar de 64, após a AI 5 de 1969.

Improvisei-me empresário, em dois anos, como editor de livros - Editora Nosso Tempo, no Rio. Depois, diretor industrial, de um grupo empresarial, construindo, no Rio Grande do Norte, a primeira indústria de Cartonagem; uma grande indústria de confecções, a Sparta; a primeira e até agora única fábrica de tecidos, a Seridó, depois, Conteminas; o Hotel Ducal Palace, na época, entre os três melhores do Nordeste. No sul, era presidente de indústrias e de duas grandes empresas comerciais do mesmo Grupo, com mais de 100 lojas em São Paulo, Rio e Minas.

Onde encontrar tempo para ler ? Fazia, sim, as leituras obrigatórias porque necessárias a cada função, ou às circunstâncias que vivia.

Srs. Acadêmicos:

Nesse elenco de variadas atividades, não relacionei, de propósito, uma que foi constante, exercida antes mesmo de outras vocação - a de político - porque iniciada aos 10 anos de idade e até hoje ocupação de todos os dias.

Refiro-me à atividade jornalística.

Tenho duas experiências inesquecíveis: uma: editei um jornal de um só exemplar, com o maior índice de leitura na cidade onde circulava, porque esperado e arrebatado em todas as casas; outra: quando do atentado a Carlos Lacerda, em 1954, no qual morreu o major Rubens Vaz e, em consequência, Getúlio suicidou-se, "Tribuna da Imprensa", da qual era fundador e Redator-Chefe, desde 1949, e, pelo afastamento de Lacerda, então sob minha direção, a tiragem atingiu, durante vários dias, o índice, **record**, ao tempo, de mais de 200 mil exemplares.

Vale a pena evocar as duas experiências tão contraditórias. Morávamos em Angicos. No escritório da loja do meu pai, havia uma velha máquina de escrever, que, no dia de feira, ficava disponível, com todos os empregados recrutados para o balcão.

Comecei, então, a usá-la para fazer um jornal, em quatro páginas de papel almaço, com o título "O Clarim", por mim mesmo desenhado em verme-

lho, e por mim todo ele escrito: desde o editorial às notas de aniversários, notícias de festas, entrevistas, etc., às vezes, jornalista e datilógrafo de dois dedos, levava o dia inteiro, até sem almoço, entrava pela noite, sob o protesto da minha Mãe. Tudo era compensado pelas alegrias do domingo: o jornal ia passando de casa em casa, com os comentários dos vizinhos leitores de toda a cidade.

Com o êxito, "O Clarim" passou a ser impresso em Natal, indo às sextas-feiras, no trem, para Angicos, até que vim morar aqui.

Em Natal, na tipografia do velho João Estevão, no Beco da Lama, e associado a João Seabra de Melo, fizemos mais tarde "A Palavra", de circulação semanal. E chegamos a comprar uma tipografia, instalada nos fundos do armazém de estivas que meu Pai tinha na rua Chile, e no qual, Seabra e eu, éramos jornalistas e tipógrafos. Liberamos a tipografia de João Estevão para imprimir a revista "Potiguarania", que fazíamos, mensal, e com pretensões literárias.

Participando dos movimentos estudantis secundaristas, fui convidado por José Ariston Filho para regularizar a circulação mensal "O Estudante", órgão do Centro Estudantil Potiguar, que circulava quando havia dinheiro para o papel e a impressão. Ele Diretor, eu, Gerente, conseguimos circulação todos os meses. Quando ele concluiu o Atheneu, assumi a Direção e levei Jessé Pinto Freire para a Gerência mantendo o êxito da regularidade.

Depois, vieram os interessados políticos, eu já deputado federal. Assumi, com Edgar Barbosa, a responsabilidade de uma página alugada ao "Diário de Natal", pela UDN. Depois, um jornal partidário próprio: "A Notícia", com Gentil Ferreira e Moacir Duarte.

Terminava a campanha, com a derrota, o Partido perdeu as condições de manter o seu órgão.

SISTEMA CABUGI DE COMUNICAÇÃO

Em 1949, decidi fundar um jornal político, substituindo as tentativas de jornais de cada campanha. Não tinha dinheiro, mas achava que poderia levantar o capital, com a subscrição de ações pelos correligionários. Trazia a experiência da "Tribuna da Imprensa", do Rio.

Carlos Lacerda fora demitido do "Correio da Manhã", por atacar a concessão de refinaria de petróleo a um amigo de Paulo Bittencourt. Este dirigiu-lhe um telegrama, de Paris: "Não tenho jornal para atacar os meus amigos".

Carlos, de que me aproximara na Constituinte, eu, o deputado mais novo, ele, o repórter do "Correio", ficou de uma hora para outra, sem ter onde escrever. Seu estilo panfletário, sua independência intelectual e política, fechavam-lhe as portas de todos os jornais.

Propus, então fundar a "Tribuna da Imprensa", nome de sua coluna. Com a idéia da sociedade anônima e subscrição de ações por milhares de seus admiradores. Relutou, supondo impossível o êxito. Incumbi-me de organizar a subscrição, e em um semestre, púnhamos na rua a "Tribuna da Imprensa", ele diretor, eu Redator-Chefe, depois, também Diretor-Gerente, e com seu exílio, após a eleição de Juscelino Kubitschek, assumindo a Direção Geral do jornal, até 1958. Nesse ano, eleito deputado federal mais votado do Estado, vim preparar-me para ser candidato a governador em 1960.

Levei a idéia da criação do jornal a Juvenal Lamartine. Não só a admitiu

como acertada, como se dispôs, aos 75 anos, a viajar todo o interior comigo, Dix-Huit Rosado e José Xavier da Cunha para levantar o capital. Andamos mais de 20 dias, batendo estradas de terra, enfrentando os rigores do inverno nas serras do Oeste. Nenhum dos três revelara maior disposição e maior entusiasmo do que Lamartine.

Em 24 de março de 1950, estava o jornal na rua, eu, com as responsabilidades da Direção, Odorico Ferreira de Souza, redator-chefe, Milton Ribeiro Dantas, diretor-comercial, os dois pondo em devotamento a experiência que lhes faltava. Jamais haviam trabalhado em jornal.

Nos chamados **tempos heróicos**, antes da feição industrial que teve de assumir a imprensa, pelas salas da **"Tribuna"** passaram muitos companheiros, em funções administrativas: Noé Dantas, Genésio Lopes, Genésio Cabral, Mussoline Fernandes, Aluizio Alves Filho, este, anos depois, voltando com a responsabilidade de substituir-me, presidindo todo o sistema. Na redação, entre muitos outros, o primeiro secretário Rivaldo Pinheiro, que equilibrava cultura e prudência: Waldemar Araújo, experiência e dedicação; Francisco Macêdo, outro secretário que sustentou, nos anos difíceis, a lide cotidiana, sem hora e sem medo. Na reportagem, entre muitos outros, Geraldo Melo, Cassiano Arruda Câmara, João Ururahy do Nascimento, Paulo Macêdo, Walter Gomes, Expedito Silva, além de jornalistas amadores, defendendo ideais políticos, em artigos assinados constantes, desde 1970. Cláudio Emerenciano, Henrique Eduardo Alves, Garibaldi Filho. Nos últimos anos, muitas figuras do jornalismo passaram pela **"Tribuna"**, entre elas, em funções de chefia, Antônio Melo, Miranda Sá, Alfredo Lobo, Dorian Jorge Freire, Paulo Tarcísio Cavalcante, Edilson Braga, e agora Osair Vasconcelos. Não há exagero em dizer que, nas quatro décadas, terão sido poucos os que, hoje, trabalham em jornal, rádio e televisão que não tenham feito o seu aprendizado, ou não tenham prestado colaboração à **"Tribuna"**.

E durante o período autoritário, um editor geral Ticiano Duarte, teve que enfrentar a Justiça Militar para responder pela liberdade de imprensa, e o fez com altivez e coragem. E, nesse, e, em outros períodos, um combatente inesquecível, Erivan França, manteve, no rádio e no jornal, a força da sua combatividade e a fidelidade à Democracia, pagando caro o preço da proscricção política.

E, do começo até agora, com breves e justificadas ausências, uma, para exercer a Chefia da Casa Civil do meu Governo ou a direção do Banco do Nordeste, outra quando diretor também do Banco do Nordeste e presidente do Banco do Rio Grande do Norte, os dois companheiros de representação acionária Agnelo Alves, dirigindo a redação, José Gobat Alves, a parte administrativa, comercial e financeira. Os dois, como eu, com esta originalidade em termos de direção de empresas: indo buscar, durante 40 anos, o sustento financeiro em outras atividades, para, com idealismo trabalhar diariamente sem retirarmos de suas finanças um centavo sequer, seja em salário, seja em dividendos. E com duas preocupações: nas horas de maior crise, como na época das cassações, nunca atrasar a folha do pessoal. E manter, mesmo na adversidade, - como quase sempre vivemos, a mesma linha de fidelidade à Democracia, à Verdade, à defesa da moralidade pública.

No final dos anos 1970, a competição e a própria necessidade de atender ao crescimento do mercado, nos levaram ao projeto de implantação da off-set.

Pensamos, como em outras oportunidades, em aumento disseminado de capital, recorrendo à participação dos amigos.

Procuramos Nevaldo Rocha que, embora apolítico, sempre mantivera conosco as melhores relações pessoais. Queríamos a subscrição, em ações, no valor de cem mil cruzeiros. Perguntou onde iríamos buscar todo o dinheiro necessário. Explicamos as dificuldades, mas, a confiança nos amigos.

Propôs-nos, então:

- Suspendam a subscrição. Eu vou lá amanhã ver com vocês outro plano.

Foi. Percorreu as salas pobres, e viu o equipamento velho e superado. Quando chegou perto da impressora - que já não era a primeira, que imprimia de duas em duas páginas, mas, uma outra adquirida à "A Crítica", de Manaus, após 30 anos de uso, e comprada em 24 prestações, - perguntou, irônico e generoso:

- Mas, isto é uma impressora de jornal ou uma máquina de fazer caldo de cana ?

Subiu conosco ao 1º andar, para a sala de Gobat, e perguntou:

- Quanto vocês precisam para a reforma do prédio e a compra das novas máquinas ?

- Três milhões, respondemos os três, ao mesmo tempo.

E veio a proposta surpreendente.

- Faça uma empresa nova. Eu subscrevo os três milhões, desde que não representem o controle acionário. Não quero indicar diretor. Não quero dividendos, se houver lucro. A medida que for necessário e que vocês possam, vão aumentando o capital até a minha contribuição ficar em 0. Quero ser apenas, anunciante, pagando os anúncios, e leitor, com uma assinatura gratuita. É uma homenagem à luta de vocês três, nestes 30 anos, para fazer um jornal, como a "Tribuna", para o Rio Grande do Norte.

Agnelo incumbiu-se, então, de orientar a reforma gráfica e editorial, com a experiência que trazia de jornais do sul, e aqui enfrentando todas as lutas, principalmente a violência da Ditadura, até a cadeia imposta pela arbitrariedade de um general usando os processos mais torpes. José Gobat foi a segurança da implantação racional e econômica, a direção devotada de todos os dias em meio das adversidades políticas, até o dia em que foi afastado pela enfermidade inesperada e prolongada.

Poderes dizer que falei muito da "Tribuna". Mas, é porque tenho a consciência de duas coisas: sem ela, não teríamos dado ao Estado um sistema de comunicação complexo-jornal, rádio e televisão. E porque sei de sua importante contribuição para a cultura do Rio Grande do Norte, de que está Casa é símbolo e instrumento.

Essa contribuição não se restringe, apenas, ao registro dos eventos literários e artísticos da Província, através do noticiário e das reportagens ou de colunas, mas, também, abrindo suas páginas, sem preconceitos partidários ou ideológicos, para os novos talentos, poetas, escritores e cronistas que tiveram as primeiras oportunidades de mostrar a sua arte.

Lembro que Miriam Coeli publicou nos anos 50 seus primeiros poemas. Zila Mamede assinou coluna fixa, fez poesia e prosa nas páginas da "Tribuna". Só para citar dois dos maiores nomes femininos da poesia do Estado e do Brasil.

A "Tribuna" publicou, durante anos, colaborações de João Medeiros Fi-

Iho, Manoel Rodrigues de Melo, Juvenal Lamartine, Vivaldo Pereira, Esmeraldo Siqueira, colaborador permanente, nos anos 50 e 60, publicava seus poemas inéditos e nos deu uma fascinante série de ensaios sobre a literatura francesa. Sandoval Wanderley escrevia sobre o Teatro na Província, substituído depois por Meira Pires. Gumercindo Saraiva, sobre cultura popular e comentava, também, os acontecimentos musicais da Cidade. Rômulo Wanderley assinou durante anos, uma coluna diária, da qual fez seleções para dois esplêndidos livros "Arca de Noé" e "Retratos a Carvão".

O poeta Newton Navarro, o grande Navarro, foi cronista e repórter. Houve um tempo, começo dos anos 60, que a segunda página da "**Tribuna**" reunia o melhor talento da Província: Newton Navarro, Sanderson Negreiros, Berilo Wanderley e Veríssimo de Melo, assinavam suas colunas e suas crônicas. Todos os dias.

A "**Tribuna**" revelou Moacir Cirne, Paulo de Tarso Correia Melo, Dailor Varela, Luís Carlos Guimarães, Nei Leandro de Castro dirigiu um suplemento cultural, todos os domingos, substituído depois por Tarcísio Gurgel e Franklin Jorge. Por suas páginas, Valério Andrade e Sebastião Carvalho fizeram crítica de cinema e Anchieta Fernandes, crítica literária. O melhor que a Província sempre teve.

Woden Madruga, que, há pouco tempo, realizou uma obra extraordinária na Fundação José Augusto, foi Editor Geral da "**Tribuna**", e mantém, há um quarto de século, uma coluna na qual rivalizam o bom gosto literário e a rigorosa conduta ética.

Das páginas da "**Tribuna**", saíram vários livros que honram a literatura brasileira. Que há de melhor no Gênero, que as "Cartas da Praia", de Hélio Galvão, elogiado pela crítica nacional como fonte de sociologia e antropologia ?

Jaime Hipólito Dantas publicou na "**Tribuna**" muitos dos artigos e ensaios que reuniu, mais tarde, no livro "De Autores e de Livros", marco alto do ensaio brasileiro. Da "**Tribuna**" saiu também o delicioso livro "Os Dias de Domingo", desse excepcional estilista Dorian Jorge Freire, que, durante algum tempo, teve a responsabilidade também da Editoria Geral do jornal.

Os valores intelectuais da terra tinham a companhia, nas páginas do jornal, de nomes nacionalmente consagrados, nossos colaboradores permanentes, como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Tristão de Ataíde, José Augusto, Raul Pilla, Joel Silveira, José Sarney, Odylo Costa Filho, Ferreira Gullar, Carlos Lacerda, Gustavo Corção, Pedro Dantas, (pseudônimo de Prudente de Moraes Neto), Vilasboas Correa, e, até pouco, o maior cronista político deste meio século, Carlos Castelo Branco.

Nos dias de hoje, orgulhamo-nos da colaboração semanal de Mário Moacir Porto, Gaudêncio Torquato, Otto Guerra, Zélia Maria Freire, Veríssimo de Melo, Dorian Gray, Carlos Newton Júnior, Alex Nascimento.

Todos, do passado e do presente, nacionais ou provincianos, exprimem, sem restrições, tendências, gerações, estilos. Mas, sobretudo saber.

E testemunham, em 43 anos, a presença, constante e forte, da "**Tribuna do Norte**" na vida cultural do Rio Grande do Norte.

Em meio a esse esforço - ainda quando existiam, apenas a "**Tribuna**", que fundamos, e a "**Rádio Cabugi**", que adquirimos, sofremos a proscricção revolucionária, que não atingiu só a mim: também amigos, irmãos e colaboradores. Garibaldi Alves e Agnelo Alves, a disponibilidade de José Gobat no Tri-

bunal de Contas, uma seqüência de perseguições que visavam destruir-nos politicamente, período no qual sempre tive corajosas e comovedoras manifestações de apoio do povo. Entre elas, a primeira eleição de Henrique Eduardo Alves, aos 21 anos de idade, com a maior votação proporcional já obtida no Brasil por um candidato a deputado federal.

A força da "Tribuna do Norte" na opinião pública, sua inquestionável influência na minha eleição de 1960, dando repercussão à campanha popular "Um amigo em cada rua": - 10 comícios em Natal, das 10 às 22 horas, e 4 nas noites e madrugadas do interior, 140 comícios em 10 dias consecutivos, - me levando a sonhar com outros veículos. No começo, jornal e rádio, aos quais se acrescentaria posteriormente a TV Cabugi, para servir à Cultura e à Democracia no Rio Grande do Norte.

Eis a história, em síntese, de um esforço de 43 anos, que resultou no Sistema Cabugi de Comunicações: um jornal, três emissoras AM, em Natal, Mossoró e Jardim do Seridó, duas emissoras FM, em Natal e Parnamirim, e a TV Cabugi, esta assumindo, agora, inegável papel de liderança em nossa capacidade de Comunicação. E, estruturando um a um, fui transferindo à nova geração da família, o compromisso que assumiria, em quase meio século, com o Rio Grande do Norte, servindo ao destino que a vocação e as circunstâncias impuseram, numa substituição natural para a qual os fundadores pedem, apenas aos novos Diretores: honrem a História que construímos com idealismo e sacrifício. E completem esse trabalho, pondo a funcionar, a serviço da Cultura e da História do Estado, a que deram o meu nome, e a Revista com que sempre sonhei.

RESPOSTA A UMA PERGUNTA

Sr. Presidente, Srs. Acadêmicos:

Peço-vos desculpas, portanto, por não chegar aqui com as glórias do escritor; se, trago nas mãos, apenas, alguns livros de pesquisa e de circunstâncias, jamais me desintressei dos problemas da Cultura.

Desde a fundação da "Biblioteca Norte-Rio-Grandense de História", aos 18 anos, lembro do "Escritor Norte-Rio-Grandense", no primeiro ano de Governo; a instituição da Fundação José Augusto em 1963, com a criação do Instituto de Pesquisas Juvenal Lamartine, a Escola de Jornalismo Eloy de Souza, a Escolinha de Arte Cândido Portinari; antes, ainda na LBA e no SERAS, dera os passos iniciais para a criação da Escola de Serviço Social, de nível superior, com a instituição do Centro de Estudos Sociais para mantê-la, e promover pesquisas e estudos de natureza social e política. Posteriormente, foi transferida às mãos apostolares do mons. Nivaldo Monte e, mais tarde, incorporada à Universidade Federal; no governo criei o Conselho Estadual da Cultura, e o Movimento de Educação Popular, com o método inédito de alfabetização em 40 horas, de autoria do professor Paulo Freire, iniciado em Angicos e Natal, que se não tivesse sido estupidamente interrompido pelo movimento militar de 64, teria, numa década, reduzido o analfabetismo a níveis insignificantes e criado uma maior consciência política popular do Estado.

Submeto, assim, à vossa apreciação, fidelidades de certa maneira exercidas em conexão: a de jornalista e a de político, durante praticamente 60 anos.

E com duas observações que considero oportunas: numa hora em que o jornalismo, praticado através da mídia impressa ou eletrônica, alcança dimensões sem limites, usando da liberdade a que tem direito, e às vezes até questionada, quando levemente invade privacidades; em que o exercício da atividade política é submetida, por estas e outras razões, a uma onda injusta de descrédito, incentivada na incultura popular, pelas frustrações dos que não tiveram lugar nos embates da Democracia, ou dos que se criaram, acomodaram ou se aproveitaram dos silêncios e da proteção do regime autoritário.

Não venho, assim, retratar-me do exercício que pude dar às duas missões que procurei sempre cumprir, com dignidade e espírito público. E, antes de mim, com mais competência, o fizeram José Augusto, Eloy de Souza, Juvenal Lamartine, Dioclécio Duarte, e tantos outros.

Lembrando, sobretudo, esses quatro homens públicos do Rio Grande do Norte, que ocuparam a cena política e intelectual durante tantas décadas, permiti-me uma constatação e uma indagação final.

Todos eles, que, em certas horas, foram alvos do amplo apoio popular, viveram seus últimos anos sob a amargura de injustificável ostracismo.

José Augusto, parlamentar e Governante, servidor da Educação e pregador obstinado do Parlamentarismo, vítima do afastamento da vida política do país, honrado e pobre, vivendo, anos seguidos, dificuldades financeiras, abandono de amigos, esquecimento dos inúmeros serviços prestados ao Estado e, ao País, à Liberdade, à Democracia.

Eloy de Souza, jornalista das mais bravas campanhas, herói esquecido de uma luta de 50 anos, para arrancar o Nordeste da pobreza e do sub-desenvolvimento, não venceu a transformação dos costumes políticos que levou a fazer prevalecer, sobre esses valores, a maior força de arregimentação eleitoral e do poder econômico.

Juvenal Lamartine de Faria, parlamentar de alto conceito, administrador com a tarefa de Governo interrompida bruscamente, pioneiro do voto feminino e da aviação civil, perdendo as condições de voltar ao prosclênio, pela injustiça realista dos novos tempos políticos após a revolução de 1930.

Dioclécio Duarte, parlamentar experimentado, político por vocação, atirado ao ostracismo pela ingratidão que acusa nos grupos políticos a que serviu com inteligência e capacidade.

Se esta é a constatação, faço, agora, a pergunta final:

Será verdadeira a apóstrofe de Dioclécio Duarte, proferida nesta Casa, quando fazia o elogio do seu patrono Francisco de Souza Ribeiro Dantas ?

“Não sei, infelizmente, se poderei afirmar, encontraria ele (Francisco de Souza Ribeiro Dantas), na terra em que nasceu, o mesmo acolhimento afetivo e generoso (do Rio Grande do Sul). Os filhos do Rio Grande do Norte conservam sempre pelo seu Estado a paixão que trouxeram do berço, não importa onde vivam. E quantos, por ele, vem trabalhando, exaltando a tradição e pensando no futuro. Mas, na hora do reconhecimento, os olhos se fecham e os ouvidos não escutam.

Não tenho o direito de responder que sim.

Antes de mim, ninguém no Brasil chegara a representar o seu Estado no Congresso Nacional - e particularmente numa Assembléia Nacional Constituinte, sem antes subir os degraus de uma Prefeitura de grande cidade, ou da Assembléia Legislativa, ou de uma Secretaria de Estado. Saí dos bancos aca-

dêmicos, aos 23 anos, para a Assembléia Nacional Constituinte. E, depois de mim, somente Henrique Eduardo Alves, mais moço do que eu, 21 anos, e ainda no primeiro ano universitário.

Depois, quatro vezes deputado federal consecutivamente, vindo ao meu lado, e nas lutas em que competia, correligionários ou adversários que tombavam sob penosas derrotas. Governador do Estado, numa campanha de oposição, que todos, sem paixão, reconhecem a de maior força popular de nossa história política, transformadora de processos. No Governo, numa época em que os recursos do Estado eram só os do seu imposto - sem a contribuição de fundos federais mensais, - a administração que trouxe a energia de Paulo Afonso e levou a nossa voz através de micro-onda a todos os recantos do mundo, sem qualquer financiamento; uma liderança política que, depois de 1930, foi a única que, em regime de voto direto, elegeu seu sucessor no Governo, e elegeu dois terços da Bancada federal e Bancada estadual da força política que o apoiava; depois, eleito o mais votado deputado federal, proscrito durante 10 anos, enfrentando a intriga política e a violência revolucionária, voltei no posto de Ministro de Estado, que nenhum político militante do Rio Grande do Norte alcançara desde 1926, e até hoje. E, em 1990, deputado federal, tendo de disputar votos, numa eleição, com o próprio filho, e os dois eleitos com mais de cem mil votos.

E, dentro de mim mesmo, como responder à imprecisão de Dioclécio Duarte ?

Lutei. Sofri injustiças, cometi involuntariamente outras. Despertei amor e gerei ódios. Conquistei o povo, perdi amigos, e ganhei inimigos. Ainda cassado nos direitos políticos, quando o rancor podia inspirar sentimentos de vingança, fui capaz, em 1978, de praticar, sob a incompreensão dos mais exaltados, um ato político de conciliação. E quando, muitos, depois de proscritos, e até mais jovens, buscavam a paz da aposentadoria feliz ou a ela eram forçados pelo amargor das decepções, voltei, com 70 anos de idade, para servir e, se possível, pelo resto de vida que Deus me conceder, completar a obra que se iniciou nas mãos, no coração, na consciência do menino de Angicos aos dez anos de idade.

Srs. Acadêmicos:

Vede, o caminho foi longo. Mas, a caminhada não me cansou. Olhando para trás, contemplo a distância percorrida, registrando fatos, sentimentos, presenças humanas, sem marcá-los com a deformação do ódio.

Olhando para a frente, contemplo a linha do horizonte, não advinho por quanto tempo ainda, mas, sem as asperesas que reporte, atenuadas pelo próprio tempo e pelo remanso que ele cria em nossa alma, diante de tudo e de todos.

E agora, vos digo: feliz, porque será uma caminhada ao lado das melhores inteligências do Rio Grande do Norte, reunidas nesta Casa.

Retomo para prosseguir a construção do que desejamos imortal, o legado que recebemos, fertilizando-o para entregá-lo, renovado, às futuras gerações.

Obrigado por esperardes tanto tempo, e me aceitardes como tarefeiro da construção do edifício, talvez invisível a olhos desavisados, mas, certamente, concreto e indestrutível na sua aparência frágil... de papel.

Permitisse o protocolo, a que agora tenho de obedecer, e não fosse cansativo para os que, nossos convidados, nos honram com a sua presença, sairia,

de mão em mão, apertando-as com afeto, e a todos e a cada um dando a minha resposta há pouco solicitada:

- Não. O Rio Grande do Norte, ao contrário da apóstrofe de Dioclécio, **não fecha os seus olhos e ouvidos** à paixão que, em circunstâncias diferentes, trazem os seus filhos do berço.

E por isso, diante de todos, posso repetir, quando 72 anos tentam inutilmente reduzir-me o ânimo, e apagar, na noite das viscissitudes, a chama da Esperança, uma palavra que, numa hora difícil, se tornou meu apelo e meu caminho: "A luta continua".

SAUDAÇÃO DE MÁRIO MOACYR PORTO AO ACADÊMICO ALUÍZIO ALVES

Quiseram os fados que a mim coubessem a grata e honrosa incumbência de saudar, como membros da nossa Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, duas figuras cimeiras da nossa terra: o jurista Miguel Seabra Fagundes, por todos os títulos eminente, e agora o deputado federal Aluizio Alves, líder proeminente da sua geração. O Rio Grande do Norte é, decididamente, um inesgotável celeiro de juristas, historiadores, folcloristas, antropólogos, cientistas sociais e, ainda, de líderes políticos que, pelo seu talento, combatividade, idéias próprias, firmeza de convicções, projetaram-se além das nossas fronteiras, ganhando notoriedade nacional. Amaro Cavalcanti e Seabra Fagundes no campo das atividades jurídicas, José Augusto, Dinarte Mariz, Café Filho, Juvenal Lamartine, Aluizio Alves, no árduo terreno das competições políticas e lideranças conflitantes. Todos eles dotados, de nascença, do atributo carismático de influenciar pessoas, abrir caminhos, ordenar o caos, manter a fé. Em nada os desmerece o sucesso episódico dos "parvenus" da política, dos arrivistas do poder econômico, dos aquinhoados no festim de Baltazar de que é dando que se recebe. Inútil esticar o pescoço de um ganso para transformá-lo em um cisne. Quem nasceu ganso de quintal jamais alcançará o desempenho e a beleza de um cisne do lago. Mas é necessário distinguir o líder do chefe. Líder é quem ensina sem ter aprendido, quem identifica o caminho certo nas incertezas das encruzilhadas. O chefe, não. Nomeia, demite, dá dinheiro, no exercício de manda-chuva de plantão. Ocupa o cargo, mais deixa a função devoluta. Assume o mandato, mas não exercita as atribuições da representação. Ninguém o segue: apenas o acompanha. Ninguém o estima; simplesmente o teme. As ditaduras são férteis na gestação de chefes; a democracia é propícia à formação de líderes. Vindo de família de modesta condição econômica, o líder Aluizio Alves, desde a adolescência, que participa da vida política do Estado e intervém, como participante qualificado, no equipamento e solução dos seus problemas. Um varão de Plutaco, um cavaleiro da Távola Redonda, indagará o ouvinte suspeito? Não, decididamente. Jamais se disfarçou no hábito de taumaturgo ou pretendeu empunhar a lança do bom e puro cavaleiro Percival. Tem defeitos, pecados, desafetos. E por que os tem? Por que paga o saudável tributo da falibilidade humana e, como líder, assume riscos, faz opções corajosas, transige com as pressões sentimentais, envolve-se nas miudezas da política de campanário. Van Gogh diz que o homem é um rascunho defeituoso que Deus esqueceu de passar a limpo. Sei, por ouvir dizer, que a conciliação no mundo vário e movediço das competições político-partidárias é mais difícil que alcançar a quadratura do círculo ou a tri-seção de um ângulo.

2. A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, à semelhança da Academia Francesa e a Academia Brasileira de Letras, não é um grêmio privativo de literatos, um clube onde intelectuais com larga disponibilidade de tempo se deliciam com elogios recíprocos. A alta missão das Academias de Letras não se minimiza à convocação de artistas e literatos, mas se realiza em toda a sua plenitude no chamamento ou escolha dos melhores nos vários campos da atividade humana para a efetiva criação de uma elite de pensadores e homens de ação, qualificados pelos exemplos das suas vidas e notoriedades das suas aptidões. Claro que, às vezes, se equivoca na escolha dos melhores. Mas, como adverte Anatole France, é bom ou saudável que as Academias paguem, vez por outra, o preço da sua falibilidade ou se deixem envolver pelas mediocridades bem sucedidas. Como seria fastidioso e monótono uma casa somente de sábios, infalíveis nos seus desígnios, perfeito nas suas opiniões, irretocáveis nos seus pronunciamentos! É preciso, por isso mesmo, como adverte Anatole, que a mediocridade afoita triunfe algumas vezes para a diversão dos observadores inteligentes da paisagem provinciana. A presença do líder político e homem de pensamento e ação Aluizio Alves em nossa Academia enriquece os seus quadros e tem, a valorizá-la, a coincidência de ocorrer em um dos momentos mais graves da história político-administrativa do país. O intelectual nordestino tem o incontornável dever de vincular-se à problemática de sua Região, hoje transformada em um dos maiores bolsões de miséria do terceiro mundo. O líder Aluizio Alves, que hoje ingressa em nossa Academia, tem sobre a sua terra e a sua gente um saber de experiência feito, como diz Camões. Ainda nos idos de 1963, pronunciou uma Conferência em São Paulo na qual criticou severamente o federalismo centralizador, dualístico e centrífugo, que é a marca do sistema federativo brasileiro e seus danosos reflexos na economia nordestina. Sugeriu, então, que fosse adotado em nossa Carta Magna o chamado federalismo cooperativo, que constituiria uma harmoniosa composição entre o poder exorbitante da União e as frágeis prerrogativas das unidades federadas. Modernamente, o chamado federalismo cooperativo evoluiu para o federalismo regional, adotado, com êxito, pelas Constituições da Espanha, de 29 de dezembro de 1978, da Itália, de 27 de dezembro de 1947, e Portugal, de 2 de abril de 1973.

Para mim é particularmente gratificante que V. Excia., deputado Aluizio Alves, reconheça e proclame, de longa data, que o problema do Nordeste é essencialmente político, tomada a expressão político no seu lidimo sentido aristotélico. É também da minha pessoal convicção, tantas vezes manifestada em palestras e artigos para a imprensa, que o Nordeste é vítima de um inocultável colonialismo interno, conseqüência do federalismo dualístico e espoliador adotado na Constituição vigente e nas Constituições anteriores. O Rio Grande do Norte é, entre todos os Estados Nordestinos, o mais perversamente prejudicado com os entraves constitucionais ao desenvolvimento da Região. Maior produtor de petróleo em terra do país, é ainda o maior produtor de sal marinho, tungstênio e diatomita do Brasil. Se na próxima revisão da Constituição, a representação do Nordeste no Congresso Nacional, que é das mais numerosas, alcançar a adoção do federalismo das regiões, a semelhança dos modelos europeus, ganharíamos a faculdade ou competência para legislar sobre riquezas do subsolo, turismo, direito tributário e outros interesses peculiares da Região. Somente a cobrança do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

sobre as operações de transporte do nosso petróleo para os outros Estados daria para financiar todos os projetos de irrigação e recuperação das terras áridas e semi-áridas, além do aproveitamento social e econômico dos rios e massas d'água represadas e represáveis, mesmo que os projetos fossem executados como exemplar incompetência e duvidosa moralidade.

Senhor acadêmico Aluizio Alves.

Dando cumprimento a uma praxe acadêmica, aprez-me enumerar alguns dos seus títulos, os relevantes serviços prestados à comunidade, o seu passado e o seu presente de homem de pensamento e ação.

Repórter, desde a adolescência, da "A República", e, depois da "Razão". Redator do "Diário de Notícias", do Rio. Fundou, com Carlos Lacerda, a "Tribuna da Imprensa", sendo seu redator-chefe até 1958. Fundador do Sistema Cabugi de Comunicações, que reúne as seguintes unidades: **Tribuna do Norte**, TV Cabugi, Rádio Cabugi AM, Transamérica FM, Rádio Difusora de Mossoró, Rádio Cabugi do Seridó e Líder FM, de Parnamirim. Em Natal, fundou a Editora de História Norte-Rio-Grandense, e, no Rio, a Editora Nosso Tempo. Eleito governador do Estado em luta renhida, trouxe para o Estado a energia de Paulo Afonso. Fundou a TELERN, o IPE e a Casol. Com a ajuda da "Aliança para o Progresso", realizou um programa pioneiro de educação com 1000 escolas, bem como um programa de habitação popular, antes do BNH, e construiu a Cidade da Esperança. Secretário da LBA desde a sua fundação, tendo exercido a sua vice-presidência nacional. Fundou o primeiro abrigo de menores e construiu o Instituto Padre João Maria, para meninas, e o abrigo Juvino Barreto, para idosos. Eleito deputado federal à Assembléia Nacional Constituinte, sendo reeleito em 1950, 1954 e 1958. Eleito Deputado em 1961, após exercer o governo do Estado, foi cassado pela ditadura militar em 1964. O golpe militar foi extremamente severo contra o líder Aluizio Alves e sua família, tendo igualmente cassado os seus irmãos Agnelo e Garibaldi Alves e posto em disponibilidade a José Gobat. Mesmo assim, o líder Aluizio Alves não se deixou vencer e nem arrepiou caminho. Durante o período em que os seus direitos políticos estavam cassados, exerceu a diretoria da União de Empresas Brasileiras, que construiu, no Rio Grande do Norte, a primeira fábrica de cartonagem, e o Hotel Ducal. Em 1985, foi Ministro da Administração, no governo Sarney, até 1990, ano em que foi eleito presidente do PMDB e deputado federal. Foi um ativo colaborador da CODENO, que passou depois, a chamar-se SUDENE, por sugestão sua. Ao tempo, Aluizio Alves presidia a Comissão do Polígono das Secas, na Câmara dos Deputados.

É relativamente longa a sua bibliografia, cabendo citar, entre outros, os seguintes livros e plaquetes: "História da Paróquia de Angicos", "Angicos"; "A Primeira Campanha Popular do Rio Grande do Norte", "A Previdência Social no Brasil e no Estrangeiro", "A Função Social do Acidente do Trabalho", "Em Defesa dos Pobres", "Sem Ódio e Sem Medo", "A Verdade que não é Secreta".

Meus senhores e senhoras.

Os traços biográficos por mim resumidos não constituem um retrato de corpo inteiro do acadêmico Aluizio Alves, uma minuciosa projeção dos atos da sua liderança, um pormenorizado relato de suas realizações como administrador, mas um apanhado insuficiente e lacunoso do muito que fez e que faz.

O Rio Grande do Norte o conhece de sobejo e sabe do seu talento, da sua capacidade de arregimentação e da inata aptidão para criar oportunidade de

trabalho e riquezas. A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras o saúda, pela minha palavra, como um dos mais valorosos filhos desta terra, árida por fatalidade climática e fértil em lideranças, pela vontade de Deus. A história guardará o seu nome, sem as demasias sentimentais dos seus partidários e sem a injusta acrimônia dos seus desafetos. Ingressai nesta Casa de homens de Letras, senhor Acadêmico Aluizio Alves, pela porta larga do talento. Não se aplica à V. Excia. o apelido de imortal por adulação estatutária, mas de quem alcançará, pelos seus feitos, um lugar destacado na admiração dos pósteros. Sede bemvindo.

Mário Moacir Porto

DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR JOÃO BATISTA CABRAL

Senhor Presidente,

Senhores Acadêmicos,

Senhoras e Senhores,

Ao transpor os umbrais desta Colenda Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, mais de 25 anos depois de haver saído de Natal para cumprir o destino profissional, funcional e magisterial que me foi ditado pelos desígnios da Providência Divina, o faço com imenso gáudio e em presença das mais dignas, honradas e cultas figuras que simbolizam e representam o talento, a cultura e a respeitabilidade nas múltiplas funções que exercem nessa terra potiguar.

Quero, comovido, antes mesmo de ater-me às referências bibliográficas e biográficas de praxe, homenagear as memórias de Luís da Câmara Cascudo, por tudo o que ele foi e continua a ser para a cultura do Rio Grande do Norte, do Brasil e do mundo, de Nestor dos Santos Lima, de Edgar Barbosa, de Antônio Fagundes, de Floriano Cavalcanti de Albuquerque, de Paulo Pinheiro de Viveiros, de Esmeraldo Homem de Siqueira, de Edinor Avelino, de João Medeiros Filho, de Newton Bilro Navarro, de Ascendino Henrique de Almeida Júnior, de Mariano Coelho, de Rômulo Chaves Wanderley, de Nilo Pereira e de Onofre Lopes da Silva, pelo muito que fizeram, juntamente com tantos outros que o tempo não me permite citar aqui, em prol do desenvolvimento cultural de nossa terra potiguar e, sobretudo, pelo que fizeram pela consolidação daquilo que, de acordo com a magistral concepção do genial pensador mexicano Octávio Paz, se poderia chamar de "Potyguarânia Cósmica".

Desejo, também, com igual emoção, registrar o meu reconhecimento ao insigne presidente Diógenes da Cunha Lima, pela competência acadêmica, sobriedade, isenção e serenidade com que vem caminhando nesta venerada Academia, uma Casa voltada exclusivamente para os interesses maiores da cultura de nosso Estado e de nosso País, mantendo-a - como fizeram os seus dignos antecessores - no mais perfeito clima de "Jardim de Academus", no que é admiravelmente acompanhado pelos seus pares.

Peço, porém, a devida vênia, para uma saudação especial aos meus ex-professores - João Wilson Mendes Melo, que me levou a contemplar, pela primeira vez, a "Cidade dos Homens" e "Cidade de Deus", e me indicou a leitura da obra magnífica de Fustel de Colanges; Alvarar Furtado de Mendonça, que, em suas inesquecíveis aulas de História Contemporânea, procurava fazer ver, isto a quem tinha ouvidos capazes de ouvir e entender, que a Revolução Industrial trouxe para o mundo conseqüências culturais, artísticas e científicas que ultrapassavam, em muito, o seu aspecto meramente material. Em suas exposições, o Dr. Alvarar conseguia encontrar, sempre, espaço para belíssimas di-

vagações sobre os desdobramentos culturais da industrialização, enfatizando a importância que a classe endinheirada emergente na Europa atribuía à cultura, em todas as suas manifestações; e Veríssimo Pinheiro de Melo, mestre inclusive de Antropologia Cultural, que me induziu a ler as obras de Franz Boas, de Margareth Mead, e que me disse, certa vez, ser impossível a qualquer estudioso entender culturalmente o Brasil sem antes refletir sobre a monumental obra de Gilberto Freyre, o que me levou, com a avidez de um neófito, a uma profunda e respeitosa leitura reflexiva dos trabalhos do Mestre de Apipucos, então disponíveis na biblioteca de nossa heróica Faculdade de Filosofia.

Aliás, sobre Veríssimo de Melo, que recentemente foi duplamente canonizado, aqui mesmo neste salão, por Elson Neri da Fonseca, que o declarou "Sábio e Santo", tenho duas lembranças pitorescas que gostaria de compartilhar convosco. A primeira ocorreu na já mencionada Faculdade de Filosofia, quando uma colega, deslumbrada, após assistir a uma de suas aulas, me perguntou, candidamente, qual era a diferença entre Veríssimo de Melo e Érico Veríssimo, ao que eu lhe respondi, apenas: "continue a assistir suas aulas, pois "O Tempo e o Vento", em breve, se encarregarão de revelar quem é um e outro".

A segunda passou-se nos Estados Unidos. Estava eu assistindo a um monótono jogo de futebol americano na Southern Illinois University, em Carbondale, Illinois, quando, inadvertidamente, falei umas palavras em Português mais alto do que devia. Uma bonita e jovem senhora, que se encontrava nas proximidades, dirigiu-se a mim e perguntou se eu era brasileiro, e de onde. Disse-lhe que era do Rio Grande do Norte, e ela, cheia de entusiasmo, me perguntou, em pleno estádio, se eu conhecia Veríssimo de Melo. Voltamos as costas para o monótono jogo e ficamos conversando. Fiquei sabendo que ela era antropóloga, de São Paulo, e que era amiga de Vivi, com quem havia participado de reuniões acadêmicas pelo Brasil afora e que havia se casado com um professor americano, passando a residir nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, passei o endereço dela ao Dr. Veríssimo, que reiniciou o contato acadêmico com a antropóloga paulista expatriada.

Ao mencionar esses três professores, hoje acadêmicos, quero homenagear a todos os que me ensinaram tudo o que aprendi.

Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,
Senhoras e Senhores,

Chego, hoje, à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, após uma longa e enriquecedora caminhada. Nasci na cidade do Assu, onde fiz o Curso Primário no tradicional Colégio de Nossa Senhora das Vitórias, entregue aos cuidados da Congregação das "Filhas do Amor Divino". Concluí o Ginásio e Curso Científico no místico e histórico Colégio Estadual do Atheneu Norte-Rio-Grandense, numa época em que o ensino secundário em nosso Estado vivia uma fase fulgurante. Basta dizer que a grande maioria dos meus professores ali tornaram-se professores da então emergente e esperançosa Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Outro exemplo: a Biblioteca do Atheneu de minha época fora organizada e era pessoalmente cuidada por Zila Mamede, que me emprestava, sem cobrar multa pelos eventuais atrasos, os clássicos da Literatura Brasileira e Universal, os quais eram lidos por mim nos fins de sema-

na e nas férias.

Terminado o Curso Secundário, despertou em mim a vocação para o Magistério. Fiz o Curso da C.A.D.E.S. durante um verão inteiro, habilitando-me ao Magistério Secundário. Pouco tempo depois, prestei exame vestibular para a Faculdade de Filosofia e, quatro anos mais tarde, conclui o Curso de História daquela Instituição. A formatura já me encontrou no Magistério. A colação de grau apenas transformou em "marriage de raison" o "marriage d'amour", que me ligava indissolúvelmente ao Magistério. Fui monitor das Cadeiras de História Contemporânea e de História da América na Faculdade. Fui professor de Inglês e de História no Ginásio Estadual Noturno Professor Amphilóquio Câmara, no Instituto Padre Miguelinho (do qual também fui Diretor-Geral), do Atheneu, da Escola Doméstica de Natal, do Colégio Salesiano São José, do Colégio Marista, do Ginásio Padre Champagnat e da Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos. Cheio de vigor, de entusiasmo, da impetuosidade idealística e, até certo ponto, docemente inconseqüente da juventude, dediquei-me de corpo e alma ao Magistério. Iniciei nesta época, também, a construção de minha biblioteca particular, que era acrescida de alguns preciosos volumes, sempre que me acontecia "alguma pecúnia" passando de um milhão de cruzeiros, como disse Drummond em seu antológico poema-crônica "Passeio na Ilha". A diferença é que o meu desejo não era comprar uma ilha, mas sim livros. Desse modo iniciei minha biblioteca, comprando livros com os poucos recursos pacientemente ameadados no Magistério.

Se a dedicação profissional ao Magistério causou-me limitações à mobilidade econômica e financeira, por outro lado proporcionou-lhe experiências e momentos de extraordinária satisfação e realização pessoal. Conheci e convivi com as mais expressivas figuras de minha época, tanto na faculdade quanto nas escolas onde lecionava. A carga horária de aulas era descomunal. Lecionava, como de resto todos os que viviam exclusivamente do Magistério, dez, onze horas, em três ou mais estabelecimentos de ensino, de segunda a sábado, das 07 às 21 ou 22 horas.

Nas lides magisteriais, convivi com o legendário professor José Saturnino de Paiva, com Arnaldo Arsênio de Azevedo, com Ascendino Almeida, com William Aires da Rocha, com Evaldo Rodrigues de Carvalho, com José Potiguar Pinheiro, com Diógenes da Cunha Lima, com Eulício Farias de Lacerda, com João Faustino Ferreira Neto, e com tantos outros colegas cujas lembranças guardo no coração, mas que o pouco tempo não me permite citar neste momento.

Desses colegas todos, um se aproximou ainda mais de mim, que foi o professor José Melquíades de Macêdo. Aliás, meu caro José, aproveite o momento para declarar, perante esta seletíssima audiência, que, ao contrário de uma significativa parcela dos habitantes desta cidade dos Reis Magos, eu sou um dos poucos que você não pode chamar de meu aluno, pois não tive esse alto privilégio que numerosos deles desfrutaram. Fui seu colega e co-participante desta epopéia, da agonia e êxtase que se encontra no magistério, onde permaneci até a aposentadoria, após mais de 32 anos de trabalho.

Enquanto professor do ensino médio em Natal, alguns importantes fatos me aconteceram: fui eleito Presidente da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, fui aprovado no vestibular para o Curso de Direito da UFRN, fui iniciado na Maçonaria e conquistei uma bolsa de estudos para o exterior.

Assim, ao concluir o segundo semestre do Curso Jurídico, tomei a decisão de interrompê-lo para cumprir o programa de estudos nos Estados Unidos, onde concluí o Mestrado em História na State University of New York, SUNY - Fredonia.

Cumprido o compromisso acadêmico no exterior, onde me casei e constituí família, voltei a esta invicta cidade de Natal para ter uma surpresa. Aqui, política de seleção de pessoal docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo menos em minha área de estudo, exigia dos candidatos ao magistério universitário uma, digamos, "flexibilização", que eu não fui capaz de apresentar e, por isso, após algum tempo por aqui, fui para a Universidade de Brasília, a UnB, onde, começando como professor colaborador, concluí, ao me aposentar, a carreira magisterial na mais elevada categoria do ensino de terceiro grau em nosso país.

Aposentado do Departamento de História da Universidade de Brasília, UnB, retornei ao meu Estado para trabalhar no TRT da 21ª Região, como Diretor-Geral, a convite do Presidente daquela Corte, que aqui se instalou em 1992, Dr. José Vasconcelos da Rocha. Hoje, já na segunda administração, tenho a honra de continuar servindo ao mesmo Tribunal enquanto me for permitido pelos desígnios de Deus.

Na Universidade de Brasília, onde convivi com expressivas figuras da vida nacional, ao lado de minhas atividades acadêmicas, desenvolvi, também, funções administrativas que muito me honraram. Hoje, ao lembrar os difíceis momentos de efervescência política vividos pela nossa nação, com seus inexoráveis reflexos na Universidade, percebo, com satisfação, que algumas palavras tranquilizadoras de minha parte contribuíram para o desanuviamento das apreensões e para a solução dos impasses ali surgidos, os quais, frequentemente, eram mais emocionais do que ideológicos.

Após alguns anos em Brasília, fui para a Vanderbilt University, em Nashville, Tennessee, nos Estados Unidos, como bolsista da C.A.P.E.S., com a finalidade de fazer o doutoramento. Enquanto aluno de pós-graduação em Vanderbilt, sob os auspícios desta, fui contemplado com a oportunidade de pesquisar na Universidade de Londres e no Arquivo Nacional da Inglaterra, o famoso Public Record Office. Concluído o programa acadêmico em Vanderbilt, retornei à UnB, onde permaneci lecionando até a aposentadoria.

Os últimos anos da carreira universitária foram divididos com outras atividades. Fui indicado pela UnB para fazer o curso de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra, concluído em 1984. Na ESG, travei conhecimentos com personalidades de todos os quadrantes do país, que passaram pela Casa onde, durante tantos anos, se estudou, com dedicação, os destinos do Brasil.

Em Brasília, fui, também, Diretor do SENAR, do Ministério do Trabalho, responsável pela Região Nordeste. Dali, saí para o Ministério da Administração, onde fui Secretário Adjunto da Comissão de Reforma da Administração Pública. Era a segunda vez que trabalhava diretamente com o notável homem público de nosso Estado, o hoje acadêmico Aluizio Alves, que era, à época, Ministro da Administração. Antes, na primeira metade da década de 60, fora eu, juntamente com Cláudio Emerenciano, José Augusto Othon e Fernando Bila, Oficial de Gabinete de seu governo no Rio Grande do Norte.

Ao longo da carreira magisterial, participei de conferências, simpósios e encontros profissionais, nos quais sempre apresentei trabalhos, no Brasil e no exterior. Publiquei contribuições nos anais desses eventos, como no "Simpósio

Internacional dos 80 anos de Gilberto Freyre”, onde discorri sobre “Gilberto Freyre, Hispanista” a partir de sua obra “O Brasileiro, entre outros hispanos”, e nos anais do “Simpósio Internacional dos 50 anos da Revolução de 30”, do qual fui um dos organizadores, onde publiquei um trabalho sobre “O Ideário da Revolução de 1930”. Foram quase uma vintena deles publicados, entre periódicos profissionais e especializados. Não cabe aqui citá-los, mas grande parte deles está nas coleções constantes do acervo da Biblioteca desta Casa.

Publiquei, ainda, vários artigos em jornais de nossa Capital, alusivas a figuras humanas da “Potyguarânia Cósmica”, e a lugares e acontecimentos ligados à minha geração e à minha vivência natalense.

As prestigiosas Revistas da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, presidido pelo escritor e acadêmico Enélio Petrovich, trouxeram a lume artigos de minha autoria, ao longo de alguns anos.

Publiquei, ainda, o volume intitulado “O Partido Liberal Mexicano e a Greve de Cananea”, que mereceu duas edições da Editora da UnB; “Relembrando João Medeiros Filho”, editado em Porto Alegre/RS pelo SENAI; e três volumes pela internacionalmente reconhecida Coleção Mossoroense, dirigida por esse monge da cultura Norte-Rio-Grandense que é Vingt-Un Rosado, a saber: “Homens e Fatos”, Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. DCI; “História, Política, Administração e Poesia”, Col. Mossoroense, Série “C”, Vol. DCVII, e “Tópicos de História do Brasil, da Argentina e do México”, Col. Mossoroense, Série “C”, Volume DCXIII. Esses trabalhos também encontram-se na Biblioteca da Casa.

Assim, penso haver apresentado aos ilustres membros desta augusta Academia as credenciais, que foram consideradas suficientes para o preenchimento das exigências acadêmicas e regimentais.

Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,
Minhas Senhoras, meus Senhores,

Aqui estou para tomar posse na cadeira número 06, cujo Patrono é Luiz Carlos Lins Wanderley, nascido na Vila Nova da Princesa, isto é, em Assu, a 30 de agosto de 1831, e falecido nesta Capital na data de 10 de fevereiro de 1890. Ao longo dos seus quase sessenta anos de vida, Luiz Carlos Wanderley descreveu uma trajetória profissional, intelectual, cultural e poética que o fez digno da sublime honra maior conferida pela Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, quando de sua fundação.

Depois das primeiras letras aprendidas na província, o jovem Luiz Carlos Wanderley fez os estudos preparatórios em Recife, matriculando-se, em seguida, na Faculdade de Medicina da Bahia. Quando era ainda aluno do quinto ano do curso médico, deslocou-se de Salvador para Natal e, devidamente credenciado pelo Governo da Província, saiu pelo sertão em socorro dos conterrâneos afligidos por uma devastadora epidemia de febre amarela. E isto fez às suas próprias custas, recusando-se a receber qualquer pagamento do erário público. Controlada a situação, retornou aos estudos para a obtenção do Grau de Médico em 1857, após o que voltou definitivamente ao Estado. Por sua ação humanitária, foi condecorado pelo Imperador D. Pedro II com a comenda de Cavaleiro da Ordem Rosa, investindo-o de todos os privilégios a ela inerentes.

Pouco tempo depois de formado, grassou na província, após um período de seca, uma dupla epidemia de cólera e varíola. Por sua nova atuação para debelar a calamidade, recebeu o Dr. Luiz Carlos o título de Comendador da Ordem do Cruzeiro.

Além de ser o primeiro Norte-Rio-Grandense a se formar em Medicina, o Patrono da Cadeira número 6 foi também o primeiro romancista de nossa terra, tendo sido, ao mesmo tempo, teatrólogo, poeta, dramaturgo, comediógrafo e biógrafo. No Assu, organizou sociedades teatrais onde eram encenadas as peças por ele escritas no histórico, e infelizmente desaparecido, "Teatro São José", na antiga Rua das Flores, hoje Rua Prefeito Manoel Montenegro, próximo ao local onde residi durante a infância, quando já não havia mais nem vestígio desse teatro. Entre os seus trabalhos publicados, incluem-se "Lira do Amor" (poesia), "A Restituição", "A Louca ou o Riso da Dor", "Amor de um Anjo" (dramas), "Anjo da Meia-Noite" (drama em versos), "O Prêmio da Viúva" (comédia), "Mistérios de um Homem Rico" (romance), "Impressões de uma Viagem" e "Visita Pastoral" (prosa).

Luiz Carlos Wanderley foi, ainda, jornalista, político, administrador e professor. Como jornalista, além de trabalhos publicados na imprensa do Assu, dirigiu, em Natal, o periódico político de tendências liberais "Correio do Natal", de propriedade do seu sogro, o líder político João Carlos Wanderley. Como político, foi Deputado, Vice-Presidente e Presidente da Província. Como administrador, foi Diretor do Hospital de Caridade e Inspetor de Saúde. Como professor, lecionou no Atheneu. Casou-se duas vezes. A primeira com D. Francisca Carolina, e a segunda, após enviudar, com Maria Carolina, irmã de sua primeira esposa. Dos dois casamentos teve dez filhos, sendo sete do primeiro e três do segundo.

Assim era, em traços gerais, o Patrono da Cadeira número 6. Personalidade forte, combativo, figura de homem inteligente, que atingiu grandes proezas sem sair da sua pequena e heróica Província do Rio Grande do Norte.

Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,
Senhoras e Senhores,

No dia 27 de outubro de 1949, há quase 46 anos, tomou posse nesta Academia, na Cadeira número 6, como sua primeira ocupante, a Professora Maria Carolina Wanderley, filha do Professor Luiz Carlos Lucas Wanderley e de sua esposa, D. Maria Amélia Wanderley, e neta do fundador da aludida Cadeira. Saudada pelo grande historiógrafo Nestor dos Santos Lima, a tímida professora Caró, como era carinhosamente chamada, compareceu à solenidade ostentando a Condecoração da Rosa, que fora conferida pelo Imperador Pedro II ao seu avô.

Nasceu Carolina Wanderley, também, no velho e tradicional Assu, berço dos poetas do nosso Estado, no dia 04 de janeiro de 1981, e faleceu em 25 de agosto de 1976. Teve dois irmãos, Alberto e Sandoval Wanderley, este último um dos maiores teatrólogos do Rio Grande do Norte, homem dotado de uma notável cultura eclética.

Carolina trouxe consigo, no âmago de seu ser, o amor pela cultura, o fascínio pelo saber e o lirismo romântico de seus ancestrais. Já nasceu poeta, e

com uma aguçada sensibilidade musical. Figura introspectiva, que amava a poesia, a métrica e as crianças, nas quais encontrava motivos para as alegrias e refúgio para as tristezas. Essa figura de mulher tristonha, de olhos semicerrados e de rosto franzino sentia-se desafinada com o vasto mundo e impotente para corrigi-lo, parecendo aceitar tacitamente o aforismo segundo o qual o mundo seria uma comédia para quem pensa e uma tragédia para quem sente.

Sob o rosto aparentemente calmo, quase sisudo de Carolina Wanderley, havia, porém, verdadeiro vulcão de poesia. Em 1919, ela deu a lume seu primeiro livro, "Alma em Verso", e em 1926 editou o segundo, que se chamou "Rimário Infantil", tendo publicado intensa e frequentemente seus ornamentais poemas em jornais e revistas de sua época.

A primeira ocupante da Cadeira número 6 diplomou-se professora pela Escola Normal de Natal em dezembro de 1911. No ano seguinte, iniciou sua carreira no Magistério em sua terra, Assu, onde lecionou no Grupo Escolar Tenente-Coronel José Correia, transferindo-se, pouco depois, para a Capital do Estado, onde assumiu cátedra no Grupo Escolar Frei Miguelinho, hoje parte do Instituto Pe. Miguelinho, do qual fui Diretor-Geral há trinta anos. No Frei Miguelinho, Carolina permaneceu até se aposentar.

Como musicista, Carolina Wanderley habilidosamente tocava piano e bandolim, e demonstrava ter uma notável facilidade para musicar versos e poemas, muitos dos quais compunha para os dramas e representações escolares, os quais montava e apresentava com seus alunos. Além disso, mesmo preferindo não revelar sua autoria, Carolina Wanderley musicou versos de grandes poetas contemporâneos seus, como Sebastião Fernandes, Otoniel Menezes e Palmira Wanderley, que se tornaram sucessos entre os seresteiros potiguares de sua época.

A visita de Berta Lutz ao Rio Grande do Norte, no governo de Juvenal Lamartine, com a finalidade de conscientizar a mulher potiguar do seu valor e do seu potencial, aproximou Carolina Wanderley do movimento feminista em nosso Estado, pois ela acreditava plenamente na igualdade intelectual dos sexos. Desse modo, a tímida a introspectiva professora primária, neta do nosso Patrono, serviu de cicerone à ilustre visitante. Através de bem elaborados discursos, cujos textos infelizmente se perderam no tempo, conseguiu ela adesões de moças e senhoras de famílias de destaque na sociedade natalense, galvanizando-lhes as atenções durante os encontros realizados no Palácio do Governo ou nas dependências do jornal "República", onde assuntos como a igualdade civil e os direitos políticos da mulher eram discutidos com entusiasmo.

Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,
Senhoras e Senhores,

Quis o destino que a introspectiva e tímida Carolina Wanderley fosse substituída na Cadeira número 6 pelo expansivo, comunicativo e multitalentoso Gumercindo Saraiva de Moura.

Gumercindo Saraiva nasceu em 02 de junho de 1915, no lugarejo chamado Queimadas, em um sítio que fica a 35 Km de Baixa Verde/RN, e faleceu aqui em Natal, no dia 20 de maio de 1988, poucos dias antes de completar 73 anos de idade. Era filho de Gabriel Saraiva, um trabalhador da estrada de ferro

que se implantava, à época, pelo interior do Rio Grande do Norte, e da Senhora Maria Custódia Saraiva, dona de casa.

Nasceu, pois, o sucessor de Carolina Wanderley e meu antecessor na Cadeira número 6 desta Augusta Academia, exatamente na porta de entrada para o sertão bravo, agressivo, arisco, xucro e seco, onde o homem, para sobreviver, tem que ser forte, robusto e valente. Baixa Verde foi formada por homens e mulheres que abriram o caminho com tenacidade e sacrifício para levar o desenvolvimento e a civilização ao coração do nosso Estado.

À época do nascimento do menino Gumercindo, durante sua infância e parte da adolescência, o maior investimento público que se fazia no Rio Grande do Norte era a construção de ramais ferroviários, pois os planejadores e estrategistas da época defendiam a construção dos caminhos de ferro como a maneira mais eficiente para se acabar com o isolamento das regiões e se promover a integração econômica, garantindo, assim, o acesso às riquezas que jaziam inexploradas no interior.

Desse modo, é fácil imaginar como o Senhor Gabriel Saraiva, pai de Gumercindo, ganhava o sustento da família. Trabalhava na construção das linhas férreas sobre as quais deveriam ser transportadas as riquezas e o progresso.

No primeiro quartel deste século XX, os habitantes de Baixa Verde e suas adjacências obedeciam as diretrizes emanadas do delegado da empresa construtora da estrada de ferro, engenheiro Antonio Proença e, mais tarde, Ulpiano Barros, pois eles representavam empregos, salários e oportunidades. Foi nesse clima de construção, lutas e sacrifícios que passou a primeira parte da infância o nosso Gumercindo Saraiva, em seu torrão nativo, onde a vida econômica não permitia cedo a expansão intelectual de sua gente. Por essas razões, custariam a aparecer ali os frutos da civilização, do progresso e da cultura.

Se ali permanecessem, com os olhos voltados para baixo, cravando trilhos nos dormentes da ferrovia, jamais poderiam sentir a beleza do firmamento e a amplitude dos céus claros e risonhos. Alguns baixa-verdenses, porém, guardavam no coração a palpitante vontade de conhecer alguma coisa mais poderosa e mais ampla, de desenvolverem suas inteligências, embora sentissem na carne como era difícil romper aqueles grilhões e se projetarem para cima, noutra dimensão de vida, quando lhes faltava a base da instrução e da educação.

A educação formal, o simples curso primário, era algo difícil para pessoas na condição do vivaz e impaciente Gumercindo. Seu pai, operário da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, passava uma semana em Lages, outra em Extremoz, depois em Taipu ou Itapassaroca, ou Ceará-Mirim, e depois voltava a Baixa Verde, que era a base maior. Sua família saiu de Baixa Verde e para lá voltou mais de dez vezes em sete anos. Não havia tempo para estudar nas escolas do cáldio interior, que naquela época eram ainda mais escassas do que hoje.

Nas palavras do próprio Gumercindo, eis a situação: “quando minha família chegou a Natal, em 1929, procedente de Baixa Verde, onde tivemos de residir umas dez vezes, uma coisa estava bem certa em nossa mentalidade de jovem que contava apenas catorze anos: por que as letras e os números, em suas características, eram para nós um grande suplício, a educação formal seria uma meta adiada. Os estudos, nesse tempo, com a leitura da “Nova Cartilha”, indicada nos inúmeros grupos escolares por onde passávamos, foi terminada

na escola particular da professora Adele de Oliveira, notável poetisa potiguar, na cidade de Ceará-Mirim. E foi só isso”.

Somente a determinação firme e a vontade férrea de galgar degraus e de ascender na vida fizeram com que a família operária de Gumercindo, com a ajuda do engenheiro encarregado da estrada de ferro, Ulpiano de Barros, pleiteasse e conseguisse a vinda definitiva para Natal.

Jovem, forjado em meio agressivo, inóspito e hostil, percebeu desde cedo Gumercindo que sua oportunidade na vida viera com a mudança para a cidade grande, Natal. Na bagagem, além da cartilha concluída com a professora Adele, possuía apenas o autodidatismo, a mente curiosa e aguçada, amparada pelo destemor e ousadia, e a inteligência privilegiada.

O primeiro emprego em Natal foi numa tipografia, uma atividade árdua e difícil para quem tinha pouca instrução formal. Este emprego oferecia, porém, ao mesmo tempo, oportunidades para aprender. Foi trabalhar em “A República”, órgão oficial do Estado, sob as ordens do legendário Mestre Bulhões, que o obrigou literalmente a começar de baixo, uma vez que sua primeira tarefa foi justamente apanhar os tipos que caíam no chão durante o trabalho dos compositores.

Mas foi nesse primeiro emprego que Gumercindo conheceu a fina flor da intelectualidade da terra. Lá encontrou Cristovão Dantas, Palmira Wanderley, Otacílio Alecrim, Aderbal de França e muitos outros intelectuais que, no fim da tarde, passavam pela redação. Com o passar do tempo, o extrovertido e falante baixa-verdense tornou-se amigo de Vêscio Barreto, Lauro Pinto, Câmara Cascudo, Nilo Pereira, Jorge Fernandes, Juvenal Antunes, Edinor Avelino, Henrique Castriciano, Elói de Souza, Jaime Wanderley e Carolina Wanderley, a quem viria suceder na Academia, tempos depois.

Dos serviços auxiliares em “A República”, nosso homenageado passou a tipógrafo de verdade, e a compor as placas de impressão na historicamente importante “A Cigarra”, uma revista de intelectuais, sob a direção de Aderbal de França.

De “A Cigarra” o entusiasmado tipógrafo passou a trabalhar em tipografias particulares, até chegar a trabalhar com João Café Filho, futuro Vice-Presidente e Presidente do Brasil, em “O Jornal”, onde, segundo suas próprias palavras, começou a ter entusiasmo pela cultura da terra potiguar e do Brasil. Iniciou a leitura de Humberto de Campos, Machado de Assis, Gonçalves Dias, Alberto de Oliveira e outros luminares da cultura literária brasileira, cujos nomes e títulos das obras passara a ouvir com frequência nas rodas intelectuais onde se metia. Dos literatos potiguares, aproximou-se dos trabalhos de Luiz Patriota, Ivo Filho, Antídio Azevedo, Palmério Filho, Elias Souto e Homero Homem, entre outros.

O progresso intelectual de Gumercindo Saraiva, embora totalmente informal, foi notável. Paralelamente ao despertar do interesse pela literatura local, regional, nacional e universal, matriculou-se ele, graças a uma bolsa de estudos, no Instituto de Música, onde aprendeu a tocar violino. Logo passou a trabalhar, também, na revista “Som”, dedicada à música e à sua divulgação. Em 1936, no Instituto de Música, durante as comemorações do Centenário de Carlos Gomes, pronunciou sua primeira conferência sob o tema “O Guarani - Carlos Gomes e Sua Obra”, fato que foi registrado pela revista “O Cruzeiro”, a de maior circulação nacional à época.

O Instituto de Música teve um papel importantíssimo na formação intelectual de Gumerindo. Foi a partir dali que ele, um incorrigível eclético, tornou-se bibliófilo, e passou a formar sua excelente biblioteca de quase dez mil volumes, que, infelizmente, após o seu falecimento, não pôde ficar em nenhuma das instituições culturais de nosso Estado.

Dessa biblioteca, que cheguei a conhecer, havia obras completas de Mário de Andrade, Nina Rodrigues, João Ribeiro, Gustavo Barroso, Arthur Ramos, Leonardo Mota, Câmara Cascudo, Silvio Romero, Gilberto Freyre, Charles Darwin, Manuel Bandeira e Ascenso Ferreira, entre muitos outros. Dela constavam, também, alentadas biografias de todos os gênios da música, tais como Chopin, Mozart, Verdi, Beethoven, Brahms, além de edições raras, como "Os Lusíades" (de 1886), e uma interminável coleção de dicionários de todos os tipos e gostos. É verdade que nela continham coleções inteiras de títulos mais prosaicos, como "Seleções de Reader's Digest", mas essa biblioteca representava um descomunal esforço, numa terra onde tais coleções estão rapidamente se transformando em espécies ameaçadas de extinção.

Sempre inovador, Gumerindo apaixonou-se também pelo folclore, com seus conjuntos, tradições, cânticos, costumes e credices. Repetidamente, ficou fascinado por suas canções populares - perdoe-me a redundância - que descreveu épocas e regiões diferentes, os usos antigos dos povos, que representam para o presente e para o porvir um nutriente espiritual do coletivo inconsciente, sem o qual nenhum povo se identifica com suas raízes. São as manifestações folclóricas que verdadeiramente dão margem à expansão sem limites da cultura do povo, através de suas canções, adágios, quadras e glosas, que pertencem a todos e são patrimônio cultural inalienável de cada nação, de cada região, de cada terra, onde passam de geração a geração.

De admirador, Gumerindo Saraiva logo se transformou em pesquisador do folclore e das músicas e canções de nossa terra e de nossas mais caras tradições. Tornou-se, em pouco tempo, além de pesquisador, um grande divulgador do folclore, da música, da literatura, das artes, tendo publicado, de forma incansável, mais de dois mil artigos e crônicas em jornais e revistas, e outras publicações, em fascículos, em vários Estados do Brasil e do exterior.

Além dessas publicações, que representam um verdadeiro recorde em termos de Brasil, foi o nosso homenageado membro da Associação Norte-Rio-Grandense de Imprensa, da qual foi Diretor. Foi um dos sustentáculos da mais importante publicação especializada em música em nosso Estado, a revista "Som", onde trabalhou com Otto Guerra, Waldemar de Almeida e Câmara Cascudo. Pertenceu, também, ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, à Ordem dos Músicos do Brasil, à União Brasileira de Escritores, à União dos Músicos do Brasil, à Sociedade de Cultura Musical do Rio Grande do Norte, à Academia Potiguar de Trovadores e, obviamente, à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

Ao longo de sua interessante vida, Gumerindo Saraiva publicou, ainda, as seguintes obras: "O Esperanto e o Mundo Atual", "Trovadores Potiguares", "A Canção Brasileira em Três Tempos", "Adagiário Musical Brasileiro" e "Lendas do Brasil". Em suas pesquisas, preparou material para outras publicações sobre "O Panorama da Música no Rio Grande do Norte", "O que os Homens Disseram sobre a Música", "O Fandango no Rio Grande do Norte", "As Trovas Potiguares nos Folguedos Tradicionais" e "Modinheiros Norte-Rio-Grandenses".

De todos esses trabalhos se pode dizer, sem medo de errar, que prestaram à Cultura Norte-Rio-Grandense e brasileira, em suas múltiplas manifestações, inestimáveis serviços, tirando-as da condenação do esquecimento ou do desconhecimento e fazendo acessíveis aos pósteros magníficas e autênticas jóias do sentimentalismo e da emoção maior de nossa terra e de nossa gente.

Além de tudo isso, Gumercindo Saraiva foi nomeado professor de violino do seu amado Instituto de Música do Rio Grande do Norte, instituição onde concluiu, em 1939, o curso daquele instrumento, sob a orientação do professor José Monteiro Galvão, tendo se especializado, também, em Teoria Musical e Solfejo. Desde sua formatura passou a lecionar ali, tendo chegado a Diretor do tradicional e respeitado Instituto. Em 04 de janeiro de 1960, pelo Decreto número 2.869, foi nomeado pelo Excelentíssimo Senhor Dinarte de Medeiros Mariz, então Governador do Estado, professor do quadro do Magistério Público, tornando-se titular da cadeira de História da Música da referida Instituição, a que fora, há poucos dias, por lei, incorporada ao Patrimônio Estadual, após inúmeros anos de relevantes serviços prestados à cultura musical do nosso Estado e do nosso país.

Como integrante e dirigente do prestigioso Instituto de Música, juntamente com outros entusiastas da cultura musical, trouxe a Natal Bidu Saião, Guiomar Novaes, o maestro José Siqueira - o grande criador da Orquestra Sinfônica Brasileira, Alice Ribeiro e Oriano de Almeida, logo após ser laureado em Varsóvia, com o interesse de divulgar o que havia de melhor no meio musical do Brasil e do mundo.

Mas, Gumercindo Saraiva não foi nenhum nefelibata. Sempre teve os pés firmemente plantados no chão. Por mais de 40 anos foi proprietário da Casa da Música, localizada primeiramente na Ribeira, próxima à histórica "Confeitaria Delícia", vizinha à antiga agência do "Lloyd", e depois, definitivamente, na Avenida Rio Branco, onde se encontra, até hoje, sob os cuidados de seu filho e de seu neto. No comércio, como fruto do seu trabalho árduo, acumulou um respeitável "pé de meia", como se dizia antigamente, que o permitiu criar a família com conforto, formar os filhos, adquirir alguns imóveis, viajar e construir sua famosa e volumosa biblioteca. Sua perspectiva de vida pluridimensional, sua vigorosa personalidade de baixa-verdense formado na universidade da vida e seu notório saber de autodidata tornaram possível, em termos bastante razoáveis e práticos, o convívio do comerciante com sua forma peculiar de cultura, demonstrando não ser impossível a coexistência do comerciante com o homem de cultura.

A propósito dessa dualidade Gumercidiana, disse Sanderson Negreiros, no Diário de Natal: "apesar de viver, como todos nós, numa província submersa, em que só pensa em ganhar dinheiro e falar mal do próximo, nosso amigo Gumercindo tem o que se pode chamar - sem exagero - a chama sagrada do entusiasmo pelas coisas artísticas. Em vez de estar ganhando só metal em seu comércio muito rendoso, passa boa parte do seu tempo pesquisando temas folclóricos e musicais. Já fomos iconoclastas, por força da idade e de outros tédios, e andamos não querendo entender o esforço de Gumercindo Saraiva. Mas agora nos rendemos à sua dinâmica atuação em trabalhos intelectuais. Gumercindo Saraiva precisa ficar bem certo dessa coisa mais certa: seu entusiasmo parece-nos heróico, e bem é, numa paisagem cultural onde poucos sobrevivem. E merece o empenho de todos nós, seus amigos"

Gumercindo Saraiva casou-se, em 27 de maio de 1940, com Dona Willerman de Oliveira Saraiva. O casal teve quatro filhos: Maria Chaminade Saraiva, Gumercindo Saraiva Júnior, Antônia Maria Saraiva e Sônia Maria Saraiva, todos residentes nesta Capital.

Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,
Senhoras e Senhores,

Todos sabemos que a História recolhe e guarda em seu multimilenar e implacável arquivo os nomes daqueles que, durante a vida, se imortalizaram por seus feitos. Ela grava em tijolo, pedra, papiro, fita magnética, vídeo ou filme uma síntese das vidas de homens e mulheres que se destacam em suas respectivas sociedades por seus dotes, ações e aventuras. O próprio Evangelho proclama que o homem é, em última análise, julgado perante a eternidade pelo que realiza ou deixa de fazer com os talentos que lhe são confiados pelo Criador.

No Rio Grande do Norte, em sua Academia de Letras, estão guardadas as lembranças daqueles que, de modo excepcional, souberam exercer suas atividades humanas, profissionais e culturais, deixando-as mais desenvolvidas e honradas quando delas se retiram ao final da vida. Gumercindo Saraiva foi um desses iluminados. Soube viver e conviver com seus semelhantes de maneira tão atuante, inteligente e digna que conquistou, de modo inquestionável, um lugar de destaque na memória do Rio Grande do Norte, inserindo-se nesta Casa.

Muito obrigado.

Pronunciado na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras
em 23 de março de 1995.

Discurso de saudação ao professor João Batista Pinheiro Cabral, no dia 23 de março de 1995, na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, proferido pelo acadêmico, professor José Melquíades.

Na Roma dos reis e dos cônsules, havia uma cerimônia de posse na qual se introduzia a **sella curulis** - a cadeira curul. **Curulis** era um carro triunfal. A cadeira ou **sella** era colocada nesse carro e sobre ela sentava-se o rei, que se transportava triunfalmente pelas ruas de Roma. Mais tarde, esse costume se transferiu para cônsules e pretores - **prector maximus** - o magistrado supremo. Na Roma dos papas; o mesmo costume cristianizou-se na **sella gestatoria** a cadeira ou andor que leva o sumo pontífice em procissão sobre os ombros da guarda suíça.

Por analogia, as Academias de Letras criaram a **sella e patronalis** - a cadeira do patrono, geralmente em número de 40. Esse número (dom Heitor) liga-se mais aos muçulmanos do que aos hebreus. Elias levou 40 dias para alcançar o monte Horeb. Outros 40 dias levou o dilúvio para encharcar a terra. Mas isso nada tem a ver com associação de classe. Por outro lado, Maomé não iniciava a prece na mesquita enquanto não se reunissem 40 fiéis. Entre os muçulmanos, 40 era o número mínimo exigido para organizar uma corporação. Ali-Babá só se sentia feliz entre os 40 ladrões. Que belo estímulo para a formação de um conselho de 40 pilantras. Esqueçamos As Mil e Uma Noites.

Dentro dessa mistura de paganismo, cristianismo e maometanos, o professor João Batista Pinheiro Cabral chega ao Olimpo da rua Mipibú para sentar-se na cadeira de Luiz Carlos Lins Wanderley. Luiz Carlos foi um homem privilegiado. Nasceu na antiga Vila Nova da Princesa, nome pelo qual o Ouvidor da Paraíba, em 1788, Dr. Antônio Felipe Soares de Andrade Brederodes saudou a povoação do Açú, em alusão à dona Carlota Joaquina, futura rainha de Portugal, hoje o Açú de fortes recordações e tradições poéticas bem evidenciadas.

Açú ou Taba-açu dos índios Janduis já foi decantada como a terra dos grandes carnaubais, uma floresta curiosa de árvores sem galhos, quase sem sombras, alteando-se em linha reta. Domingos Jorge Barros, que foi visconde, político e poeta, definiu esse modelo de floresta como o "domínio da colunata profusa". Na ribeira do Açú, no antigo Campo Grande, nasceu outro norte-rio-grandense ilustre, que veio a ser nosso primeiro e único Senador do Império: Padre Francisco de Brito Guerra.

João Cabral veio ao mundo nessa terra de encantos silvestres, tradições selvagens e sonhos poéticos acalentados de um toque de realeza. Não foi poeta porque não quis: nunca lhe faltou inspiração. O açuense Luiz Carlos Lins Wanderley, o patrono da cadeira nº 6, foi o primeiro médico do Rio Grande do Norte. Doutorou-se na Bahia, em 1857, na idade de 26 anos. Nasceu em 1831 e morreu em Natal, em 1896, aos 59 anos, data da queda de Bismarque. Era um homem extremamente bom: morreu do coração.

Gumercindo Saraiva casou-se, em 27 de maio de 1940, com Dona Willerman de Oliveira Saraiva. O casal teve quatro filhos: Maria Chaminade Saraiva, Gumercindo Saraiva Júnior, Antônia Maria Saraiva e Sônia Maria Saraiva, todos residentes nesta Capital.

Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,
Senhoras e Senhores,

Todos sabemos que a História recolhe e guarda em seu multimilenar e implacável arquivo os nomes daqueles que, durante a vida, se imortalizaram por seus feitos. Ela grava em tijolo, pedra, papiro, fita magnética, vídeo ou filme uma síntese das vidas de homens e mulheres que se destacam em suas respectivas sociedades por seus dotes, ações e aventuras. O próprio Evangelho proclama que o homem é, em última análise, julgado perante a eternidade pelo que realiza ou deixa de fazer com os talentos que lhe são confiados pelo Criador.

No Rio Grande do Norte, em sua Academia de Letras, estão guardadas as lembranças daqueles que, de modo excepcional, souberam exercer suas atividades humanas, profissionais e culturais, deixando-as mais desenvolvidas e honradas quando delas se retiram ao final da vida. Gumercindo Saraiva foi um desses iluminados. Soube viver e conviver com seus semelhantes de maneira tão atuante, inteligente e digna que conquistou, de modo inquestionável, um lugar de destaque na memória do Rio Grande do Norte, inserindo-se nesta Casa.

Muito obrigado.

Pronunciado na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras
em 23 de março de 1995.

Discurso de saudação ao professor João Batista Pinheiro Cabral, no dia 23 de março de 1995, na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, proferido pelo acadêmico, professor José Melquíades.

Na Roma dos reis e dos cônsules, havia uma cerimônia de posse na qual se introduzia a **sella curulis** - a cadeira curul. **Curulis** era um carro triunfal. A cadeira ou **sella** era colocada nesse carro e sobre ela sentava-se o rei, que se transportava triunfalmente pelas ruas de Roma. Mais tarde, esse costume se transferiu para cônsules e pretores - **praetor maximus** - o magistrado supremo. Na Roma dos papas; o mesmo costume cristianizou-se na **sella gestatoria** a cadeira ou andor que leva o sumo pontífice em procissão sobre os ombros da guarda suíça.

Por analogia, as Academias de Letras criaram a **sella e patronalis** - a cadeira do patrono, geralmente em número de 40. Esse número (dom Heitor) liga-se mais aos muçulmanos do que aos hebreus. Elias levou 40 dias para alcançar o monte Horeb. Outros 40 dias levou o dilúvio para encharcar a terra. Mas isso nada tem a ver com associação de classe. Por outro lado, Maomé não iniciava a prece na mesquita enquanto não se reunissem 40 fiéis. Entre os muçulmanos, 40 era o número mínimo exigido para organizar uma corporação. Ali-Babá só se sentia feliz entre os 40 ladrões. Que belo estímulo para a formação de um conselho de 40 pilantras. Esqueçamos As Mil e Uma Noites.

Dentro dessa mistura de paganismo, cristianismo e maometanos, o professor João Batista Pinheiro Cabral chega ao Olimpo da rua Mipibú para sentar-se na cadeira de Luiz Carlos Lins Wanderley. Luiz Carlos foi um homem privilegiado. Nasceu na antiga Vila Nova da Princesa, nome pelo qual o Ouvidor da Paraíba, em 1788, Dr. Antônio Felipe Soares de Andrade Brederodes saudou a povoação do Açú, em alusão à dona Carlota Joaquina, futura rainha de Portugal, hoje o Açú de fortes recordações e tradições poéticas bem evidenciadas.

Açú ou Taba-açu dos índios Janduis já foi decantada como a terra dos grandes carnaubais, uma floresta curiosa de árvores sem galhos, quase sem sombras, alteando-se em linha reta. Domingos Jorge Barros, que foi visconde, político e poeta, definiu esse modelo de floresta como o "domínio da colunata profusa". Na ribeira do Açú, no antigo Campo Grande, nasceu outro norte-rio-grandense ilustre, que veio a ser nosso primeiro e único Senador do Império: Padre Francisco de Brito Guerra.

João Cabral veio ao mundo nessa terra de encantos silvestres, tradições selvagens e sonhos poéticos acalentados de um toque de realeza. Não foi poeta porque não quis: nunca lhe faltou inspiração. O açuense Luiz Carlos Lins Wanderley, o patrono da cadeira nº 6, foi o primeiro médico do Rio Grande do Norte. Doutorou-se na Bahia, em 1857, na idade de 26 anos. Nasceu em 1831 e morreu em Natal, em 1896, aos 59 anos, data da queda de Bismarque. Era um homem extremamente bom: morreu do coração.

Foi comendador do império com o título da Ordem da Rosa. Foi poeta, teatrólogo, político e o nosso primeiro romancista, tendo sido o primeiro médico a assumir o governo da nossa Província, em 1886. Sua administração, porém, foi sumaríssima: durou apenas 12 dias, tempo insuficiente para enfeixar a primeira parte dos signos do zodíaco. Primeiro entre os primeiros, só perdeu para Basílio Quaresma Torreão Júnior, o primeiro juiz nomeado para o Açu.

Luiz Carlos casou-se duas vezes, inacreditavelmente, no mesmo dia, apenas com 17 anos de diferença entre uma esposa e outra. Do primeiro matrimônio com Francisca Carolina teve três filhos poetas: Ezequiel, Sandoval e Segundo Wanderley. Das segundas núpcias, com Maria Amélia, nasceram dois ilustres vates: Carolina e Celestino. Teve mais dois netos bem inspirados: Palmira e Jaime. Quatro dos filhos nasceram no Açu. A antologia de Ezequiel Wanderley, publicada em 1922, arrola 8 rapsodos da ilustre raça, entre pai, filhos e netos. Rômulo Wanderley, outro poeta da família, em sua antologia de 1965, inclui mais 8 inspirados vates: 16 ao todo, em linha reta e colateral, romanticamente, um número bem expressivo.

Em matéria de imortalidade, a família também está muito bem servida. O velho Lins Wanderley e o filho Segundo são patronos de duas cadeiras nessa Academia. Os netos Jaime e Palmira foram empossados nessa mesma Academia seguidos dos primos Rômulo e Walter. A filha Carolina sentou-se na cadeira do pai. Sete imortais no Olimpo potiguar, o mesmo esplendor das 7 maravilhas do mundo.

A Carolina sucedeu Gumerindo Saraiva, o homem dos 7 instrumentos: harmonizou habilmente a arte musical com a artimanha comercial. Inteligentemente soube tirar proveitos de ambas, entre acordes e acordos. No mesmo compasso aproveitou-se das claves de sol e das promissórias sem dó. De Gumerindo Saraiva acabamos de ouvir a belíssima saudação na expressiva página que lhe dedicou João Cabral nesse seu eloqüente discurso. Pois bem, senhores acadêmicos: nesse ninho de rapsodos um tanto distanciados de Ulisses ou Calíope, o professor João Batista Pinheiro Cabral começa a alçar seu primeiro vôo aos páramos do Olimpo acompanhado das musas açuenses. João: já é tempo de você se dedicar à poesia.

O MENINO E O HOMEM.

Conheço João Cabral há 35 anos. João nasceu no Açu, às margens do rio Piranhas, no dia 7 de junho de 1941. Um dia antes, a igreja celebrava a festa de São Norberto, um alemão do século XII que se converteu ao catolicismo aterrorizado por um raio. O Açu, no tempo do nascimento do menino João, ainda era um tanto primitivo: não havia barragem, nem irrigação. Nas grandes trovoadas, um raio costumava cair no olho da carnaúba e partia o enorme caule vertical em duas bandas, talvez uma advertência aos devotos de São Noberto. Entretanto, nessas trovoadas ameaçadoras, esquecia-se de São Noberto e se recorria a Sta. Bárbara, cujo pai, pelo castigo de Deus imposto pelo crime à filha por ter-se convertido ao cristianismo, foi fulminado por um raio.

Prevalencia, no Açu, a agricultura de sobrevivência. Os carnaubais viçosos, espalhados pelas várzeas, dominavam a paisagem campestre. A floresta curiosa alteava-se nos seus troncos hercúleos e seus leques dançavam ao vento. Às graúnas canoras entoavam, em suas palmas, hinos ornitológicos em

louvor à criação, alimentando o sonho dos poetas nativos. As inocentes aves de aribação desovavam na macambira de espadas lustrosas sem grandes atropelos. Não havia choque armado entre depredadores e o IBAMA.

A natureza calma e idílica dispensava preocupações policiais. Foi nesse idílio silvestre de raro encanto tropical que o menino João mudou os seus primeiros passos e iniciou os seus primeiros estudos no Educandário Nossa Senhora de Fátima. Inteligência privilegiada, memória ágil e fértil, sempre assimilou com facilidade tudo o que lhe ensinavam. João sempre foi um menino bem nutrido: gordo pela própria natureza, pela mesma razão e do mesmo modo pelo qual o Brasil é gigante. Obra da natureza. Aliás, meu caro João Cabral: ao lembrar a obra da natureza, recordo-me de um poeta maravilhoso e muito espontâneo, que deu asa à sua inspiração nessa expressiva quadrinha:

**De Deus essa obra contemplada:
A terra entre mares feito ilha,
A natureza de Deus; que maravilha!
Só ele conseguiu a natureza obrada.**

- **Oh Pátria amada! Oh João querido:** tu és igualmente retumbante!... Em 1953, o jovem adolescente veio para Natal e matriculou-se no Atheneu. Naquele estabelecimento de ensino de renomadas tradições, João Cabral fez um excelente curso de humanidades. Em 1966, terminou brilhantemente seu curso clássico. O Atheneu de sua época valia por 10 universidades de hoje.

Lá ministravam aulas grandes humanistas como Luiz da Câmara Cascudo, Esmeraldo Siqueira, Alvamar Furtado, Edgar Barbosa, Floriano Cavalcante, Antônio Fagundes, Américo de Oliveira Costa; padres como Luiz Wanderley, Luiz Gonzaga do Monte, José Adelino Dantas e tantos outros nomes de igual talento que engrandeceram o nosso magistério e engrandecem a memória de nossa Academia.

(Para esses educadores peço uma salva de palmas)

Até eu andei por lá como um frágil Davi entre gigantes. Na minha arrogância literária ligada à Inglaterra de Francis Bacon, tentei provar que a tragédia de Hamlet era uma lenda shakesperiana decalcada no folclore germânico. Graças ao venerável Beda, ninguém me deu crédito. A tanto não alcançou minha pedra de funda, um estilingue que, nesse Nordeste sofrido e sem Golias, chama-se baladeira.

Deixemos de fora os hebreus, ingleses e germânicos. Voltemos ao saudoso Atheneu Norte-Rio-Grandense. Foi nesse renomado educandário que o jovem João Cabral alicerçou as bases de seus conhecimentos. Sempre ávido de outros ensinamentos, juntou-se aos americanos da crença dos batistas, lá no Seminário Bereano, onde fez cursos de inglês. Nesse seminário lecionou português, história e geografia. Os missionários **yankees** ainda lhe assenaram com o cajado do pastor, mas o jovem João, com a vocação já despertada para o magistério, não estava interessado em arrebantar ovelhas desgarradas açoiando-se até o redil evangélico. Já lhe bastava a ilusão etimológica de que **magis** (de magistério) é maior do que **minis** (de ministério). Por esse motivo recusou-se ao chamado ou à escolha para segar a vinha. Preferiu saborear o vinho, também muito ao gosto do Senhor, que consentiu nosso segundo pai Noé embriagar-se um ano depois do dilúvio. Era a inauguração do vinhedo e

toda boa inauguração merece um brinde.

São Jerônimo, em sua Vulgata, nos descreve a cena com inebriante realismo: **Noe, vir agricola, plantavit vinam, bibensque vinum inebriatus est.** Foi o primeiro coquetel da segunda humanidade. E João sabia disso. Também diz lá o salmo que **o vinho alegra o coração do homem.** Convém explicar que, na concepção antiga, o coração era o princípio - **animus** - a sede da coragem, dos desejos, e das paixões, em oposição a **corpus** - substância, matéria.

Em matéria de vinho, os autores bíblicos se enchiam de bom coração, isto é, de bons pensamentos, o que é um grande conforto para aqueles que gostam dos bons vinhos.

Olha, João Cabral: você está no limiar da imortalidade. Pois bem: na morada dos deuses, a ambrosia ou o manjar delicioso servido no banquete das divindades, o alimento que dava a sensação da imortalidade, era acompanhada de uma bebida chamada **immortale merum** responsável pelo **immortaliter gaudere** - alegria infinita. Contrariando esse confortável êxtase na delícia do néctar, depois de muitos séculos de barbarismo, os inescrupulosos ingleses, obtusos e atrevidos, comprometeram o néctar ou **merum** sorvido no Olimpo e lhe mudaram a idéia da bebida com um nome horroroso de rabo-de-galo (na língua deles **cocktail**), como se o delicioso brinde fosse levantado num poleiro. Um senso de humor insuportavelmente bilioso. Por esse mesmo errôneo motivo, os espanhóis fiéis a Fernando e Izabel, depois de expulsarem os mouros da península ibérica, comprometeram o ritualístico holocausto dos cordeiros com o indigesto churrasco dos bovinos. Se o péssimo humor dos seguidores da rainha Victória é bilioso, o paladar dos devotos de São Firmino é abusivo, tedioso e indigesto.

A VIDA ACADÊMICA.

Em 1962, João Batista Pinheiro Cabral iniciou, na UFRN, o seu curso acadêmico. Graduou-se em história, nos idos de 1966. Foi tão bem sucedido na Universidade quanto o fora no Atheneu. A inteligência febril e buliçosa lhe feria e evoluía nas observações críticas e construtivas. Fez também vestibular para direito e cursou a faculdade até o 2º ano, obrigando-se a abandoná-la por circunstâncias adversas. Tivesse continuado e terminado seu curso jurídico seria hoje um dos grandes advogados do nosso país.

O destino lhe reservou arrastar a cruz do magistério, um madeiro bem mais pesado do que a balança da justiça e bem mais longo do que a espada desembainhada pela deusa Astréa. No desempenho de seu magistério, aqui nessa cidade presépio, exercer cargos relevantes ligados ao ensino do nosso pequenino Rio Grande: foi assessor do Serviço Cultural (o que ele chamava, gracejando, de **serviço cultural**). Foi Diretor do colégio Padre Miguelinho, cargo que ocupou com equilíbrio, austeridade e muita liderança, de 1965 a 1969. Nesse período empreendeu sua primeira viagem aos Estados Unidos. João sempre se dedicou ao magistério dentro de um comportamento estóico e conscientemente vocacional. Uma virtude forte e heróica sempre lhe acompanhou e lhe marcou as atitudes: a fortaleza de sua personalidade, associada ao seu expansivo e espontâneo bom humor, uma virtude de poucos. Outra qualidade sua: a força de um raciocínio rápido.

O MESTRADO.

Em 1970, João Cabral conseguiu realizar o seu grande sonho magisterial: seu curso de mestrado, nos Estados Unidos. Foi aceito pela **State University of New York Fredonia N.Y.** e lá iniciou seus novos estudos, preparando-se para defender sua tese em História, cuja conclusão ocorreu em 1972. Fredonia é um recanto agradável situado no condado de Chautauqua, uma região de grandes vinhedos. Nas folgas da Universidade, João preferia cerveja, uma disciplina na qual os americanos também são mestres e grandes.

Em Fredonia, o jovem acadêmico fez um ciclo de amizade muito grande e chegou mesmo a frequentar, com assiduidade, a loja maçônica **Forest Hill nº 181**, da qual compartilhou da fraternidade; porque lá viviam unidos os irmãos. Para complementar o limitado salário concedido pela bolsa de estudo, João passou a trabalhar na fábrica **Red Wing Co.**, gerenciada por Allan Forbs de quem João se tornou um bom amigo. Essa fábrica, além de outros produtos, empastelava também manteiga de amendoim.

Sr. Dr. Diógenes da Cunha Lima: pobre João! Em matéria de paladar, essa manteiga é enjoada e pouco afrodisíaca. Coloquei-a num pedaço de pão e o gosto que me despertou foi o do insuportável óleo de fígado de bacalhau. Isso me trouxe a nauseabunda lembrança dos purgantes de óleo de ricino que minha avó me obrigava engolir para limpar os intestinos. O paladar nordestino nem sempre se acostuma aos usos estranhos da culinária americana, meu caro Diógenes!

Na fábrica de amendoim, foram contratados porto-riquenhos que trabalhavam pouco e davam muito trabalho a João: eram preguiçosos, reivindicadores e trabalhosos. João resolvia todos os problemas para tranqüilidade de Mr. Forbs. Em 1971, sai da Nova Inglaterra, onde ministrava um curso de português no Bates College, no estado do Maine, e fui visitar João Cabral, em Fredonia. Numa semana de folga, nos juntamos, João, a esposa e eu, e nos largamos para o Canadá, numa viagem agradável e até aventureira. Reservarei os detalhes para o intervalo do Coquetel.

Em Fredonia, João contraiu núpcias com a jovem e simpática novaliorquina Joan Lown e lá também lhe nasceu o primeiro filho Andrews. Apesar da manteiga e dos enteados do Tio Sam, João concluiu brilhantemente os seus créditos de mestrado e voltou a Natal, em 1972, na companhia da esposa e do filho pequeno. Tentou ingressar em nossa Universidade, mas, ao que sei, houve certa má vontade e muita resistência em aproveitá-lo nos cursos regulares.

Como todo mal traz sempre um bem, João foi para Brasília e lá o seu curriculum foi aceito pelo conselho da UNB, o que lhe deu muita alegria. Foi a sua felicidade. Na Universidade de Brasília, além das aulas regulares, exerceu cargos relevantes: Chefe de Departamento, Diretor interino do Centro de Ciências Humanas, Decano de Extensão, Colaborador da Comissão Permanente de Vestibular e membro de várias congregações e Câmaras.

Fora da UNB, João ainda ocupou outros tantos cargos de igual relevo, como, por exemplo: Diretor da Divisão do Nordeste, Secretário Executivo da Comissão de Reforma da Administração Pública, Assessor Técnico da SESG/MEC, na área de modernização da Administração Pública. Em 1990-92, foi Chefe de Gabinete do Secretário Executivo do MEC. Chefiou a Delegação da

ENAP para intercâmbio com as escolas da Argentina e do Uruguai. Em 1992, foi selecionado para, no Rio de Janeiro, o Curso Superior de Guerra, da ESG, na época um curso muito aspirado por civis.

Aposentado pela UnB, em 1991, logo foi convidado pelo Dr. José de Vasconcelos Rocha para as honrosas funções de Diretor Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, cargo que ainda desempenha com muita dedicação e bastante eficiência.

DOUTORADO.

Em 1977, o mestre João Cabral foi aceito pela **Vanberbilt University**, em **Nashville**, capital do estado sulino do Tennessee. Novamente nos Estados Unidos para uma residência de mais de dois anos. Saído das ribanceiras do Açu, com as lembranças dos tostados índios Janduis, foi levado às margens do rio Cumberland, no rastro dos pelevemelhas cherokees. Lá teve o privilégio de estudar na Universidade fundada em 1873, por Cornelius Vanderbilt, um capitalista novaiorquino que enriqueceu com empresas de barcos, navios e ferrovias, um negócio próspero que abrangia Nova York, Chicago e Califórnia.

Durante seu doutorado, em Nashville, em 1979, a Universidade mandou-o para Londres, a fim de adquirir novas experiências no campo do ensino. Chegando a Inglaterra João participou do programa **Anglo-American Historical Conference**, na Universidade de Londres. Regressou a Nashville e após complementados os créditos, finalmente, em 1979, obteve o grau de doutor **magna cum laude**.

Voltou a Brasília e continuou na UNB até abril de 1991, data de seu afastamento por força de sua aposentadoria.

TRABALHOS PUBLICADOS.

Seu primeiro livro intitula-se **Partido Liberal Mexicano e a Greve de Cananea**, um excelente trabalho de análise e pesquisa, que lhe mereceu duas edições. Pela Coleção Mossoroense, publicou **Tópicos da História do Brasil, da Argentina, do México e de outros países**. A história do México sempre lhe fascinou, uma história conturbada e marcada por constantes revoluções.

A constituição promulgada em Querétara, no ano de 1917, não teve condições de mudar a predominância do partido liberal que Benito Juarez fundara, em 1868. Esses detalhes são bem analisados nos estudos de João Cabral.

Ainda pela Coleção Mossoroense, em 1990, **Homens e Fatos - História, Política, Administração e Poesia**, estudos de grande perspicácia e crítica literária. **Relembrando João Medeiros** é um trabalho que faz justiça ao grande humanista e advogado reconhecido como um dos maiores criminalistas já vividos em nosso Estado. Além desses valiosos trabalhos literários, João tem substanciosos artigos publicados em jornais e revistas especializadas. Entre outros destacam-se **Humor e Ironia na Poesia de Drummond, Gilberto Freyre Hispanista, e Floriano Cavalcante, Aspecto de uma Vida Ilustre**. Outra grande justiça feita a um grande magistrado e grande professor.

Outro artigo seu trata da evolução da História do Peru, aquele Peru que nasceu com Francisco Pizarro, amadureceu com San Martin e libertou-se com

o grande patriota Simon Bolivar, que, em 1825, proclamou a república do Alto Peru. É essa a marca dominante da abordagem histórica nos trabalhos publicados por João Batista Pinheiro Cabral, valiosa colaboração às letras potiguares.

SECA E MECA.

Correr seca e meca é provérbio muito repetido, em Portugal, no sentido de andar por lugares diversos e correr mundos. No Brasil também se usa com o mesmo sentido. Aloísio de Azevedo, no seu livro **Girândola**, admirava-se de um sujeito que corria **seca-e-meca** para ver alguém dançar e ouvir tocar piano.

Entre os maometanos, correr seca e meca era visitar as duas Mesquitas a “leste do império da fé”, assim explica João Ribeiro, no livro **Frases Feitas** publicado, em 1908. Daí a origem da expressão, concluiu o grande filólogo sergipano.

Pois bem, senhores acadêmicos! João Cabral já bateu seca e meca, correu mundos e virou continentes pelo avesso. Das Montanhas Rochosas ao cimo dos Andes, da torre Eiffel à torre de Pisa que inclinou mais de 10 centímetros quando lá subiu. Das sete maravilhas do mundo chegou até às pirâmides do Egito. As outras seis escaparam porque já não existem. Isso é realmente o que se chama **corre seca e meca**, o que pode muito bem se enquadrar no soneto Natal do cearense Antônio Salles:

**Noite de Natal, Tereza
Brincou, correu seca e meca
E enfim de cangaço preza
Foi dormir sua soneca.**

João jamais dormiu em noite de Natal e já comemorou a noite feliz em dois continentes. No mundo dos andarilhos, há sempre um lugarzinho reservado para as maravilhas do mundo. Por exemplo, Marco Pólo, a caminho da China, descobriu, na Pérsia, os corpos dos três Reis Magos, intactos, bem embrulhados nas vestes dos sacerdotes de Zoroastro e com as barbas grizalhas de Alá. Essa revelação foi feita 12 séculos depois que a estrela abandonou os Magos e eles deixaram a gruta de Belém. Não é uma maravilha!

Marco Pólo bem que podia ter sido beatificado por tão sublime revelação.

Aqui entre nós, conformados imortais, o confrade e ilustre mossoroense Dr. Raul Fernandes orgulha-se de ter sido médico de Hitler e se maravilhou com o vôo feito no dirigível Hinderburg da Alemanha para Natal.

E neste rastro de pólvora e luz, João Cabral já visitou mundos e continentes. Tem muita coisa a acrescentar a Raul Fernandes e a Marco Pólo. A nossa viagem ao Canadá tem duas anotações a acrescentar. Podemos dizer que esse grande professor açuense alimentou-se com a fé do alcorão, reconfortou-se com a sabedoria do Talmude e enriqueceu-se com os ensinamentos da Bíblia. Outra virtude marcante na personalidade de João Cabral: casado com uma americana, no lar, o inglês é a língua predominante; ele fala e escreve esse idioma com segurança e proficiência. Morou nos Estados Unidos 5 anos, mas nunca perdeu seu sotaque natalense e açuense, como fazem outros que se demoram 15 dias em Miami. Esse é o João Cabral que eu conheço.

João e eu temos algo em comum dentro de nossa incipiente formação

religiosa. Ao correr do tempo, tornamo-nos colegas de sacrifício: entramos no magistério onde firmamos nossos votos de pobreza, a didática da religiosidade semestral. A única diferença entre os votos de pobreza prestados pelos religiosos é que esses votos são feitos perante um ministro da Igreja, enquanto os nossos são efeitos forçados em magra cônica imposta pelos governantes sob o modelo do Ministério. A nossa vocação está marcada por essa incômoda herança.

FINALMENTE A IMORTALIDADE.

Meu caríssimo amigo João Batista Pinheiro Cabral: a imortalidade acadêmica é ilusória e ao mesmo tempo contagiante, mas um tanto discutível. Costumamos nos envaidecer com o seu conteúdo. Guerra Junqueiro afirmava que a vaidade é o orgulho dos gênios. Nesse caso, a imortalidade é o privilégio dos deuses. Ora, meu caro João, os deuses ao se servirem da ambrosia, que era o manjar servido no banquete sagrado, e ao sorverem o *immortale merum*, a bebida que dava a sensação da eternidade, sempre que esse ágape acontecia com a assistência do epulão, o sacerdote encarregado dos banquetes, ao seu término, os deuses recorriam a um médico chamado Faón.

Tudo isso acontecia, segundo a mitologia, no monte de luz da Tessália, a montanha sagrada que se latinizou em **Olympus**, a morada dos deuses e do médico. A mitologia é responsável por esses mitos e crenças duvidosas. Ora vocerveja só! Se os deuses imortais necessitavam de um médico, que dizer de nós outros imortalizados aqui no sopé do Cabugi, nesse outro lado do planeta! Para manter a higidez, o jeito é recorrermos a bons ortopedistas.

O já citado Guerra Junqueiro, sarcasticamente, achava difícil averiguar o monumento da imortalidade. Insinuava ele, com fina ironia, que a matéria prima da estátua podia ser de bronze ou de zinco, de mármore ou de gesso. Entre os antigos, havia várias interpretações para o conceito de imortalidade. O gigante Títio, diz Homero, só tinha de imortal o fígado, eterna proteção contra a cirrose. A ninfa Calíope, na sua fabulosa ilha Ogígia, ofereceu a imortalidade a Ulisses desde que ele a esposasse, o que já é uma imortalidade comprometedora e inquietante. O filho de Laertes usufruiu dessa bem-aventurança apenas 7 anos.

Acabou voltando para Ítica onde, erroneamente, foi assassinado pelo filho Telégano, que também era filho da feiticeira Circe. Nem sequer teve o direito de dizer: quem de uma ninfa escapa, 100 anos vive. O responsável pela tragédia é Homero, que reduziu a imortalidade de Ulisses, na ilha de Calíope, a 14 semestres.

Tito Lívio informa que Heróstrado, para alcançar a imortalidade, incendiou o templo de Diana, em Éfeso, um riquíssimo monumento tido como uma das 7 maravilhas do mundo antigo. Imortalidade por capricho é crime. O gramático Apion, que andou fazendo umas observações na linguagem da Ilíada, dava a imortalidade àqueles a quem oferecia um desses estudos, comportamento tão insuportável quanto à baixaza dos senadores romanos que expressaram mensagens de condolências a Domiciano pela morte de um leão familiar que esse imperador criava; e que o poeta Estácio, em versos insípidos, deplorou como uma grande perda para o mundo. Essa espécie de imortalidade é vergonhosa. A imortalidade acadêmica, meu caro João, não serve de elixir de longa vida para ninguém: é um conforto intelectual, um reconhecimento bem

avaliado. Hoje, nessa noite memorável, você acaba de receber, merecidamente, esse conforto. Sua eleição foi coroada por uma característica inusitada: o voto de dois Ministros; o de Dom Nivaldo Monte, ministro de Deus, e o de Aluizio Alves, ministro de Itamar Franco. Votos de dois reinos. Que queres mais! Que saiba preservar essa imortalidade que seus confrades lhe asseguraram. Com essas observações, eu o saúdo e lhe deixo o saldo de minhas considerações.

Muito obrigado.

III HISTÓRIA

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO E A CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNA (1801)

OLAVO DE MEDEIROS FILHO

Pretendo, nesta breve exposição, comentar alguns episódios de um acontecimento político ocorrido em Pernambuco, conhecido como a CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNA, precursora da Revolução Republicana de 1817.

Compulsando o volume CX dos DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, edição do Ministério da Educação e Cultura, o pesquisador deparar-se-á com importantes revelações sobre uma devassa ocorrida em Pernambuco, em 1801, instaurada para apuração de responsabilidades na chamada Conspiração dos Suassuna, ou Inconfidência de 1801.

Conforme pude constatar, três personagens participantes da Conspiração dos Suassuna reapareceriam em 1817, no Rio Grande do Norte, como protagonistas da Revolução Republicana.

Em 1799 surgia na localidade de Itambé, lindes da Paraíba e Pernambuco, o Aerópago de Itambé, fundado pelo naturalista paraibano Manuel de Arruda Câmara. O Aerópago foi um centro irradiador da ideologia da Revolução Francesa. Originárias do Aerópago de Itambé, surgiram então em Pernambuco diversas outras sociedades secretas, sob a capa de Academias, a saber: Academia do Paraíso, Academia do Cabo, Academia Suassuna e Academia Pernambucana, compreendendo esta a Pernambuco do Oriente e a Pernambuco do Ocidente.

Segundo foi divulgado à época, tais sociedades secretas chegaram a cogitar da implantação de uma República sob a proteção do imperador francês Napoleão Bonaparte.

A Academia Suassuna foi fundada por Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, no seu Engenho Suassuna, em Santo Amaro de Jaboatão. Francisco de Paula, conhecido como Coronel Suassuna, possuía dois irmãos, também envolvidos na Conspiração de 1801: José Francisco e Luís Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque. Os irmãos Suassuna eram filhos do Cel. Francisco Xavier Caetano de Magalhães e de dona Filipa Cavalcante de Albuquerque.

Em 1801, os irmãos Suassuna ocupavam cargos de destaque na capitania de Pernambuco. Assim, Francisco de Paula comandava as Ordenanças do Cabo. Era ele natural de Itabaiana, casado, morador no seu engenho Pantorra, da freguesia do Cabo. Em 1801, contava Francisco 32 anos idade. José Francisco era capitão do Corpo de Artilharia da Praça do Recife, encontrando-se em Lisboa, à época em que ocorreu a devassa. Luís Francisco, o terceiro irmão Suassuna, era natural de Santo Amaro do Jaboatão, solteiro, capitão, com 29 anos de idade, morando no seu engenho Suassuna.

Na casa de sobrado dos irmãos Suassuna, em Recife, ocorriam umas reuniões suspeitas, muito concorridas, o que ensejou uma delação feita por José da Fonseca Silva e Sampaio, que revelou o fato de que naquelas reuni-

ões, "se tratavam idéias facciosas e revolucionárias sobre liberdade e mudança de governo". Estaria em marcha uma conspiração que tinha por objetivo, como já mencionei anteriormente, implantar em Pernambuco uma República sob a proteção de Napoleão Bonaparte. A conspiração, na realidade, não ultrapassou o plano das idéias, nem chegou a concretizar-se em atos de rebeldia. A delação abortou o movimento ideológico, ocorrendo então a prisão dos principais acusados.

Por ocasião da devassa de 1801 em Pernambuco, foram inquiridas oitenta testemunhas, inclusive ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, aponta por três depoentes como sendo uma das pessoas que entravam com mais freqüência na casa dos Suassuna, gozando ademais de muita familiaridade e particularidade com José Francisco de Paula e seus irmãos.

Figuraram também como testemunhas na devassa, José Inácio Borges, "branco, casado, porta-bandeira do Regimento de Linha de Olinda, de 25 anos de idade" e João Alves de Quental "branco, solteiro, morador nesta Vila (Recife), caixeiro de Francisco de Paula Cavalcante, de 26 anos".

André de Albuquerque Maranhão, José Inácio Borges e João Alves de Quental participariam, dezesseis anos depois, de fatos relacionados com a Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte.

Através do depoimento prestado por André de Albuquerque Maranhão, fica definitivamente esclarecida a dúvida existente, relacionada com o ano do nascimento do Senhor de Cunhaú. Ao depor perante as autoridades encarregadas da devassa, no dia 27 de maio de 1801, André de Albuquerque Maranhão declarou-se "branco, solteiro, capitão-mor da Vila Flor e da Vila de Arêz da Capitania do Rio Grande do Norte, fidalgo cavaleiro, que vive de agricultura, de 28 anos de idade". Portanto, teria ele nascido no ano de 1773. Ao falecer, em 1817, contava 44 anos, e não 40 como indicado no seu termo de óbito, registrado em um dos livros pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande.

No seu depoimento, André de Albuquerque Maranhão também esclarece ter residido na Vila do Recife, nos anos de 1800 e 1801, ali levado pelo trato dos seus negócios. Informava André, que saía do Recife "logo de manhã a tratar deles e muitas vezes nem ao jantar se recolhia".

Um outro norte-rio-grandense, também depoente na devassa de 1801, foi o padre Inácio Pinto de Almeida Castro, irmão de Miguel Joaquim de Almeida e Castro, conhecido na historiografia potiguar sob a denominação de Frei, depois Padre Miguelinho. Em depoimento prestado aos 27 de maio de 1801, o padre Inácio, que nascera em Natal a 30 de agosto de 1766, declarava-se "sacerdote do hábito de São Pedro, vigário na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, onde é morador, natural da Cidade do Rio Grande do Norte, Comarca da Paraíba, de idade de trinta e quatro anos". Em 1817, Inácio Pinto de Almeida Castro, que pertenceu notoriamente à Maçonaria, participaria da Revolução Pernambucana.

Em conseqüência da conspiração, Francisco e Luís Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque gereram no cárcere quatro anos. José Francisco esteve preso de junho de 1801 a maio de 1802, apesar de nada ter ficado comprovado, no curso da devassa, que pudesse incriminar as pessoas daqueles irmãos Suassuna, no tocante ao trato de "idéias facciosas e revolucionárias sobre liberdade e mudança de governo". Corre a versão popular de que houve

a preponderância do poder social e econômico da família, que teria comprado a peso de ouro a absolvição dos acusados, livrando-os do cárcere, do desterro ou mesmo do patíbulo.

André de Albuquerque Maranhão retornou ao seu Engenho Cunhaú, onde recebeu em 1810 a visita do britânico Henry Koster, renomado autor de Travels in Brazil.

Um dos irmãos Suassuna, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, depois de reconciliado com o governo português, governou a capitania do Rio Grande do Norte, no período de 1806 a 1811. Henry Koster nos fornece uma impressão muito favorável do governador José Francisco de Paula, a quem conhecera quando de sua passagem por Natal, no final de 1810. O antigo conspirador de 1801 exerceu um proveitoso governo na capitania, segundo a unânime opinião dos nossos historiadores.

A Rebelião Republicana de 1817, no Rio Grande do Norte, foi liderada pelo coronel de milícias André de Albuquerque Maranhão, Senhor do Engenho Cunhaú, aquele mesmo frequentador da casa dos Suassuna nos anos de 1800-1801.

No dia 25 de março, no Engenho Belém, localizado no atual município de São José de Mipibú, André de Albuquerque prendeu o governador da capitania. Incidentalmente, o governador deposto era aquele mesmo José Inácio Borges, que fora chamado a depor na devassa de 1801. Em 1817, José Inácio furtou-se aos compromissos assumidos com os chefes revolucionários de Pernambuco. Segundo o historiador Câmara Cascudo, Borges foi “desde os primeiros momentos, um adversário da revolução de 1817, que ele chamou, com justiça, árvore sem raízes” ...

No curto período de 29 de março a 25 de abril de 1817, André de Albuquerque Maranhão chefiou o governo republicano instaurado no Rio Grande do Norte.

Um outro participante daquela conspiração de 1801, que se encontrava residindo em Natal naquele ano de 1817, foi João Alves de Quental, o antigo caixeiro de Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque. Quental achava-se convertido em prestigioso proprietário em Natal, onde exercia um destacado emprego público e explorava uma olaria no bairro da Ribeira, à margem do Potengi.

Como sabemos, André de Albuquerque Maranhão foi ferido a golpe de espada, na manhã do dia 25 de abril, fato que coincidiu com a sua deposição pelas tropas realistas, que encerraram assim o seu curto período governamental iniciado no dia 29 de março. André veio a expirar na madrugada do dia 26 de abril, no cárcere da Fortaleza dos Reis Magos.

João Alves de Quental foi protagonista de um triste episódio descrito por ISABEL GONDIM, ocorrência que envolveu o cadáver do inditoso André de Cunhaú:

“Quando foi posto em terra o cadáver, no primitivo corredor da igreja matriz, onde teve sepultado, um cavalheiro monarquista, J.A. de Quental, para melhor assinalar-se, por certo ao seu partido, tomando as esporas, subiu ao corpo da ilustre vítima que pisou com a sola dos seus sapatos e esporeou-o, como fazia-o à própria cavalgada, ato de canibalismo com que o desumano monarquista queria persuadir que cortaria à esporas as entranhas dos patriotas, a quem da-

vam também a alcunha de cavalos. De procedimento tão digno alardeava depois, provocando o ressentimento da família do inditoso Albuquerque, a qual pretendeu vingar essa afronta depois quando houvesse modificação na fase política”.

Dentre todos os conspiradores de 1801, envolvidos na Revolução Republicana de 1817 no Rio Grande do Norte, somente André de Albuquerque Maranhão manteve-se integralmente fiel aos ideais republicanos defendidos nas academias secretas de Pernambuco.

O prematuro desaparecimento de André foi providencial para os participantes da Rebelião de 1817, pois sobre um único protagonista desabaram as incriminações feitas pelos demais envolvidos no crime de lesa-majestade. André de Albuquerque levou para o túmulo, segredos que poderiam acarretar a desgraça de certos monarquistas exaltados, que popularam depois de 25 de abril ... O assassinio de Andrézinho livrou muita gente envolvida na rebelião, de cair nas mãos da implacável justiça real ...

O cadáver daquele herói revolucionário jaz no primitivo corredor da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande, na Praça André de Albuquerque em Natal. O referido corredor corresponde ao lado direito da matriz.

REQUIESCAT IN PACE!

NATAL HÁ 100 ANOS PASSADOS

Veríssimo de Melo

Como seria Natal há cem anos passados ? Quais as dimensões da cidade, topônimos, festas, superstições, costumes, condições gerais de vida da Província do Rio Grande do Norte aí pelos idos de 1872 ?

Temos agora em mãos um depoimento de valor histórico, que nos permite visão e comentário em torno dos aspectos mais interessantes de nossa cidade, naqueles velhos tempos. Documento que não vimos citado pelos nossos historiadores, mas que tem valor não somente histórico, mas igualmente sociológico e antropológico. Trata-se do capítulo "Natal do Meu Tempo", do livro "MEMÓRIAS E DEVANEIOS", de autoria de Lindolpho Câmara, editado em 1938 no Rio de Janeiro. (Devemos ao dr. Marciano Freire a lembrança de nos permitir compulsar o documento).

Esse Lindolpho Câmara, estamos sabendo agora, era homem probo, ligado à tradicional família Câmara, do Estado, tendo exercido postos os mais elevados no funcionalismo provincial e federal.

Comparando-se os dados históricos de Lindolpho Câmara com as do historiador Manoel Ferreira Nobre, ("BREVE NOTÍCIA SOBRE A PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE" - 1877), vemos que eles se completam e ampliam as informações sobre a época. Ferreira Nobre foi o nosso primeiro historiador. Seu livro já obedece a uma sistemática, atendo-se, preferentemente, aos aspectos políticos, educacional, administrativo e sócio-econômico da Província. Lindolpho Câmara, embora consigne alguns dados estatísticos sobre a cidade, estende-se mais a respeito de costumes e tradições. Seu depoimento, menos extenso, é mais pitoresco, mais vivo do que o de Ferreira Nobre. Em muitas passagens, escreve com objetividade e graça.

A primeira impressão de Lindolpho Câmara sobre Natal é a respeito da extrema pobreza da população. Em 1870, a cidade contava 12 mil almas. A população total da Província, segundo o censo de 1872, por ele citado, elevava-se a 233.960 habitantes, número quase idêntico ao que nos dá Ferreira Nobre.

Os que aqui nasciam, diz o autor, em face da precariedade do meio, só tinham condições de ser pescadores, roceiros ou soldados de Polícia. O comércio era pobre. Não havia água encanada, nem esgoto, nem luz. Os poucos lampiões existentes, que queimavam azeite de mamona, antes do querosene, não se acendiam nas noites de lua... O 33º Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena, em 1872, pronunciava-se tristemente sobre Natal: "Vila insignificante e atrasadíssima do interior". Daí o trocadilho da época, sobre Natal: Cidade ? Não-há-tal.

A respeito da mendicância, Lindolpho Câmara afirma, simplesmente, que não havia em Natal, porque ninguém tinha o que dar... Nesse sentido, evoluímos muito.

Natal constituía-se da Cidade Alta e da Cidade Baixa ou Ribeira. As tradicionais lutas entre xarias e canguleiro são mencionadas pelo autor como fato de um século atrás, embora nada tenha visto a respeito. Além dos prédios

públicos principais, a casa dos governadores, a Câmara e Cadeia e o Erário, só existiam quase as mesmas igrejas de hoje: a da Matriz, de Santo Antônio, do Rosário e do Bom Jesus.

Os nomes de logradouros e ruas foram quase todos mudados, o que é lamentável, pois eram muito mais bonitos do que os atuais. O Canto do Mangue, por exemplo, era chamado o Canto das Jangadas. E as ruas principais eram a da Tatajubeira, das Virgens, das Laranjeiras, do Fogo, Rua Grande, Praça da Alegria, Rua da Palha, Rua Nova, Rua dos Tocos, Uruguaiana, Beco Novo. Os logradouros mais famosos eram o Baldo, a grande piscina pública, e o cais do Passo da Pátria, onde ancoravam as embarcações vindas do interior. A única devoção popular conhecida era a da Santa Cruz da Bica, hoje decadente. Há referência a uma lagoa de José ou João Felipe, e que deve ser a atual lagoa de Manoel Felipe.

Os dois mercados existentes eram precários: O da Ribeira funcionava debaixo de uma velha Tatajubeira. O da Cidade Alta, à Rua Nova, sob "frondosos gameleiras". As medidas e pesos usados na época eram a cuia, a vara e a libra. As moedas eram o xexém de 10 réis; dobrões de cobre de 20 e 40 réis; notas de 1\$000 e 2\$000; sendo que unidade era pataca, equivalente a dezesseis vinténs.

Lindolpho Câmara faz uma afirmação importante do ponto de vista financeiro: "Naquele tempo, tudo era barato, menos o dinheiro". É que a desgraçada da inflação ainda não tinha sido inventada pelos economistas...

COMER E BEBER

Parece oportuno verificar o que comia e bebia o natalense há cem anos passados: As frutas, os peixes, os doces, as bebidas, os pratos típicos.

Nos dois mercados, além da feira no Passo da Pátria, encontravam-se várias frutas apanhadas nos sítios e matas em redor da cidade. Umabundantes ainda hoje. Outras, já raras. Por exemplo: Eram e continuam abundantes, a mangaba, os cajus, cajaranas. Mas já não é fácil, nos mercados, frutas como a massaranduba, guabira, camboins, oitis, ingás de corda, como ele chamava. E outras que até desconhecemos, como as ubais e os guajerus. Todavia, para colher essas frutas, havia que enfrentar os inimigos traiçoeiros dos matos: As formigas de fogo, cobras nas moitas e vespas na galhada. As caças mais abundantes na época eram os jacus, inhambus, cotias e tatus.

Diz Lindolpho Câmara que não havia terra com maior abundância de peixes e crustáceos do que Natal daquela época. Trazidos pelas jangadas dos pescadores, enumeravam-se a cavala, o dentão, a cioba, o pargo, a pescada, a bicuda, o dourado, a corvilha, o beijupirá e o cação. Nas praias, através dos currais ou da pesca de arrastão, com tresmalhos ou tarrafas, estavam as tainhas, sardinhas, espadas, palombetas, galos, carapebas, carapicus, bagre, baiacu, agulhas e agulhões. Pescados nos mangues e recifes da Fortaleza, lembra os camarões, lagostas, lagostins, caranguejos, siris e aratus. Outras variedades eram os ouriços, ostras, mariscos, unhas de velho e polvos. De Ponta Negra, apesar da "longitude da travessia", vinham os xaréus. Quanto à carne verde, o autor informa que eram abatidas duas vezes nos dias comuns e três, do sábado para o domingo e dias festivos, para toda população.

A venda dos peixes, nos mercados, era feita tradicionalmente anunciada

pelo eco de um grande búzio, "soprado por sujeito de fôlego e que estrondava pela cidade silenciosa até os seus confins".

Os pratos típicos mais famosos parece que eram as "dobradinhas", "cobiça dos gastrônomos", diz o autor, feitas com "livros" ou "folhoso". A propósito desses "livros", conta uma anedota de certo tipo popular, o negro Moisés, servente ou oficial de justiça, que andava sempre de sobrecasaca e cartola. Ao cruzar com o juiz de direito, sobraçando um "livro" (estômago de boi), indagou a autoridade:

- O que levas aí, é a Bíblia ?

Resposta rápida do negro:

- Não senhor, é o Código Penal.

O autor faz referências a outros pratos cuja fama chegou até nós: os mocotós, para as mãos-de-vaca ou panelada; os miolos, para as fritadas; as tripas e linguiças.

Das bebidas, só há registro da cachaça de Papari, que ele chama "a deusa dos ébrios", e a "laranjinha". Para as pessoas de categoria, havia a "genebra de Holanda", importada em botijas de barro vidrado.

Já há cem anos certas bebidas se confundiam com remédios poderosos: a genebra era receitada também para cólicas intestinais, defluxeiras, espinhela caída, maus-olhados, sarampo e bexiga recolhida... Hoje, a cachaça corta resfriado e o uísque é bom para o coração...

Em matéria de fumo, o melhor cigarro era o de fumo picado em papel de milho. Só o nome depreciativo chegou até nós: era o mata-rato...

SERENATAS E TERTÚLIAS

Há cem anos passados, Natal apresentava alguns costumes e tradições que chegaram até nós. Outros, porém, já se diluíram no tempo. Praticamente desapareceram da cidade em crescimento.

Claro que ainda hoje, por exemplo, temos serenatas e tertúlias (estas com outros nomes). Mas os "Cantões", - de que nos fala Lindolpho Câmara, - já desapareceram. As festas de São João e Natal ainda persistem, embora perdendo sempre o brilho e entusiasmo de antigamente. Sobraram alguns vestígios, mas, estes mesmos, parece que estão fadados a se transformar rapidamente.

Examinemos.

As serenatas, há cem anos atrás, nas noites de lua, eram feitas ao som de violões, flautas, clarinetes e pistolões. (Ora, quem sair, nos dias de hoje, com piston e clarinete, pela madrugada, estará muito arriscado a ser levado pela Rádio-Patrolha. A lei do silêncio será logo lembrada, pelo telefone).

Lindolpho Câmara nos fala com tal entusiasmo das serenatas, do se tempo, que chega a afirmar: "...até as pedras das calçadas se levantavam para ouvir" os seresteiros.

Cantavam coisas assim:

"Linda deidade
chega à janela,
vem ver a lua
como está bela".

(A lua, coitada, depois que os astronautas estão lá dentro, já está meio

desacreditada pelas moças).

Mas frisa o autor que não era só a janela, que se abria, para os seresteiros. Era a porta, para deixar entrar "o bando canoro". E o trago de vinho do Porto era servido a todos, "em um copo único".

A tradição do copo único, que já não existe, lembra a do mate gaúcho, servido de igual maneira. Com a divulgação dos princípios de higiene, ninguém mais se arrisca a beber no copo usado até mesmo por uma donzela...

As festinhas familiares de hoje, aniversários, comemorações de qualquer espécie, entre amigos, eram chamadas antigamente de "tertúlias". Lindolpho Câmara refere que a falta de clubes recreativos na cidade determinava as comemorações caseiras. Parece que esse não era o motivo principal. Hoje, a cidade está cheia de clubes e as festinhas familiares continuam. São as mais gostosas.

Naquele tempo, já se recitava ao som de Dalila, um dedilhado ao violão, que chegou até nós. Alguns conservadores ainda fazem questão da Dalila, para recitar besteira.

Numa dessas tertúlias, há cem anos passados, o autor lembrou distinta dama da sociedade, que a todos encantou interpretando uma melodia e acompanhando-se ao violão. Atualmente, de tanto "encher" a cidade as Maysas Matarazzos e outras vedetes do gênero, é mais aplaudida a dama que não canta e nem toca violão.

Os "Cantões" eram reuniões permanentes de pessoas amigas, nas calçadas de certas residências, para bater papo e falar da vida alheia. O mau hábito de falar da vida alheia é universal e eterno. Mas em Natal, já agora, não se fala apenas em locais determinados. Fala-se por toda parte.

Lembra Lindolpho Câmara o "cantão" famoso do capitão José Antônio de Souza Caldas, na calçada da sacristia da Matriz. O capitão, que morava defronte, fornecia as cadeiras e a turma se reunia, toda tarde. Era uma roda de conservadores, diz o autor, o que excluía os liberais da época. Sabemos hoje, de raros casos de pessoas distintas de Natal que ainda se reúnem em cadeiras nas calçadas, para papear. Mas, Deus nos livre de citá-los nominalmente e nem lembrar de quem ali se fala e toda a cidade sabe no dia seguinte...

O perigo maior de sentar na calçada, nos dias atuais, para falar da vida alheia, não é tanto devido à possível repercussão dos assuntos tratados. O perigo mesmo está na passagem dos chamados "playboys", com suas máquinas voadoras, podendo levar todos nós de roldão, para o beleléu...

SÃO JOÃO E NATAL

Duas grandes festas do povo, na cidade, há cem anos passados, eram também o São João e o Natal, afirma o memorialista Lindolpho Câmara.

No São João, acendiam-se as fogueiras diante dos lares pobres ou remediados, para assar o milho verde e as batatas doces. Dentro das casas, armavam-se altares de banqueta, com a efígie de São João ao alto. Entoavam-se cantos alusivos à data e na mesa de jantar estavam os pratos de canjica e bolos os mais variados.

Moças e rapazes tiravam sorte, - como ainda hoje -, para saber com quem casavam. A meia-noite, diante do altar, cumpria-se velha superstição: Todos deveriam olhar um espelho, para verificar se viam a própria cabeça. (É claro

que todos a viam). Mas afirmava-se que, aquele que não a visse, deveria logo mandar encomendar o caixão mortuário... Variante da mesma abusão, que já registramos no passado, mandava que se olhasse para o fundo de uma jarra com o mesmo fim.

Sobre a festa do Natal, o autor refere que saíam às ruas o Bumba-meu-boi, o samba, o maracatu e o batuque.

A referência ao maracatu é curiosa. Sabíamos da existência do tradicional maracatu no Recife, e, mais recentemente, em Fortaleza. Mas nunca tivemos notícia de maracatu em Natal. Pena que o autor não tivesse descrito o folguedo popular.

Nas casas de famílias, armavam-se os "vistosos presépios", a nossa verdadeira tradição latina, hoje praticamente substituída pelas chamadas "árvores de natal", pagãs e sem qualquer vinculação com a tradição brasileira e portuguesa.

À meia-noite, informa Lindolpho Câmara, serviam-se as comidas típicas, algumas "hoje" quase desconhecidas: os pastéis de carne de porco, o chouriço, os doces secos, os seqüilhos, as castanhas de caju confeitadas.

Os cordões das Pastorinhas invadiam as casas, entoando os Cânticos tradicionais:

"Entraí, entraí Pastorinhas,
entraí, entraí em Belém,
vinde ver nascido
Jesus, nosso Bem".

É preciso considerar o comportamento das moças nessa época, segundo refere o autor. O recato era rigoroso: "Não podiam por o pé fora do sapato, não podiam cruzar as pernas, nem falar alto, nem comer qualquer iguaria à porta ou à janela, nem olhar para rapazes". O namoro era considerado indecoroso. As moças só casavam com quem os pais determinavam.

Conta, a propósito, o que se verificou na casa do Dr. Loló, senhor de engenho no Ceará-Mirim. Certo dia, apareceu um sujeitinho para pedir a mão de uma das suas filhas em casamento. Dr. Loló, reuniu as meninas, avisou-as antecipadamente de que não deveria aceitar a proposta e mandou-as para a sala. Falou na presença de todos:

- O sr. Manuel veio pedir uma de vocês em casamento. Qual a que quer ?
- Eu não quero, disse uma.
- Eu também não, disse outra.

Então o Dr. Loló exclamou diante do fracassado pretendente:

- Está vendo, Manuelzinho, elas não querem. Não posso safisfazer o seu pedido, embora fosse muito do meu agrado...

Mas, apesar disso, é fora de dúvida de que as moças namoravam e se casavam, vencendo ou driblando os obstáculos paternos. E havia muitas que fugiam, exatamente como hoje.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Quanto menor a cidade e mais pobre, mias precários são os seus meios de comunicação. Por aí já se tem uma idéia de como seriam os veículos de comunicação na velha cidade do Natal, há cem anos passados.

Das memórias de Lindolpho Câmara, que estamos comentando, desta-

cam-se, nesse sentido, os sinais semafóricos, através do telégrafo ótico da Catedral e o movimento dos carretos à cabeça, em animais e carros de bois.

Esse telégrafo, por meio de bandeiras e cores, montado no alto da torre da Matriz, foi também um dos nossos alumbramentos na meninice. Muitas vezes, ficávamos horas esquecidas sentados no telhado de casa, só prá ver os escoteiros mudar as bandeiras coloridas. Mesmo sem entender o significado dos sinais, estamos convencidos, hoje, de que aquele serviço foi, na verdade, a nossa primeira TV a cores.

Temos agora em mãos o folheto intitulado "CÓDIGO DO TELÉGRAFO ÓPTICO", trazendo o decreto estadual nº 156, de 18 de novembro de 1921, do Governador Antonio J. de Mello e Souza, que restabeleceu o serviço semafórico, sob a direção da Associação dos Escoteiros do Alecrim.

Segundo as "explicações", o telégrafo começaria a funcionar a "um quarto antes do nascimento do sol, terminando um quarto de hora depois do ocaso". São centenas as convenções, de acordo com o Código Marítimo Internacional, mas o nosso, da Catedral, só empregava três bandeiras - azuis e vermelhas, quadradas e em forma de quadriláteros, - e três galhardetes.

Entre outras informações, os sinais a saída e entrada dos navios; se eram de guerra ou transporte; nacionalidade; se estavam passando noutra direção ou vinham ancorar em Natal; se havia enfermo a bordo; se pediam o práctico; nome da embarcação e da companhia de navegação, etc. Havia até um sinal que indicava se o navio batera na "baixinha", a pedra famosa onde encalharam várias embarcações.

O telégrafo ótico prestou serviço real à população natalense desde o século passado até, talvez, a década de trinta.

Sobre os outros meios de comunicação, convém registrar a observação de Lindolpho Câmara quanto ao nosso primeiro carro de passeio.

Afirma que, há cem anos passados, Natal não dispunha de um só veículo para tráfego na cidade. Tudo era feito a pé ou em animais. E ninguém cogitava de adquirir nem mesmo "uma caleça ou um tilbury".

Daí, relata coisas incríveis como estas: O Presidente da Província, com o seu séquito, partia a pé, do Palácio, (na rua do Comércio, na Ribeira), subia a ladeira e vinha abrir a sessão da Assembléia Legislativa na Cidade Alta. Diz ele: "... chegavam esbaforidos, suarentos, que quase nem podiam subir as escadas do edifício...". Finda a cerimônia, tornavam pela mesma rota ao Palácio.

Os enterros eram penosos, acrescenta. Todos "chegavam deitando a alma pela boca, menos o defunto". Os casamentos "eram ridículos": Todo mundo a pé, inclusive os noivos, na frente, subindo e descendo ladeira, dando topadas nas pedras pontudas...

Só nas proximidades da proclamação da República, o dr. Celso Dantas, médico, adquiriu um carro usado, no Recife, nele atrelando dois cavalos magros. Fazia as visitas aos doentes nesse carro e também passeava, emprestando-o, muitas vezes, para cerimônias oficiais.

Em conclusão: foi esta a imagem que pudemos inferir de Natal há cem anos passados, segundo o depoimento do Dr. Lindolpho Câmara. Era, positivamente, uma cidade pobre, desprovida dos meios mais elementares ao desenvolvimento urbano. De certa forma, refletia a influência do plano nacional. Todavia, nestes cem anos de existência, Natal cresceu e desenvolveu-se muito

mais do que poderiam imaginar os já nascidos nas primeiras décadas deste século XX.

Daqui a cem anos, isto é, no ano de 2072, o que dirão de nós os nossos pósteros ?

Possivelmente, ainda nos considerarão subdesenvolvidos como nós achamos hoje os nossos antepassados do ano de 1872. E assim é a vida...

NOTA: Este artigo foi publicado há vinte anos passados na Revista do Instituto de Ciências Humanas, da UFRN, Vol. 1 - nº 3, julho de 1972. Republica-se agora - com autorização do autor - por não perder a sua atualidade.

Veríssimo de Melo é o atual presidente do Conselho Estadual de Cultura/RN.

IV MEMÓRIA

NOVA CRUZ, BOA SAUDADE

Diógenes da Cunha Lima

Nova Cruz do meu tempo de menino era o trem, a feira, o Rio Curimataú, a Matriz de Nossa Senhora, as ruas, o outro lado do rio. Tudo aos meus olhos era grande, bonito, necessário. E definitivo. Seguramente Nova Cruz era o centro do universo.

Havia também um mundo à parte que era o Colégio de Nossa Senhora do Carmo das bondosas irmãs franciscanas. O ensino primário quase correspondia ao ginásio em Natal. Quando fiz um hino para o aniversário do colégio coloquei expressões de verdade que dizem: fazer do homem um verdadeiro cidadão/no meu colégio a melhor educação. As freiras admitiam a presença de meninos, um avanço! Poucos é verdade, mas davam o sentido de colégio misto. Onde andarão: Jotilde e Ariosto, meus colegas únicos no meio de dezenas de meninas?

O trem era novidade diária trazendo passageiros Natal/João Pessoa/Recife que paravam para comer o gritado e vermelho colorau do sanduiche-de-galinha e beber água-doce-e-fria-do-Piqueri. O trem trazia as notícias, os jornais (do Comércio e de Pernambuco) para o meu pai. O trem trazia a água que se ia buscar em galões, numa grande fila no tanque da Estação.

A matriz, imponente, no meio da rua grande tinha fachada em curvas delicadas (que foram cortadas para o azul vulgar dos azulejos). Lá, ajudei a tocar sino no lugar do sacristão, depois, o famoso vereador Sales da Cunha. Ajudei missa, como muitos outros colegas, em latim aprendido com o Padre Manoel Barbosa. Pouco sabia da tradução, mas era o mistério da palavra santa, incompreensível mas poderosa. Começava com **ad Deum qui laetificat juventutem meam**. Gostei muito de saber que Deus alegrava a nossa juventude e que o **sursum corda** recomendava elevar os nossos corações ao alto.

Nova Cruz tinha três festas populares no fim do ano. Começava com a de Santa Luzia onde meu pai, devoto, com os amigos construiria a capela. Era o 13 de dezembro. A Santa foi tão poderosa que mudou o nome antigo e errado de "Xeixo" para novo e sonante Alto de Santa Luzia. A maior era a festa-de-ano em frente da Matriz com barracas, leilão, alegria e abraço de ano novo. Tota Davino, fogueteiro, enfeitava as noites com girândolas, lágrimas, foguetões, luzes brilhantes. Subia-se para a festa de São Sebastião no 20 de janeiro. O bairro começou perto do Alto das Flores.

A feira era também uma festa, com cantadores, bebida, encontro de amigos, cheiros e cores, novidades. Tomava toda a rua Dr. Pedro Velho e se estendia pelas adjacências. Era o centro de toda a atividade econômica da região. Para nós, ainda crianças, já era o trabalho na loja quando os braços estirados davam um metro. Era fazer pacotes, arrumar, ser caixa, vender tecidos, chapéus e sombrinhas. Ainda havia os fardos feitos para vender nas lojas de São José de Campestre (sexta-feira) de Santo Antonio (sábado).

As ruas eram encantadas: a Rua do Fogo que começava na bodega de Zé Mandu; a rua Militar que terminava na cadeia pública; a Rua do Advinhão com o seu pluviômetro, advinho; a Rua do Silo de um só lado olhando para o Oeste;

a rua do Cacimbão, que terminava num beco onde nas noites eram surpreendidas necessidades; Rua do Caga-ligeiro; na Rua do Sunga-Nenem, pra cima da Treze de Maio, as moças davam um passo em falso voltavam a ser o que eram: o Beco da Tina com Chico Tanoeiro fazendo barris perfeitos.

Todo homem tem um rio correndo na sua infância. O meu, ainda sem pontes, é o Curimataú, de barreira a barreira enchente bonita e amendrontadora. Falas nervosas e excitadas. Já está dando na rua do Sapo ! Juntou com a cheia do Bujari e está levando tudo! Zé Preto desceu na correnteza. Tava bêbado demais. Cadê as canoas pra passar o leite ? O tempo passou e as águas barrentas cobriram os temores e as suas vozes.

A Comarca para mim tinha uma importância grande. Meu pai fora adjunto de promotor com o juiz Eutiquiano Garcia Reis, sério, digno, brilhante. E solitário. A judicatura forte e alegre do Joaquim das Virgens Neto. A simplicidade amiga de juiz Francisco Lima. Otacílio, exemplo de promotor, com a paciência de ensinar. Os escrivães: o elegante Pedro Soares e o inteligente e irônico Alberto Delgado.

O que havia de melhor em Nova Cruz eram as pessoas, para mim era definitiva aquela paisagem humana. Gostava até do radicalismo na política, ainda que admirasse os grandes líderes de qualquer facção, Djalma Marinho, que de tão sábio virou Santo. Lauro e Joanita Arruda Câmara, Adauto de Carvalho e Celso Lisboa, Lula Moreira, Totô Jacintho. As pessoas de Nova Cruz, todas elas são para mim paradas no tempo, como por trás de um espelho, mais ainda as que se foram, são como um mundo encantado em que eu vejo acolhimento, paz e boa saudade.

A MINIENCICLOPÉDIA CASEIRA DE LITERATURA

João Wilson Mendes Melo

Os da minha geração, e eu me incluo entre eles neste particular, gostávamos de recortar revistas e jornais e organizar miscelâneas dos poetas e escritores de nossa preferência. Era um costume generalizado. Do lado feminino, as moças sonhadoras e românticas pregavam em livros ou nas paredes do seu quarto retratos de artistas, galãs do cinema que vinham pelos seus olhos alegrar os seus dias desertos e os seus sonhos, como hoje os posters de roqueiros e ídolos dos esportes.

Bastava um livro de tamanho comercial, de cinquenta ou cem folhas que, de tantas colagens de um lado e de outro de cada folha tinha, no final, três vezes o seu volume.

De onde tirávamos tantos recortes? Da Ilustração Brasileira, de O Malho, de O Cruzeiro, dentre outras revistas e também das páginas literárias domingueiras de vários jornais.

Isto por que até os livros da coleção SIP, pequenos, gorduchinhos e que se diziam de reprodução integral, eram caros para nós, estudantes do Atheneu, portanto alunos do ensino público e gratuito, que andávamos de bonde ou a pé.

Na miscelânea tínhamos, à mão, crônicas e alguns contos dos nossos melhores poetas e escritores ou de estrangeiros em boas traduções.

Guardo com carinho esta que considero, talvez por exagero mas ela merece, o nome de minieniclopédia de literatura, fruto desse trabalho artesanal cultural, ou enciclopédia caseira.

É de grande valor pela qualidade das produções do seu conteúdo; pela revelação muito autêntica do que éramos àquele tempo, demonstrando nos trabalhos que selecionávamos, seus temas e seu valor literário; e pelo gosto de passado e juventude que desperta, visão dos verdes anos, ansiedade pelo futuro que chegou, tão rápido e que até já está passando. Passando mais lentamente porque são menos os encantos.

Na minha minieniclopédia caseira de literatura (pois é mais que antologia pelo número de informações), tenho poemas de Olegário Mariano, de Raul de Leoni, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, J.G. de Araújo Jorge, Jorge de Lima, Humberto de Campos, Cassiano Ricardo. E dos mais antigos também. Os célebres Ouvir Estrelas e Virgens Mortas de Olavo Bilac. Augusto dos Anjos, dizendo:

“Recife. Ponte Buarques de Macedo
Eu indo em direção à casa do Agra,
Assombrado com a minha sombra magra
Pensava no destino e tinha medo”.

Mas o romantismo predominava. No início, dois poemas de Olegário Mariano, em páginas tiradas da Ilustração Brasileira, com desenhos sugestivos e papel da melhor qualidade. São eles, Uma canção por um beijo e Quando começa a anoitecer. No primeiro lemos:

“Olha: a noite vai alta...”

Tomei da bandurra e vim
Ao teu balcão que a lua esmalta
Falar de mim,
Dizer-te tudo o que me falta.

E no final:

“Bandurra em punho, trocar
Uma canção por um beijo,
Um grande beijo ao luar”.

No segundo poema, as duas quadras finais dizem:

“Esse desejo de fechar os olhos para
Ver melhor o que ver não se consegue, esta ânsia
De envolver o infinito, encurtar a distância
Para enlaçar alguém que a distância separa.
Tudo: renúncia, amor, saudade, sofrimento
Cresce no coração para se abrir no olhar
Quando por sobre nós se fecha o firmamento...
Na hora em que vêm beber as estrelas no mar”.

Aparecem também Guimarães Rosa, Guimarães Passos, Machado de Assis, Martins Fontes, Austro Costa, A.J. Pereira da Silva, Vicente de Carvalho e Maciel Monteiro. Este último com aquele soneto que leva tanta gente a visitar a Praça que tem o seu nome, no Recife, porque diz

“Formosa qual pincel em tela fina
Debuxar jamais pode ou nunca ousara”

e termina nesta super exaltação da mulher:

“Mulher divina, Oh! anjo de primores!
Quem pode ver-te sem querer amar-te?
Quem pode amar-te sem morrer de amores?”

Tem Raul de Leoni no seu soneto, (em Luz Mediterrânea está sob o título de História Antiga), a lastimar:

“Nunca mais nos falamos... vai-se distante...
Mas, quando a vejo, há sempre um vago instante
Em que seu mudo olhar no meu repousa
E eu sinto, sem no entanto compreendê-la
Que ela tenta dizer-me alguma coisa
Mas que é tarde demais para dizê-la”.

Tem o soneto Saudade, de Da Costa e Silva e a Última canção do Beco, de Manuel Bandeira, com uma ilustração de Oswaldo Goeldi. Tem poemas de Murilo Mendes e de Augusto Frederico Schmidt. E para amenizar tanto choro, tanta lamentação, um poema de Luis Peixoto, “Um é Pouco, Dois é Bom...” que transcrevo na íntegra:

“Um céu azul, um mar imenso, uma jangada,
Uma noite enluzada,
Um caboclo, um violão.
Uma tristeza, um desespero, uma saudade,
Uma dor, uma vontade
De chorar no coração.

Um pé de serra, uma choupana, uns bois no monte,
Uma linha de horizonte

Onde o céu vai acabar,
Uma cabocla p'ro caboclo noite e dia,
Muito amor, muita alegria
E deixa o mundo rodar...

Há ainda, uma amostra do amor sublimado de Santa Tereza de Jesus (Teresa de Sanches de Cepeda), quando diz no seu Soneto que é uma oração:

"Não me exalta, meu Deus para querer-te
O céu que me tiveste prometido,
E nem me assombra o inferno tão temido
Para deixar por isso, de ofender-te"

E mais adiante:

"Vibra-me, enfim, o teu amor eterno;
Porque, céu não houvesse, ainda te amarás,
E te temera sem haver inferno".

Estão presentes também alguns poetas do Rio Grande do Norte. Há recortes de Damasceno Bezerra, Esmeraldo Siqueira, Didi Câmara, J. Câmara, Moacir Medeiros, Cândido Filho, um pequeno poema de Melo Veríssimo e outro de Nelson Alcântara. Estes últimos e um outro, como poetas, ficaram no passado.

Sempre volto o olhar com o coração para a minha minieniclopédia caseira de literatura. Há três poemas para os quais sou atraído: o *Ídílio Morto*, do poeta peruano César Vallejo, numa tradução de Ribeiro Couto, ótimo para se ler numa tarde chuvosa, sobretudo de domingo.

"Que é que estará fazendo a moreninha Rita
Na aldeia dos Andes em que a conheci?

.....
Talvez esteja à porta, a mirar a paisagem.
Por fim dirá, tremendo: ai que frio! Jesus!
E chorará por perto um pássaro selvagem".

O segundo, um poema da poetisa francesa Beatrix Reinal, *Pour nous, les humbles*, Para nós os humildes, em tradução assinada por Mendes Melo (sim! eu mesmo!), publicada em 1941, segundo registra o recorte. Os primeiros versos dizem:

"Para nós, os humildes, a felicidade
Tem um leve sentido;
É um perfume de flor, é a espontaneidade
De um céu colorido".

E nos últimos:

"Para nós, os humildes, a felicidade
É a alegria sentida
Em viver para alguém, numa dualidade,
Por toda a nossa vida".

O terceiro, ainda Olegário Mariano no poema "*Ao Calor da Lareira*":

"Mesmo só, quando ao pé do fogo da lareira
Ponho-me a recordar o que fui e o que sou...

.....
Ah! quem me dera ter um bem que se pareça,
Que lembre vagamente outro que longe vai:
As mãos de minha mãe sobre a minha cabeça,

O consolo de amigo e a fala de meu pai”.

Além de Beatrix Reinal, César Vallejo e Santa Tereza, tenho poemas de Longfellow numa tradução de Osvaldo Orico e ainda o célebre soneto O Luar do polêmico português Guerra Junqueiro.

Fazíamos um trabalho de garimpeiro, colhendo, na torrente das publicações, o cascalho que passava, para ficar com o que nos parecesse precioso, que guardávamos. Ou, noutra imagem, armávamos o alçapão para pegar às aves de melhor canto, essa espécie de ave que não sofre e que não é, na realidade, prisioneira na miniciclopédia que se assemelhava para muitos de nós naquele tempo, a uma gaiola dourada.

Assim era o nosso início no mundo encantado da literatura. Era a época em que se plantava no cérebro as melhores sementes, selecionadas e conservadas para o consumo futuro, a tempo e a hora, quando o tempo permitia e a hora chegava.

AS VERTENTES DA COLEÇÃO MOSSOROENSE

Vingt-Un Rosado

BIBLIOTECA "CÔNEGO ESTEVAM DANTAS"

Começo pela minha experiência como bibliotecário do Grêmio Literário Santa Luzia, mantenedor da BIBLIOTECA "CÔNEGO ESTEVAM DANTAS".

Dirigi-a pelos idos de 1934 a 1936.

Promovi diversas campanhas de doação de livros.

Consegui do Padre Mota a cessão do acervo restante do Instituto Literário 2 de julho.

Duarte Filho ofereceu-nos "O Selvagem".

Tomava conhecimento de Couto de Magalhães, soldado, escritor, político, administrador. E ainda da Coleção Brasileira.

Em Mossoró, havia comerciantes e industriais de boa cultura literária.

Ninguém nesta cidade soube conversar melhor do que Raimundo Cantídio de Oliveira e Antonio Costa Filho, Costinha de Horácio.

Cantídio mantinha completa a sua Brasileira, única que Mossoró conheceu naqueles velhos tempos.

A segunda comprei-a quando Diretor da ESAM, como "Documentos Brasileiros", como "Reconquista do Brasil", como a "Flora Brasiliensis" de Martius.

O GINÁSIO SANTA LUZIA

O Ginásio Santa Luzia, que a sensibilidade de Luis Soares me entregou para nele Gilberto Osório de Andrade realizar a XV Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, entre 06 e 16 de julho de 1960, naqueles dias de Mossoró, "Capital da Geografia Brasileira", eu chamava de "universidade de Santa Luzia", foi fecundo de iniciativas culturais, no tempo de Jorge O'Grady de Paiva. Na semana da pátria de 1936 o Diretor trouxe Luís da Câmara Cascudo para nos ensinar uma História de maneira original e cativante. Fui vítima do estímulo cascudiano.

Decidi-me a escrever a HISTÓRIA da minha cidade.

Em 19 de Outubro de 1937 o Mestre fazia a convocação definitiva:

"Você, que está perto do fogo, irá se aquecendo e descobrindo novidades. Lembre-se que Mossoró ainda não tem história e que você está na obrigação moral de ser o primeiro mossoroense que levantará do olvido as tradições de sua grande terra. Vá para adiante e não desanime, com as ironias dos pessimistas, espécies de lesmas que nem andam nem admitem que outros andem".

Publicado o meu "Mossoró, no ano de 1940, quando eu tinha vinte anos de idade, Cascudo escreveu-lhe o elogio:

"É a história de Mossoró. A primeira tentativa de sistematização incompleta, corrigível, provisória, mas veemente, ampla, olhan-

do todos os ângulos do assunto. Antes desse rapaz, recém-saído do Ginásio Diocesano Santa Luzia, Mossoró possuía documentos, artigos esparsos, papéis espalhados, informações nas memórias velhas, crônicas nos jornais esquecidos. Nada coerente, contínuo, articulado”.

AS DUAS MELHORES HISTÓRIAS DE MOSSORÓ

O segundo livro sobre a História de Mossoró é do Mestre Luís da Câmara Cascudo. “Notas e documentos para a História de Mossoró”, cuja primeira edição é de 1955 e a segunda de 1974”.

Tinha convencido o Prefeito a fazer o convite a Cascudo.

De Francisco Fausto de Souza é a “HISTÓRIA DE MOSSORÓ”, Coleção Mossoroense, Série “C”, volume 96, publicado pela Universidade Federal da Paraíba, graças à boa vontade de Lynaldo Cavalcante, Walter Carvalho e Paulo Melo no ano de 1979.

Devia ter sido a primeira.

Mas, os escritores do grande mestre estavam dispersos e eu passei a vida a procurá-los nos periódicos locais e em mãos de particulares.

Um dos mais curiosos trabalhos de Fausto é aquele em que estuda a vida agitada do primeiro sacerdote mossoroense, Francisco Longino Guilherme de Melo.

Consegui a única cópia existente em poder do Major Romão Filgueira, que foi depois incluído na História, de 1979.

Mas como divulgá-lo em 1949, se Longino era um assunto proibido ?

Luís da Câmara Cascudo abordara-o em 2 artigos, mas os padres pediram-lhe para não continuar. Mozart Soriano Aderaldo, escreveu um trabalho equilibrado e sereno sobre o padre mas foi censurado pelo Bispo de Fortaleza.

Eu armei um esquema e não combinei com o Prefeito Dix-Sept.

A Igreja Católica poderia recriminar o alcaide mossoroense se ele autorizasse a publicação.

Reuni-me pelas madrugadas com os meus auxiliares, principalmente José Maria Gonçalves Guerra e fiz uma edição secreta de 50 exemplares mimeografados, que distribui autografados, assumindo pessoalmente a responsabilidade de Longino.

Cronologicamente o meu “Mossoró” é a primeira História da cidade mas, na minha opinião os Livros de Cascudo e de Francisco Fausto lhe são muito superiores.

CENTRO ACADÊMICO DE AGRÔNOMIA DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS

Em 1943, fui seu bibliotecário.

Empenhei-me pelo crescimento da biblioteca, com uma campanha vigorosa para completar a Coleção Brasileira.

Fui também soldado da construção da sede do Centro Acadêmico da ESAL, no seu campus.

Os esalianos deram o meu nome à Biblioteca, que os catálogos do Instituto Nacional do Livro registraram por muitos anos, até que a Biblioteca foi

desativada e os volumes da "Brasiliãna" incorporados à Biblioteca Central.

Ali os reencontrei em 1987, quando eu e a professora América Rosado fomos os Homenageados do Ano, nas festividades que antecediam às de 1988 quando a ESAL comemoraria o seu octogésimo aniversário.

UM SOLDADO PADIOLEIRO E A BIBLIOTECA DA COMPANHIA ESCOLA DE ENGENHARIA

Em 1945, o soldado padioleiro 494, servindo em Deodoro, no Estado do Rio doava os seus vencimentos ao Sargento Inácio para comprar livros que se destinariam àquela Biblioteca.

AMÉRICA

De América, costumo dizer que sem a sua participação em minha vida, o meu currículo seria uma página quase em branco. Reproduzo agora palavras que Maria Lúcia, filha querida, deveria ter pronunciado, há exatamente dois anos passados, no momento em que a XVII Noite da Cultura lançava 400 títulos, editados pela Coleção Mossoroense nos últimos doze meses:

"Meu pai se sente feliz e gratificado por ter sido o homem que o destino escolheu para executar aquela tarefa que a valentia mossoroense se propusera realizar: publicar 2000 títulos em quatro décadas, editar 700 livros, reunir a maior Biblioteca Brasileira sobre a seca, divulgar 1806 autores, editar 412 assuntos.

Sem minha mãe isto não teria sido possível.

Quando a Biblioteca Pública foi inaugurada a 30 de setembro de 1948, faltavam 75 dias para o meu nascimento. Ela nunca deixou de comparecer aos mutirões que terminavam pela madrugada. Examinem o Primeiro Livro de Tombo, da Biblioteca. Ali está a caligrafia da menina de Gimirim: bonita, exemplar, inconfundível.

Chegou para compor uma família com o velho Vingt-Un. Nunca mais saiu do coração dos mossoroenses.

Oradora insuperada das gestas políticas. Professora apaixonada dos 1º, 2º e 3º graus; Coordenadora de Pós-Graduação da ESAM, a voz mansa e educada que sabia dialogar com os mais pobres como ninguém, irmã dos que sofriam, esposa incomparável que parecia ter saído das páginas da Bíblia.

Faz poucos dias participava de um culto numa humilde capela do Vale onde Anunciação a esposa de um trabalhador rural da ESAM se encontrava com Deus. As palavras que pronunciou de carinho e amizade à morta e de estímulo e conforto aos seus familiares foram momentos de rara beleza e emoção.

Vingt-Un aqui estará até o fim do tempo, porque ele se fez sinônimo de Mossoró, dos seus sonhos, das suas esperanças".

BATALHA DA CULTURA

Falarei agora da Batalha da Cultura.

Começamo-la há 45 anos, quando Dix Sept se preparava para disputar a

Prefeitura de Mossoró.

Conveci-o a prometer a criação de uma BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, que seria oficializada através do Decreto Executivo nº 04, apenas 5 dias depois de sua posse na Prefeitura.

A Biblioteca de Mossoró e a de Sebastianópolis, foram os últimos segmentos culturais oficialmente gerados.

Os outros todos nasceram da Biblioteca Pública Municipal, ventre generoso no qual pude imprimir alguns sonhos, umas tantas iniciativas, muitas idéias, criações, esboços culturais, ao longo deste quase meio século.

MUSEU MUNICIPAL

O Museu Municipal, hoje MUSEU LAURO DA ESCÓSSIA, fundado e organizado por mim, e pelos trabalhadores sem salário, contou com a simpatia de Dix-Sept, e ponde ser inaugurado a 30.09.1948, juntamente com a Biblioteca.

Doei-lhe alguns milhares de fósseis, que coletara em Governador Dix-Sept.

Por meu intermédio Jonas de Oliveira Leite doou a coleção de peças líticas, que foi a velocidade inicial da Seção de Arqueologia.

Todo fim de semana visitava o Sítio do Góis onde reunia material pré-histórico.

Pedi que a Prefeitura comprasse por preço simbólico, a Osvaldo Lamartine uma rica coleção proveniente do Seridó.

José Maria Gonçalves Guerra reuniu e revelou milhares de fotografias.

Há 45 anos as Coleções Arqueológicas do Museu de Mossoró eram das mais significativas de todo o nordeste.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

O nº 01 circulou a 30.09.48, o último nº, 0 153, foi editado em 31 de março de 1961.

COLEÇÃO MOSSOROENSE

Abrange três séries:

A - Começada em 1949, tendo publicado 77 títulos;

B - Iniciada em 1949, atingiu 1266 títulos;

C - Principiada em 1954, tendo editado 837 livros.

O BOLETIM BIBLIOGRÁFICO E A COLEÇÃO MOSSOROENSE SOMAM 2.333 TÍTULOS. (25.09.1993).

Hélio Galvão, com a sua imensa autoridade escreveu no livro "DIX-SEPT ROSADO":

"Setor de inteligência e de cultura. Aqui se inscrevem dois itens que imortalizaram a administração Dix-Sept Rosado: a Biblioteca Pública com suas publicações, o Boletim Bibliográfico, a Coleção Mossoroense e o Museu Municipal.

Por trás, escondido na sua modéstia, para tudo atribuir ao irmão, estava Vingt-Un Rosado, o inspirador e continuador dessas

iniciativas e verdadeiro inspirador da revolução cultural de que Mossoró é cenário. Mas se o prefeito não tivesse compreensão pessoal para essas iniciativas certamente não as teria apoiado, como efetivamente apoiou.

O que então se fez parece impossível".

BIBLIOTECA PÚBLICA DE SEBASTIANÓPOLIS

Hoje Biblioteca Alice Dias, nasceu de uma sugestão minha ao vereador João de Freitas Oliveira para quem redigi um ante-projeto de lei.

CURSOS INTENSIVOS DE BIBLIOTECONOMIA

Convenci-me da importância dos Cursos Intensivos de Biblioteconomia, numa cidade que se empenhava numa Batalha da Cultura, e na qual não existia bibliotecário de nível superior.

Os Prefeitos Francisco Mota e Raimundo Soares aprovaram o meu projeto e me autorizaram a organizar os cursos, que foram ministrados por dois especialistas do melhor gabarito; Jorge Abrantes e Severino Silvio do Monte.

CURSO DE ANTROPOLOGIA CULTURAL

A idéia foi minha, o batismo, de Luís da Câmara Cascudo. O Curso foi realizado na Administração Vingt Rosado.

Foram pronunciadas 6 aulas: Sociologia da Abolição em Mossoró - Luís da Câmara Cascudo (30.09.1953); Tipos de Povoamento Rural - Hélio Galvão; A Geologia de Mossoró e suas conseqüências Culturais - Vingt-Un Rosado; Esboço Histórico do Futebol Mossoroense - Manoel Leonardo Nogueira; História da Arte Musical de Mossoró - Dalva Stela Nogueira; O Colégio de Antonio Gomes, Centro Pioneiro de Educação Integrada em Mossoró e região - João Batista Cascudo Rodrigues.

BIBLIOTECA INFANTIL DE MOSSORÓ E BIBLIOTECA INFANTIL DE SEBASTIANÓPOLIS

Até prova em contrário, foram pioneiras no Estado do Rio Grande do Norte.

NOITES DA CULTURA

No próximo 25 de Setembro será realizada a XIX. A primeira foi sediada no Auditório Vingt-Un Rosado também chamado de Auditório da Reitoria ou Auditório da Facem. A segunda acolheu-a a ESAM, também a terceira e a quarta. A quinta abrigou-se à sombra da Loja Maçônica, a obra imortal de Sebastião Vasconcelos, e ali tem permanecido até hoje.

A primeira Noite datou de 28.09.1976.

OS LIVROS DAS SECAS. Já somam 22. Acrescidos dos folhetos e artigos e outros livros, está a bibliografia rica já ultrapassa os 900 títulos. Ninguém estudará a seca no Brasil sem passar pelo chão da ESAM.

AUTORES E ASSUNTOS

Até 25.09.91, foram editados 1.806 AUTORES e 412 ASSUNTOS. 100 autores novos tiveram o seu primeiro livro lançado pela Coleção Mossoroense.

BIBLIOGRAFIA E INDEXAÇÃO

A ESAM, a FGD, e a COLEÇÃO MOSSOROENSE estão fazendo um trabalho de indexação. A bibliografia das bibliografias, elaborada por Umbelina Caldas Neta e Isaura Ester Fernandes Rosado Rolim atinge quase 70 bibliografias.

2.333 TÍTULOS

Nenhuma saga editorial na História do Brasil atingiu 2.333 Títulos, dos quais 837 livros.

Nenhuma Coleção, nem a Brasileira, nem a Reconquista do Brasil, nem a Documentos Brasileiros se aproximou, quantitativamente, dos 837 Livros da Série "C" da Coleção Mossoroense.

A BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA MUDOU-SE PARA MOSSORÓ o título é de um artigo de Edson Nery da Fonseca publicado no "JORNAL DO COMMERCIO", do Recife, 13.06.93.

Aqui vão transcritos alguns tópicos:

"Só numa instituição universitária brasileira não se apagou a chama do interesse pela elaboração bibliográfica: a Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Sinal de que na referida Instituição o saber continua a ser adequadamente elaborado e transmitido. O lema da ESAM é: "Desenvolver o semi-árido, dando prioridade ao social e ao ecológico". Que ela o cumpre fielmente provam as monografias da admirável Coleção Mossoroense.

Já fiz o elogio da Coleção Mossoroense, quando completou o expressivo número 2.000 monografias. Agora são 2.281: um recorde nacional jamais atingido por coleções veneráveis como a Brasileira e a Documentos Brasileiros.

Além disso, as publicações da Esam são logo indexadas por assuntos e autores, admiráveis trabalhos de documentação realizados por duas bibliotecárias dignas de receber o prêmio de erudição da Academia Brasileira de Letras, se tal láurea fosse atribuída por critérios idôneos. Refiro-me a Umbelina Caldas Neta e Isaura Ester Fernandes Rosado Rolim. Desta, a Coleção Mossoroense já publicou 60 bibliografias, agora reunidas em 4 volumes encadernados. Em 6 anos, 60 bibliografias dá uma média de 10 bibliografias por ano e quase uma por mês.

O que a Biblioteca Nacional, o IBICT e as bibliotecas palacianas de Brasília não fazem, por desídia, passou a ser feito por uma só bibliotecária de Mossoró! Pelo visto, a valorosa cidade norte-rio-grandense passou a ser capital da bibliografia brasileira".

TÍTULOS DISTRIBUÍDOS PELA ESAM E FUNDAÇÃO GUIMARÃES DUQUE, pelas Bibliotecas do país e do exterior:

LIVROS (01.01.79 a 30.07.93) 105.822

FOLHETOS (01.01.89 a 30.07.93) 28.783

O estoque de livros (30.07.93) é de 96.800, o estoque de folhetos na mesma data é de 155.069.

Este acervo, que integrará o patrimônio da ESAM, no caso de extinção da Fundação Guimarães Duque, valia naquela data Cr\$ 5.957.544,50 (Cinco milhões, novecentos e cinqüenta e sete mil, quinhentos e quarenta e quatro cruzeiros reais e cinqüenta centavos).

LIVROS NACIONAIS

Priorizando os temas regionais, nem por isso a Coleção Mossoroense deixou de publicar livros de interesse nacional.

Destacou-os Isaura Ester Fernandes Rosado Rolim.

Exemplos: "Uma Geologia Elementar" de Branner; as "Contribuições à Paleontologia do Brasil", de Charles Abiathar White; a "Zoogeografia do Brasil", de Cândido de Melo Leitão; a "Geologia do Brasil", de Avelino Ignácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos; as "Chaves Analíticas" de Carlos Viana Freire.

Os livros mais importantes do DNOCS foram reeditados pela Coleção Mossoroense.

AS DUAS ETAPAS DA COLEÇÃO MOSSOROENSE E DO BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

A primeira etapa, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Mossoró, abrange o período de 1948 a 1973 e foi responsável pela editoração de:

Boletim Bibliográfico	153 números	100%
Col. Mossoroense Série "A"	005 títulos	7%
Col. Mossoroense Série "B"	257 títulos	20%
Col. Mossoroense Série "C"	30 títulos	4%

A segunda etapa, começada em 1974 e vindo até agora, abrange os patrocínios da ESAM, da Fundação Guimarães Duque e os "chás de cadeira" de Vingt-Un, na busca desesperada pelos 150 patrocinadores.

Nesta etapa foram editados:

Col. Mossoroense Série "A"	72 títulos	99%
Col. Mossoroense Série "B"	1009 títulos	80%
Col. Mossoroense Série "C"	807 títulos	96%

Somadas as duas etapas, teremos:

Boletim Bibliográfico	153 números	100%
Col. Mossoroense Série "A"	77 títulos	100%
Col. Mossoroense Série "B"	1266 títulos	100%
Col. Mossoroense Série "C"	837 títulos	100%

A COLEÇÃO MOSSOROENSE NA BIBLIOTECA DO CONGRESSO.

A Biblioteca do Congresso (Library of Congress, Washington) é a mais

importante do mundo, e segundo o seu representante no Brasil James A. Armstrong, 200 títulos da Coleção Mossoroense estão ali catalogados.

BINAGRI microfilma 213 títulos da Coleção Mossoroense. Segundo Lilian Brandão, da Coordenação de Informação Documental Agrícola, CID, do Ministério de Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária, em informação de 19.05.93, a BINAGRI, Biblioteca Nacional de Agricultura, cuja seção de microfilmagem foi desativada a partir de 1990, havia microfilmado 213 títulos.

Os microfilmes estão guardados no **CENAGRI**.

UM MOSSOROENSE DENTRE OS ESCRITORES LAVRENSES.

O Prefeito de Lavras, engenheiro agrônomo e professor da ESAL, cometeu duas gentilezas. A primeira ao considerar escritor o “trabalhador braçal da cultura” em Mossoró; a segunda, ao incluir dois dos meus livros na exposição permanente dos Escritores Lavrenses, sediada na Prefeitura Municipal: “Louis Jacques Brunet, um naturalista viajante” (Co-autoria com Antonio Campos e Silva); “1460 dias na História da ESAM”.

“MINHAS MEMÓRIAS DO OESTE POTIGUAR”

ABRANGE NOS SEUS 30 TÍTULOS UMA VERDADEIRA NONATIANA. Começada em 1987 ainda tem cinco títulos para publicar. O seu primeiro título é o livro maior de Raimundo Nonato, “Memórias de um retirante”.

Anteriormente, a Coleção Mossoroense, série “C”, já tinha editado de Raimundo Nonato os livros de número: 3, 5, 8, 12, 16, 23, 24, 59, 60, 61, 83, 119, 145, 168, 206, 284, 297, num total de 17 títulos.

A BIBLIOGRAFIA DE RAIMUNDO NONATO, de autoria de Umbelina Caldas Neta e Isaura Ester Fernandes Rosado Rolim, é a mais extensa preparada em Mossoró. São três volumes, com um total de 363 páginas, abrangendo 1.357 títulos, nos quais se incluem livros, folhetos e artigos.

ELOGIO DE NILO PEREIRA

Otto de Brito Guerra

Na noite de 31 de agosto de 1955, o salão nobre desta Casa atufou-se de embaixadores da cultura norte-rio-grandense e pernambucana. Ansiavam todos por assistir à posse do professor Nilo Pereira em nossa Academia de Letras, na cadeira que tem no poeta Ferreira Itajubá o seu patrono.

Ele seria saudado pelo Acadêmico Edgar Barbosa, um dos nossos fundadores, tudo segundo ritual de praxe. Juntavam-se na mesma cerimônia dois humanistas de escol, dois estilistas do mais puro quilate. Nascidos, por coincidência, no Ceará-Mirim, que amavam enternecidamente, cantando seus velhos engenhos, seu vale edênico, suas tradições fidalgas. Ademais, amigos desde a infância, discípulos na mesma escola primária da professora Adele de Oliveira e, mais tarde, na mesma Escola Superior, chegando à cátedra de professores universitários.

Na sua formosa oração, dirigida ao recepiendário, o professor Edgar Barbosa manifestou, de entrada, o embaraço em que se encontrava: "Tendes sido tão brilhantemente versátil e tão numeroso na atividade intelectual, dizia-lhe, que o difícil é escolher por onde começar".

Apuro idêntico se me apresentava neste momento, ao cuidar do elogio póstumo do acadêmico Nilo Pereira, quando procuro expressar, ao mesmo tempo, a saudade do companheiro falecido a 23 de janeiro de 1992, as homenagens do seus pares e também proclamar a riqueza enorme de sua contribuição cultural, emparelhada às suas aprimoradas qualidades humanas.

De fato, ele foi jornalista, professor, memorialista, historiador, ensaísta, conferencista, poeta, administrador, jurista e político, sem esquecer os raros dons de excelente "causeur" e do de epistológrafo consumado e constante. Atividades, todas estas, que exerceu com decoro absoluto, alicerçadas na fé do cristão convicto e na condição de chefe de família exemplar. Resumindo, em poucas palavras, suas qualidades intelectuais, que lhe valeram o prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, o escritor Antônio Carlos Villaça, em artigo recente, assinalava-lhe o aticismo herdado de Nabuco.

INTUIÇÃO PROFÉTICA

Ressalto, para começar, o primoroso memorialista, qualidade que emerge com freqüência na maioria dos seus escritos. Nilo Pereira chegou mesmo a escrever um livro - A Rosa Verde (Editora Universitária, UFPE, 1982) que hesita em qualificar: se romance, novela, semi-novela ou, como preferia, crônica quase romance. Na verdade admirável livro de memórias.

Em Lauro, personagem central, desponta, com irrecusável evidência, a figura do próprio autor: criança nos engenhos Verde Nasce e Guaporé, vale do Ceará Mirim; A mudança da família para a madorna da pequena cidade, saudosa do seu passado patriarcal e aristocrático; a impressão indelével da matriz imponente, dominando o extenso e verdejante vale e também da vida religiosa tradicional, com seus terços e ladainhas de maio, novenas da padroeira e ou-

tras comemorações de igreja; as festas profanas e os tipos populares do lugar; seus estudos primários na escola da poetisa Adele de Oliveira; a marcante influência cultural do seu cunhado, bacharel Francisco Fernandes Sobral, mais tarde professor de Direito em Minas Gerais; a mudança para Natal, aos 13 anos, onde faria os preparatórios junto ao velho Atheneu e se diplomaria Contador pela Escola de Comércio; a Congregação Mariana de Moços, conduzida superiormente pelo denodado e incansável apóstolo Ulisses de Goes e na qual encontraria, segundo confessa, “um centro de idéias e de reafirmação cristã” e, ao mesmo tempo, “núcleo de sua formação intelectual e espiritual”; suas primeiras conferências, proferidas ainda em Natal; sua iniciação ao jornalismo, ingressando no “Diário de Natal”, uma senda que, afirma, “se abriu logo cedo, para nunca mais se fechar”; a opção pela carreira do Direito, indo, em fins de 1928, para o Rio de Janeiro, onde cursaria o primeiro ano, em 1929; sua transferência, no ano seguinte, para a vetusta Faculdade de Direito do Recife, ali concluindo seu curso, em 1932; Faculdade que sempre lhe pareceu “catedral do pensamento jurídico de toda uma região”; por fim, o seu noivado, em 1939, com aquela que se tornou a desvelada companheira de todos os instantes; tomaria, então, o rumo definitivo de sua vida, conforme dirá nessas memórias, que aqui terminam.

NA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

É oportuno recordar, a esta altura, a intuição da professora primária do Ceará Mirim, poetisa Adele de Oliveira. Entre seus alunos figuravam os meninos Nilo Pereira e Edgar Barbosa. Conhecedora da vivacidade e argúcia intelectual de ambos, declarou, por mais de uma vez:

- Nilo e Edgar serão bacharéis.

De fato, formar-se-iam em Direito, cursando a Faculdade do Recife e sendo colegas de turma.

Continuando as pegadas do jurista Clóvis Bevilacqua, que é autor da história da Faculdade, a partir da fundação dos Cursos Jurídicos até 1926, Nilo Pereira escreveria obra em dois volumes, compreendendo o período entre 1929 e 1977. Nas páginas de abertura, faz o autor esta confissão: ‘Considero, um tanto sentimentalmente, que os melhores anos de minha vida foram os que passei na Faculdade. Os anos decisivos’.

Ele chegara a essa Escola em 1930, para fazer o segundo ano do curso. Por coincidência, também foi este ao ano do meu ingresso no primeiro ano da mesma Faculdade, quando deixei a pacata Natal, onde já nos conhecíamos, graças à Congregação Mariana de Moços e também fizemos parte do cotidiano católico “Diário de Natal”.

Nilo Pereira descreve muito bem o ambiente sócio-político da Natal de então, embora às vésperas da revolução de 1930: “Não a pressentíamos tão próxima. ... Aqueles que faziam jornalismo e começavam a debater idéias e doutrinas, ora n' A República, ora no Diário de Natal, entregam-se mais ao devaneio literário do que à especulação da realidade política iminente”. Quando muito, moviam-nos preocupações de ordem sócio-religiosa, sob a influência de Jackson de Figueiredo, tragicamente falecido em fins de 1928, de Tristão de Ataíde e de poucos outros pensadores. Paisagem que se transmudaria no convívio com os inquietos acadêmicos da Faculdade do Recife. Para mim, então,

mudança ainda mais profunda, pois Nilo já estivera no Rio de Janeiro, capital do País, em contacto pessoal com Tristão de Ataíde e integrantes da Ação Universitária Católica (AUC), convivendo mais de perto com as idéias dominantes nesse meio. Chegara mesmo a conhecer, num encontro ocasional, em livraria, o próprio Jackson, às vésperas do seu trágico afogamento, ocorrido a 04 de novembro de 1928.

Vivemos, os acadêmicos daqueles tempos, o trepidante ano de 1930, marcado por uma revolução vitoriosa, carregada de esperanças e os confusos anos subseqüentes. Porção dos estudantes, cheia de vivas inquietações, outros angustiados, todos sem atinarmos que aquilo tudo eram os sinais dos tempos. Um dos mais argutos intérpretes desse período, Alceu Amoroso Lima, o nosso Tristão de Ataíde, advertia-nos, então, de que “só se tem vinte anos uma vez na vida e que é preciso dar esses vinte anos por uma causa que valha esse dom admirável de sua mocidade”. (Tentativa de Itinerário).

Nilo Pereira, em páginas intensamente vivas, analisou aquela época tormentosa, complexa, densa, oscilando entre o pessimismo de Spengler e o otimismo de Henri Massis. Os que tinham fé, haurindo as lições de Jackson de Figueiredo e de Alceu Amoroso Lima (este último, no meu caso particular, de influência muitíssimas vezes maior do que a daquele inegável pioneiro). E também os ensinamentos de Jacques Maritain e de Nicolas Berdiaeff. Nem faltavam, para ser completo o quadro, colegas seduzidos pelas correntes socialistas ou pelo marxismo.

Nos corredores da velha Faculdade formavam-se os grupos distintos, embora sem hostilidades maiores. Expressando a inquietação, constituíram uns o grupo Agitação, nome também da sua própria revista. Eram corifeus Gil de Metódio Maranhão e Otacílio Alecrim. Por seu evidente ecletismo e sendo eu conhecedor do ideário desses colegas dirigentes, o grupo nunca me atraiu. Nilo Pereira, verdadeiro diplomata e creio que também levado por amizade pessoal, deles aproximou-se, embora sem compromisso ou engajamento pessoal. Mesmo passados os tempos, sempre se referiu a eles com a maior simpatia. Na minha intransigência, preferi ficar, apenas, com a Ação Universitária Católica e a Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica, nas quais Nilo também militava. De minha parte, fui mais adiante, pois chegaria a formar no rígido e altamente combativo grupo católico Fronteiras, de Manoel Lubambo, que por sinal não era acadêmico, extravasando os limites da nossa e das outras Faculdades.

Muito de nós nos deixamos empolgar pela idéias nacionalistas e seus pensadores, especialmente Alberto Torres e Cândido Mota Filho, para citar apenas dois. Certo número procurou aprofundar-se no conhecimento mais vivo da realidade brasileira, com Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Martins de Almeida, Vicente Licínio Cardoso, Afonso Arinos de Melo Franco e outros. Alguns, como foi o meu caso, incluíam Plínio Salgado. E nem faltava os que mergulhavam no estudo e reflexão em torno dos cruciantes problemas do Nordeste, manuseando trabalhos dos seus grandes conhecedores.

No discurso de orador dos bacharéis de 1932, Nilo Pereira quis dar testemunho pessoal quando àquela confusa quadra de transição, situada entre a revolução sem programa de 1930 e a revolução constitucionalista de 1932, em São Paulo, com seus reflexos. Tudo ainda sob efeito do desencanto do após guerra (eram passados pouco mais de dez anos). Confessaria, com desalento, naquela hora solene da formatura, que todos saíam da velha Academia levan-

do n'alma insatisfeita e agitada o veneno da inquietação moderna sem acreditar na fraca aurora da nossa realidade, argamassada na demagogia revolucionária.

JORNALISTA PARA SEMPRE

Em primoroso ensaio, Alceu Amoroso Lima vê no jornalismo um legítimo gênero literário, dotado de estilo próprio, com as exigências específicas de precisão, concisão, clareza e cultura geral. Tudo alimentado por indispensável e peculiar dose de talento.

Nilo Pereira, até mesmo por seus dotes pessoais, teve marcada vocação de jornalista, atendendo, sem favor, a todas aquelas exigências apontadas. Ele foi, na feliz expressão do acadêmico Veríssimo de Melo, "um jornalista que se fez escritor".

No livro Iniciação ao Jornalismo (Editora Universitária, Natal, 1982) ele narra os começos daquilo que chamaria sua "aventura do jornalismo", uma verdadeira "fascinação" e "deslumbramento". E confessa, numa de suas tão apreciadas Notas Avulsas, diariamente publicadas no Jornal do Comércio do Recife: "as duas grandes paixões de minha vida foram o magistério e o jornalismo" Notas Avulsas - Seleção (Coleção Mossoroense, vol. 212, p. 224).

Sua estréia ocorreu no jornal católico Diário de Natal, em 1927. Quotidiano cuja orientação ele assim descreve: jornal rígido, ortodoxo, intransigente na sua doutrina e nas suas opiniões, obedecendo à perspectiva conservadora da Igreja de então. Fôra convidado, em 1927, pelo próprio bispo de Natal, dom José Pereira Alves e seus primeiros artigos datam desse mesmo ano.

Era o jornal dirigido, então, pelo advogado Alberto Roselli e nele trabalhavam ou escreviam José Ferreira de Souza, Oscar Wanderley, Francisco Veras Bezerra, Heráclio Vilar, Ulisses de Goes, Afonso Bezerra, além de outros.

Por coincidência, minha estréia no jornalismo ocorreu nesse mesmo jornal católico, um ano depois, em 1928. Além de trabalhar na revisão, passei também a escrever, datando o meu primeiro artigo assinado de 19 de setembro de 1928.

Já acadêmico de Direito, Nilo Pereira começou, em 1930, a colaborar no jornal A República, de Natal, órgão do Governo do Estado, a convite de Aderbal de França por si e em nome dos drs. Cristovam Dantas, diretor do Jornal e Aduato Câmara, redator-chefe.

A República, depõe, foi sem dúvida uma escola de homens públicos, a iniciação de escritores, poetas, jornalistas, cronistas, editorialistas. Dava status colaborar naquele jornal, onde escreviam ou trabalhavam, além do seu diretor e redator-chefe, já citados, talentos como Edgar Barbosa, Luiz Torres, João Maria Furtado, Aderbal de França, Antônio Bento de Araújo Lima, Otacílio Alecrim, Heráclio Vilar, Dioclécio Duarte, Luís da Câmara Cascudo, Eloi de Souza e seu irmão Henrique Castriciano, Otoniel Menezes, Palmira e Oscar Wanderley, além de outros.

Fixando-se em definitivo no Recife, logo entraria Nilo Pereira não apenas a escrever, mas a trabalhar na imprensa local, integrando o corpo redacional. Tiveram o brilho de sua atuação o Diário da Manhã, do qual foi redator-chefe, o veterano Diário de Pernambuco e sobretudo, o Jornal do Comércio, desde o tempo de Pessoa de Queiroz. Ele não esqueceu a curiosa recomendação deste

último ao novato, no sentido de que escrevesse de maneira irritantemente clara... Suas sempre interessantes Notas Avulsas saíam diariamente, publicadas no Jornal do Comércio, até o dia em que serenamente morreu no Senhor.

Tinha ele plena consciência da responsabilidade do jornalismo e importância de sua missão. "Como é difícil escrever todos os dias em jornal!", declarou numa de suas Notas Avulsas. E acrescentou, pouco adiante: "O que tenho sempre em vista, quando escrevo, é não fazer mal a ninguém. Quem escreve tem uma grande responsabilidade. Pode fazer o bem e pode fazer um mal imenso".

MISSIVISTA MODELAR

Dizem que o brasileiro não gosta de escrever cartas e deixa, com frequência, de responder muitas daquelas que recebe. Falta de que pessoalmente me acuso. Nilo Pereira não era assim. Tinha ele um dom peculiar para escrever cartas, com uma riqueza de expressão, agilidade e finura especiais. Um gênero literário nada fácil, exigindo naturalidade e simplicidade.

Nosso confrade Veríssimo de Melo, outro epistológrafo contumaz, andou muito acertado ao fazer reeditar o opúsculo - Nilo Pereira - Cartas de Emoção e de Humor (Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, 1992). Uma correspondência ao longo de trinta anos, cartas em que se retrata, sem retoques, a personalidade inteira do seu autor e nas quais "não há ressentimentos, queixas ou ódios", porejando o sentimento do mundo, o seu "bom humor literário e ingênuo", sua verve, sua "santa ironia".

Nilo gostava imenso de escrever e de receber cartas. "Coisa boa, dizia numa delas, a carta dum amigo". Acompanhava as alegrias e tristezas daquelas a quem se dirigia, externando igualmente tudo quanto lhe ia n'alma.

Tentando contestar a fama de bom epistológrafo, que lhe dera o amigo Veríssimo, escreveu que só muita ternura humana é capaz de considerá-lo um escritor de cartas, quando era, apenas, um escrevinhador de coisas de esquecer. Coisas de esquecer, repetia, e não coisas de não esquecer, como sairia no título de um dos seus livros.

Por ocasião da doença que levou o seu grande amigo Edgar Barbosa, assim comentava: "Tenho vivido estes últimos dias da grande preocupação que me assalta o coração com o nosso Edgar, que se está findando". E certo do desfecho, confessa: "com ele se vai boa parte da minha infância no velho Ceará-Mirim.Meu pensamento é todo nele, o companheiro, o escritor, o fino estilista, o humanista. Para estar com ele, leio as cartas que me escreveu durante longos anos e revejo os velhos retratos, que me restituem a antiga imagem, que desejo preservar".

A mim, escreveu, duma feita, pedindo depoimento sobre Onofre Lopes, o notável Reitor, com quem trabalhei muitos anos em nossa Universidade, desde quando ela era estadual, ajudando-o inclusive na grande luta por sua federalização. Queria escrever um livro sobre ele, não chegando a fazê-lo, creio. Quando da morte do nosso comum amigo e mestre Ulisses de Góes, escreveu-me intimando a que escrevesse um livro a respeito desse verdadeiro santo leigo.

Algumas vezes, Nilo Recorria à facécia, como naquela carta em que, aludindo à morte de um amigo, assim comentava para Veríssimo de Melo: "Cria,

meu caro Veríssimo, que temo muito a morte. Não o fim biológico, mas a defrontação com Deus, o Supremo Juiz. Sei que não vou para bom lugar, a menos que, por precaução, leve um cartão de Ulisses de Goes...”.

Muitas cartas escreveu ele a outros amigos. Talvez algum dia sejam divulgadas, pelo menos algumas delas.

Atualmente, esta a verdade, vai rareando o cuidado, mesmo entre as famílias, de se trocarem cartas. Lembro, a propósito, o zelo que tinha o meu pai, Felipe Guerra, que se carteava semanalmente com os filhos ausentes, as suas filiais, como dizia. Cartas sobremaneira saborosas, noticiosas, regadas por chistes e cheias de conselhos, quando necessário. Guardo grande número delas em meu arquivo, por doação dos destinatários.

Numa de suas Notas Avulsas, queixava-se Nilo Pereira de que esteja morrendo esse hábito de se escreverem cartas. Agora, lamenta, tudo é rápido, fulminante, face do uso do telefone, que entrou nos costumes da grande maioria.

A QUESTÃO RELIGIOSA

Temos em Nilo Pereira, sem favor, um dos mais profundos conhecedores de doloroso episódio, a chamada Questão Religiosa, ocorrida sob o Governo de D. Pedro II, entre 1873-1875. Dois bispos da Igreja Católica foram processados, julgados, condenados e presos pelo Poder Civil, sob falsa aparência de legalidade. Um processo reputado por Oliveira Lima “acervo de iniquidades” e segundo Pandiá Calógeras o maior erro político do Segundo Império.

Dentre os estudos que a respeito publicou o nosso homenageado, destaco os livros seguintes: Dom Vital e a Questão Religiosa, (Imprensa Universitária, Recife, 1966), Conflitos entre a Igreja e o Estado (UFPE, Recife, 1970) e o folheto A Questão Religiosa como Questão Jurídica - Cadernos nº 41 (Faculdade de Direito de Caruaru, 1975).

Para melhor entendimento da momentosa Questão dos Bispos, em que se envolveram, de um lado, o capuchinho dom frei Vital Maria de Oliveira, bispo de Olinda e dom Antônio de Macedo Costa, bispo de Belém do Pará, mas na verdade a própria igreja do Brasil e, do outro lado, o Governo Imperial brasileiro, é indispensável partir do problema central das relações entre Igreja e Estado, jurisdição espiritual e temporal. Enfim, daquela distinção, estabelecida por Jesus Cristo, quando mandou dar a César o que é de César, mas a Deus o que é de Deus.

Ora, dentre os abusos havidos neste relacionamento dos dois poderes, surgiu o regalismo, ou seja, a “intromissão ilegítima do Poder Civil nos negócios eclesiásticos”. Uma de suas manifestações específicas foi o padroado, que importava na outorga de privilégios à Coroa, em Portugal e no Brasil, mediante certas concessões do Poder Espiritual ao Poder Civil. Era admitida a intervenção do Estado, direta e indiretamente, em assuntos tipicamente eclesiásticos, mediante o exercício do direito do beneplácito ou exequatur. Estabelecia a Constituição do Império prévio assentimento do Governo Civil (Assembléia Geral Legislativa ou, noutros casos, do Poder Executivo) para a vigência ou aplicação dos próprios decretos dos Concílios, letras apostólicas e quaisquer outras constituições da Igreja. Os bispos, por exemplo, eram indicados pelo Poder Civil ao Papa, que só então os nomeava.

À Constituição vigente (1824), no art. 5º, estabelecia que o catolicismo continuaria a ser a religião oficial. Ocorria até o pagamento, pelo Governo, da chamada côngrua, destinada ao sustento dos párocos e bispos, como se fôra vencimentos de funcionário público. Eram, na verdade, cadeias de ouro manietando a Igreja.

Nilo Pereira demonstrou, de maneira irrefutável, que a Questão Religiosa teve as raízes mais profundas no choque de poderes entre Igreja e Estado, apresentando, portanto, um fundo de natureza filosófica, social e política. Fato muito mais sério e mais grave do que o mero dissenso entre a Igreja local e a Maçonaria do Recife.

Tudo decorreu de um conflito de jurisdição, decorrente da intromissão do Poder Civil Imperial nas incontestáveis atribuições canônicas e pastorais do Bispo de Olinda. Queria o Governo Civil que o Pastor revogasse interditos, uma legítima sanção disciplinar de natureza fundamentalmente espiritual, impostos a uma irmandade religiosa recalcitrante, surda a proibições expressas, que eram da própria Igreja Universal. Enfim, uma conciliação ou tolerância entre o ser católico e, ao mesmo tempo, filiado à Maçonaria, que era condenada.

À título de esclarecimento, vale informar que o novo Código de Direito Canônico, de 27 de novembro de 1983, não capitula mais a pena de excomunhão para o maçom. Entretanto, o seu canon 1374 contém certas restrições menos graves, embora não empregando no seu texto a palavra maçonaria ou maçom. Sustentam por isso alguns comentadores ou intérpretes que cabe ao Ordinário do lugar, isto é, o Bispo da Diocese, apreciar a situação em cada caso.

Mas ocorre que o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Joseph Ratzinger, elaborou uma Declaração restritiva, datada de 26 de novembro de 1983 (um dia antes da vigência do novo Código de Direito Canônico), expressamente contrária à inscrição dos católicos na Maçonaria e também desautorizando decisões derogatórias emanadas de autoridades diocesanas locais. Recordo, por último, que o jesuíta padre Valério Alberton, de Porto Alegre, defende, com outros, o diálogo da Igreja com a Maçonaria, para uma aproximação entre ambas.

O EXILADO VOLUNTÁRIO

Profundamente afeiçoado à terra pernambucana e arraigado no Recife, onde viveu, casou e lhe nasceram os filhos, portador dos títulos de cidadão pernambucano e do Recife, outorgados pelos Poderes Legislativos do Estado e do Município da Capital, Nilo Pereira jamais esqueceu o Rio Grande do Norte e em particular o seu Ceará Mirim, por ele cantado em prosa e em verso. Resolvera, por decisão própria, fixar-se no Recife. Declarava-se, por isso, um exilado voluntário, assim o afirmando em discurso pronunciado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao lhe ser conferido o justo título de doutor honoris causa.

Enquanto lhe foi possível, visitava com freqüência a sua terra natal, por cujos interesses nunca deixou de velar. Quando, em certos meios pernambucanos, inclusive pela imprensa, surgiram vozes contrárias à criação duma Universidade Federal no Rio Grande do Norte, sob vários e improcedentes pretextos, logo ele entrou, sem vacilação, na defesa da iniciativa, dando o

meu caro Veríssimo, que temo muito a morte. Não o fim biológico, mas a defrontação com Deus, o Supremo Juiz. Sei que não vou para bom lugar, a menos que, por precaução, leve um cartão de Ulisses de Goes...”

Muitas cartas escreveu ele a outros amigos. Talvez algum dia sejam divulgadas, pelo menos algumas delas.

Atualmente, esta a verdade, vai rareando o cuidado, mesmo entre as famílias, de se trocarem cartas. Lembro, a propósito, o zelo que tinha o meu pai, Felipe Guerra, que se carteava semanalmente com os filhos ausentes, as suas filiais, como dizia. Cartas sobremaneira saborosas, noticiosas, regadas por chistes e cheias de conselhos, quando necessário. Guardo grande número delas em meu arquivo, por doação dos destinatários.

Numa de suas Notas Avulsas, queixava-se Nilo Pereira de que esteja morrendo esse hábito de se escreverem cartas. Agora, lamenta, tudo é rápido, fulminante, face do uso do telefone, que entrou nos costumes da grande maioria.

A QUESTÃO RELIGIOSA

Temos em Nilo Pereira, sem favor, um dos mais profundos conhecedores de doloroso episódio, a chamada Questão Religiosa, ocorrida sob o Governo de D. Pedro II, entre 1873-1875. Dois bispos da Igreja Católica foram processados, julgados, condenados e presos pelo Poder Civil, sob falsa aparência de legalidade. Um processo reputado por Oliveira Lima “acervo de iniquidades” e segundo Pandiá Calógeras o maior erro político do Segundo Império.

Dentre os estudos que a respeito publicou o nosso homenageado, destaco os livros seguintes: Dom Vital e a Questão Religiosa, (Imprensa Universitária, Recife, 1966), Conflitos entre a Igreja e o Estado (UFPE, Recife, 1970) e o folheto A Questão Religiosa como Questão Jurídica - Cadernos nº 41 (Faculdade de Direito de Caruaru, 1975).

Para melhor entendimento da momentosa Questão dos Bispos, em que se envolveram, de um lado, o capuchinho dom frei Vital Maria de Oliveira, bispo de Olinda e dom Antônio de Macedo Costa, bispo de Belém do Pará, mas na verdade a própria igreja do Brasil e, do outro lado, o Governo Imperial brasileiro, é indispensável partir do problema central das relações entre Igreja e Estado, jurisdição espiritual e temporal. Enfim, daquela distinção, estabelecida por Jesus Cristo, quando mandou dar a César o que é de César, mas a Deus o que é de Deus.

Ora, dentre os abusos havidos neste relacionamento dos dois poderes, surgiu o regalismo, ou seja, a “intromissão ilegítima do Poder Civil nos negócios eclesiásticos”. Uma de suas manifestações específicas foi o padroado, que importava na outorga de privilégios à Coroa, em Portugal e no Brasil, mediante certas concessões do Poder Espiritual ao Poder Civil. Era admitida a intervenção do Estado, direta e indiretamente, em assuntos tipicamente eclesiásticos, mediante o exercício do direito do beneficium ou exequatur. Estabelecia a Constituição do Império prévio assentimento do Governo Civil (Assembleia Geral Legislativa ou, noutros casos, do Poder Executivo) para a vigência ou aplicação dos próprios decretos dos Concílios, letras apostólicas e quaisquer outras constituições da Igreja. Os bispos, por exemplo, eram indicados pelo Poder Civil ao Papa, que só então os nomeava.

À Constituição vigente (1824), no art. 5º, estabelecia que o catolicismo continuaria a ser a religião oficial. Ocorria até o pagamento, pelo Governo, da chamada côngrua, destinada ao sustento dos párocos e bispos, como se fôra vencimentos de funcionário público. Eram, na verdade, cadeias de ouro manietando a Igreja.

Nilo Pereira demonstrou, de maneira irrefutável, que a Questão Religiosa teve as raízes mais profundas no choque de poderes entre Igreja e Estado, apresentando, portanto, um fundo de natureza filosófica, social e política. Fato muito mais sério e mais grave do que o mero dissenso entre a Igreja local e a Maçonaria do Recife.

Tudo decorreu de um conflito de jurisdição, decorrente da intromissão do Poder Civil Imperial nas incontestáveis atribuições canônicas e pastorais do Bispo de Olinda. Queria o Governo Civil que o Pastor revogasse interditos, uma legítima sanção disciplinar de natureza fundamentalmente espiritual, impostos a uma irmandade religiosa recalcitrante, surda a proibições expressas, que eram da própria Igreja Universal. Enfim, uma conciliação ou tolerância entre o ser católico e, ao mesmo tempo, filiado à Maçonaria, que era condenada.

À título de esclarecimento, vale informar que o novo Código de Direito Canônico, de 27 de novembro de 1983, não capitula mais a pena de excomunhão para o maçom. Entretanto, o seu canon 1374 contém certas restrições menos graves, embora não empregando no seu texto a palavra maçonaria ou maçom. Sustentam por isso alguns comentadores ou intérpretes que cabe ao Ordinário do lugar, isto é, o Bispo da Diocese, apreciar a situação em cada caso.

Mas ocorre que o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardinal Joseph Ratzinger, elaborou uma Declaração restritiva, datada de 26 de novembro de 1983 (um dia antes da vigência do novo Código de Direito Canônico), expressamente contrária à inscrição dos católicos na Maçonaria e também desautorizando decisões derogatórias emanadas de autoridades diocesanas locais. Recordo, por último, que o jesuíta padre Valério Alberton, de Porto Alegre, defende, com outros, o diálogo da Igreja com a Maçonaria, para uma aproximação entre ambas.

O EXILADO VOLUNTÁRIO

Profundamente afeiçoado à terra pernambucana e arraigado no Recife, onde viveu, casou e lhe nasceram os filhos, portador dos títulos de cidadão pernambucano e do Recife, outorgados pelos Poderes Legislativos do Estado e do Município da Capital, Nilo Pereira jamais esqueceu o Rio Grande do Norte e em particular o seu Ceará Mirim, por ele cantado em prosa e em verso. Resolvera, por decisão própria, fixar-se no Recife. Declarava-se, por isso, um exilado voluntário, assim o afirmando em discurso pronunciado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao lhe ser conferido o justo título de doutor honoris causa.

Enquanto lhe foi possível, visitava com freqüência a sua terra natal, por cujos interesses nunca deixou de velar. Quando, em certos meios pernambucanos, inclusive pela imprensa, surgiram vozes contrárias à criação duma Universidade Federal no Rio Grande do Norte, sob vários e improcedentes pretextos, logo ele entrou, sem vacilação, na defesa da iniciativa, dando o

maior apoio e incentivo ao bravo e incansável Onofre Lopes, criador da nossa Universidade.

Nas suas tão apreciadas Notas Avulsas publicadas no Jornal do Comércio, narrou detalhes desses momentos difíceis e gloriosos, aos quais nunca faltara seu apoio decidido, por palavras e escritos. E assim depõe: "Revejo a Universidade nos instantes ainda indecisos de lutas quase intermináveis. As pedras atiradas no caminho. Um dia, em Brasília, assisti, em companhia de Onofre Lopes, à aprovação do projeto de lei que federalizou a instituição criada no governo Dinarte Mariz. Era, não o epílogo, mas o início de uma brilhante jornada".

Mas, como disse, Nilo Pereira jamais esquecia o seu Ceará Mirim. Visitando, em Lisieux, o túmulo de Santa Terezinha, assim se expressa, ao descrever a localidade: "A paisagem é dum verde lícido e macio, de tonalidades intensas, como só vi no Vale do Ceará Mirim, que parecia estar ali ondulando na planura deliciosa, quase infinita". E ao encerrar suas magníficas crônicas dessa viagem à Europa, lançou esta observação, toda ela o seu retrato vivo: "Trago desta viagem três conclusões definitivas, que aqui deixo: - a primeira cidade do mundo é o Ceará Mirim, onde nasci; a segunda cidade do mundo é o Recife, onde vivo, casei e nasceram todos os meus filhos, recifenses da gema; e a coisa melhor do mundo é estar em casa, é a família. Nada substitue a casa da gente". - Coisas de não Esquecer (Coleção Concórdia - Imprensa Oficial, Pernambuco, 1962).

Tenho na minha biblioteca, com seu afetuoso oferecimento, o livro intitulado - Evocação do Ceará Mirim (Imprensa Oficial - Arquivo Público, Pernambuco, 1959). Verdadeira o de ternura e amor, assim o denominou Jordão Emerenciano.

Trata-se do seu pronunciamento no Ceará Mirim, quando da celebração do centenário da Cidade. Sem dúvida nenhuma, o que de mais poético, lícido e terno, saído de sua lavra. Tudo como se o vento manso que agita os canaviais, disse ele, também tangesse, em seu território sentimental, a planície verde do coração.

E foi esse amor acendrado à sua terra que o levou a compor, em momento de verdadeiro êxtase do bem querer e da saudade, aquele maravilhoso poema em prosa, Manhã da Criação, página antológica de rara beleza, quando narra sua visão, do alto de uma das majestosas torres da Igreja, de todo o encantamento do Vale do Ceará Mirim, o canal a ondular levemente, como se fôra tangido por um gênio da poesia.

_____ 0 _____

Pronunciado a 28.05.1992 em sessão de Academia

DE LUTO A CULTURA JURÍDICA DO ESTADO

Faleceu no Rio de Janeiro, em 29.4.1993, Miguel Seabra Fagundes O DESEMBARGADOR

MIGUEL SEABRA FAGUNDES - O Conselheiro Miguel Seabra Fagundes que integra, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a delegação do Rio Grande do Norte, nasceu em Natal, a 30 de junho de 1910, sendo filho do Sr. João Peregrino da Rocha Fagundes e de D. Cornélia Seagra Fagundes.

Fez os cursos primário e secundário no Colégio Diocesano Santo Antônio, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em março de 1932.

Exerceu, em sua vida pública, os seguintes cargos e funções:

Oficial de Gabinete da Interventoria Federal do Rio Grande do Norte (1930) - (1931); Delegado Auxiliar de Natal (1932); Juiz e Procurador do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte (1932 - 1935); Desembargador, pelo quinto dos advogados, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, (julho, 1935, maio, 1950); Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (1945 - 1946); Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (1946 - 1947); Interventor Federal do Rio Grande do Norte (novembro, 1954, março, 1946); Consultor Geral da República (fevereiro a setembro, 1946); Ministro de Estado da Justiça e Negócio Interiores (agosto, 1954, fevereiro, 1955); Membro do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil, no Distrito Federal (1953 - 1954); Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (1950 - 1954) e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1954 - 1955).

É, ainda, o Conselheiro Miguel Seabra Fagundes sócio honorário da Associação dos Magistrados Brasileiros; Sócio avulso do Instituto dos Advogados Brasileiros; Membro da Associazione di Studiosi di Diritto Processuale Civile; Sócio honorário do Instituto dos Advogados do Amazonas; Desembargador honoris causa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, sendo também, detentor do Prêmio Teixeira de Freitas; do Instituto dos Advogados Brasileiros (1952).

Tem os seguintes livros e trabalhos publicados: O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário (1941, 1950 e 1957); Da Desapropriação no Direito Brasileiro (1942, 1949); Dos Recursos Ordinários em Matéria Civil (1946); Dos Direitos Públicos Subjetivos do Indivíduo contra o Ato Administrativo Ilegal ou Injusto (tese apresentada ao Congresso Jurídico Nacional de 1943); Pareceres do Consultor Geral da República (1947); Das Forças Armadas na Constituição (1948, 1955) e Reformas Essenciais ao Aperfeiçoamento das Instituições Políticas Brasileiras (1955).

Publicado no BOLETIM DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - Vol. I - novembro de 1957 - nº 2.

O JURISTA MIGUEL SEABRA ERA UM HOMEM DE EXTREMA TRANQUILIDADE. CIDADÃO DE ELEVADA CULTURA JURÍDICA. ALEGRE. TRANQUÍLO E BOM.

E quando se agitavam os meios políticos, a política, a população ignorara, ele observava e confidenciava:

“Tudo isso passará. E o Brasil voltará tranqüilamente a se reencontrar com seu destino histórico”.

“Mas, vejam lá:

Só espero em tudo isso que não me obriguem a fazer o que não quero, e me deixem fazer o que eu quero”.

Belo código de honra para uma vida honesta.

A Imprensa do Estado não silenciou o evento. E o cronista registrou o seguinte:

O Brasil perdeu um dos seus filhos maiores, o norte-rio-grandense Miguel Seabra Fagundes. Morreu ontem no Rio de Janeiro, aos 82 anos de idade (completava 83 em maio) depois de alguns dias de hospitalização. Senhor da mais absoluta integridade moral, o doutor Seabra Fagundes é um desses homens que dignificam a humanidade. Pela retidão do caráter, pela sabedoria, pela cultura, pelos serviços prestados, pela justeza de seus atos, pelos ensinamentos que transmitiu à várias gerações, pela simplicidade de ser, pela humildade a monástica de ser. Dos maiores juristas deste país, o desembargador Seabra Fagundes foi também um humanista.

Sua biografia é riquíssima e exemplar. Ainda jovem estudante de Direito em Recife, entrou na atividade política. Orador do Centro Acadêmico de sua faculdade, engajou-se na Aliança Liberal. Era a Revolução de 30. Advogado, entrou no serviço público, foi oficial de gabinete dos governos revolucionários no Rio Grande do Norte, delegado de polícia (o Chefe de Polícia era Café Filho), juiz do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, nomeado aos 24 anos de idade, interventor do Rio Grande do Norte, em 1945 (pouco mais de três meses), Ministro da Justiça (Governo Café Filho), presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, presidente do Instituto de Advogados do Brasil, Mestre em Direito, grande Juiz, jurista, escritor, autor de obras clássicas do Direito, entre elas “O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário”, um livro citados nos meios jurídicos mais adiantados do mundo. Conferencista, advogado, um paladino do Direito, da Justiça e da Democracia.

Era um apaixonado de Natal e do Rio Grande do Norte. “A minha presença em Natal é sempre uma festa para o meu espírito, porque sou um natalense por excelência. A cidade de Natal me toca pela paisagem, que sempre me entenece e me encanta (...) Além do amor à Natal, tenho um entranhado amor ao interior do Estado. Sou um norte-rio-grandense, se pudesse dizer, se me perdoassem a jactância, completo no amor à terra”.

Foi assim que o Doutor Seabra Fagundes começou o depoimento que deu ao “Programa Memória Viva”, da TV-Universitária, no dia 28 de maio de 1980. Foram seus entrevistadores: Hélio Galvão, João Medeiros Filho, Tarcísio Gurgel, Ticiano Duarte, e este anotador de saudades.

No seu falecimento contava Miguel Seabra 82 anos.

RAIMUNDO NONATO

RAIMUNDO NONATO DA SILVA E JAIME HIPÓLITO DANTAS - SAUDADE E RECORDAÇÃO

João Batista Cascudo Rodrigues

“Quanto mais saudade, mais
intensa é a memória do morto ou
do lugar. Quanto menos saudade,
menos intensidade na recordação”.

Roberto Damatta

Evocamos Raimundo Nonato da Silva e Jaime Hipólito Dantas, nesta XIX Noite da Cultura, com grande saudade e profunda emoção.

Dois mossoroenses qualificados pelo espírito e coração: Raimundo - “olhos do pávido menino-retirante, divisando na linha do horizonte a Cidade Grande - a Cidadona - que tanto sonhara ver”; Jaime, voz fiel ao “fascínio de Mossoró”.

Raimundo - absorvido pela “Babel sertaneja” - era “tipo de 13 anos heróico e gloriosamente analfabeto”, atesta Luís da Câmara Cascudo; Jaime, “o menino pobre, filho de viúva. Mas menino de inteligência privilegiada e viúva de perseverança e coragem admiráveis”, depõe Dorian Jorge Freire.

No martinense de Mossoró convivem o professor de Português de gerações e o fomentador de iniciativas comunitárias: na Escola Normal, que o diploma, no Ginásio Diocesano Santa Luzia, que amplia o seu horizonte cultural, na Escola Técnica de Comércio da Sociedade União Caixeiral, que abriga o ideal da Faculdade de Ciências Econômicas - “germen da Universidade”, seu “marco primeiro” e “lastro do espírito universitário dos mossoroenses”, sonho imortal de Vingt-Un Rosado.

Raimundo aprofunda as marcas do seu espírito, produzindo obra variada e reconhecida, nacionalmente; é o romancista, o historiador, o memorialista de Mossoró e sua Região; construtor da saga do cavaleiro andante das lealdades infindas à Zona Pôr-do-Sol, ao Poço das Pedras, à sempre querida Escola Normal, da Praça do Moinho, às ruas da saudade mossoroense e seus habitantes universais, figuras inesquecíveis e tipos anônimos do microcosmo local e regional.

Tudo tão intrinsecamente nonatiano, em autêntico auto-retrato, que compõe bibliografia de mais de 1350 trabalhos publicados, entre livros, monografias e artigos de jornal.

Raimundo Nonato da Silva junta-se a José Augusto Rodrigues, fundando “uma entidade de fins puramente culturais, à semelhança de uma academia de letras” - Associação Mossoroense de Pensamento e Cultura; a idéia toma corpo na casa de Raimundo, à rua doutor Almeida Castro, 206, reunindo o primeiro grupo de fundadores - Mário Negócio de Almeida e Silva, Carlos Borges de

Medeiros, Ewerton Dantas Cortês, Cosme Corsino Lemos, Licurgo Ferreira Nunes, Antônio Pádua de Miranda Mota, Abel Freire Coelho e João Damasceno da Silva Oliveira; Raimundo é o presidente fundador da instituição, em 1º de agosto de 1943.

Na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, em Natal, sucede ao mossoroense Aduino Câmara, na cadeira nº 1, recebendo Walter Wanderley, Vingt-Un Rosado e seu ex-aluno do "Santa Luzia"; ao saudar-me, ressalta, "pelo esforço que desenvolveu, para a vitória dos filhos, a figura da professora Ozelita Cascudo Rodrigues, mulher admirável e heroína marcada pelo signo das virtudes cristãs".

Tantas Noites, quantas vezes, no Rio de Janeiro, são refeitos os caminhos de torna-viagem, com o mestre de Mossoró e o magistrado do Apodi -, em horas de espiritualidade, no apartamento da Marquês de Abrantes; sempre na cena de fundo, a sua palavra rendia a todos, na Celebração da amizade mossoroense, no exercício da recordação e no encantamento da mensagem calorosa do seu espírito norte-rio-grandense.

Jaime era o caicoense de Mossoró premiado como contista, desde a sua estréia, na revista "A Cigarra", com o conto "Noite de São João". No seu primeiro livro - "O Aprendiz de Camelô", com o prefácio de Valdemar Cavalcanti, crítico literário de "O Jornal", do Rio, o Instituto Cultural do Oeste Potiguar promoveu a sua publicação pela Gráfica do IBGE; seu lançamento, na Livraria e Papeleria de José Octávio Pereira, teve a apresentação do presidente do ICOP, em Mossoró, 1962.

Com o "Conto de Ninar" e "Às suas ordens, sargento", participa Jaime das antologias "Contos Novos - 5", da Editora Brasiliense e "Os Melhores Contos Brasileiros de 1974", da Editora Globo, de Porto Alegre; nesta última alia sua presença à de João Ubaldo Ribeiro, Walmir Ayala e Roberto Drummond.

No ICOP, membro da Comissão de Organização da revista OESTE, Jaime contribui com a sua versatilidade de jornalista e escritor. No "I Ciclo de Conferências e Estudos Mossoroenses", torna-se pesquisador e expositor exemplares, focalizando "A Imprensa em Mossoró", em 1958. O repórter atilado está presente nas entrevistas realizadas com Jorge Amado, Eneida, José Condé, Valdemar Cavalcanti, Milton Pedrosa e editor Ênio Silveira, na visita a Mossoró, naquele dezembro de 1960. Escreveu, então, que essa coletânea de trabalhos em OESTE tinha, "primeiro que tudo, o valor de um documentário". Em Separata da revista do ICOP, singulariza-se em sua excelente crítica literária, consubstanciada em "O Livro da Velhice de Agripino Grieco".

Outros títulos são acrescidos à obra literária do ex-diretor da Diretoria de Divulgação, Ensino e Cultura da Prefeitura Municipal de Mossoró, como contista: "Estórias Gerais" e "De Autores e Livros", enfeitando artigos publicados no suplemento literário da "Tribuna do Norte" e em "O Poti", de Natal.

Bolsista da Organização dos Estados Americanos e do Conselho Britânico, diploma-se em "Política Social e Administração", na Universidade de Swansea, no País de Gales; sua dissertação intitulada "Some Aspects of Regional Development Planning in Brazil", evidencia a competência de Jaime como analista social do Nordeste.

Em inglês escoreito, o professor de Literatura Inglesa, Literatura Americana e, ainda, de Direito Penal - Jaime, que era membro do Ministério Público do Estado, associa a Universidade Regional do Rio Grande do Norte ao contex-

to temático do trabalho de conclusão do curso na Universidade galesa.

No approach nordestino, a dissertação do professor mossoroense em Swansea abarca a problemática da seca: a realidade geográfica, corpo social, estrutura do novo organismo - SUDENE, problemas infra-estruturais, educação, agricultura, habitação, industrialização, saúde e saneamento, recorrendo a notas de referência extraídas de obras de especialistas brasileiros e norte-americanos.

Com argúcia e realismo, Jaime aponta, conclusivamente, no sentido de que "a aceleração do desenvolvimento econômico do Nordeste do Brasil depende da solidariedade do Governo Federal em ações efetivas e necessárias à organização do desenvolvimento orientado para a região. Solidariedade e ação, esta é a questão. O sucesso do desenvolvimento dependerá destas duas forças".

Raimundo e Jaime tiveram desencontros e reencontros. Destes, talvez, o último, "depois de 15 anos". Valia-se Raimundo do "intercâmbio que mantinha com Jaime Hipólito, através de cartas que lhe davam informe de alguns fatos da ordem da geografia mossoroense, que ele divulgava na sua coluna - "Artigo de Fundo" - com o mais elevado espírito de solidariedade cultural".

Raimundo acrescenta que "passados, hoje, quase 4 lustros, volto ao reencontro com o colunista Jaime Hipólito, que ao tempo publicava naquela coluna o noticiário da minha estação sem prefixo original" ("As Miragens da Estrada do Sal - minhas memórias do oeste potiguar", vol. 5, págs. 31 a 34 - Coleção Mossoroense, vol. CCLXXXVI - 1988).

Raimundo, premonitoriamente, encerrava "o reencontro com Jaime Hipólito, depois de 15 anos. E quem sabe se não poderá voltar ?

Jaime antecipara, em oito anos, este julgamento sobre Raimundo:

"Bem se vê que já de agora é possível avaliar a riqueza da obra de Raimundo Nonato e sua significação para a cidade chamada Mossoró. Será nos seus livros, muito mais do que em qualquer outras fontes, que o estudioso do futuro irá debruçar-se para conhecer o passado de toda uma cidade e de todo um povo. São livros tão variados na temática quanto homogêneos no estilo com que são compostos, o estilo monatiano" ("Raimundo Nonato, o Homem e o Memorialista" - José Augusto Rodrigues - seleção e organização - Raimundo Soares de Brito - anotação - pág. 160 - Coleção Mossoroense, volume CCCLV - 1987).

Outro não é o juízo insuspeito de Dorian Jorge Freire, cronista da saudade: "Ninguém, no futuro, poderá escrever sobre Mossoró, sem ler os livros de Raimundo Nonato. A memória, a curiosidade, o amor ao passado, fizeram esses livros e esse autor" (obra citada, pág. 37).

O depoimento de Raimundo Nonato a Celso da Silveira, Carlos Lira, Walter Wanderley, Ulisses de Goes, Enélio Lima Petrovich e Tarcísio Gurgel, em entrevista gravada no Departamento de Documentação Sonora (uma espécie de Museu da Imagem e do Som), da Fundação José Augusto, em Natal, cobre o Homem e o Intelectual.

Adverte Raimundo que, se os simples foram para o céu, contava ele com "garantia certa e reserva de domínio". A conversa de duas horas do cambiteiro do Martins e do jagunço de Mossoró começa, descontraidamente: "Não somos mais do que um amontoado de coisas, boas e ruins" (obra citada, transcrição de "Tribuna do Norte", Natal, 03/10/74).

Ao ser internado no Prontocor, do Rio de Janeiro, uma semana antes de completar frutuoso 86 anos, Raimundo suplicou ao médico, seu assistente: "Me cura que quero ir para a festa de 30 de setembro, em Mossoró". No Hospital da Ordem Terceira, sua filha médica - Elde ouviu dele, ainda lúcido, que fora "simplesmente um Homem, sem arrependimento".

Aquele que era "o último abolicionista ainda vivo e remanescente da campanha de libertação dos escravos de Mossoró", registra Américo de Oliveira Costa; aquele "domador da surpresa, guardião de auroras e também de crepúsculos, incapaz de odiar e voltado para os temas que esgotam o filosofar - tudo isso, para nós, significa Raimundo Nonato da Silva, na (sua) glória pura, generosa e humilde" -, conforme assinala Sanderson Negreiros" (ainda "Raimundo Nonato, o Homem e o "Memorialista" - já citado, pág. 134).

Jaime, na noite que antecedeu à sua morte, perguntara a Marília se havia rezado. O filho da santa e boa dona Eufrásia já o fizera, em ato contrito, como era habitual. "O cristianismo passou a ser para ele um pensamento digno de respeito. A fé, um costume". É o sinal de testemunho verdadeiro que concede seu amigo Dorian Jorge Freire.

Nas "bem-aventuranças" do "Sermão da Montanha", Jaime se sentia entre "os que choram, porque serão consolados". Contiveram-se tanto, quando escreveu sobre a sua mãe, "no dia seguinte à morte dela, que (...) não era bem aquilo que me cabia dizer. E sei chorar, e cá o velho coração bem que é de se derreter ao primeiro toque da saudade".

Do velho Lauro da Escóssia contava ser a "primeira admiração jornalística"; em "O Mossoroense", Jaime, Dorian e Lauro Filho estavam sempre protegidos: "Cuidado, quem toca num desses meninos, toca num homem".

Jaime compreendia que as suas lembranças do velho Lauro confundiam-se "com as próprias recordações (...) duma juventude que, se não era risonha e franca, tinha de alguma forma a sua cor de primavera. E, admitiu, "o que hoje já não sinto, aquela certeza de que a vida é sempre sonho. Penso naqueles dias e morro de saudades" ("De Autores e Livros" - GL - Gráfica Editora - pág. 266 - Mossoró, 1992).

Voltar a Mossoró era a sua determinação derradeira, quando Emílio, o filho médico, completasse a residência em Brasília. Então, se encontraria pronto para repetir o apóstolo Paulo, de todos os santos aquele mais celebrado no seu puro cristianismo, com a mensagem privilegiada a Timóteo: "Combati o bom combate, mantive a minha fé".

Para Jaime, fora Antonio Pinto de Medeiros "o mais inquieto e ao mesmo tempo o mais lúcido dos nossos intelectuais". Ele que estaria entre os "nossos mortos acumulados no esquecimento" e que "são muitos". Daí acreditava "que valeria a pena arriscar-se uma de nossas editoras a publicar uma seleção de crônicas de Antonio Pinto de Medeiros. As do "Mirante", no "Diário de Natal" e também de outra seção dele, o "Santo Ofício", mantida por algum tempo no suplemento literário de "O Poti" (obra citada, pág. 187 a 189).

Esta XIX Noite da Cultura não há de representar o cenário final, neste dia do seu aniversário natalício - meu caro Vingt-Un Rosado, "irmão de tantos caminheiros a favor de Mossoró".

Cada noite vivida, em quase vinte anos, ostenta o selo das "amizades que o tempo não esquece" -, expressão tão cheia do espírito de Raimundo Nonato, na dedicatória do seu livro "Memórias de um Retirante".

Ideal tão grande e tão puro - o de criar e manter a Coleção Mossoroense e as Noites da Cultura, em Mossoró, não encerra um desafio; constitui uma resposta - meu caro prefeito Dix-Huit Rosado, numa postura comparável à de "incendiada e audaciosa imaginação" - de Almino Álvares Affonso.

Aquela voz da terra e povo de Mossoró, ainda agora, repercute "como um eco remoto do passado apelando fragorosamente ao Futuro", na evocação imperecível do mossoroense Alípio Bandeira.

Nesta XIX Noite da Cultura, sob o testemunho marcante do outro Almino Affonso - o Neto, a presença espiritual de Raimundo Nonato da Silva e Jaime Hipólito Dantas consagra o sentimento de amizade, no pacto eterno entre os mossoroenses vivos e mortos.

Porque - na imagem impressiva do filósofo José Arthur Gianotti - da amizade "carecemos, assim como precisamos do alimento e do exercício, da solidão e da conversa, da emoção e do pensamento".

Discurso proferido na XIX Noite da Cultura - Loja Maçônica "Jerônimo Rosado", em Mossoró, 25 de setembro de 1993.

EM MEMÓRIA DE RAIMUNDO NONATO

Pe. Jorge O'Grady de Paiva

Lê-se no livro do Eclesiástico (VI, 14) que “quem encontrou um amigo, encontrou um tesouro”.

Em Raimundo Nonato encontrei um amigo. E essa preciosa amizade, cultivada há décadas, (desde que nos conhecemos, em Mossoró), manteve-se fiel, a despeito do tempo que tudo desgasta e do espaço que, por vezes, nos separou. É que ela a tudo se sobrepunha, altaneira em sua elevação moral e firme em suas bem fincadas raízes.

Como admirava eu esse rebento de boa cepa norte-rio-grandense! De tudo podia ele descrever, menos da amizade, pois tinha o dom de a fazer, como raros e o a de conversar, como poucos. Comprova-o o vasto círculo de suas relações.

O nome, de origem gótica (Ragin-mundo), significa “a quem o intelecto protege” e ele viveu, sempre, sob o escudo protetor de sua inteligência.

Dotado de invulgar força de vontade e do ideal leonino de lutar e vencer, conquistou, com firmeza e decisão, seu lugar ao sol. E tornou-se alguém, mas sem esquecer sua gente, sua origem, sua terra pequenina.

O que mais lhe caracterizava a personalidade, ao lado do espírito de iniciativa e capacidade de trabalho, era a maneira humaníssima de ser e agir. Homem que se fez por si, pelo esforço pessoal, a tudo e a todos sabia prender e cativar. Aos 12 anos, retirante da seca de 19, deixou a serra do Martins, onde nasceu e chegou à cidade de Mossoró, onde, entregue a humildes afazeres, ganhou o próprio sustento e se iniciou nos estudos. Comunicativo, aberto, jovial, prestimoso, atento, perspicaz, observador fez, rapidamente, grandes progressos. Ei-lo, dentro em pouco, cursando a Escola Normal, donde sairia professor do ensino primário, para tornar-se, logo mais, docente do curso secundário, desenvolvendo as qualidades de pedagogo nato, bondoso, acessível, compreensivo. Quem foi seu aluno jamais lhe esqueceu as aulas. Cursou, entrado em anos e, já, com encargos de família, a Faculdade de Direito, obtendo o grau de bacharel. Aposentou-se, como desembargador, bem antes da compulsória, por contar, ainda moço, tempo integral de serviço. Exerceu cargos ligados ao ensino comercial. Serviu no gabinete do Governador Dinarte Mariz. Representou entidades culturais de sua terra em congressos e encontros de escritores e fez parte de honrosas comissões de caráter oficial. Pertenceu ao Instituto Genealógico Brasileiro, Associação Brasileira de Imprensa, Instituto Histórico e Geográfico do R.G. do Norte, Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes e Federação das Academias de Letras do Brasil.

Autodidata, leitor assíduo dos bons autores, cedo iniciou a carreira das letras. Após breve período de culto à poesia enveredou pela prosa e vieram os primeiros livros, versando o romance, o ensaio, o folclore, a crônica. Pesquisador incansável e escrupuloso enriqueceu, com elementos valiosos, seus estudos regionalistas, sobretudo os referentes a Lampião e Jesuino Brilhante. “Figuras e Tradições do Nordeste”, “Terra e Gente de Mossoró”, “Negociantes e

Mercadores", "Memórias de suas épocas", "Bacharéis de Olinda e Recife" e "Somando os Dias do Tempo", demonstram, ao lado de "Quarteirão da Fome", "Zona do Pôr do Sol" e "Poço das Pedras", a profícua atividade intelectual que exercia.

Dono de invejável memória, como se ocultasse, no cérebro, fita magnética, pôs a mesma a serviço de sua pena e avolumou a bibliografia potiguar, notadamente a da zona oeste do Estado. Fausto de novo gênero - neogotheano - fez reviver, das cinzas do passado, pela magia da pesquisa e poder de evocação, lugares, tempos, homens, ruas, figuras e fatos; reavivou lendas, superstições, abusões, tradições, costumes, roteiros, dando à literatura regional obras editados pelos órgãos oficiais de âmbito municipal, estadual e nacional. Reconheceram-lhe a valiosa contribuição de estudioso e homem de sua província e de sua gente. Seu estilo merece especial referência. Nele não são as palavras lantejoulas de brilho efêmero, mas facetas onde se reflete, íntegro, o pensamento. Sua inspiração, qual a da Bíblia, se revelava pela fidelidade às fontes, pela exatidão de tudo que expunha, contava, descrevia, narrava. Nada de rebuscado, de artificioso, de preciosista. Escrevia como quem vive, respira, se alimenta, isto é, com espontaneidade e simplicidade. Estilo direto, claro, sóbrio, despido de circunlóquios e hermetismo e sem as permissividades tão ao gosto da época.

Orador, tinham seus discursos verve e leveza, sobretudo quando improvisava. Conferencista, por grave que fosse o tema abordado, não enfadava nem cansava.

E que dizer de seu calor humano? Era o traço predominante de seu feitio e de seu modo de escrever, máxime na correspondência particular.

Relações-públicas nato, sociável, ameno, prestativo. Humanizador da vida. Nestes tempos de frieza tecnológica, quando tudo se reduz a números, o calor humano de Raimundo Nonato protestava contra o poder monopolizador da máquina da vida. Nonato era autêntico! Gostava de gente, de companhia, de boa prosa; numa palavra, de viver. Daí seu otimismo sádico e seu constante senso de humor.

Viajou por todo o Brasil, ávido de conhecer e observar. Atraíram-no os grandes centros urbanos, os horizontes largos. Faziam-lhe bem as avenidas, as ruas, as praças, os parques e jardins. Preferia respirar-lhe o ar puro a permanecer confinado em casas de diversão, boates e cinemas. Espírito saudável, homem cidadão. Eis as cidades de suas peregrinações: Mossoró, Natal, Maceió, Rio de Janeiro. Aqui fixou residência quando já não era o Rio a capital da República.

Esse o homem, o intelectual, o autor, o amigo, de quem 86 anos e mais 4 dias transcorreram felizes.

Paz a seu espírito! E que Deus conforte sua extremosa esposa e seus filhos e netos dedicados.





PADRE MONTE

Dom Nivaldo Monte

Criado para conhecer a verdade eterna e amar o eternamente belo, o homem tem sede de infinito. Infinito que é verdade para a inteligência, infinito que é bondade para o coração, infinito que é Beleza para o espírito, infinito que é tudo e para todos, porque o Infinito é Deus!

Aí está a razão deste grito de insondável angústia, nascido da alma atribulada de um Peguy, quando se viu lançado, na procura de sua identidade, no dedalo intrincado da incógnita humana! O homem, diria Charles de Peguy, é um poço de inquietude, um monstro de inquietude, mais inquieto que toda a criação!

Mas, se Peguy constatava um fato, Agostinho vai mais longe, muito mais longe, quando detectando a luz de uma certeza pôde exclamar, diante de seu Criador: "criastes-nos para vós, Senhor, e inquieto está o nosso coração até que repouse em vós!" Entretanto uma interrogação ainda paira no ar do nosso espírito: onde poderemos encontrar a razão factual desta inquietação ?

Tentarei levantar, um pouco, o véu deste mistério, ao propor a todos vós, a perulstrar, comigo, os caminhos de uma possível explicação:

A primeira razão eu encontraria na vontade do próprio Deus, que ao criar o homem, o quis um ser imperfeito, incompleto, inacabado! Todos os seres emergiram das mãos de Deus, acabados, perfeitos, em sua natureza; não porém o homem! Enquanto todos os outros seres, da criação, encontraram na sua imanência a paz tranqüila de uma perfeição definitiva, foi dado ao homem, na sua imperfeição, a capacidade de se tornar colaborador de Deus, na posse de sua identidade.

Entretanto, mesmo que o homem chegasse a perfeição ideal de sua natureza, na plena consciência de sua liberdade, não deixaria de ser um peregrino de si mesmo, já não em busca de sua identidade, mas em busca de uma transcendência, porque Deus, não o fez somente à sua imagem e semelhança, mas, o quis, no dizer de São Pedro, participante de sua própria natureza.

É sob a luz destes pensamentos que eu queria colocar a imagem do nosso homenageado, ao tentar descobrir, investigar e explicar, o núcleo essencial da personalidade deste homem de espanto que foi o Pe. Monte!

Poderia ele ter se contentado em ser somente um homem, autêntico, na posse de suas faculdades físicas, intelectuais e morais ? , quando um fogo abrasador lhe queimava o íntimo do ser na busca de um amor maior que o tornasse um familiar de Deus?!

Se foi a união com a natureza que o fez um pesquisador, um sábio, se foi a comunhão com os homens que o fez um humanista universal, foi a união com Deus que o fez um verdadeiro místico.

A ciência, o humanismo, a arte, a própria vida, para ele, se comportavam, apenas, como um mordente, em busca da posse do absoluto, pois a par de ser um cientista, um cultor apaixonado da arte e da psicologia humana, ele era, antes de tudo, um contemplativo.

Não é sobre o físico, o matemático, o biólogo, o literato, o orador, o con-

ferencista, que quero me deter nesta hora, mas, sobre o homem de Deus que, mais feliz que Prometeu, conseguiu arrebatara aos céus o jogo divino do Espírito Criador!

Como explicar este gênio que dominava, com maestria, em todos os campos da ciência, da arte, do humanismo de seu tempo, sem apelar para Deus, como núcleo essencial da sua personalidade, cuja vida transcende, em muito, os limites da lógica e da razão ?

A ciência e a cultura, a genialidade do Pe. Monte, só podem ser entendidas na perspectiva de um Deus Preceptor!

Nele podemos dizer, com toda certeza, o que a Sagrada Escritura diz do Sábio: "Ele teve Deus como seu único Mestre!"

Vejam os que nos diz Jacques Loew sobre este assunto. Deus nos deu duas formas de conhecimento: o conhecimento científico e técnico, com todo o seu rigor comprobatório. E o conhecimento intuitivo que é o dos apaixonados, dos poetas, da mãe para seu filho, um modo de conhecimento por contemplação, por um simples olhar, onde o silêncio tem tanta grandeza e importância quanto a palavra.

Foi para melhor conhecer a Deus, que ele se lançou à conquista do conhecimento das coisas e dos homens, entrando em comunhão com a natureza física e espiritual, ele se lançava para Deus, na certeza de um Aristóteles, ao dizer que o homem podia se tornar todas as coisas, pelo conhecimento. Conhecer como Amar é possuir.

Possuído pela presença de Deus, suas faculdades físicas e espirituais, agindo sob o impulso da graça santificante, transformam-se em faculdades divinas a ponto de poder dizer como São Paulo: Já não sou eu que vive, é Cristo que vive em mim. Deslumbrado pelo encantamento diante da natureza e dos homens ele se sente encantado por tudo e por todos porque em tudo e em todos ele se viu seduzido pela beleza de Deus! Sua atenção, assim, poderia se voltar com o mesmo interesse para o esplendor de um Céu a cintilar de estrelas, como para um garrancho seco tombado no seio da floresta! Tudo para ele era beleza e encantamento, porque o encantamento e a beleza, eram o apanágio de sua inteligência e de seu coração.

Pe. Monte, entretanto, que não se julgava um atrevido ao contestar em público a teoria do campo unificado de um genial Einstein, vê-se varando a madrugada sem fim, prostrado diante do olhar do Santíssimo no velho Seminário do Tirol, num preto ardente e apaixonado ao mistério da presença real do Senhor na Eucaristia. Para ele se não fosse a Eucaristia o mais profundo mistério da inteligência de um Deus, seria sem dúvida, o mais belo poema do coração de um homem. Ele costumava dizer: com a Eucaristia somos grandes demais para a terra, sem ela somos pequenos demais para o céu! Sua vocação de condutor de homens e burilador de almas o impelia a ficar horas a fio no confessional ou no parlatório do Colégio da Imaculada ouvindo com paciência e aconselhando com prudência todos aqueles que o buscavam à procura de luz.

Sabia se portar tanto com os sábios como com os simples deste mundo, de modo que se encantava tanto ao ouvir a Paisagem de Leques de um Waldemar de Almeida, do mesmo modo que se enleivava ao ouvir um Fabião das Queimadas dedilhando sua rústica Rabeca.

Muitas vezes o vi embevecido ao ouvir atento um rude cantador sertane-

jo, declamando com sua voz fanhosa e roufenha as glórias de um Cazuza Sátiro, célebre matador de feras do sertão paraibano. Versos esses que ainda guardo na memória:

Morava na Vila de Patos
um matador de feras
de nome Cazuza Sátiro
cuja memória se venera
o homem de mais coragem
que o sertão considera.

Não é sem uma profunda nostalgia ou uma imensa saudade que recordo nesta tarde as nossas inesquecíveis festas familiares no Natal e no São João, quando não faltavam os brindes que devíamos pescar com anzol e alfinete retorcido, presentes deixados por ele, escondidos sob a areia fina da praia, num recanto de nossa sala de visitas, com a infinita ternura que lhe era própria, somente para nos fazer felizes.

O pé de moleque, o aluá de abacaxi, a farinha de milho misturada com castanha de caju, tudo fábrica de suas mãos para encanto de toda a meninada.

Tinha um pendor acentuado para descobrir o lado cômico das pessoas e das coisas a fazer caricaturas e criar alcunhas que encaixavam como uma luva na personalidade física e psicológica de cada um: Zé Dengoso, Pinga Sebo, o Jovem poeta, Cabeça de prego, somente para lembrar alguns apelidos de sua lavra. Estou a pensar em vós, queridos amigos, pretendendo adivinhar em que carapuça haveria de caber esta última alcunha.

Foi este homem que morreu em meus braços e que em sua enfermidade foi cercado de carinho dos seus familiares e amigos, entre os quais não podemos esquecer, de modo especial, as senhoras de Ação Católica e a Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal, sodalícios fundados por seu zelo de Pastor e por ele amados como a menina dos seus olhos.

Terno como uma mãe, simples como uma criança, encantado como um poeta, Pe. Monte soube nos deixar o exemplo maravilhoso em sua fé na grandeza de Deus, dos homens e na capacidade das coisas, banindo, assim, de nosso coração, muitas vezes intoxicado pelo desespero, o desânimo, nos ensinando assim que vale a pena viver para podermos construir o Reino de Deus e dos homens, também, no coração atribulado do Universo.

De seus escritos, Pe. Monte só nos deixou um livro concluído, "Os Fundamentos biológicos da Castidade".

Em seus papéis ainda foram encontrados a primeira parte de um compêndio sobre Biologia e alguns apontamentos, sem ordem e pouco legíveis, possível material para um livro que o mesmo pretendia escrever sobre o espiritismo.

Dom Nivaldo Monte

V
NOSSOS POETAS

LABORATÓRIO DE PROJETOS

BALADA PARA SANTA LUZIA

Gilberto Avelino

Dezembro amanhece
cantando,
e anuncia: 13,
o vosso dia.

Aproximo-me de vós,
a prece
elevando.

Ungido da humildade
das areias,
encaminho-vos
a súplica.

Não vos venho
pedir
o poder,
a fortuna,
a fama.

Venho pedir-vos
a permanente concessão
da claridade,
para que não se oponham
amargas distâncias
ao sonho,
à contemplação,
com que circunavego.

- A ampla contemplação

diante dos barcos -
chamando os ventos,
dos peixes,
das águas,
das águas
do rio,

do maralto,

e de todas as águas
fecundando o chão.

A constante concessão
da claridade,
dai-me,

para que possa
continuar crescendo-me
ante as madrugadas
as manhãs, as tardes,
as noites, as sombras,
as flores, os frutos,
os montes, as serras,
os animais, os pássaros,
as árvores, os astros,

e para prosseguir enaltacendo
o esplendor
da beleza do ser humano.

Louvada Santa,
terna Santa do sol,

que testemunhais
a minha antiga
e funda devoção por vós,
e que sabeis (porque
tudo presenciais)
que os olhos
em cicatrizes tenho,

livrai-me (livrai-nos)
dos ermos abissais
do medonho escuro.

Entre os incensos e louvores
ao vosso dia,
Santa Luzia -

soberana Padroeira dos Cegos,
e dos olhos aflitos
incansável navegante,

escutai-me, escutai-me.

POEMA DO ENVELHECER

OLHO-me no espelho,
não me canso de me olhar.
Aquele que procuro se escondeu.
Onde ? Em que lugar ?

E o tempo não perguntou a mim
se eu desejo ou não envelhecer assim.

Fico me olhando sem entender
o porquê das rugas, dos olhos baços,
dos cabelos brancos e flácidos braços.

E o tempo não perguntou a mim
se eu desejo ou não envelhecer assim.

Meu olhar é tão triste!
Tudo é triste ao redor de mim.
Ah! se eu pudesse o espelho virar
e do outro lado minha face encontrar!

Mas o tempo não perguntou a mim
se eu desejo ou não envelhecer assim.

Maria Eugênia
Assu - IX - 91

EIS-ME AQUI

Eis-me aqui, num campo etéreo e leve,
na linha azul do infinito,
onde não se ouve um grito,
onde a Luz aquece minha face
mais branca e fria que a neve.

DO OUTRO LADO

Senhor! Atravessei o Mar das Tormentas.
Agora, Senhor,
recebe-me no Mar da Tranquilidade.

Maria Eugênia

Do livro: "Poemas do Envelhecer", a ser editado brevemente.

POEMAS DE LUIZ RABELO

POEMA ÁSPERO

Ao anoitecer ouço meus gritos
feitos de silêncio e chumbo
em seu limbo
e bebo bêbado e plúmbeo
a loucura de gestos brutos
e solitários.
Penso no Fim e compadeço-me
das estrelas
que um dia brilharam
nos nossos caminhos
hoje ruínas
canal de sombra humana
gasta.

Vejo-a em seu leito de dor e de agonia
sem uma nuvem
sem uma asa
uma lua
um veleiro de alegria
que a embeleze e a leve
leve pelo espaço antigo.

Tudo empalidece ao seu redor
em sua ânsia de estrela
gelada de luz
em sua estátua imóvel
em trêmulo bosque antigo
e estático.

Abril já se desprende
da orla do tempo
e põe-se amadurar o grão.
Os dias são claros
cheios de sol a prumo.
Mas tudo é ilusão.
Não há vida no meu espaço mudo
e tudo
é só deserto chão.

Minhas lágrimas são ásperos rios
deslizando num mar que anoitece
que fenece em rudes sombras
mar de pedra e sono.

E caminho vendo a dor e a tristeza
da amada agora em sua viagem
inicial (ou terminal)
em fuga pelos plátanos do outono
onde nascem leões acesos
e ardem frios castiçais.

Penso e falo
Falo além demais de pobres palavras.
Mas um portão de bronze
o férreo ferrolho
fecha as minhas frases de fogo
e vejo ruirem cidades de cristal
desmancharem-se primaveras
de ouro
campos de púrpura
e luas e rios sagrados.

Tudo já sei da tempestade próxima
e sempre indesejada.
Minha amada doente
caminha para seu sono branco.
Vejo-a perdida em seu longínquo mármore
carregada num tropel de abismos
de penhascos em brasas eriçadas.
Ah! mas seu espírito
seu último suspiro
de repente rola
como orvalho azul
de perdidas lembranças.
Caminha mais uma vez
águas estremeçam
em suas conchas azuis.
Um anjo vem
dá-me a mão
e caminhamos juntos.

LENDO GEORG TRAKL

Caem na terra gotas de orvalho
por isso a terra está bêbada e negra
nos bosque que a escurecem.
Breves aldeias mal apontam longe na neve
numa marca de silêncio branco.
Um sopro calmo vem de longe
das chamecas feitas de lendas.
Da relva esguia não se esgueira
frêmito algum de vida.
Dentro das casas aconchegam-se
criaturas de Deus.
Nas suas fronte repousam secretas
papoulas pesadas de sono.

ODE A CAICÓ

Luzem pintados pelo sol
verdes mandacarus
de minha terra sertaneja.
Caatingas bêbadas de cinza
erguem-se para o ar
braços condenados da terra seca
escurecendo ainda mais os campos
quentes sem resquícios de orvalho.
Ó Caicó, eu te quero assim mesmo
talvez mais que à minha terra natal
e amo os teus rituais dos Negros do Rosário
teus deuses negros e puros
mais que aos deuses gregos e romanos
e egípcios e fenícios e outros mais
deuses que os séculos inventaram.

Ó terra quente e ingênua e forte
de viris vaqueiros vestidos
de pele de bois generosos
para a derrubada do gado e a ferra.
O teu rio seco geme a tua dor
e chora a tua sede de chuva.
Mesmo assim em teus dias alegres
tu cantas pela boca dos joazeiros
e das sanfonas nas noites festivas.

Amo as tuas jovens claras
e os teus anciãos mais profetas
que os bíblicos hirsutos
e és aquela pátria vislumbrada
nos meus dias de juventude
e mocidade onde encontrei
pela vez primeira o amor
jamais esquecido no tempo.

E quando penso em ti meu sangue
pulsa em minhas veias e o meu coração
sonha estar em ti novamente
vivendo o claro de tuas madrugadas
e a brisa suave de tuas noites
estreladas prenunciadoras de inverno.
Séculos haverão de passar
e eu sempre te amarei
e te desejarei como se deseje
uma conquista extrema
ou a música da saudade.

Teu apoio, alegria e tristeza,
será para sempre o meu canto
de amor à tua milagrosa Padroeira
Nossa Senhora de Santana viva.

Ó pátria minha inteira e íntegra
de valores imperecíveis
hospitaleira e pura
onde me nasceram filhos de meu sangue
e do meu coração em ti amando
escuta a minha exilada voz
som de tuas auroras acesas
canto do teu canto fraterno.
Escuta-a e guarda-a em teu cofre de ternura.
É que eu, sendo sombra, em ti, sou luz
e sendo mortal, sou, em ti, eterno.

POEMA PENSANDO EM MINHA AMADA

(Depois de ler "Full of life now", de Walt Whitman)

Lendo o "Full of life now", do prolixo
Walt Whitman,
foi que senti a necessidade de escrever este poema,
tão simples como eu próprio,
tão breve de palavras como é breve a vida humana (bem que
sabeis disto, ó minha amada, vós em vossa tumba).
E acreditar estardes ao meu lado,
vinda de desconhecidos desígnios, ignorados fluídos divinos,
nesta noite tão solitária e silenciosa,
mas tão regurgitante e refulgente de estrelas,
tão plena de vida "invisível", de tal forma que as vossas
palavras de silêncio
não as escuta o meu ouvido,
e sim o meu coração, tão cheio de vós e das estrelas.

E vossas palavras de silêncio me dizem: "compreendei
que não sois mais que um silêncio "visível",
em forma de homem, como o foi Whitman,
quando no vigor
dos seus "quarenta anos de vida e oitenta e três dos Estados",
e que prestes vos tornareis "invisível"
integrado na harmonia universal, livre de serdes
criatura vivente, no dizer bíblico,
liberto da condição de homem triste,
profundamente amargurado".

(Nesta noite solitária e silenciosa, tão cheia de estrelas,
a me dizerdes isto, talvez sejais uma delas a me falar,
e eu nem saiba).

DESTINO

Talvez porque eu tenha nascido
numa noite sem estrelas,
é que eu seja assim tão estranho e desconhecido
até das pessoas mais íntimas,
até dos meus familiares.

Sim, porque todo mundo apenas vê em mim
alguém que passa estranhamente tal um vento
varrendo um pântano.

Ninguém me diz: "Eu te admiro. Não és um poeta
incomum e não amas profundamente o amor?"

E eu sinto que é por amar tanto o amor
que eu perdô todos aqueles para os quais
sou apenas um viajante incômodo,
sem destino e só dono das noites escuras.

Realmente tudo isto me acontece
tal como se eu fosse um traste.

E verdadeiramente o sou.

E todas as noites de minha vida são sem estrelas,
até a luz da lua reluz de maneira lúrida.

Que destino escuro fez apagar as estrelas
de minha vida?

(Do livro, inédito, "Poemas de Solidão e alguns Haicais")

VI CONTO

NUMA NOITE DE DEBULHA

Manoel Onofre Jr.

Para Talita

- Aí o Prinspo casou com Maria Borradeira e os dois vivem muito felizes. Eu até trazia da festa do casamento uma panelinha de doce de caju pra vocês, mas tive que passar pela ladeira do Quebra-Perna, onde escorreguei, caí e a panelinha virou cacoc. Agora entrou por perna de pinto, saiu por perna de pato - senhor rei mandou dizer que você contasse quatro.

No terraço da casa de Seu Zeca, o pessoal das vizinhanças estava todo ali, debulhando feijão, uns nas redes, outros sentados mesmo no chão de barro batido. A negra velha Francisca contava outra história. Lá de fora, do descampado da noite, vinha na brisa o cheiro bom dos aguapés. No terreiro o gado dormindo sob a lua, tudo parado, feito pedra. Um silêncio....

A "mãe da lua" lá por detrás dos serrotes com voz quase humana no canto triste: Ô Gonçalo... Ô Gonçalo...

Do Carmo soltou, nervosa, o feixe de bagens e fez o "pelo-sinal".

- Vixe, que agouro.

- Agouro, nada, menina. Isso é só uma corujinha inocente. O que faz medo é "rasga-mortalha".

Agora o canto estava mais perto, lá para as bandas do açude: Ô Gonçalo... Ô Gonçalo... Aquilo fazia correr um frio na espinha da gente. Não tinha ali na debulha quem não estivesse sugestionado com aquilo.

Francisca, então, contou a história da "mãe da lua".

- Era uma vez um menino e uma menina que saíram para caçar ninhos de rolinha, e findaram se perdendo no mato. Andaram, andaram e nada de acharem o caminho de casa. Até que chegou a noite. Era uma noite de lua cheia. Para onde os meninos se virassem, lá estavam umas visagens aparecendo no escuro dos matos. Apavorados, eles começaram a chorar. Aí, no claro da lua, Ritinha e Gonçalo viram, de repente, na frente deles uma velha feiticeira, feia que nem os seiscentos diabos. Morrendo de medo, eles choravam, choravam e gritavam ai meu Deus, me acuda, mamãe, me acuda... Mas a bruxa era mais ruim que óleo de ricino: encantou Ritinha num pássaro e deixou Gonçalo perdido no mato pelo resto dos tempos. Depois o pássaro é a "mãe da lua", que está chamando Gonçalo. Repare só.

No silêncio que se fez, ouviu-se um "Ô Gonçalo" que era uma agonia de cortar coração.

0

NOTA DO AUTOR

Este pequeno conto faz parte do livro "Chão dos Simples" (Editora Clima, Natal, 1983). Reescrevendo-o, agora, dei-lhe a forma definitiva.

Natal, 5 de setembro de 1993

VII
COLABORAÇÃO DOS
AMIGOS DA ACADEMIA

Superior Tribunal de Justiça - Corte Especial, Sessão Extraordinária do dia 13 de maio de 1993.

Seabra Fagundes

O SR. MINISTRO JOSÉ DANTAS - Senhor Presidente: Rogo permissão a Vossa Excelência para o sofrido dever de um necrológio.

No dia 29 de abril, p.p., faleceu na cidade do Rio de Janeiro o **Ministro Miguel Seabra Fagundes**.

Ao que se sabe, o morto emérito foi dos mais incansáveis obreiros das letras jurídicas brasileiras; pelo que, à sua memória devem reverência os Tribunais do País, integrados ao luto de quantas outras instituições integradas ao mundo jurídico nacional.

Nascido em Natal, a 30 de junho de 1910, Seabra Fagundes formou-se pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, Turma de 1932.

Iniciando-se como advogado, logo foi chamado à Magistratura, empossando-se Desembargador em 3 de julho de 1935, com a particularidade de ser, no seu Estado, o primeiro advogado a preencher o chamado "quinto", que na linguagem da Constituição de 1934 reservava-se aos advogados e ao Ministério Público nos Tribunais superiores; ostentando ainda a palma de mais moço Desembargador do País.

Vinculado à geografia provinciana, o publicista que logo viria a ser consagrado, obrou o milagre da inteligência. Já em 1941, editava "O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário", obra de estréia que confessava ter escrito "em segredo". Donde a apreciação dos analistas:

"Não confidenciou a ninguém o trabalho que estava realizando. Temia, possivelmente, a incompreensão do meio provinciano. Adquiriu na França, Inglaterra, Estados Unidos, Itália e outros países, os livros mais recentes sobre direito administrativo e constitucional, e trabalhou com obstinado e silencioso esforço a obra fundamental, que é um milagre de senso exegético, uma performance que lhe assegurou o consenso da crítica consagradora e a aprovação irrestrita de quantos militam na advocacia, na cátedra e na judicatura". (1)

Na magistratura estadual, além da presidência do Tribunal de Justiça, também exerceu a do Tribunal Regional Eleitoral, reinstaurado em consequência da Lei Constitucional nº 9/45. Nessa qualidade, assumiu o Governo do Rio Grande do Norte, como Interventor, nas vésperas das eleições de 1945, em garantia da lisura e da imparcialidade do pleito da chamada redemocratização do País. Tal interventoria é recordada pela probidade administrativa introduzida pelo Governo, a exemplo pitoresco do decreto-lei que reduziu de Cr\$ 9.000,00 para Cr\$ 7.000,00 os subsídios e a representação do Interventor (2).

Logo em seguida, fevereiro de 1946, exonerando-se da Magistratura, as-

sumia a Consultoria-Geral da República; deixaria o **chão da metade de sua vida** (3), para desde ali, com a virtuosa simplicidade que lhe marcava a convivência, alçar-se ao porte do jurista renomado, cuja obra, construída a esforço dos parcos estímulos culturais do meio provinciano, já então se notabilizava pelas conotações de universalidade do conteúdo. A propósito, disse-o bem o saudoso Prado Kelly, ao saudá-lo por ocasião da entrega da "Medalha Teixeira de Freitas", pelo Instituto dos Advogados do Brasil:

"A obra de Seabra Fagundes repercutiu nos meios jurídicos pela seriedade do ensino e pela clareza, método, informação do texto. Em cinco anos - de 1941 a 1946 - os seus três livros básicos construíram uma reputação vitoriosa. O escritor, que aparecia em nossas letras, apresentava-se, no primeiro instante, avisado e seguro, sem as imperfeições costumeiras da estréia, antes realizando os fins propostos, de tal modo que os temas editados desde logo se tornaram indispensáveis aos que lidam no foro. Em menos de um quinquênio, o jovem desembargador do Rio Grande do Norte alcançava merecidamente o título e o prestígio de um mestre sem cátedra. Contava pouco mais de trinta anos, quando conquistou, entre os colegas, uma preeminência que a vida regateia aos mais experimentados e idosos". (4)

A par daquela clássica trilogia, sua "bagagem de retirante" - "controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário", "Dos Recursos Ordinários em Matéria Civil" e "Da Desapropriação do Direito Brasileiro" -, ao radicar-se no Rio de Janeiro como advogado militante, prodigalizaria sua bibliografia com centenas de ensaios, pareceres, trabalhos forenses, e conferências.

De tão professa militância não se afastou até os últimos dias, salvo pelos poucos meses da assunção do Ministério da Justiça, **munus** do qual logo se desinvestiria, por força de incidente político encerrado a seu feitio honrado e digno:

"Seabra esclareceu que, fosse qual fosse a acusação a ser endereçada à Última Hora, a liturgia da Justiça teria de ser respeitada - o acusado, por exemplo, teria de expor sua defesa. No final da reunião, diante das evidências de que alguma coisa seria feita contra a Última Hora, custasse o que custasse, Seabra Fagundes demitiu-se do Ministério da Justiça" (5)

Ao encerrar-se o ciclo da "Revolução de 1964", Seabra Fagundes desdobrou-se como palestrante, na preparação do espírito nacional para a convocação da Constituinte de 1987: atuando com o mais notório entusiasmo pelo que chamou **o reencontro do Brasil com a sua vocação democrática**, a qual dizia historicamente comprovada pela tônica dos diversos movimentos revolucionários eclodidos pelos séculos afora, desde mesmo a Inconfidência Mineira (4); e com notória argúcia política, atenta ao vezo da instabilidade das nossas instituições, defendeu, então, o seguinte modelo ideal para a nova Carta:

"A Constituição é um instrumento de vivência. É um instrumento destinado a tornar tranqüila a estrutura de poderes, a proteção dos direitos, num quadro estável da vida do país. Então, tudo aquilo, que segundo as condições próprias de cada país for conveniente dizer na Constituição para que tenha estabilidade, para que não fique sujeito ao dia a dia das mudanças pela lei comum, deve ser

dito. Não faz mal que a Constituição seja casuística. É melhor que ela seja casuística do que seja omissa” (6)

Em suma, Senhor Presidente, no espaço e nas circunstâncias deste pessoal registro, seria abusivo prolongar a recitação do ilustradíssimo currículo do Ministro Miguel Seabra Fagundes, cuja obra é tão presente às mesas de estudos universitários ou doutorais, quanto às mesas de julgamento.

Permitam-me, porém, os nobres colegas, uma lembrança final, pelo toque emotivo do apreço devotado a este Eg. Tribunal. Nosso último encontro pessoal deu-se nas festividades do centenário de instalação do Tribunal de Justiça do nosso Estado (1º/7/92), quando junto descerramos a placa comemorativa do evento. Naqueles dias (naturalmente embevecido), ouvi de Mestre Seabra a sinceridade de sua opinião sobre os destinos do Superior Tribunal de Justiça; a convicção com que acreditava na excelência do desempenho jurisdicional da nova Corte: assinalador da modernidade do sistema judiciário brasileiro, instituída com foros de novidade, mas que (aí, a carga emocional do episódio!) teve lastro na tradição mais respeitosa de um “Velho Tribunal” - cuja experiência de tantos anos afeito à exclusiva interpretação da lei federal, aliada à seriedade da autogestão administrativa, no seu dizer, era penhor do êxito do aprimoramento da máquina judiciária, experimentado a começar do inadiável desmembramento das instâncias superiores, como corretivo do trancamento dos fluxos recursais, de tão deletérios efeitos na aplicação da Justiça.

Senhor Presidente:

Em memória de quem assim pensava a respeito desta Casa, sugiro a inclusão em ata de um voto de profundo pesar pela morte do **Ministro Miguel Seabra Fagundes**, a ser transmitido aos enlutados mais próximos - à ilustre família, por intermédio do primogênito, Dr. Eduardo Seabra Fagundes; aos conterrâneos, por intermédio do Governador do Rio Grande do Norte; e aos advogados, pelas respectivas presidências do Instituto dos Advogados do Brasil e do Conselho Federal da OAB.

- 1) - “Posse na Academia Norte Riograndense de Letras” - saudação do acadêmico Mário Moacyr Porto (13/5/87), pág. 23/24.
- 2) - “Vertentes”, pág. 229, João Maria Furtado.
- 3) - “Posse na ANRL”, pág. 14.
- 4) - “Missão do Advogado Forense”, pág. 73/74, **apud** João Medeiros Filho, “Contribuição à História Intelectual do Rio Grande do Norte”, pág. 96.
- 5) - “Minha Razão de Viver”, pág. 208/09, Samuel Wainer.
- 6) - “Um Espaço de Estudo e Difusão do Direito - Assembléia Constituinte”, palestra no IAES, pág. 25.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Yapery de Britto Guerra

Desde o século 18, quando começaram a aparecer, em alguns países, as leis de proteção à propriedade intelectual, começou também a discussão sobre se tal proteção, era ou não, do interesse público. Aqueles países julgaram necessário incentivar a criatividade, instituíram diplomas legais para proteger as várias formas de propriedade intelectual; outros durante certo tempo hesitaram em fazê-lo. A partir do século 19, contudo, a idéia de proteção adequada tomou corpo, ganhou mais e mais adeptos e acordos internacionais foram negociados, estabelecendo padrões mínimos para a defesa da propriedade intelectual.

Nos dias que correm, não mais se discute o direito dos autores e inventores de terem suas obras e invenções protegidas como propriedade intelectuais que são. O que se discute é o grau de proteção que deve ser dado e a sistemática de implementação dessa proteção que, como regra, deveria ser seguida por todos os países. As divergências, no entanto, existem, não só quanto a natureza dos direitos concernentes à propriedade intelectual, mas também sobre até que ponto os governos devem garantir tais direitos. Enquanto os países de economia desenvolvida consideram fundamental o respeito ao direito de defesa da propriedade intelectual como garantia da continuidade da criatividade e do progresso industrial, e, em conseqüência, de máximo interesse para a comunidade, outros defendem o ponto de vista de que a criação intelectual deve beneficiar primariamente à comunidade e deve depender dos objetivos políticos do governo. O primeiro grupo, tem uma visão associada à economia de mercado e à livre iniciativa; o segundo, uma visão mais socialista do problema. Tal visão dá propriedade absoluta ao que considera propiciar maior desenvolvimento econômico à nação e tem levado os governos a restringir o direito de propriedade intelectual em todos os setores considerados importantes e a preservar a própria capacidade de intervir na transferência, na concessão e na exploração desses direitos, quando tal ação é considerada em consonância com os interesses nacionais.

Eu defendo a primeira linha de raciocínio, isto é, aquela que se coaduna com a economia de mercado e com a livre iniciativa, que já se comprovou mais eficiente no incentivo ao desenvolvimento econômico, em contraposição à visão socialista, ainda que esta última possa dar, numa análise superficial, a ilusão de proteger melhor o bem comum, mas que peca por ser utópica e por contrariar a própria natureza humana. O conceito socialista de efeito promocional, representado pela frase "a cada um de acordo com suas necessidades, de cada um de acordo com sua capacidade", é empolgante, mas inócuo, porque longe da possibilidade de aplicação na vida real. Esta visão socialista da propriedade intelectual foi mais rigorosamente aplicada na Rússia e nos países do leste europeu, onde os direitos dos inventores eram e ainda são, transferidos ao estado. Setenta anos de aplicação dessa política na Rússia e quarenta e cinco nos seus satélites não conduziu suas economias a nada que fosse do interesse das respectivas populações.

O incentivo à criatividade, às invenções é imprescindível ao progresso da humanidade. Sem criatividade ainda estaríamos na idade da pedra, sem armas, sem progresso, sem comunicações, sem eletrônica, sem genética e sem o conforto que a tecnologia propicia à vida moderna.

Os produtos de hoje são consequência da criatividade de ontem; os de amanhã, da criatividade de hoje. À ela (criatividade) devemos o aparecimento dos antibióticos, que dominam as infecções; os analgésicos, que controlam a dor; a eletrônica, que revolucionou as comunicações; a informática que está a ponto de emular o cérebro humano. Negar incentivo à criatividade é negar perspectiva de progresso para a humanidade. E sem proteção à propriedade intelectual, não há estímulo à criatividade.

No que respeita ao efeito da proteção à propriedade intelectual sobre o desenvolvimento econômico, pouca referência existe na literatura específica. Duas razões explicam o fenômeno:

- 1) É difícil isolar este efeito daqueles produzidos por outros fatores;
- 2) O papel da defesa dos direitos da propriedade intelectual na teoria econômica ainda não é considerado suficientemente importante para justificar uma pesquisa mais complexa.

Nos últimos anos, contudo, o interesse vem crescendo e alguns especialistas já vêm estudando o assunto em profundidade. As conclusões preliminares mostram que um sistema de proteção eficiente incentiva invenções e traz benefícios à humanidade. Além disso, a experiência dos países onde essa proteção é efetiva, mostra sem sombra de dúvidas que a sociedade, como um todo, recebe compensação satisfatória pelos direitos temporários de exclusividade que confere a certas pessoas, uma vez que a ação gera benefícios que compensam quaisquer riscos ou desvantagem econômica que possam ter ocorrido com a concessão de direitos exclusivos. A concessão de tais direitos, além disso:

- 1) encoraja e resguarda a produção intelectual e artística;
- 2) dissemina novas idéias e tecnologias com rapidez porque dá ao público conhecimentos básicos das novas descobertas;
- 3) incentiva investimento, uma vez que propicia garantias contra cópia, àqueles que aceitam o risco de investir num empreendimento desde o estágio do protótipo até a manufatura industrial;
- 4) propicia os frutos da criatividade e da invenção aos consumidores, pela produção e distribuição em larga escala de produtos de alta qualidade, cuja existência foi tornada possível pela proteção à propriedade industrial;
- 5) distribui esses efeitos pelos países, de maneira proporcional aos respectivos níveis de desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial. Não existe, porém, nenhum indício de que os efeitos positivos da proteção à propriedade intelectual, observados nas economias avançadas, não sejam os mesmos nos países em desenvolvimento.

Alguns tecnocratas defendem a idéia de que nosso país não precisa de um sistema de proteção adequado à propriedade industrial, de vez que, segundo eles, a tecnologia necessária pode ser copiada de patentes registradas em outros países, mesmo quando não haja patente igual registrada no Brasil. A idéia, contudo, não é necessariamente verdadeira.

As patentes são registradas usualmente, logo depois da descoberta do

produto ou da invenção ter-se tornado realidade. Em conseqüência, não contém os refinamentos introduzidos quando métodos mais convenientes de uso são descobertos pela prática, métodos esses só passíveis de obtenção, pelo uso constante e inteligente da própria patente. Essas informações constituem na verdade o verdadeiro "know how", que pode ou não, tornar uma invenção atrativa do ponto de vista comercial.

Na prática, a cópia pura e simples de uma patente não significa que ela possa ser utilizada, com vantagem, pelo pirata, porque faltam outros elementos necessários, tais como elementos de desenvolvimento do produto, condições adequadas de aplicação, adaptação ao clima etc., etc., etc. Contudo, companhias que possuem base firme de pesquisa, afeitas ao uso de tecnologias avançadas e dispoem de pessoal adequado, podem obter vantagem da cópia. Isto, porém, não é regra geral. Se o fosse, disporíamos agora de uma punjante indústria farmacêutica, uma vez que desde 1945 não reconhecemos patentes de medicamentos e à cópia não só tem sido permitida, mas até mesmo incentivada. Apesar disso, as empresas farmacêuticas de capital nacional não controlam senão 20 a 27% da produção de remédios no Brasil.

No país a proteção à propriedade intelectual, em particular, a industrial, deixa muito a desejar. Embora sejamos signatários do tratado ou Convenção da União de Paris, de 1883, não assinamos revisões posteriores, notadamente a de Estocolmo de 1967, que regula de maneira mais atualizada, a defesa da mesma propriedade. A lei em vigor, que rege o assunto, nº 5772 de 21/10/71, regula proteção de patentes e marcas e faz referência ao segredo industrial. É o chamado Código de Propriedade Industrial, falho, na minha opinião, especialmente porque deixa ao tecnocrata do INPI margem muito extensa para a prática do arbítrio. Pode e deve ser melhorado. Naturalmente, não cabe aqui, por falta de tempo, entrar no detalhe da crítica do diploma legal. É importante, contudo, observar que o próprio sistema jurídico do país não garante meios de evitar violações ao direito de propriedade industrial. Os procedimentos são longos, demorados e há dificuldade na obtenção de sentenças tanto de compensação de perdas como de aplicação de penalidades. Não existe ainda na nossa cultura, o respeito pela propriedade intelectual, pela propriedade intangível.

No que diz respeito ao direito do autor, a situação é sensivelmente melhor. A Lei de Direitos Autorais de 1973 protege os trabalhos de engenharia, arquitetura, literatura, música, vídeo e outras formas de criação, delegando o registro e a fiscalização aos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura e à Biblioteca Nacional. A partir de 1988 o INPI passou a ser responsável pelos direitos autorais de "softwares".

A falta de proteção adequada à propriedade industrial com seu conseqüente desestímulo à criatividade, tem outras implicações graves. À tecnologia tende a fluir para os países onde há proteção adequada, onde os segredos industriais são respeitados. Em conseqüência, aqueles países onde não existem sistemas sólidos de proteção, são discriminados e recebem apenas aquela tecnologia secundária, que não mais interessa às economias desenvolvidas. Este aspecto assume particular gravidade quando se trata de equipamento de uso militar, uma vez que a indústria nacional não consegue adquirir a tecnologia necessária para atender às exigências das forças armadas. Enquanto o governo norte americano, por exemplo, evita transferir tecnologia avançada, com receio de que venha a cair em mãos de países "não amigos", as companhi-

as de iniciativa privada evitam fazer transferência, pela impossibilidade de ter protegidos convenientemente seu "know how" e sua tecnologia. Além disso os cientistas e pesquisadores de tais países, sentem-se desestimulados para desenvolver pesquisas adicionais, mesmo quando a pesquisa básica lhes chega às mãos a custo zero, porque sabem que o resultado da sua pesquisa, incerto, difícil e deferido, não terá a proteção que merece como bem industrial que é. O pesquisador sente que somente um sistema de defesa da propriedade industrial eficiente, protege sua criação e remunera com justeza seu trabalho.

A afirmação de que o Japão e os tigres asiáticos tiveram seus sucessos econômicos baseados em simples cópia de tecnologia é, pelo menos, discutível. O Japão, realmente, começou sua revolução industrial copiando, mas já em 1885, editou sua primeira lei de patentes. Tal lei foi emendada sucessivamente em 1889, em 1901, 1921 e 1975, quando a proteção à propriedade industrial tornou-se equivalente a das nações européias e dos EE.UU. O que mais impressiona, porém, é que a exploração tecnológica e econômica que ocorreu naquele país depois da Segunda Guerra Mundial, coincidiu com a evolução maior da lei de patentes e com a importação paga de tecnologia. A evolução econômica dos tigres asiáticos também coincidiu com a das respectivas leis de defesa da propriedade industrial, de modo que, parece, está mais para o reino da fantasia a idéia de aqueles países basearem seus respectivos progressos econômicos e tecnológicos, na prática copiativa.

A nova política industrial estabelecida pelo governo federal, procura eliminar cartórios, abre o mercado brasileiro ao mercado internacional e mostra intenções de aprimorar o código brasileiro de patentes. Espero que as intenções se tornem realidade, para que a incrível criatividade brasileira possa ser incentivada, a pesquisa tecnológica nacional ativada e a nossa economia disponha de melhores condições de desenvolvimento. Poderá então ser aberta para nós, uma nova era, com produtos nacionais de alta qualidade, a preços competitivos com o mercado internacional, concorrendo para melhoria do nível de vida desse bom e sofrido povo brasileiro.

Para terminar, permitam que saúde nas pessoas dos companheiros da aeronáutica aqui presentes, a simpática Força Aérea Brasileira, a mais jovem das nossas forças armadas, herdeira privilegiada das mais nobres tradições da Marinha e do Exército e elemento de primeira grandeza do sistema de segurança do nosso país. Pelos serviços prestados pela nossa Força Aérea à nação brasileira, na paz e na guerra, no desbravamento do Brasil, no correio aéreo nacional, nos céus da Itália e no patrulhamento dos nossos mares costeiros, os brasileiros devem a ela aplicar a frase inesquecível de Winston Churchill - nunca tantos deveram tanto a tão poucos".

Permitam que saúde, nas pessoas dos meus companheiros do Exército de Caxias, o Exército do meu Brasil, viga mestra do sistema de segurança da nação brasileira e fator incontestado da integração nacional. Permitam que saúde, em especial, à memória do Marechal Manoel Luís Osório, herói que povoou os sonhos de minha adolescência de aluno do Colégio Militar e que continua a merecer a veneração da minha idade provecta - o Marechal, em que Rui Barbosa afirmava ter o Brasil "a mais nacionalista, a mais rara de suas glórias, aquele que logrou, e só ele neste país, pela voz do povo inteiro, o privilégio de ser legenda em vida".

Finalmente, nas pessoas dos companheiros da Marinha aqui presentes

saúdo, a grande e querida Marinha do Brasil, cuja missão gloriosa de manter a soberania brasileira em nossos mares, é hoje, como foi no passado e será no futuro, um privilégio de marinheiros, porque só no mar se resolvem os problemas do mar.

Saúdo nos meus colegas da Marinha, a capacidade marinheira de sentir o mar, que nos adverte e incentiva, desde que saibamos compreendê-lo na beleza calma dos seus movimentos harmoniosos e na fúria terrivelmente bela de suas tormentas.

Saúdo em todos vocês, a Marinha de Cockrane, herói da Independência, de Tamandaré, patrono e mestre, de Barroso vencedor de Riachuelo, de Saldanha, de Greenhalg e de Marcílio Dias.

Saúdo, porém, acima de tudo, a todos aqueles que em todas as guerras deram suas vidas pela pátria brasileira, honrando o uniforme que vestimos com orgulho e mantendo as tradições que juramos defender.

São Paulo, 14 de setembro de 1990.

Texto final da palestra para Oficiais do CENCFA, a pedido do DMI da FIESP.

Yapery de Britto Guerra é vice-Almirante, engenheiro naval e atual presidente do Clube Militar de São Paulo.

Cinquentenário do Colégio Santa Águeda, de Ceará-Mirim

Discurso do Professor Manoel Benício de Melo Sobrinho

- Senhor Prefeito Dr. Roberto Varela
- Madre Maria Regina Pacis - diretora do Colégio Santa Águeda
- Representantes dos Corpos Docente, administrativo e discente
- Senhoras e Senhores.

Esta solenidade marca um momento histórico no calendário desta Cidade de Ceará-Mirim. - O CINQUENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO COLÉGIO SANT'ÁGUEDA.

Os acontecimentos têm sua crônica, o registro de circunstâncias, de fatos, de ocorrências que definem a época, identificam o ambiente e os impulsos humanos que fazem germinar as idéias, os projetos e afinal as realizações.

O acontecimento que se celebra nesta noite memorável e alegre, é muito grato ao povo acolhedor desta Cidade e, particularmente cheia de recordações para quem viveu e acompanhou, embora ainda em criança, os primeiros passos para a conquista e implantação deste empreendimento.

Tudo aconteceu em 1937. Meu pai, MIRABEAU DA CUNHA MELO, exercia a honrosa missão de governar Ceará-Mirim como Prefeito nomeado e depois eleito pelo sufrágio de seu povo em eleição democrática e pacífica.

Naqueles anos, a receita modesta da Prefeitura, originária de uma economia sacrificada pelas dificuldades de uma agricultura canavieira sem proteção oficial, e de um comércio limitado ao círculo carente da vida interiorana, não lhe alimentava a esperança de realização dos planos desejados para desenvolvimento do município e da cidade. Mas, jamais a compreensão, a convicção e a força de superar esse cenário de limitações o inibiu a realizar, pelo menos, algumas das prioridades mais reclamadas pelo município. E sua iniciativa, na ordem dessas prioridades, levou-o a decidir pela implantação de um Colégio para a formação pedagógica dos jovens filhos da Terra.

Lançada a idéia com propósitos firmes e obstinados, encontrou de imediato, como não podia deixar de acontecer, o apoio irrestrito da população e de suas forças de liderança.

Na época, a atividade escolar em Ceará Mirim resumia-se a ensino primário pelo Grupo Escolar. Além deste, alguma escolas particulares se preocupavam também com o ensino primário e a preparação para os exames de admissão ao curso secundário nos Colégios de Natal. Dois nomes me sugerem indispensável menção por evocarem presenças luminosas de inteligência e dedicação pedagógica na paisagem cultural da Cidade de então. Ambos professores, escritores e poetas de rara sensibilidade e que inscreveram seus nomes além do cenário local para se projetarem à admiração e à exaltação do Estado e do país. ADELIA DE OLIVEIRA, educadora nata e devotada de muitas gerações e ABNER DE BRITO, espírito lúcido e de convicções filosóficas, dominando fluentemente o Francês e o Inglês com aprofundados conhecimentos

da língua Portuguesa e do Latim. Ambos, como disse, poetas e escritores, hoje presentes na saudade e no reconhecimento de quantos como eu, que receberam desses mestres inesquecíveis as lições introdutórias da formação para o trabalho e para a vida.

Nesse ambiente provinciano, o objetivo do idealizador do futuro Colégio Sant'Águeda, consistia em favorecer o estudo em grau médio e profissionalizante aos jovens da Terra que não tinham recursos para acompanhar jovens mais afortunados que se destinavam aos Colégios de Natal.

E assim foi pensado, assim haveria de ser feito. O Colégio a ser criado, segundo a sua vontade, teria a direção e responsabilidade didática de uma Ordem Religiosa, para que a educação pretendia, de formação profissional para o magistério, fosse embasada na formação religiosa-cristã.

Não bastava simplesmente a criação de um Colégio na sua expressão simples, mas, para os objetivos idealizados, era preciso criar um educandário que, de par com o ensino específico como Escola Normal, concorresse, sobretudo, para a formação da personalidade dos jovens futuros alunos, imprimindo-lhes as noções dos valores reais e fundamentais da vida e da sociedade.

Uma formação que além de inspirar os elementos indispensáveis ao desempenho consciente do exercício profissional, contribuísse, paralelamente, para uma compreensão objetiva e equilibrada dos deveres morais, cívicos e religiosos, indispensáveis ao senso de responsabilidade e integridade profissional.

Só assim o projeto se completaria nos seus fins para cumprir sua missão, coerente com a vontade e propósito do seu idealizador.

Lembro-me, ainda, na evocação dos diálogos captados, inconvenientemente, pela curiosidade infantil, e mais tarde confirmadas por meu pai, que o nosso Bispo da época, Dom Marcolino Dantas, apesar do aval entusiasmado e confiante do Cônego Celso Cico, vigário desta Cidade, não se rendera fácil à idéia de responsabilizar uma ordem religiosa para a direção do Colégio. Achava o projeto audacioso e temia, prudentemente, por um insucesso. Mas, se vacilou por algum tempo, não vacilou por muito tempo e, oportunamente, acabou por concordar, aprovar e autorizar a ORDEM DAS FRANCISCANAS DO BOM CONSELHO, para assumir o desafio de implantar o Colégio e lhe dirigir os destinos.

Os meios materiais, todavia, já estavam assegurados para o começo de vida difícil e desafiadora da missão pelas irmãs. Atitudes generosas e altamente solidárias marcaram ponto alto nesse momento. O industrial ONOFRE SOARES ofereceu a casa de sua residência - hoje velho sobrado ao lado deste novo edifício. À época uma das melhores residências da Cidade, antiga morada do Barão do Ceará Mirim. O coronel ONOFRE SOARES renunciou, assim, a sua própria casa para fixar residência no prédio senhorial do engenho Cruzeiro de sua propriedade. Gesto digno de registro pelo exemplo comovente de desprendimento pessoal e espírito de colaboração com a nobre causa.

Como ele, tantos outros que não devo mencionar-lhes os nomes para que a memória não cometa, involuntariamente, injustiça de omissões, ajudaram com o apoio moral e material para que esta obra se tornasse uma realidade.

Os anos decorridos ao longo dos tempos, contam o prosseguimento desta história, cujos resultados somos testemunhas presentes. O antigo embrião triunfou sob as mãos cuidadosas das irmãs FRANCISCANAS DO BOM CONSE-

LHO, ontem dirigidas pela irmã MARIA GABRIELA, de saudosa memória e hoje pela irmã MARIA REGINA PACIS e suas dedicadas colaboradoras. A missão de conduzir esta obra no longo espaço de meio século não é menos meritória do que o gesto de sua criação.

Celebramos nessa homenagem de JUBILEU DE OURO, mais do que tudo, a continuidade produtiva, os louros alcançados, a capacidade de multiplicar benefícios, de crescer, de consolidar através dos anos o que, na verdade, foi feito para triunfar sobre as vicissitudes, para perenizar seus frutos.

O povo de Ceará Mirim deve às administrações do passado e do presente deste Colégio, um preito inestimável de gratidão pelo muito que deram no sentido do desenvolvimento de sua cultura, no despertar das inteligências jovens e na preparação das gerações para as tarefas temporais e espirituais inspiradas na mensagem evangélica.

São passados 50 anos e é com profunda emoção que relembro o registro do meu nome e de minha irmã MARIA LUCIA no rol dos primeiros alunos do Colégio recém-criado. A presença de um varão, entre as alunas, fora uma deferência especial, uma exceção sem precedentes na rigidez da tradição que condenava a matrícula masculina nos colégios de freiras. Durante 5 meses, fui preparado em regime de reclusão e proibido de participar do recreio com as colegas, para os exames de admissão ao ginásio a serem prestados em Natal.

Ao concluir estes registros nesta magna reunião que intermeia as festividades do JUBILEU DE OURO, a família de MIRABEAU MELO, aqui representada por alguns de seus filhos, agradece as manifestações de reconhecimento e aplauso à sua memória, ao mesmo tempo que testemunha e saúda nas irmãs - administradoras e docentes deste Colégio, representadas por essa extraordinária educadora IRMÃ REGINA PACIS, a determinação e sabedoria com que transformaram a semente de ontem nesta frondosa árvore que é e sempre será, o nosso vitorioso COLÉGIO SANT'ÁGUEDA.

Muito obrigado.

Palavras proferidas por Manoel Benício de Melo Sobrinho - filho do homenageado - na sessão magna celebrada no dia 2 de outubro de 1987 no Colégio Sant'Águeda em memória do seu fundador, então Prefeito de Ceará Mirim, Mirabeau da Cunha Melo.

